

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

CHRISTINE CARVALHO LIMA

**COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NO DIREITO BRASILEIRO: ANÁLISE DA PRÁTICA  
DE REPUBLICAÇÃO DE ARTIGOS**

PORTO ALEGRE

2019

CHRISTINE CARVALHO LIMA

**COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NO DIREITO BRASILEIRO: ANÁLISE DA PRÁTICA  
DE REPUBLICAÇÃO DE ARTIGOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharela em Biblioteconomia.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcia Heloisa Tavares de Figueredo Lima

PORTO ALEGRE

2019

### CIP - Catalogação na Publicação

Lima, Christine Carvalho  
Comunicação científica no direito brasileiro:  
análise da prática de republicação de artigos /  
Christine Carvalho Lima. -- 2019.  
272 f.  
Orientadora: Marcia Heloisa Tavares de Figueredo  
Lima.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de  
Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Comunicação Científica. 2. Ética. 3. Autoplágio.  
4. Direito do Trabalho. I. Lima, Marcia Heloisa  
Tavares de Figueredo, orient. II. Título.

CHRISTINE CARVALHO LIMA

**COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NO DIREITO BRASILEIRO: ANÁLISE DA PRÁTICA  
DE REPUBLICAÇÃO DE ARTIGOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharela em Biblioteconomia.

Aprovado em: 01 de julho de 2019

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcia Heloisa Tavares de Figueredo Lima – UFRGS  
Orientadora

---

Prof. Dr. Rene Faustino Gabriel Junior – UFRGS  
Examinador

---

Prof. Dr. Valdir José Morigi – UFRGS  
Examinador

A Deus, pois dele são todas as coisas.  
A minha família, pelo apoio e incentivo.  
A minha orientadora, pelo auxílio e direção na construção deste trabalho.  
A todos que no decorrer no percurso contribuíram através de experiências e  
conhecimentos compartilhados.

*A destruição impera na cidade; a opressão e a fraude jamais deixam suas ruas.  
Salmos 55:11 (Bíblia NVI)*

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso apresenta uma pesquisa que analisa a prática de republicação em periódicos no Direito brasileiro. Faz uso de referencial teórico que aborda aspectos da comunicação científica, dos periódicos, da comunicação científica no Direito, ética na produção científica, plágio e autoplágio. Foram coletadas informações de 10 periódicos do Direito do Trabalho, publicados de 2014 a 2018, dispostos em planilha para análise e quantificação. Ao todo foram coletados 3000 artigos. Apresenta resultados que demonstram a existência de republicações, na maioria dos casos, sem qualquer alteração no título do artigo. Identifica os critérios e normas de submissão apresentadas pelos periódicos. Aponta que todos os periódicos apresentam republicação, mesmo aqueles que apontam a exigência de artigos inéditos. Conclui que a prática da republicação é uma prática comum no Direito. Suscita ainda, alguns questionamentos acerca das boas práticas de publicação no Direito, da avaliação dos artigos e comportamento ético do corpo editorial.

**Palavras-chave:** Comunicação Científica. Ética. Autoplágio. Direito do Trabalho.

## **ABSTRACT**

This Work of Conclusion of Course presents a research that seeks to analyze the practice of republishing in periodicals in the Brazilian Law. It makes use of, theoretical reference that addresses aspects of scientific communication, of the periodicals, of scientific communication in Law, ethics in scientific production, plagiarism and self-plagiarism. Data were collected from ten periodicals of Labor Law, published from 2014 to 2018, arranged in the spreadsheet for analysis and quantification. In all were collected 3000 articles. Presents results that demonstrate the existence of republications, in most cases, without any change in the title of the article. Identifies the criteria and submission guidelines presented by the journals. Points out that all the periodicals feature republication, even those which indicate the requirement of unpublished articles. Concludes that the practice of republication is a common practice in Law. Still raises some questions about the good practices published in the Law, the assessment of the articles and ethical behavior of the editorial board.

**Keywords:** Scientific Communication. Ethic. Self-plagiarism. Labor Law.



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pesquisa dos termos <i>autoplágio/self-plagiarism/duplicate publication</i> em bases de dados.....	13
Quadro 2 – Lista de periódicos com mais empréstimos na Biblioteca TRT4 – Período de 01/01/2014 a 31/12/2018.....	38
Quadro 3 – Lista dos periódicos examinados para identificação de republicação....	39
Quadro 4 – Modelo de planilha de levantamento de dados.....	39
Quadro 5 – N° de artigos publicados em cada periódico.....	41
Quadro 6 – Relação dos autores mais produtivos.....	42
Quadro 7 – Autores com mais republicação.....	43
Quadro 8 – N° de artigos republicados em cada periódico.....	44
Quadro 9 – Relação de republicação (%) por periódico.....	45
Quadro 10 – Relação de republicação (%) por ano.....	45
Quadro 11 – Frequência de artigos republicados.....	46

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>13</b>
2.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
2.2	COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA.....	16
2.3	OS PERIÓDICOS NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA.....	18
2.4	A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NO DIREITO.....	20
2.5	ÉTICA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....	24
2.6	UM CASO DE QUESTIONAMENTO DA ÉTICA DOS EDITORES NA PUBLICAÇÃO.....	27
2.7	PLÁGIO E AUTOPLÁGIO.....	29
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>34</b>
3.1	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	36
3.2	COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	37
3.2	AMOSTRA DA PESQUISA.....	37
<b>4</b>	<b>RESULTADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>41</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>53</b>
	<b>APÊNDICE A – PLANILHA DOS DADOS COLETADOS.....</b>	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Direito é um campo disciplinar que, assim como outros campos do conhecimento, tem suas práticas e normas de comunicação entre os pares. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa acadêmica que teve como objeto de investigação as práticas de republicação de artigos em periódicos brasileiros de Direito. Esta pesquisa visou a construção de monografia de conclusão de curso, para graduação em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A comunicação científica, quer nesses outros domínios do conhecimento, quer no campo jurídico, já passou por grandes mudanças e continua se modificando em razão de diversos fatores. Passa, hoje, por período de crescimento, devido ao surgimento de novos meios de comunicação trazidos pelos avanços tecnológicos e informacionais. O número crescente de publicações se dá, também, diante do atual cenário de pressão por produtividade acadêmica, face às pressões financeiras, à competitividade de pesquisadores e à busca por financiamento e reconhecimento.

No entanto, um grande estímulo para a produção científica acaba por transformar-se em uma grande pressão para publicação dos resultados, e os critérios de originalidade e ineditismo são, por vezes, negligenciadas. Seja por desconhecimento, por erro, descuido ou má-fé, a fim de obter alguma vantagem, se encontram casos de plágio na publicação científica.

Na comunicação científica, os periódicos geralmente estabelecem uma série de requisitos para submissão de artigos pelos autores. Dos quais, a originalidade geralmente é um dos principais critérios da avaliação e requisito para publicação. O respeito às políticas e diretrizes de publicação que buscam originalidade e ineditismo garantem credibilidade e integridade à pesquisa e aos pesquisadores.

Segundo Baptista (2015), a credibilidade da pesquisa está vinculada ao conceito de ética e baseia-se na integração de elementos como ineditismo, autenticidade, autoria, financiamento, isenção, metodologia, relevância e aplicabilidade. A integração de tais elementos que resulta a credibilidade da pesquisa. Não basta somente um dos elementos, é preciso que todos estejam perfeitamente articulados, para assegurar a necessária integridade e qualificação do trabalho, pois trazem consequências nos planos científico, moral e jurídico.

O aumento no volume de informação, a contínua produção e disseminação de artigos e publicações de diversas procedências, a facilidade de acesso e reprodução de textos, acabam por suscitar a problemática do plágio, prática antiga que ainda perdura e se torna uma prática viável e, de certa forma, tentadora (BAPTISTA, 2015).

O plágio (e o autoplágio) é um problema persistente, seja na literatura, nas artes, presente, ainda, nas ciências. É um desrespeito à norma de atribuição de autoria na comunicação científica. A questão do autoplágio é polêmica e controversa, mas presente em diferentes áreas. Tanto o plágio, apropriação indevida, como o autoplágio, o uso e reuso de textos pelo próprio autor em diferentes publicações, podem ser configurados como uma infração ética e um desrespeito à ciência.

Este problema é uma questão de Ética na Pesquisa. A ética na pesquisa é fundamental para o desenvolvimento e crescimento eficaz da pesquisa científica. É importante pensar e discutir a ética, prevenir más condutas e estimular o exercer da prática ética, de modo que se tornem intrínsecos ao fazer científico. De forma a garantir o processo contínuo, o aperfeiçoamento constante da sociedade e o aprimoramento das ciências.

A questão de pesquisa foi enunciada “como se dá a prática de publicação, de respeito à originalidade e ineditismo, em periódicos brasileiros de Direito”? O objetivo geral foi verificar a prática de republicação de artigos (autoplágio)<sup>1</sup> em periódicos brasileiros de Direito, no período de 2014 a 2018. Quanto aos objetivos específicos, pretendeu-se:

- a) Selecionar exemplos de republicação de artigos no Direito;
- b) Levantar os periódicos que publicaram artigos não inéditos;
- c) Analisar os critérios para publicação nesses periódicos;
- d) Discutir a prática do autoplágio e a ética na comunicação científica.

---

<sup>1</sup> A banca examinadora sugeriu que existem trabalhos que se referem ao tema com a expressão “publicação duplicada”, em inglês, “*duplicate publication*”. A busca na LISA (*Library and Information Science Abstracts*) desta expressão entre aspas e pesquisada no campo de resumo recuperou 12 referências de trabalhos diferentes. Estes trabalhos não foram lidos para a realização deste TCC, permanecendo como lacuna e sugestão para outras pesquisas. Observou-se em um exame dos resumos, títulos e palavras chaves dos 12 trabalhos recuperados que o uso das expressões “*duplicate publication*” e “*self-plagiarism*” é indiscriminado em tais artigos. Um deles, (recuperado sob a expressão *self-plagiarism*) é discutido mais adiante neste trabalho e aponta as duas expressões como sinônimas. Pesquisa realizada em 15 de julho de 2019, após a defesa.

Entende-se que a presente pesquisa se justifica por inúmeras razões sobre as quais passamos a refletir.

A prática de plágio é inaceitável em qualquer âmbito. Muito é alertado na vida acadêmica, na realização de trabalhos, e bem presente, ainda, na mídia por meio de casos de processos judiciais por direitos autorais, em letras de músicas, no uso de imagem, publicação de livros, marcas, patentes, etc.

Já a questão do autoplágio parece ser pouco discutida, visto que há poucos estudos sobre o tema em geral. Na comunicação científica e dentro do Direito, os estudos são mais escassos ainda, razão esta, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Existe a noção de que a republicação de artigos, um mesmo artigo publicado em dois ou mais periódicos, é uma prática dentro da área do Direito, uma vez que foram identificadas por diversos autores, dentre os quais Lima (2006) e Cordeiro (2012).

Tal prática foi identificada por Lima (2006). Em sua tese, analisados 185 itens, foram identificados 21 artigos com republicação (56 republicações no total) em diferentes periódicos, por vezes em um mesmo ano, algo não comumente encontrado em outras áreas de conhecimento, mas no Direito parece ser considerada uma prática natural, sem sequer desprender esforços de ocultamento de tal.

Utilizando metodologia semelhante, Cordeiro em 2012 analisou uma amostra maior de itens (766) de informação cobertos na RVBI sobre o tema direito à informação e tornou a constatar a prática de republicação.

Essa prática pode ser identificada também de forma informal e pessoal, por meio do trabalho desenvolvido em biblioteca jurídica, na indexação e busca de artigos. No estágio extracurricular desenvolvido na biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), durante a realização de atividades de processamento técnico, de indexação dos artigos de periódicos e no atendimento ao usuário, verificou-se a existência de duplicidade de conteúdo em diferentes periódicos. Através do trabalho desenvolvido nesta biblioteca cresceu o interesse pela área jurídica, bem como o interesse a respeito da prática desta, em relação às publicações científicas.

A partir desses estudos prévios e da impressão de que tal prática persista, busca-se mensurar as proporções de republicações e fornecer dados atualizados

sobre esta prática. Este estudo analisou os periódicos de Direito, da biblioteca já mencionada, a fim de verificar se o tema proposto se configura como uma prática persistente no Direito.

Para dar conta dos objetivos propostos, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) divide-se nas seguintes seções: na seção dois, o referencial teórico, onde serão apresentadas considerações iniciais, questões sobre comunicação científica, os periódicos na comunicação científica, a comunicação científica no Direito, ética na produção científica, um caso de questionamento da ética dos editores na publicação e plágio e autoplágio; na seção três, a metodologia; na seção quatro, os resultados da pesquisa. A seção cinco apresenta as considerações finais e, após, estão listadas as referências utilizadas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nas subseções seguintes serão apresentadas algumas considerações sobre o tema proposto e o embasamento teórico para discussão.

### 2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com vistas a conhecer o cenário de publicações acerca do assunto e coletar fontes teóricas, realizaram-se levantamentos bibliográficos.

Para verificação de publicações sobre o tema foram selecionadas as bases de dados da área da Ciência da Informação: Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), no âmbito nacional, e *Library and Information Science Abstracts* (LISA), no âmbito internacional. Foram, ainda, realizadas buscas na *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), e no Lume, repositório institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foram usadas, como termo de busca, as palavras-chave: autoplágio e *self-plagiarism*. Os resultados estão apresentados a seguir:

Quadro 1 – Pesquisa dos termos autoplágio/*self-plagiarism*/*duplicate publication* em bases de dados

Base	Termo	Nº de registros úteis recuperados
BRAPCI	autoplágio	0
LISA	<i>self-plagiarism</i>	7
	<i>duplicate publication</i> <sup>2</sup>	13
SCIELO	autoplágio / <i>self-plagiarism</i>	10
LUME	autoplágio	0

Fonte: Criação da autora com base nos dados da pesquisa

Em pesquisa na Brapci, o termo autoplágio resulta apenas em um registro, que em verdade não trata deste assunto, mas trata-se de uma nota em que um artigo foi removido da base por ter sido publicado anteriormente.

Na busca de trabalhos para a fundamentação teórica, pesquisando ainda na base BRAPCI, buscaram-se títulos com o termo “plágio” (mais geral. Nesta busca

<sup>2</sup> Ver nota de rodapé 1. O termo aparece aqui nesta tabela para sinalizar a existência de trabalhos que não foram examinados, atendendo sugestão da banca.

recuperaram-se nove registros. Dentre estes resultados, apareceu o artigo “Produção científica sobre plágio indexada na LISA” de Rocha e Silva (2018), que apresenta uma pesquisa sobre publicações acerca de plágio, a qual analisou publicações da área de Ciência da Informação, indexados na LISA. No artigo destacado, foram analisados 351 artigos científicos sobre o tema, obtendo como resultado a concentração de artigos sobre plágio a partir da década de 2000, abordando principalmente temas como '*copyright*', '*ethic*', '*detection*', '*user training*' e '*information literacy*'. Destaca-se que na pesquisa de Rocha e Silva (2018) não houve menções de publicações acerca do autoplágio. Por esta razão, estabuscainicial nem foi incluída no quadro acima.

Em seguida, na LISA, procurando resumos com o termo *self-plagiarism*, foram recuperados oito registros, um em japonês, um em inglês e turco e o restante em inglês, dos quais somente sete registros originais, visto que um artigo foi indexado de forma repetida. Destes, seis se encontram em textos completos disponíveis. Os artigos parecem destacar a qualidade das publicações, o debate e a controvérsia de opiniões acerca do autoplágio, a má conduta científica, o papel do bibliotecário na abordagem do tema, a pesquisa de ocorrência de plágio e autoplágio com uso de softwares de detecção de plágio e a constatação de reuso de publicações por um mesmo autor.

Para este TCC, analisaram-se três artigos: “*Self-plagiarism: Perspectives for librarians*”, Rosenzweig e Schnitzer (2013), “*A bibliometric analysis of plagiarism and self-plagiarism through Deja vu*”, de Garcia-Romero e Estrada-Lorenzo (2014) e “*An analysis of Malaysian retracted papers: Misconduct or mistakes?*”, de Yanti Idaya Aspura, Noorhidawati (2018).

No mais antigo dos três artigos destacados, Rosenzweig e Schnitzer (2013) discutem o papel dos bibliotecários como mediadores para alertarem os autores sobre questões de direito autoral, destacando o papel fundamental destes profissionais na abordagem da questão do autoplágio, uma vez que podem auxiliar os autores a compreenderem a importância de se fornecer as devidas referências de seus trabalhos, mesmo que de autoria própria.

O segundo artigo “*A bibliometric analysis of plagiarism and self-plagiarism through Deja vu*”, de Garcia-Romero e Estrada-Lorenzo (2014), apresenta uma pesquisa em um banco de dados, para seleção de registros duplicados e realização



de análise de citação de documentos e similaridade de textos. O resultado de sua discussão aponta que casos de plágio são publicados em periódicos com menor visibilidade, e tendem a receber menos citações.

O artigo mais recente dentre os seis recuperados na LISA, “*An analysis of Malaysian retracted papers: Misconduct or mistakes?*”, Yanti Idaya Aspura, Noorhidawati (2018), apresenta um estudo sobre retração<sup>3</sup> de publicações (rejeição de artigos), identificando como principal motivo a “violação do princípio da publicação”, pela duplicação de artigos, pelo plágio, processos comprometidos pela revisão por pares e autoplágio. O estudo concluiu que a principal razão das retratações foi má conduta dos autores.

Na base SciELO, pesquisando os termos autoplágio ou *self-plagiarism* em resumos, foram recuperados um total de 10 registros, os quais dividem-se nos idiomas: Espanhol (4), Português (3), Inglês (3) e Africâner (1), sendo que dentre estes um documento está disponível em espanhol e também em inglês. Destacamos as publicações nacionais, publicadas em português: “O produtivismo na era do 'publique, apareça ou pereça': um equilíbrio difícil e necessário”, de Antônio Zuin e Lucídio Bianchetti (2015), “A epidemia de más condutas na ciência: o fracasso do tratamento moralizador” de Marcos Oliveira (2015) e “Escala de Autorrelato de Trapaça-Admissão: Evidências de Validade Fatorial e Precisão”, de Valdiney Gouveia, e outros (2018). O primeiro artigo, não será comentado, visto que foi incorporado ao referencial teórico. O segundo artigo, “A epidemia de más condutas na ciência: o fracasso do tratamento moralizador”, discute a proliferação de más condutas que vem ocorrendo na ciência nas últimas décadas, violações éticas, as várias modalidades de fraude e falsidades autorais, como plágio, autoplágio, etc. O terceiro, “Escala de Autorrelato de Trapaça-Admissão: Evidências de Validade Fatorial e Precisão” apresenta um estudo em relação a fraude acadêmica, trapaça dos estudantes, utilizando um método desenvolvido originalmente no Canadá, uma medida de autorrelato, denominada Escala de Autorrelato de Trapaça-Admissão (EAT-A).

No Lume, pesquisando o termo “autoplágio” em assunto, títulos ou resumos, não foi encontrado nenhum registro. Na pesquisa geral, que recupera a ocorrência dos termos no trabalho inteiro, recuperam-se 16 registros, os quais não tem como

---

<sup>3</sup> *Retracted* apresenta dificuldade de tradução – ora aparece como retração e, na maioria das vezes, como retratação.

foco o assunto autoplágio, apenas breves menções acerca deste tema. Já o termo “plágio”, especificamente, no campo de assunto recupera três registros: um trabalho de conclusão de graduação, uma tese e um trabalho de conclusão de especialização. Uma vez que o tema principal é autoplágio, descartamos a análise dos três trabalhos.

A seguir, apresentam-se os principais conceitos nos assuntos relacionados com o tema, o embasamento teórico para a pesquisa desenvolvida.

## 2.2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Irizaga e outros (2018, p. 149) definem a comunicação científica:

Define-se a comunicação científica como o intercâmbio de informações entre membros que compõem a comunidade científica, sendo consideradas também as atividades associadas à produção de ciência, a fim de propagar a informação, desde o momento no qual se concebe uma ideia até a divulgação dos resultados de uma pesquisa. Portanto, a literatura científica e a comunicação científica são importantes elementos para fazer-se ciência, bem como disseminar o conhecimento científico.

A Ciência como conhecemos hoje, surgiu no século XIV, a partir da aceitação da proposta de Francis Bacon sobre noção de método científico e a criação e fortalecimento das academias científicas que tinham como objetivo reunir especialistas de uma determinada área a fim de discutir, favorecendo a comunicação entre os pesquisadores (BIOJONE, 2003). Dentre as academias fundadas a partir do século XV, a autora destaca a *Accademia dei Lincei* (1600-1630), *Royal Society* (criada em 1622), *Accademia del Cimento* (1651-1657), a *Académie Royale des Sciences* (criada informalmente em 1666), chamada posteriormente de *Académie des Sciences*. As citadas localizavam-se, respectivamente, em Roma, Londres, Florença e Paris.

A *Royal Society* de Londres teve um papel importante na institucionalização da comunicação científica, pois se preocupava em divulgar os trabalhos de seus pesquisadores, bem como em manter atualizados, buscando em outros países informações similares. Os pesquisadores da *Royal Society* mantinham correspondência com pesquisadores externos, sendo estas correspondências, posteriormente organizadas e distribuídas, surgindo assim o *Philosophical*

*Transactions of the Royal Society of London*. Na França, essa prática de coleta de correspondências, resultou no *Journal des Sçavans* (BIOJONE, 2003), considerado por outros autores o primeiro periódico. Há controvérsias sobre qual dos dois teria sido o primeiro periódico científico do mundo.

Segundo Meadows (1999, p. 6) “Esse *Journal des Sçavans* (grafia atualizada para *Journal des Savants* no começo do século XIX) tem boas razões para ser chamado a primeira revista em sentido moderno”. Sua primeira publicação foi em 5 de janeiro de 1665, a partir disso a comunicação se deu de forma rápida entre pesquisadores e centros importantes da época. Com a consolidação acerca da publicação científica, em março de 1665, o conselho da *Royal Society*, determinava a publicação das *Philosophical Transactions* que, se tendo material suficiente e estes passados por aprovação de alguns membros, seriam preparados e impressos (MEADOWS, 1999).

O autor apresenta que, estas publicações, embora surgidas no mesmo período, tinham diferenças de conteúdo e intenções distintas. O *Journal des Sçavans* destinava-se a realizar inúmeras coisas diferentes, publicavam sobre diferentes tópicos. No *Philosophical Transactions*, embora fosse ainda amplo, prevaleciam estudos de temas, como política e religião, sendo considerado precursor do periódico científico moderno. Já o *Journal de Sçavans*, acabou por não manter a temática tão ampla e passou a se concentrar, principalmente, em temas não científicos, sendo considerado, o precursor do periódico moderno de humanidades.

Para Meadows (1999) a comunicação é o coração da ciência, é vital, tão importante para a ciência quanto à própria pesquisa. Segundo o autor, a pesquisa se legitima a partir da análise e aceitação pelos pares, exigindo assim que esta seja comunicada. E, ainda, a pesquisa sem mostrar os resultados ao público pertinente é um desperdício da atividade científica e de recursos financeiros. Afirma que “a realização de pesquisas e a comunicação de seus resultados são atividades inseparáveis.” (MEADOWS, 1999, p. 161).

A comunicação científica passou a ter como estrutura de comunicação os periódicos científicos, do qual “[...] foi acompanhada pela institucionalização da ciência, pela especialização dos saberes e, sobretudo, pela autonomização do campo científico.” (WEITZEL, 2006, p. 84).

Na subseção a seguir veremos mais apontamentos sobre os periódicos científicos e seu papel na comunicação entre os pares.

### 2.3 OS PERIÓDICOS NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A palavra revista ou periódico – associados ao qualificativo “científic(o)” - refere-se, segundo Meadows (1999, p. 7), a “[...] uma maneira abreviada de nos referirmos a uma coletânea de artigos científicos escritos por diferentes autores. Conjuntos desses artigos são reunidos a intervalos, impressos, encadernados e distribuídos sob um título único.”

O surgimento do periódico suscita implicações para a comunicação científica, significava uma formalização do processo de comunicação. Os meios de comunicação utilizados antes, prioritariamente informais, transmitidos pela fala e correspondências pessoais a um público limitado, agora passam a ser transmitidos de modo formal, tornam-se disponíveis por muito tempo e para um amplo público. Desta forma, considera-se que a comunicação foi ampliada, substituída a forma oral pela comunicação científica formal (MEADOWS, 1999).

Para Meadows (1999), os periódicos surgiram por diversas razões, tais como a expectativa de lucro dos editores e a crença em que novas descobertas dependiam de um debate coletivo, mas o motivo principal que corroborou para o surgimento dessa espécie de publicação foi a necessidade de comunicação, o interesse crescente de novas realizações, da forma mais eficiente possível.

Weitzel (2006, p. 84) afirma que os periódicos científicos se tornaram “o principal marco da constituição da estrutura da comunicação científica” que estes surgiram pela “necessidade genuína de trocas de experiências científicas dos cientistas dos tempos modernos”.

Além dos periódicos, outros instrumentos são utilizados no processo de comunicação científica, como as publicações de congressos e reuniões científicas, e os livros. Mas, na maioria das vezes, o periódico é o meio mais utilizado para a publicação de resultados de pesquisas. É visto como o canal formal, a forma definitiva de publicação e reflete, claramente, as transformações que influenciam a comunidade científica e suas exigências (BIOJONE, 2003).

Barbalho (2005, p.126), destaca que:

O periódico científico desempenha papel fundamental no processo da comunicação científica por se constituir na principal via de veiculação de novos conhecimentos e possibilitar a sua difusão para determinado público. [...] trata-se de um canal de divulgação que engloba diversas autorias, é publicado em intervalos determinados de tempo e apresenta, de forma condensada, os conhecimentos recém-gerados, dando-lhes visibilidade no meio acadêmico e científico.

O sistema de comunicação, assim como os periódicos científicos, com a evolução informática e surgimento das redes eletrônicas, sofreram transformações significativas. Os meios eletrônicos chamaram a atenção da comunidade científica, pois passaram a ter a possibilidade de utilizá-los para processar todos os tipos de documentos, disponibilizando informações e textos, facilitando o surgimento dos periódicos científicos eletrônicos, sendo uma comunicação mais rápida do que a comunicação científica tradicional (BIOJONE, 2003).

Os periódicos científicos são um meio de preservação, formalização e documentação do conhecimento, estimulam a comunicação entre pesquisadores e comunidades diferentes, favorecem o desenvolvimento, atualização e avanço das pesquisas, por meio da publicação de contribuições originais e significativas, sua divulgação e disponibilização (BIOJONE, 2003).

Côrtez (2006, p. 48) destaca uma característica dos periódicos:

Ainda que pesem problemas como necessidade de subsídio financeiro ou dificuldade de distribuição, quando comparados aos livros, os periódicos científicos têm como característica marcante a facilidade de publicação levando a um crescimento expressivo dessa forma de difusão científica.

No Brasil, publicam-se periódicos científicos desde 1892. A preocupação com o processo de comunicação científica se intensificou entre as décadas de 1950 e 1960, quando tais publicações passaram a receber maior apoio em vista da criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que surgiu a fim de garantir uma maior promoção e estímulo à investigação científica e tecnológica no país. A partir de 1981, houve um crescimento da produção científica e preocupação quanto à sua disseminação, com objetivo de aumentar a qualidade dos periódicos e visibilidade da produção científica (BIOJONE, 2003).

Com vistas a dar credibilidade ao processo de comunicação científica, os periódicos científicos sustentam-se, segundo Gonçalves, Ramos e Castro (2006, p.

165), no “princípio da validação do mérito e do método científico pela comunidade científica [...]” do qual os autores ainda afirmam que “[...] só o que é revisado e aprovado pelos pares deve ser publicado, num processo conhecido como revisão por pares (*peer review*)”

Muitos periódicos utilizam o sistema *peer review*, ou avaliação por pares, pois buscam formalizar a preocupação em avaliar a validade da pesquisa e a qualidade dos resultados, visam garantir qualidade aos trabalhos publicados e relevância para a área. Embora, por mais rígidos e criteriosos que sejam nessa avaliação, ela será subjetiva, podendo favorecer um grupo fechado de pesquisadores, podendo por vezes haver falta de coerência e uniformidade na avaliação (BIOJONE, 2003)

Gonçalves, Ramos e Castro (2006, p. 175) apresentam que para garantir a qualidade dos periódicos é importante seguir algumas recomendações, segundo os autores:

Um grande número de revistas ainda tem dificuldade em cumprir recomendações básicas a respeito dos padrões desejados, não apenas devido a dificuldades econômicas ou institucionais, mas possivelmente por falta de conhecimento dos critérios utilizados para avaliação e de sua importância para a melhoria da qualidade da revista. Essa melhoria depende de uma clara definição e ampla divulgação desses critérios em todas as esferas da comunicação científica e da sua adoção e incorporação pelos editores e autores.

Visto alguns apontamentos acerca dos periódicos, a seguir aborda-se alguns aspectos sobre a comunicação científica no Direito.

## 2.4 A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NO DIREITO

Para manter a harmonia em sociedade, tem-se como forma de controle social, a Ética, a Religião e o Direito. Esse controle social é exercido no Direito, por meio de normas, em sentido amplo, como, as leis, os costumes, as jurisprudências, as doutrinas e as diversas fontes do direito no geral (RODRIGUES, 2011).

O direito é muito complexo e possui diferentes fontes e documentações jurídicas como a doutrina, a legislação (leis, decretos, decretos-leis, atos, resoluções, portarias, projetos de leis ou de decretos legislativos ou de resoluções legislativas, ordens internas, circulares, exposições de motivos, etc.), a

jurisprudência (acórdãos, pareceres, recursos, decisões, etc.) e todos os documentos oficiais relativos a atos normativos ou administrativos (ATIENZA, 1979).

A doutrina pode ser entendida como as publicações dedicadas à discussão teórica acerca dos princípios do Direito aplicados (ou não) a um tema jurídico. Já a jurisprudência (juris – Direito) mais *prudencia* (sabedoria ou prudência), em sentido amplo, segundo Atienza (1979, p. 51) pode ser entendida como “[...] sábia interpretação e aplicação das leis a todos os casos concretos que se submetem a julgamento da justiça.” A autora apresenta que como fonte formal da informação no Direito, de forma mais estrita, a jurisprudência, “[...] é o conjunto uniforme e constante das decisões judiciais sobre casos semelhantes”. Ressalta, ainda, que jurisprudência não é uma decisão isolada, mas um conjunto de sucessivas decisões com teor semelhante ou uniformes, as quais podem gerar um “acordo” ou acórdão.

Segundo Atienza (1979), há uma multiplicação acelerada de leis paralelas, do acervo legislativo, que pode ser atribuída, em grande parte, pela rapidez com que se passou a legislar, fruto da “transitoriedade”. Implica em um descaso na busca pela melhor técnica. Considera essa multiplicidade de leis, um defeito na legislação brasileira, acompanhado de imperfeições no redigir, frequentes modificações em leis, decretos-leis (na época do livro)<sup>4</sup>, artigos, parágrafos, incisos de atos, etc.

Adeonato (1999) considera os livros e artigos especializados (doutrina), como as principais fontes de pesquisa. Segundo este autor, os livros e manuais costumam ser mais utilizados pelos juristas brasileiros do que artigos. Destaca, a legislação, a jurisprudência e os casos práticos, como as referências que dão maior peso e tornam mais clara e eficiente no trato dos problemas.

Ressalta-se, ainda, a constante transformação das fontes de direito, do aspecto universal e inegável da multiplicação das leis, em que se criam, alteram e revogam tantas leis. As modificações frequentes, o crescimento acelerado do acervo legislativo é devido:

“[...] à crescente necessidade de pronto ordenamento de novos fatos sociais em constante mutação, decorrente da evolução tecnológica, notadamente no campo das comunicações, fator que tem feito apressar, pelo conhecimento rápido das coisas que vão acontecendo, o aparecimento de

---

<sup>4</sup> Decreto-lei era uma forma *anômala* de legislação elaborada pelo Poder Executivo, como fruto de um período ditatorial ou de exceção, em situações especialíssimas (ATIENZA, 1979). A Constituição Federal de 1988 (art. 62 caput, § 3 e § 7) substituiu o poder legislador do executivo pelas Medidas Provisórias que tem validade de 60 dias (prorrogáveis por igual período), podendo ser “derrubadas” (vetadas) pelo Congresso (BRASIL, 1988).

novas situações e exigências no campo das relações sociais.” (ATIENZA, 1979, p.62).

Para Marques (2001) pesquisar em Direito, que deveria ser algo simples e hermenêutico, uma prática natural, intrínseca à área, é por vezes complexo, egoísta, e exclusividade de poucos. Segundo a autora, há certa dificuldade em pesquisar Direito hoje em dia, residindo o entrave principal nos seus métodos de pesquisa, apesar de seus resultados também serem controversos.

No século XIX, passou-se a defender que somente o que poderia ser medido e comparado, explicado de forma positiva, com estudos empíricos e quantitativos, teria validade científica, contra toda metafísica e especulação filosófica. O Direito, inicialmente, continuou a utilizar os mesmos métodos de investigação e descoberta, privilegiando o método hermenêutico, dogmático e dedutivo, resultando uma crise na validação da pesquisa jurídica. Tal método hermenêutico e tradicional do Direito é considerado problemático, não científico ou não-válido; juristas e doutrinadores, produtores do conhecimento jurídico, passam a ser menosprezados (MARQUES, 2001). Ainda sobre a visão da pesquisa em Direito, a autora ressalta que:

Em nossas Universidades ainda hoje encontramos alguns que Opensam que o caráter científico (da pesquisa) depende do uso de métodos empíricos. Criticam os juristas e seus métodos, criticam sua falta de dedicação à pesquisa, à Universidade, sua baixa produção “científica”, sua preocupação com a prática, sua falta de profissionalismo. Mal ou bem este menosprezo estrutural pelo método hermenêutico usado no Direito contribuiu para o isolamento (e fechamento) do pensamento, do discurso e das atividades científicas dos juristas nas Universidades. [...] As Faculdades de Direito passaram a valorar e a elaborar seu pensamento científico de forma distinta das demais ciências sociais [...] A pesquisa era individual, por interesse próprio dos docentes ou comercial das editoras, sem chegar aos alunos e muito menos aos colegas de outras áreas. (MARQUES, 2001, p. 69).

Hoje, superados os preconceitos, os juristas têm repensado seu papel, têm se esforçado pelo pluralismo de pensamento e multiplicação da pesquisa jurídica, aceitando a utilização de diferentes métodos e produzindo pesquisa de forma semelhante a outras ciências sociais. Contudo, ainda se verifica a existência de um isolamento em sua ciência (MARQUES, 2001).

Segundo Adeodato (1999) o ensino jurídico tem passado por uma transformação estrutural, que tem provocado muitos debates. O Direito tem sido sistematicamente esquecido, sendo a pesquisa jurídica das mais atrasadas do país. Embora Direito seja um dos cursos mais importantes e procurados, os investimentos



governamentais na área são irrisórios. Tal fenômeno deve-se a diversos fatores, das quais se destaca: “a profissionalização (e mesmo proletarização) da profissão, mercantilismo nos cursos jurídicos privados, omissão do Estado e da sociedade, [...] esvaziamento qualitativo do corpo docente jurídico [...]” (ADEODATO, 1999, p. 143), o “isolamento em relação a outras disciplinas das ciências humanas e uma peculiar confusão entre prática profissional e pesquisa acadêmica” (NOBRE, 2005, p. 4).

Ainda sobre a problemática da pesquisa jurídica, Adeodato apresenta:

Além da ignorância sobre como pesquisar e como apresentar os resultados de suas pesquisas, os juristas estão em geral tão envolvidos com problemas práticos do dia-a-dia que não têm tempo para estudos mais aprofundados. A pesquisa toma tempo, exige grande dedicação e as recompensas imediatas são poucas, ainda que seu resultado, o saber, seja extremamente útil no tratamento de problemas práticos do dia-a-dia (ADEODATO, 1999, p. 143).

Segundo Rodrigues (2005) um grande problema é a metodologia de pesquisa extremamente formalista, em que há maior preocupação na produção material e formal dos documentos, do que com a pesquisa em si, em seu processo de localização, recuperação, leitura, compreensão, análise, interpretação, ordenação, sistematização, de reelaboração do conhecimento adquirido e produção de conhecimento novo. O que, segundo o autor, se traduz no fato de que, “na prática não se tem pesquisa no ensino superior, pelo menos na área de Direito. O que se tem é apenas um 'recorta e cola' de manuais, que sequer deveriam ser utilizados como fonte de pesquisa, fosse ela séria.” (RODRIGUES, 2005, p. 12).

Sobre as obras jurídicas, Adeonato (1999) destaca que a originalidade científica deve ser uma meta, independente da dimensão ou a pretensão do texto a ser produzido. Escreve ainda, que os autores tendem a ampliar de forma exagerada seus temas, fato que, segundo ele, não se presta ao trabalho científico e que, assim, perdem em precisão e acuidade e exigem muita experiência. Para o autor, na pesquisa jurídica não se deve separar a “teoria” da “praxis”. Ele argumenta que ao passo que o Direito se constitui de matéria eminentemente prática, os juristas mencionam pouco a “prática” do direito, no sentido que, em seus trabalhos “teóricos”, eles dificilmente utilizam suas experiências práticas enquanto operadores jurídicos, como confirmação empírica, o que, em outras áreas, é uma metodologia presente.

Para Rodrigues (2005, p. 13):

[...] a pesquisa, na área de Direito, precisa ser vista em suas várias dimensões, incluindo necessariamente a pesquisa técnico-profissional. E em todas elas, para que seja adequada, não pode ser confundida com simples leitura e compilação de manuais escolares e coletâneas, sem critérios, de jurisprudência.

Na pesquisa do Direito não se busca confirmar hipóteses, mas sim encontrar argumentos para sustentar a hipótese que vai ser estudada e defendida e é, por esta razão, argumentativa, defende posicionamentos, não prova verdades. “A hipótese é sempre confirmada, porque em Direito não se descobre, se justifica. E isso não é pesquisa científica; mas é a pesquisa que tem sentido para o mundo do Direito.” (RODRIGUES, 2005, p. 13).

Abordada a questão da pesquisa no Direito, a seguir passamos a refletir sobre a ética na produção científica.

## 2.5 ÉTICA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Segundo Medeiros e Silva (2011), a ética tem em sua essência valores que guiam o comportamento dos indivíduos, mas não se limita, tão somente, a um conjunto de regras e valores, nem ao estudo do comportamento humano. Os autores apontam ainda que:

A ética não deve ser posta, apenas, no plano abstrato, em que se busca o seu aprimoramento teórico, bem como não pode servir para engrandecer os discursos. Pelo contrário, deve ser utilizada para fortalecer a moral e inspirar as condutas humanas voltadas para a prática do bem, para o ético. (MEDEIROS; SILVA, 2011, p. 254).

O objetivo principal da pesquisa científica é a produção do conhecimento. Segundo Spink (2012, p. 39), ao produzir um conhecimento científico “[...] assumimos simultaneamente questões éticas (como pensamos que a vida deve ser vivida) e morais (o que entendemos como bem e mal, justo e injusto).” Questões éticas não se valem tão somente na produção científica, em como produzir, mas ainda, sobre como comunicar e publicar esse conhecimento.

Percebe-se a preocupação em lidar com questões éticas e morais, e integridade em pesquisa no Brasil, visto o surgimento de diversos códigos de ética e

conduta para pesquisa e integridade na publicação científica, desenvolvidos a partir da necessidade de discutir e buscar práticas éticas e morais no cotidiano.

A questão da integridade na pesquisa vem sendo discutida, a partir da percepção que as tecnologias trouxeram facilidades na disseminação da informação e avanços do conhecimento e favorecem também situações que interferem nos padrões de qualidade, que prejudicam o trabalho científico, bem como, comprometem a reputação dos autores e das instituições (BAPTISTA, 2015).

Para Spink (2012), a comunidade científica está a enfrentar três desafios. Em primeiro, a crescente subordinação de áreas a grupos econômicos poderosos que fornecem estímulos financeiros e direcionam, pressionam e criam exclusividade. Segundo, a dificuldade em lidar com as pressões criadas pelos próprios pesquisadores, na busca por recursos, posições acadêmicas e pelas universidades, preocupadas com suas colocações e produtividade acadêmica. E em terceiro as pressões por mais transparência, a responsabilidade ética que as comunidades científicas têm para com a sociedade, nos limites de suas certezas.

Dentre estes, a qual se destaca a pressão para a produtividade e aumento na publicação, que causam grande impacto na ciência, o autor apresenta:

A dificuldade é entender o que a produtividade representa diante uma tendência quase hegemônica de medi-la pela quantidade de publicações em revistas e editoras de excelência, que, por sua vez, também competem entre si em termos de fator de impacto. A quase inevitável consequência tem sido um aumento de publicações compartilhadas entre múltiplos autores, programas de pesquisa cujos resultados são fatiados em múltiplos artigos e exemplos crescentes de plágio e autoplágio. (SPINK, 2012, p. 41)

A partir do momento em que a medida da produtividade das instituições de pesquisa se dá através da contagem do número de publicações, acabou-se por criar uma obsessão pela avaliação da pesquisa, através da quantificação da produção (RUSSO, 2014). Pode-se dizer que a grande preocupação está na quantidade, por vezes, em detrimento da qualidade. Tal fator gera excessiva competitividade e aumenta a fragmentação de publicações, que podem comprometer o comportamento ético dos pesquisadores e a integridade na pesquisa.

Os pesquisadores precisam produzir e publicar para serem conhecidos e reconhecidos. Biojone, discorrendo sobre o assunto, afirma:

Os pesquisadores que mais produzem artigos, normalmente, ganham prestígio e reconhecimento, o que favorece sua ascensão na carreira, chegando a obter postos-chaves no cenário da pesquisa de seus países. Para eles, publicar em periódicos científicos reconhecidos internacionalmente, ou indexados em bases de dados de renome internacional, significa conseguir, além de sua certificação como pesquisador, a certificação de seu trabalho científico, garantindo a propriedade do objeto de pesquisa. Publicar artigos, atualmente, é prova de atividade científica e acadêmica, o que pode garantir uma boa avaliação do pesquisador pelas universidades e agências de fomento – avaliação essa que varia de acordo com o periódico em que se publica o artigo, ainda que, muitas vezes, o fato de publicar não signifique que a informação científica ali vinculada seja original ou de boa qualidade (BIOJONE, 2003, p. 45).

Esse pensamento de que os autores devem publicar para serem citados e reconhecidos, aparece com o surgimento da expressão *publish or perish*, que ocorreu nas décadas de 1930 e 1940, primeiramente no contexto industrial-empresarial e depois acadêmico. No contexto industrial-empresarial refere-se à implementação de inovações no modo de produção da sociedade capitalista, onde a produção passa exigir uma produtividade em ritmo acelerado, representado pela linha de montagem, na direção de “progredir ou perecer”. Caso o produtor não consiga alcançar os índices de produtividade previamente estabelecidos, ele perece com a perda do emprego ou devido as consequências das condições de (sobre) trabalho (ZUIN, BIANCHETTI, 2015).

No campo acadêmico, estima-se que teve origem na obra *The academic man: a study in the sociology of a profession*, do sociólogo americano Logan Wilson, publicada em 1942. O sentido de *publish or perish* passou a ser concebido pela imposição da publicação como forma de sobrevivência e permanência do pesquisador (ZUIN, BIANCHETTI, 2015).

Segundo Russo (2014, 194), “[...] a fraude não é produto apenas da pressão sobre os pesquisadores impulsionados para a publicação selvagem. A fraude só existe porque existe um meio que lhe é favorável.” Assim, pode-se dizer que de alguma forma, há uma permissividade, uma tolerância, seja por medo de escândalos, jogos de relação e poder, proteção de poderosos, de proteção em rede pelo coletivo. Para a autora, “[...] os diferentes valores que vêm sendo atribuídos à prática científica – onde a quantidade parece superar a qualidade – têm levado a uma erosão da ética e integridade na pesquisa.” (RUSSO, 2014, p. 195). A autora apresenta, ainda, que há de se ter como valor a responsabilidade na prática

científica, a consciência de nossos atos e suas consequências, de forma a opor-se a fraude, direcionando a investigação científica na direção da ética. Ela afirma que:

Deveríamos pensar não só em instaurar câmara de integridade de pesquisa, mas promover com maior frequência o debate sobre ciência, responsabilidade científica, garantindo a presença de cientistas, alunos, instituições, editores, juristas e também demais atores da sociedade. Esse tipo de debate ainda é bastante tímido nas instituições de pesquisas e mesmo nos grandes congressos temáticos raramente se vê espaço para debater questões de ética e integridade, sendo todas as chamadas voltadas unicamente para trabalhos de análise de dados. Ao mesmo tempo, os valores dados aos critérios de publicação científica e classificação de autores deveriam urgentemente voltar-se para o quesito *qualidade* ao invés de *quantidade*. (RUSSO, 2014, p. 196, grifo do autor).

A produção científica, a publicação pautada em preceitos éticos, gera maior confiança e credibilidade. Segundo Irizaga e outros (2018, p. 149), “[...] além de ser reconhecida e citada, também traz prestígio para o autor, e ainda possibilita financiamentos para os projetos de pesquisa a ela associados”.

Para Medeiros e Silva (2011, p. 255), é necessário, urgentemente, “[...] uma reabilitação e conscientização, não só em relação aos estudos do conceito de ética, mas também da construção do seu sentido na prática, em busca de tornar os indivíduos mais humanos, menos individualistas [...]”. Os autores apontam, ainda, que a consciência individual do que é ética e do que é moral é de extrema importância na formação de um jurista, mas que o ensino jurídico, ou mesmo, a produção de conhecimento jurídico não parece se preocupar nesse sentido: “Não há uma preocupação nítida na formação de profissionais com alicerces éticos, morais e jurídicos, e sim apenas legalistas [...]”. (MEDEIROS; SILVA, 2011, p. 262).

O comportamento antiético, não se dá somente pelos autores, mas é, também, um comportamento presente no meio editorial, visto que há estudos que comprovam a inobservância pelos editores em verificar publicações e realizar avaliação de forma ética e desprovida de preconceitos, como vemos no estudo de Peters e Ceci.

## 2.6 UM CASO DE QUESTIONAMENTO DA ÉTICA DOS EDITORES NA PUBLICAÇÃO

Peters e Ceci, publicaram em 1982 um relato de experimentos que realizaram a partir de 1978 acerca de publicações de periódicos. A partir de uma discussão com

colegas, professores de uma pequena universidade norte americana, acerca de preconceito quanto à origem institucional dos autores que submetiam artigos para publicação em periódicos prestigiados de Psicologia, Peters e Ceci testaram se a aceitação ou rejeição de um manuscrito era determinada pelo prestígio do autor ou da instituição a qual este estaria ligado.

Realizaram, primeiramente, um experimento no mercado editorial de literatura e obtiveram a permissão de Jerzy Kosinski, autor do romance *Steps*. Apresentaram uma versão do manuscrito datilografado deste, sob o nome de um escritor *freelance*, e submeteram a quatorze editoras, incluindo a editora original do romance. Para tal empreitada, alteraram apenas o título e o nome de Kosinski no "novo" manuscrito. Obtiveram um resultado surpreendente, pois nenhum dos quatorze editores percebeu o truque! Todos rejeitaram o "manuscrito", apesar deste romance ter sido premiado pelo National Book Award de 1969. Apenas uma das editoras que receberam, percebeu uma certa semelhança estilística entre o "novato" proponente e o real e premiado autor...

Na sequência da investigação sobre a existência de preconceitos nas práticas de publicação, selecionaram vários artigos publicados em datas próximas ao experimento, em periódicos de psicologia de prestígio. Realizaram a substituição do nome do autor por um nome desconhecido e parafrasearam o título, de forma a disfarçar e não permitir a detecção mecânica do plágio. Criaram um falso centro de pesquisa e alugaram uma caixa de correio, para que os editores não conectassem os manuscritos a instituições reais.

No primeiro experimento, submeteram treze manuscritos de artigos à avaliação dos editores que os publicaram originalmente. Resultado: quase nenhum dos editores reconheceu os manuscritos como aqueles recentemente publicados em seus periódicos. Na maioria dos casos rejeitaram, apontaram falhas nos gráficos, análises, teorização, etc. A fase seguinte pretendia examinar artigos originalmente rejeitados e verificar se seriam aceitos, caso a autoria fosse mascarada de uma pessoa real desconhecida para um "falso autor", um acadêmico eminente. Esta fase não se efetivou, porque um dos editores acabou por detectar a fraude. Em razão desta detecção, esse estudo foi muito discutido, visto que os pesquisadores Peters e Ceci vieram a público e apresentaram seus objetivos e suas razões metodológicas. Comprovaram a existência de preconceitos ligados à origem institucional das

pesquisas e incentivaram com seu estudo a adoção da prática de *double blind review*.

Publicações revisadas por pares são moedas de troca entre os acadêmicos. O sucesso em publicar em periódicos, particularmente, os principais periódicos, é parte integrante de tudo que é valorizado na academia – contratação (no sistema americano), pontuação em concursos públicos (no caso brasileiro), recondução, estabilidade, promoção, aumentos salariais por mérito, reconhecimento profissional, prêmios. O estudo, apesar de incompleto, levantou dúvidas sobre a confiabilidade do processo de revisão por pares e sugeriu viés em favor de autores de alto *status* e de suas instituições. Os resultados levantaram o espectro de um processo não confiável.

Visto este caso e a questão ética da problemática em relação à publicação científica, passaremos a discutir um pouco mais sobre o plágio e autoplágio.

## 2.7 PLÁGIO E AUTOPLÁGIO

O plágio não é algo recente, desde a antiguidade já existiam plagiadores. O termo “plagiário vem do latim *plagiarius*. Era quem, na Antiga Roma, roubava escravos ou vendia como escravos indivíduos livres. O vocábulo tem sua origem na *Lex Fabia ex plagiariis*”. A expressão foi trazida ao campo literário e a partir daí, com a evolução etimológica, passou a ter um desvio pelo vocábulo *plagium*, passando a significar de forma metafórica, a apropriação fraudulenta, “o sequestrador de uma criação intelectual”. (MORAES, 2014, p. 93)

Conforme o Dicionário Houaiss (2009, p. 604), plágio é o “ato ou efeito de plagiar; apresentação feita por alguém, como de sua própria autoria, de trabalho, obra intelectual etc. produzido por outrem”. Pode ser entendido como o ato de copiar uma obra cultural, artística ou intelectual e não citar o autor, tomando como se fosse sua própria autoria. Por estas razões, o plágio é considerado uma modalidade de fraude, desonestidade, um ato de má-fé.

Para Baptista (2015), o plágio consiste na apropriação indevida dos direitos do autor, numa violação da propriedade intelectual, como utilização, edição e publicação, com vistas a reconhecimento ou remuneração, às custas do esforço e dedicação de estudos de alguém.

Do ponto de vista jurídico, o plágio se configura como uma apropriação ilegal de obra alheia, e as legislações existentes visam garantir os direitos do autor e inibir o uso indevido de obras.

A Constituição Brasileira, no artigo 5, inciso XXVII, estabelece que “aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;” (BRASIL, 1988).

No Código Penal Brasileiro, com redação dada pela Lei nº 10.695, de 1º de julho de 2003, em seu artigo 184 estabelece que: “Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.” (BRASIL, 2003).

A Lei nº 9.610/98, também conhecida como Lei de Direitos Autorais, estabelece e limita os direitos dos autores, coautores, editores e produtores. No artigo 28, apresenta que “Cabe ao autor o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica.” e no artigo 29, complementa que “Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades [...]” (BRASIL, 1998).

Para Moraes (2014), “o plágio representa o mais grave ilícito contra a propriedade intelectual. É mais grave do que a contrafação (pirataria), pois envolve questões éticas que ultrapassam aspectos meramente econômicos, ligados a investimentos de grupos empresariais.”

Diversos autores apresentam diferentes nomenclaturas e tipologias de plágio. Conforme levantamento e adaptações feitas por Krokosz (2014) da tipologia utilizada pelas melhores universidades ao redor do mundo, o plágio pode ser dividido em:

- a) Plágio Direto, reprodução literal, cópia fiel do texto original, sem identificação de autoria;
- b) Plágio Indireto, reprodução das ideias do texto original, escritas de forma diferente, paráfrase, sem identificar a fonte original;
- c) Plágio Mosaico, junção de fragmentos de diferentes fontes, conectadas através da mistura de palavras, conjunções, preposições;
- d) Plágio Consentido, apresentação de trabalhos, como sendo de autoria própria, quando na verdade foram comprados ou cedido por outros;
- e) Plágio de Chavão, utilização de chavões, frases de efeito, expressões, elaboradas por outros autores;



- f) Plágio de Fontes, reprodução de citações apresentadas em outros trabalhos, citar uma fonte sem ter consultado de fato;
- g) Autoplágio, reprodução de trabalhos de autoria própria, já apresentados anteriormente.

Segundo o autor, manifestações de plágio direto, plágio mosaico e plágio consentido, a fraude é mais evidente, configurando tais tipos como comumente realizados de forma intencional, enquanto os demais tendem a ocorrer de forma mais acidental, por serem mais desconhecidas e consideradas incomuns, e até polêmicas, destacando o caso do autoplágio (KROKOSCZ, 2014).

Em verdade não existe um consenso da tipologia do plágio, pois para alguns, determinadas modalidades podem não ser caracterizadas plágio, como os trabalhos apresentados que foram cedidos ou comprados do autor, ou no caso do autoplágio, do uso diverso de uma publicação pelo próprio autor. Em ambos os casos, o autor está ciente do uso da obra, não há apropriação indevida de autoria que configura o plágio. O autoplágio pode ser visto como uma prática que não é passível de infração, prática que não se caracteriza plágio, em que ao autor pertence sua obra e que pode utilizá-la como quiser, pois os direitos autorais lhe pertencem.

De fato, o termo autoplágio parece inadequado, visto que plágio é roubo, e a ideia de roubar de si mesmo não faz muito sentido como o termo sugere. De qualquer forma, o reaproveitamento e a repetição de publicações parecem estar ligados a práticas bastante difundidas, não menos importantes, não desprezáveis, mas que exigem pronto combate (DOMINGUES, 2012).

A pesquisa e reconhecimento da variedade de tipologias é algo inusitado: existe uma compreensão sobre o problema, a qual, entretanto, é limitada. Convencionalmente se verifica o “copia e cola”, mas pouco se identifica e analisa o plágio de outras maneiras (KROKOSCZ, 2014). Percebe-se que acaba por ser uma parcela pequena de constatações de plágio, em relação ao que de fato ocorre. Ao mesmo tempo que se tem discutido a questão do plágio, considerada uma prática inaceitável, pouco se investiga sua ocorrência. Por vezes, não se reconhece seus diferentes tipos e formas, havendo pouco controle e combate, o que acaba por tornar esta prática comum, que de certa forma favorece um ou mais indivíduos, mas que prejudica a pesquisa científica e a ciência.

Embora muitos desconsiderem o autoplágio, há de se destacar sua existência, da qual se classificam em diferentes tipos, conforme a forma que se apresenta. Os autores Ana Gimenez, Claudemir Gimenez e Vanessa Bortulucce (2015), através de um artigo sobre publicações com o tema autoplágio, constataram que este pode ser dividido em quatro tipos:

- a) Publicação duplicada ou redundante: consiste no envio, pelos autores, de um mesmo trabalho para diferentes periódicos;
- b) Publicações fracionadas: sem justificativa relevante, publicar um mesmo estudo de forma separada, em partes, dividindo um estudo em diversos artigos, apenas para ter múltiplas publicações;
- c) Publicação aumentada: acrescentar dados a trabalhos anteriormente publicados para dar uma "repaginada" ao texto, para que pareça atual, quando, na verdade, apresenta resultados já discutidos em trabalho anterior.
- d) Reciclagem texto: utilização de partes de textos já publicados, repetição do que foi dito anteriormente.

No âmbito internacional segundo Vasconcelos (2007, p. 5), “[...] a definição de plágio aceita pelas agências de fomento americanas e europeias é bastante rigorosa e demanda originalidade na produção textual”, sugere uma política de “tolerância zero” em relação ao plágio, ao passo que este, na forma de cópia não exata ao original apresenta um tipo difícil de ser detectado. A autora, relatando sobre a publicação brasileira em periódicos estrangeiros, das publicações em periódicos indexados no *Thomson Scientific* apresenta que “não se sabe se há trechos plagiados nessas publicações nem mesmo o quanto de auto-plágio existe nessa fração, já que isso não foi investigado.” (VASCONCELOS, 2007, p. 5).

A prática do plágio, mesmo o autoplágio, como já afirmamos, a depender do objetivo da revista, prejudica a ciência e compromete o desenvolvimento de estudos inovadores ou contributivos. A repetição de algo que já se sabe, algo que já foi escrito, seria contributiva para a ciência jurídica? O autor com o intuito de publicar em diferentes publicações, seja com vistas a maior disseminação ou reconhecimento acaba, por vezes, a perder a credibilidade e confiabilidade. A maior parte da comunidade editorial proíbe de forma expressa, o envio simultâneo de textos originais para diferentes periódicos, a republicação de periódicos ou publicações duplicadas, pois afetam a confiabilidade das avaliações (MIGLIOLI, 2012).

Sônia Vasconcelos (2007) apresenta o caso de um pesquisador, Mostafa Imam, que publicava *papers* sobre algas, durante 20 anos, autoplagiando várias imagens, figuras de algas de um determinado lugar, apareciam como de outro. Com a descoberta de seus plágios sua reputação foi destruída, ficou impossibilitado de submeter para o periódico, e comprometeu o estudo na área de micropaleontologia. Desde a Antiguidade, os praticantes de plágio já sofriam, com “[...] sanções morais aos plagiadores, que sofriam repúdio público, desonra e desqualificação nos meios intelectuais.” (MORAES, 2014, p. 93)

Para Miglioli (2012), é recorrente o questionamento acerca da integridade ética na comunicação científica e duplicidade de publicações, assim como, há muitas incertezas acerca das definições canônicas de originalidade e ineditismo vinculados aos periódicos científicos. Segundo a autora:

Autores reconhecem que um número consistente de publicações é desejável para a manutenção e florescimento da carreira acadêmica, mas a duplicidade, ou seja, a submissão simultânea ou publicação de um mesmo trabalho em diferentes veículos de comunicação científica, pode causar efeito negativo. Ainda que não seja má intenção, o desejo de um autor em incrementar sua produtividade pode esbarrar na ética acadêmica, além de impor uma responsabilidade indevida sobre editores e revisores. (MIGLIOLI, 2012, p. 378).

O plágio sempre existiu, mas nem sempre foi visto de forma pejorativa, considerado uma prática reprovável ou criminosa. Russo (2014) considerava que essa prática já foi vista como parte da aprendizagem, onde a apropriação era necessária. Hoje, no entanto, é considerado um ato moralmente condenável, enquadrado como um tipo de fraude inadmissível dentro de um contexto sobre a discussão da ética e integridade da pesquisa científica.

Encerradas nesta seção as principais questões teóricas sobre nosso tema, na seção seguinte descreveremos nossa metodologia para identificar casos de republicações de artigos a área de Direito do Trabalho brasileiro.

### 3 METODOLOGIA

A apreciação simples da realidade cotidiana é um conhecimento popular ou empírico, já o estudo profundo e metódico da realidade é considerado conhecimento científico (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 13), “Metodologia científica é o estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas.” Segundo as autoras, a metodologia tem como atividade a pesquisa, caracterizada pela relação de apropriação entre o sujeito e o objeto.

Segundo Minayo (2009, p. 9), “[...] a ciência é a forma hegemônica de construção da realidade, considerada por muitos críticos como um novo mito, por sua pretensão de único promotor e critério da verdade” por meio dela há a possibilidade de responder questões, na qual os cientistas estabelecem “[...] uma linguagem fundamentada em conceitos, métodos e técnicas para compreensão do mundo, das coisas, dos fenômenos, dos processos e das relações”. Apresenta ainda que, não há uma regularização no que diz respeito ao processo de construção de conhecimento, pois a cientificidade não se reduz a somente uma forma, mas, diversas maneiras concretas e potenciais de realização do conhecer.

A metodologia pode ser entendida como o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade que inclui, ao mesmo tempo, “[...] a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade).” (MINAYO, 2009, p. 14).

Para Gil (2008), a característica determinante de distinção do conhecimento científico dos demais é a sua verificabilidade, através da identificação das operações mentais e técnicas necessárias, ou seja, determinar o método, o caminho para chegar a esse conhecimento.

Por meio da definição de métodos, podemos compreender o caminho, a forma, o modo de pensamento. Segundo Prodanov e Freitas, (2013, p. 26) “Eles [os métodos] esclarecem os procedimentos lógicos que deverão ser seguidos no processo de investigação científica.”

Existem diferentes tipos de pesquisa, cada qual com seus procedimentos e peculiaridades, que dependem do pesquisador, da natureza da pesquisa, do objeto

de pesquisa, do fim a que se destina, do contexto, tempo e ambiente em que se desenvolve, dos recursos financeiros, materiais e humanos, etc.

Quanto à natureza da pesquisa, esta pesquisa configurou-se como básica, uma vez que não teve em vista a resolução de um problema do âmbito da sociedade, mas buscou verificar e explorar a temática. A pesquisa básica objetiva gerar conhecimentos novos, sem previsão de aplicação prática, mas trazer conhecimentos úteis para o avanço da ciência, de forma a envolver verdades e interesses universais, não interesses específicos de determinados locais (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Segundo os objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, com vistas a tornar explícito o problema. Gil (2008, p. 27) aponta que “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. A pesquisa exploratória não exige um planejamento tão rígido e é desenvolvida a fim de proporcionar uma visão geral aproximada sobre determinado tema, sendo comumente realizada quando o tema é pouco explorado (GIL, 2008).

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, caracterizou-se como pesquisa documental, na busca dos periódicos brasileiros de Direito. A pesquisa documental tem documentos como fonte de informações. Para Gil (2008, p. 51), diferentemente da pesquisa bibliográfica, que utiliza principalmente contribuições de diferentes autores sobre um assunto, “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaboradas de acordo com os objetivos da pesquisa.” Obviamente, que toda pesquisa envolve um estudo bibliográfico, pois necessita de um referencial teórico, mas como método de pesquisa em si, esta será documental.

Tem como primeiro passo a exploração das fontes documentais, para uma avaliação crítica, que leva em consideração diferentes aspectos do documento. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 56), a investigação dos documentos como fonte de informação, engloba: “[...] observação (crítica dos dados na obra); leitura (crítica da garantia, da interpretação e do valor interno da obra); reflexão (crítica do processo e do conteúdo da obra); crítica (juízo fundamentado sobre o valor do material utilizável para o trabalho científico).”

Categorizada quanto à abordagem do problema, na forma de pesquisa quantitativa, pois foram analisados dados com uso da quantificação. Segundo Prodanov e Freitas (2013) na pesquisa quantitativa, tudo pode ser quantificável, ou seja, as informações são traduzidas em números, de forma a classificá-las e analisá-las. Os autores apresentam que, este tipo é empregado em várias pesquisas pela facilidade em descrever a complexidade de um problema, em analisar a interação entre variáveis, compreender e classificar processos, permitir uma interpretação com maior profundidade.

Este estudo utilizou base amostral, como explicaremos na subseção a seguir.

### 3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A área do Direito é uma grande área, que compreende diferentes temáticas e ramificações específicas, que configuram um número muito extenso de publicações e periódicos, sendo inviável de pesquisa. Para tanto, se faz necessário a delimitação do objeto de pesquisa. Para tal, foi utilizada uma amostra, definida por Marconi e Lakatos (2003, p. 163), como “[...] uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); um subconjunto do universo.” Aqui entendemos que o universo ou população - um conjunto definido de elementos - é composto pelo total de periódicos brasileiros de Direito, e a amostra selecionada para a pesquisa, uma parte do total. Esta amostra foi delimitada pelo recorte dos periódicos brasileiros de direito presentes no acervo da biblioteca jurídica do Tribunal Regional do Trabalho da 4<sup>a</sup> região (TRT4).

Selecionamos esta amostra – os periódicos brasileiros na área do Direito, pertencentes ao acervo da biblioteca do TRT4, localizado na cidade de Porto Alegre – em função da possibilidade de acesso da autora, a qual possui conhecimento prévio e familiaridade (por ter realizado estágio extracurricular naquela biblioteca) -, e pelo fato da biblioteca contar com um grande acervo de materiais jurídicos e assinaturas de periódicos, das quais muitos, devido à natureza da biblioteca, são focados na área de Direito do Trabalho. Cabe salientar que não foram analisados todos os periódicos que compõem seu acervo, mas um recorte temporal que cobriu aqueles publicados nos últimos cinco anos, devido ao grande volume de periódicos, e a limitação de tempo para realização da pesquisa.

### 3.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Existem diferentes procedimentos para a realização da coleta de dados, que variam de acordo com o tipo de pesquisa e as circunstâncias. A coleta de dados será realizada na forma de coleta documental, a partir da consulta ao catálogo da Biblioteca, que utiliza o software Siabi; as Bibliotecas Digitais da LTr e Revista dos Tribunais, que a biblioteca possui assinatura; bem como o seu acervo físico. Embora as informações possam ser acessadas no catálogo online - disponível ao público no endereço <http://www.siabi.trt4.jus.br> -, optou-se por coletar as informações por meio do software administrador, tendo em vista o conhecimento prévio e possibilidade de acesso, o que facilitou a coleta dos dados.

Na sequência da coleta, seguiram-se os seguintes passos: o acesso as bibliotecas digitais e ao catálogo online da biblioteca, a identificação e extração dos dados pertinentes à pesquisa, disposição dos dados em planilha e análise e interpretação dos dados e resultados.

Após a coleta, os dados foram analisados de forma sistemática, o que, segundo Marconi e Lakatos (2003), devem seguir alguns passos:

- a) a seleção, um exame detalhado dos dados, devendo ser feita uma verificação crítica, evitando informações confusas, distorcidas e incompletas;
- b) a codificação, técnica utilizada para categorizar dados relacionados, onde os dados podem ser tabelados, consiste na classificação e agrupamento de categorias;
- c) a tabulação, a disposição dos dados em tabelas, verificando facilmente as inter-relações entre eles, dessa forma poderão ser melhor compreendidos e interpretados de forma mais rápida.

### 3.2 AMOSTRA DA PESQUISA

Foram coletadas as informações sobre a consulta aos periódicos da coleção da Biblioteca, publicados nos últimos cinco anos, que compreendem as edições de janeiro de 2014 a dezembro de 2018. Para fins de delimitação, foram selecionados dentre os vinte periódicos mais consultados naquele intervalo, os dez títulos correntes. A seguir mostramos o quadro resultado deste procedimento metodológico.

Quadro 2 – Lista de periódicos com mais empréstimos na Biblioteca TRT4 – Período de 01/01/2014 a 31/12/2018

Ranking	Título	Nº. de empréstimos
1	<b>Revista LTr: Legislação do Trabalho</b>	927
2	<b>Justiça do Trabalho</b>	368
3	<b>LTr Suplemento Trabalhista</b>	360
4	Jornal Trabalhista Consulex	291
5	<b>Revista de Direito do Trabalho</b>	256
6	<b>Revista Síntese: Trabalhista e Previdenciária</b>	167
7	<b>Revista Trabalhista: direito e processo</b>	155
8	<b>Revista do Tribunal Superior do Trabalho</b>	140
9	Ciência Jurídica do Trabalho	129
10	Revista de Processo	127
11	RDT: Revista de Direito Trabalhista	98
12	Síntese Trabalhista	82
13	<b>Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região</b>	81
14	<b>Revista Magister de Direito do Trabalho</b>	73
15	<b>Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região</b>	70
16	Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	69
17	Repertório IOB de Jurisprudência: trabalhista e previdenciário	62
18	<b>Revista Fórum Trabalhista: RFT</b>	61
19	Revista dos Tribunais	56
20	Consulex: revista jurídica	55

Fonte: Criação da autora com base no relatório de estatísticas gerado pelo Siabi.

Dentre estes periódicos, optou-se por selecionar aqueles com publicação corrente no período já estipulado, dos quais verificou-se que os periódicos: Jornal Trabalhista Consulex, Ciência Jurídica do Trabalho, RDT: Revista de Direito Trabalhista e Síntese Trabalhista, tiveram sua publicação descontinuada durante o período. Destaca-se que a revista Justiça do Trabalho, parou de ser publicada com esse título em 2016, mas foi continuada sob o título de Revista Fórum Trabalhista. Desta forma, optou-se por considerar os dois títulos. Tendo em vista uma melhor verificação de correspondência de artigos, optou-se, ainda, por selecionar os periódicos que publicam mais especificadamente na área do Direito do Trabalho, em detrimento de periódicos com publicações em diferentes áreas do Direito. Sendo assim, foram selecionados os seguintes periódicos para análise:



Quadro 3 – Lista dos periódicos examinados para identificação de republicação

<b>Título</b>	<b>Qualis</b>
Justiça do Trabalho / Revista Fórum Trabalhista: RFT	C -
LTr Suplemento Trabalhista	C
Revista de Direito do Trabalho	B1
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	C
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	C
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	B5
Revista LTr: Legislação do Trabalho	C
Revista Magister de Direito do Trabalho	B1
Revista Síntese: Trabalhista e Previdenciária	C
Revista Trabalhista: direito e processo	C

Fonte: Criação da autora com base nos dados obtidos pela plataforma Sucupira.

Os dados foram coletados e dispostos em uma planilha eletrônica, visando organizar as informações, permitir melhor identificação e agrupamento, auxiliar na distinção de diferenças e na percepção de semelhanças.

Construída conforme modelo abaixo, destacaram-se os seguintes elementos:

Quadro 4 – Modelo de planilha de levantamento de dados

Periódico	Ano	Nº	Título	Autor

Fonte: Criação da autora

Buscou-se observar todos os artigos que correspondem à doutrina, publicados nos periódicos mencionados, excluídos publicações de jurisprudência e republicação de leis. Para tal, após a coleta dos dados pelo software, foi feita a verificação nos sumários dos exemplares, para garantir a inclusão de todos os artigos. Ressalta-se que foram coletados os dados dos exemplares que a biblioteca possui em acervo, o que não corresponde a todos os exemplares já publicados pelos periódicos, tendo em vista que, constatou-se que a biblioteca não possui alguns exemplares de determinados periódicos em seu catálogo/acervo, provavelmente devido a problemas de aquisição ou recebimento dos mesmos.

O passo seguinte foi a análise e interpretação dos dados descritivos coletados.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a análise e interpretação são duas atividades distintas, mas que estão relacionadas, sendo a análise, a tentativa de evidenciar relações que existem entre o que foi estudado e outros fatores; e a interpretação, entendida como a atividade intelectual que busca significar de forma mais ampla às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos. As autoras apresentam ainda que: “Em geral, a interpretação significa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema. Esclarece não só o significado do material, mas também faz ilações mais amplas dos dados discutidos.” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 168).

Nesta fase foi possível a visualização dos artigos e a verificação de títulos iguais, da republicação de um mesmo artigo em diferentes revistas, dos autores que tiveram seus artigos publicados e republicados.

#### 4 RESULTADOS DA PESQUISA

Foram coletados na pesquisa 3000 artigos, das quais 2957 são artigos em língua portuguesa e 43 em língua estrangeira, com periódicos em espanhol (39) e italiano (4). Os artigos subdividem-se entre os periódicos conforme quadro a seguir:

Quadro 5 – N° de artigos publicados em cada periódico

Periódico	N° de artigos por ano					Total
	2014	2015	2016	2017	2018	
Justiça do Trabalho / Revista Fórum Trabalhista	79	84	42 37	73	69	205 179
LTr Suplemento Trabalhista	105	147	114	104	102	572
Revista de Direito do Trabalho	61	47	58	99	124	389
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	22	19	20	24	26	111
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	18	16	16	16	39	105
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	65	46	49	62	54	276
Revista LTr: Legislação do Trabalho	97	95	98	104	98	492
Revista Magister de Direito do Trabalho	40	36	15	24	21	136
Revista Síntese: Trabalhista e Previdenciária	82	86	102	74	54	398
Revista Trabalhista: direito e processo	42	41	11	28	15	137
<b>Total</b>	611	617	562	608	602	3000

Fonte: Criação da autora com base nos dados da pesquisa

Dentre os 3000 artigos coletados, 2355 são de autoria individual, o que corresponde a 78,50% das publicações e 645 de autoria coletiva, sendo 21,50% do total de publicações. Dos autores, de forma geral, destacam-se no quadro a seguir, os 30 autores mais produtivos (profícuos).

Quadro 6 – Relação dos autores mais produtivos

	<b>Autor</b>	<b>Nº de publicações</b>
1	Gustavo Filipe Barbosa Garcia	113
2	Georgenor de Sousa Franco Filho	60
3	Sérgio Pinto Martins	54
4	Rúbia Zanotelli de Alvarenga	43
5	Francisco Ferreira Jorge Neto	37
6	Guilherme Guimarães Feliciano	36
7	Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson	36
8	Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante	35
9	Ben-Hur Silveira Claus	34
10	Jorge Luiz Souto Maior	30
11	Arion Sayão Romita	29
12	Enoque Ribeiro dos Santos	28
13	Cláudio Jannotti da Rocha	23
14	José Alberto Couto Maciel	22
15	Ney Stany Moraes Maranhão	21
16	Melchíades Rodrigues Martins	20
17	Ricardo Souza Calcini	20
18	Almiro Eduardo de Almeida	19
19	Amauri Cesar Alves	19
20	André Araújo Molina	18
21	Cláudio Armando Couce de Menezes	18
22	Valdete Souto Severo	18
23	Fernando Rubín	16
24	Rubens Cenci Motta	16
25	Carlos Henrique Bezerra Leite	15
26	Flávio da Costa Higa	15
27	Francisco Milton Araújo Júnior	15
28	Júlio César Bebber	15
29	Thereza Christina Nahas	15
30	Carla Maria Santos Carneiro	14

Fonte: Criação da autora com base nos dados da pesquisa

Segundo nossa análise, 1629 autores diferentes publicaram nas revistas examinadas durante o período, dos quais 817 (50,15%) publicaram somente de forma individual, 660 (40,52%) somente em autoria coletiva, e 152 (9,33%) publicaram tanto artigos individualmente como em coautoria. Dos 1629 diferentes

autores, se constatou que 208 (12,76%) republicaram alguma vez um mesmo artigo. Se comparado com o número total de publicações por autor, observa-se que os autores com maior republicação, são praticamente de igual forma os mais produtivos. Abaixo, quadro que apresenta os autores com mais republicações, em relação ao nº de artigos publicados mais de uma vez.

Quadro 7 – Autores com mais republicação

<b>Posição no quadro de mais produtivo</b>	<b>Autor</b>		<b>Nº de republicações</b>
1	1	Gustavo Filipe Barbosa Garcia	71
3	2	Sérgio Pinto Martins	38
4	3	Rúbia Zanotelli de Alvarenga	33
2	4	Georgenor de Sousa Franco Filho	30
5	5	Francisco Ferreira Jorge Neto	28
8	6	Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante	28
12	7	Enoque Ribeiro dos Santos	27
9	8	Ben-Hur Silveira Claus	25
6	9	Guilherme Guimarães Feliciano	22
11	10	Arion Sayão Romita	19
13	11	Cláudio Armando Couce de Menezes	15
27	12	Francisco Milton Araújo Júnior	15
10	13	Jorge Luiz Souto Maior	15
22	14	José Alberto Couto Maciel	14
18	15	Almiro Eduardo de Almeida	13

Fonte: Criação da autora com base nos dados da pesquisa

Analisadas as republicações, dos 3000 artigos coletados, foram identificados 772 artigos em duplicidade, os quais foram publicados duas ou mais vezes. Segue abaixo, quadro que demonstra a divisão desses artigos em duplicidade em cada ano e em cada periódico.

Quadro 8 – N° de artigos republicados em cada periódico

Periódico	N° de artigos por ano					Total
	2014	2015	2016	2017	2018	
Justiça do Trabalho / Revista Fórum Trabalhista	28	39	17 15	34	11	84 60
LTr Suplemento Trabalhista	22	44	43	27	7	143
Revista de Direito do Trabalho	7	6	7	9	11	40
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	7	8	5	6	4	30
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	5	9	9	4	4	31
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	6	11	5	4	10	36
Revista LTr: Legislação do Trabalho	26	27	27	32	24	136
Revista Magister de Direito do Trabalho	20	16	5	8	3	52
Revista Síntese: Trabalhista e Previdenciária	30	31	34	24	12	131
Revista Trabalhista: Direito e Processo	6	15	1	4	3	29
<b>Total</b>	157	206	168	152	89	772

Fonte: Criação da autora com base nos dados da pesquisa

Em comparação com o total de publicações, podemos verificar a porcentagem de artigos com republicações em cada periódico, das quais os artigos com republicação correspondem 25,73% do total de artigos coletados. As Revistas Magister de Direito do Trabalho e Justiça do Trabalho/Fórum Trabalhista, segundo os dados coletados, são as revistas que tem mais artigos com republicação com relação ao total de artigos. Cerca de 38% e 37%, respectivamente, dos artigos publicados pelas mesmas eram artigos com republicação. Já a Revista de Direito do Trabalho foi a que apresentou menor porcentagem de artigos republicados em suas publicações, conforme quadro abaixo:

Quadro 9 – Relação de republicação (%) por periódico

Nº de publicações	Nº de republicações	Republicação (%)	Periódico
136	52	38,24%	Revista Magister de Direito do Trabalho
384	144	37,50%	Justiça do Trabalho / Revista Fórum Trabalhista
398	131	32,91%	Revista Síntese: Trabalhista e Previdenciária
105	31	29,52%	Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região
492	136	29,64%	Revista LTr: Legislação do Trabalho
111	30	27,03%	Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
572	143	25,00%	LTr Suplemento Trabalhista
137	29	21,17%	Revista Trabalhista: Direito e Processo
276	36	13,04%	Revista do Tribunal Superior do Trabalho
389	40	10,28%	Revista de Direito do Trabalho

Fonte: Criação da autora com base nos dados da pesquisa

Analisadas as porcentagens em relação ao ano, o número de republicações foi maior no ano de 2015 (33,39), seguido por 2016 (29,89), 2014 e 2017 apresentaram valores próximos (25,70% e 25%, respectivamente). No último ano teve uma redução de republicações, 2018 apresentou 14,78%.

Quadro 10 – Relação de republicação (%) por ano

Nº total de artigos	Nº de republicações	Republicações (%)	Ano
611	157	25,70%	2014
617	206	33,39%	2015
562	168	29,89%	2016
608	152	25,00%	2017
602	89	14,78%	2018

Fonte: Criação da autora com base nos dados da pesquisa.

Analisados os títulos e conteúdo, teve-se como resultado que dentre os 772 artigos, 336 se tratavam de artigos republicados. Com relação a quanto um artigo foi republicado, na maior parte, os artigos foram republicados uma única vez, constando em dois periódicos, mas verificou-se que um mesmo artigo, foi republicado em até quatro vezes, constando em cinco exemplares. No quadro a seguir, podemos

perceber a frequência de republicação, quantas vezes um mesmo artigo foi publicado.

Quadro 11 – Frequência de artigos republicados

Frequência	Nº de publicações do mesmo artigo	%
261	2	77,68%
57	3	16,96%
11	4	3,27%
7	5	2,08%

Fonte: Criação da autora com base nos dados da pesquisa

Dos 772 artigos separados, verificadas republicações, constatou-se que 77,68% dos artigos foram republicados apenas uma vez, ou seja, dentre os 336 artigos, 261 artigos foram publicados em dois exemplares, 57 artigos foram publicados três vezes, 11 artigos quatro vezes e sete artigos foram publicados cinco vezes.

As republicações em sua grande maioria ocorrem sem qualquer alteração no título, mas ocorreram, ainda, artigos com títulos com pequenas alterações, mas com conteúdo em duplicidade. A seguir veremos alguns exemplos.

O artigo editado sob o título “Fundamentação exauriente x fundamentação analítica: aplicação ao processo do trabalho”, publicado em 2015 pela Revista Trabalhista: direito e processo, foi posteriormente publicado, em 2016, pela Revista do Tribunal Superior do Trabalho, sob o título “Fundamentação exauriente ou analítica: aplicação ao processo do trabalho”.

O artigo “O novo CPC e o processo do trabalho: falsas novidades e parâmetros de aplicação”, publicado em 2015, pela Revista Trabalhista: direito e processo, quando republicado, em 2016, pela Justiça do Trabalho, foi alterado o termo “novo CPC” para “NCPC”, no título e no corpo do texto.

O artigo “Tendências da reforma trabalhista na lógica inerente ao capitalismo” publicado em 2016, na Revista Síntese: Trabalhista e Previdenciária foi republicado pela mesma revista em 2017, sob o título “Tendências da reforma trabalhista na lógica inerente ao sistema capitalista”.

O artigo “Da construção normativa do assédio moral no ambiente laboral no ordenamento jurídico brasileiro” da Revista Síntese, em 2017, foi republicado com o



título “Da construção normativa do assédio no ordenamento jurídico brasileiro”, na Revista de Direito do Trabalho em 2018.

O artigo “Honorários periciais: análise crítica das mudanças oriundas da Lei nº 13.467/2017” da Revista Fórum Justiça do Trabalho, publicado em 2018: trata-se do mesmo conteúdo do artigo publicado duas outras vezes sob o título “Honorários periciais e a nova sistemática trazida pela Lei nº 13.467/2017” publicados pela Revista LTr e a Revista Síntese, no mesmo ano (2018).

Os casos citados acima trazem pequenas alterações, mas títulos muito similares. Percebe-se nestes exemplos e nas republicações em geral, que estas ocorrem, principalmente, no mesmo ano, acontecendo de alguns artigos o serem em anos diferentes, geralmente em anos consecutivos, em diferentes periódicos.

Assim como um dos exemplos destacados acima, ocorrem republicações de um mesmo artigo dentro de um mesmo periódico em edições diferentes.

Foi observada, ainda, a existência de publicações por alguns autores com títulos similares em seus respectivos trabalhos. Analisamos tais artigos, o que resultou não se tratarem de republicações todas as vezes. Em alguns destes casos, foi identificado autoplágio, visto que se tratava de reciclagem e atualizações, com uso de textos já publicados.

O artigo “Grupos societários no direito do trabalho: critérios de configuração e consequências” e “Grupos societários no direito do trabalho e a reforma trabalhista”, foram publicados no mesmo ano (2017), na Revista LTr e Revista do Tribunal Superior do Trabalho, respectivamente. Quanto a estes artigos, não se trata de republicação, cópia do todo, visto que além de títulos diferentes, possuem introduções diferentes, e acréscimos e modificações, mas, claramente, percebe-se o reaproveitamento de parte do texto.

Outros artigos semelhantes são “Trabalho intermitente - trabalho "zero hora" - trabalho fixo descontínuo”, de 2017 e “Trabalho intermitente - trabalho "zero hora" - trabalho fixo descontínuo: a nova legislação e a reforma da reforma”, de 2018, publicados pela Revista LTr, embora tenham títulos similares, não se tratam de republicações, com conteúdo igual, ainda que grande parte tenha sido reaproveitada do primeiro artigo, o segundo traz modificações e acréscimos.

O artigo “Lei n. 13015/2014 e inovações no processo do trabalho”, da Revista Magister e “Lei nº 13.015/2014: nova sistemática recursal trabalhista em face do novo Código de processo civil”, da Revista LTr, ambos publicados em 2014, tem

como foco o mesmo assunto e, embora grande parte do texto seja diferente, apresenta o aproveitamento de alguns parágrafos, assim como os artigos “Trabalho temporário e terceirização” e “Trabalho temporário, terceirização e quarteirização”, publicado no mesmo ano, pelo LTr Suplemento Trabalhista e Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª região, respectivamente. Os artigos “A restrição ao acesso à justiça na Lei nº 13.467/17” e “A restrição do acesso à justiça e a aplicação da Lei nº 13.467/17 no tempo” foram publicados em 2017 e 2018, respectivamente, pela Revista Fórum Justiça do Trabalho, com reutilização de algumas partes em ambos artigos.

Destacamos, ainda, que o artigo “Atualização monetária do FGTS” foi publicado, em 2014, em quatro periódicos diferentes e teve esse mesmo título publicado em 2015. Este último é diferente dos anteriores, e apresenta alterações, embora tenha se verificado a reciclagem de boa parte do texto.

O artigo “O critério de transcendência do recurso de revista e sua aplicação efetiva pelo TST”, publicado em 2018, tanto pela Revista do Tribunal Superior do Trabalho como pela Revista LTr, trata-se, sim, de republicação, mesmo título e mesmo conteúdo. Neste a autora menciona o artigo publicado sob o título “O critério de transcendência do recurso de revista” publicado pela Revista LTr, no mesmo ano, sendo este diferente, do qual ela apenas deu continuidade. Questiona-se o porquê destes dois artigos não terem sido numerados como sequência que, aparentemente, são.

Em sua grande maioria, nas republicações e nos casos de reciclagem, os artigos não apresentam nenhuma nota ou indicação de obra publicada anteriormente, ou que parte do texto foi extraída de outro trabalho. São raros os artigos que apresentam tal indicação, mas salientamos a presença de notas de republicação nos artigos: “Decisão e instrução: arts. 515 do CPC de 1973 e 1013 do CPC de 2015” e “A era da incerteza: o fim da medida provisória n. 808/2017”. No primeiro, publicado em 2015, no LTr Suplemento Trabalhista, foi identificado que, embora com algumas alterações, se tratava, praticamente, do mesmo conteúdo do artigo “Decisão e instrução”, publicado em 2014. Porém, foi identificada nota que apresenta *“este texto havia sido divulgado, em versão contemporânea ao CPC de 1973 e ao projeto que tramitava no Senado, na Revista Justiça do Trabalho, HS editora, número de dezembro de 2014. Agora está atualizado, considerando o novo CPC”*. No segundo, o mesmo título foi publicado Na Revista LTr e na LTr suplemento

trabalhista, em 2018, se tratando de uma republicação, dois quais no último (suplemento) consta nota “Extraído da Revista LTr do mês de maio/2018.” ou seja, trata-se de republicação, mas não um caso de autoplágio.

Foram analisados também os critérios apresentados pelas revistas, quanto à submissão e avaliação dos artigos. Dentre as quais, algumas não apresentam nenhuma instrução no que diz respeito à originalidade e ineditismo dos artigos a serem submetidos, outras demonstram uma “preferência” e há aquelas que exigem sua obrigatoriedade, embora, segundo os dados coletados, todas as revistas apresentem casos de republicação. Das que apresentam seus critérios, no geral, estes podem ser identificados em seus exemplares, porém também foi identificada apresentação dos critérios por meio de edital. Vejamos a seguir, o que os periódicos apresentam.

A Revista Trabalhista: direito e processo apresenta em suas regras para publicação de artigos científicos que estes “[...] devem ser, preferencialmente, inéditos no Brasil”. Na Revista Síntese: Trabalhista e Previdenciária não consta uma obrigatoriedade, mas, assim como a Revista Trabalhista, apresenta uma preferência, no item 3 das “Normas Editoriais para Envio de Artigos”, diz que “Será dada preferência para artigos inéditos [...]”. A Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, apresenta que “Serão priorizados os artigos inéditos” e que caso o artigo tenha sido divulgado anteriormente, deverá ser feita a referência no rodapé da primeira página.

A Revista de Direito do Trabalho apresenta “Normas de Publicação para Autores de Colaboração Autoral Inédita” dos quais apresenta que os autores devem enviar e ceder os direitos autorais das obras enviadas exclusivamente para a editora, e em seu item 2.2 apresenta que “O conteúdo Editorial encaminhado para a Editora Revista dos Tribunais não pode ter sido publicado nem estar pendente de publicação em outro veículo, seja em mídia impressa, seja em mídia eletrônica”.

A revista Justiça do Trabalho, enquanto com esse título, não apresentava nenhuma orientação, quando passou a ter nome de Revista Fórum Justiça do Trabalho passou a apresentar “Instruções para os autores”, dos quais orienta que “Os textos para publicação na *Revista Fórum Justiça do Trabalho* deverão ser inéditos e para publicação exclusiva. Uma vez publicados nesta revista, também poderão sê-lo em livros e coletâneas, desde que citada a publicação original. Rogase aos autores o compromisso de não publicação em outras revistas e periódicos.”.

A Revista Magister de Direito do Trabalho, no item 3 de seu “Edital de Submissão de Artigos” traz que “O artigo deve ser original [...]”. A Revista do Tribunal Superior do Trabalho, dá instruções aos autores em processo seletivo publicado em edital a cada trimestre. No último edital para o ano de 2018, em seu item 1.3 descreve que “Os artigos deverão ser inéditos, originais, inovadores e versarem sobre temas de Direito do Trabalho”. Nas revistas, Revista LTr: Legislação do Trabalho, LTr Suplemento Trabalhista e Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, não foram encontrados critérios, normas ou instruções aos autores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou as práticas de republicação de alguns periódicos do Direito brasileiro. Foram analisados os artigos publicados nos últimos cinco anos de dez periódicos da área de Direito do Trabalho, buscando identificar possíveis republicações, bem como o número de vezes que um mesmo artigo poderia ter sido republicado.

Quanto aos objetivos geral e específicos da pesquisa, os resultados obtidos demonstram que a republicação é uma prática presente na área do Direito. Ocorreu, por exemplo, um mesmo artigo ter sido publicado em até cinco títulos de periódicos, embora, ao que parece venha diminuindo, visto que no último ano o número de republicações foi o menor em relação aos anos anteriores.

No geral, os autores das republicações são aqueles que mais produzem. Em relação ao total de diferentes autores que publicaram, o número dos que republicaram é bem menor. Percebe-se, assim, que alguns autores publicaram vários artigos de forma duplicada. Questiona-se a partir destes dados e considerando pesquisas anteriores citadas neste TCC, se as republicações ocorrem devido à falta de cuidado dos autores em submeter um mesmo artigo a diversos periódicos, provavelmente sem aguardar o resultado de uma avaliação para, posteriormente, submeterem a outro periódico, em caso de negativa de aceite no primeiro.

Refletindo sobre a ética na produção científica, é difícil comprovar as reais intenções dos autores e as fronteiras daquilo que seria ético e o que seria legalmente permitido: seria por maior divulgação de um tema em prol do conhecimento ou maior visibilidade e prestígio do próprio autor? Acredita-se que a prática de republicação é considerada uma prática comum aos escritores do Direito. Os autores que mais republicam seriam aqueles que têm maior prestígio e reconhecimento, por sua posição profissional?

Ainda que, a prática das republicações possa ser “culpa” dos autores, cabe questionar também o papel dos editores e dos conselhos editoriais. Assim como, no famoso estudo de Peters e Ceci, os editores podem estar se deixando influenciar pelo prestígio do autor. A republicação, por vezes, em um mesmo periódico poderia, também, ser uma falta de cuidado, de critério e seriedade do editor. É possível que este tema deva ser abordado em estudo posterior, ao qual, imagina-se, adequar-se-

ia um estudo qualitativo com entrevistas aos editores, membros dos conselhos editoriais e avaliadores *ad hoc*.

Ainda quanto à ética e profissionalismo dos editores, analisados os periódicos que republicaram, constatou-se que todos apresentaram publicação de artigos não inéditos. Este ocorre mesmo aqueles que apresentam instruções aos autores, exigindo a submissão somente de artigos inéditos. Pela reincidência de republicações em alguns periódicos, percebe-se a falta de qualidade. Alguns destes parecem ser meras revistas comerciais, com o intuito de vender e lucrar, visto que não se preocupam em especificar critérios de submissão, e tampouco parecem ter algum conselho editorial, deixando muito a desejar em qualidade. Este fato se reflete em sua classificação, ao *Qualis* atribuído a estes periódicos.

Tal estudo corrobora para, como bibliotecária, tenha sempre um olhar crítico sobre a qualidade das publicações, não só sobre o domínio do Direito, mas sempre pensar, analisar, selecionar e fornecer aos usuários materiais de mais qualidade.

O estudo suscitou alguns questionamentos, dentre os quais, em relação à avaliação dos artigos dos periódicos: será que no domínio do Direito é feita a avaliação pelos pares? E ainda: esta avaliação, caso seja uma prática, se dá de forma *blind review*, omitindo-se os autores, como comumente realizada em outras áreas?

Visto que alguns conselhos editoriais das revistas, são compostos por quem também publica como autor, questiona-se se há convivência fluída, uma troca de papéis confusa entre editores, membros do conselho editorial e autores, visto que tais papéis ou posições não muito definidos, papéis permeáveis, que se interpenetram. Os editores e conselho editorial, cumprem seu papel, ou eles têm uma subserviência com os autores, com base num tráfego de influência, agem de forma política, com uma certa “camaradagem” ou jogos de interesse?

Estas questões não foram analisadas com profundidade, mas fica de sugestão para trabalhos futuros: analisar como funciona a avaliação e o papel dos conselhos editoriais no domínio do Direito do Trabalho.

Tem-se uma sensação ruim, de muito desleixo, em relação às boas práticas de publicação e ética da comunicação. É preciso, que os editores e comissões editoriais, tenham mais cuidado, compromisso e responsabilidade no fazer, revendo seus critérios e atuando de forma a garantir o cumprimento destes, para um agir ético, trazendo melhor qualidade e progresso na ciência do Direito.

## REFERÊNCIAS

- ADEODATO, J. M. L. Bases para uma metodologia da pesquisa em direito. **Revista CEJ**, Brasília, v. 3, n. 7, p. 143-150, jan./abr. 1999.
- ATIENZA, C. A. Documentação jurídica: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979. 266 p.
- BAPTISTA, D. M. Integridade da pesquisa: um desafio para todas as áreas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANCIB, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/31641>>. Acesso em: 30 abr. 2019.
- BARBALHO, C. R. S. Periódico científico: parâmetros para avaliação de qualidade. In: FERREIRA, S. M. S. P.; TARGINO, M. G. (orgs.). **Preparação de revistas científicas**: teoria e prática. São Paulo: Reichmann & Autores, 2006. p. 123-158.
- BIOJONE, M. R.. **Os periódicos científicos na comunicação da ciência**. São Paulo: Educ, 2003. 155 p.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 23 out. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 10.695, de 1º de julho de 2003**. Altera e acresce parágrafo ao art. 184 e dá nova redação ao art. 186 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, alterado pelas Leis nos 6.895, de 17 de dezembro de 1980, e 8.635, de 16 de março de 1993, revoga o art. 185 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, e acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.695.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.695.htm)>. Acesso em: 23 out. 2018
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9610.htm)>. Acesso em: 23 out. 2018.
- \_\_\_\_\_. Tribunal Superior do Trabalho. **Edital n. 2, de 2018**: Revista do Tribunal Superior do Trabalho : submissão de artigos. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho: caderno judiciário do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília, DF, n. 2541, p. 5319, 16 ago. 2018. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/142849>>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- CORDEIRO, H. C. D. Direito à informação: um estudo infométrico na base RVBI (1988-2010). 2012. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Niterói, 2012. Disponível em: <<http://www.ci.uff.br/ppgci/index.php/dissertacoes/2012>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

CÔRTEZ, P. L. Considerações sobre a evolução da ciência e da comunicação científica. In: POBLACION, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da. (Orgs.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. p. 35-55.

DOMINGUES, I. A questão do plágio e da fraude nas humanidades. **Ciência Hoje**, Campinas, p. 36-41, jan./fev. 2012. Disponível em: <[http://www.ivandomingues.com.br/wp-content/uploads/2017/02/wfd\\_1361220184512292585f6da-a\\_questao\\_do\\_plagio\\_e\\_da\\_fraude\\_nas\\_humanidades.pdf](http://www.ivandomingues.com.br/wp-content/uploads/2017/02/wfd_1361220184512292585f6da-a_questao_do_plagio_e_da_fraude_nas_humanidades.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2018.

GARCIA-ROMERO, A.; ESTRADA-LORENZO, J. A bibliometric analysis of plagiarism and self-plagiarism through Deja vu. **Scientometrics**, v. 101, n. 1, p. 381-396, out. 2014.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENEZ, A. M. N.; GIMENEZ, C.; BORTULUCCE, V. B. O direito do autor e o autoplágio: entre o lícito, ilícito e o antiético. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, abr. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/38311/o-direito-do-autor-e-o-autoplagio-entre-o-licito-ilicito-e-o-antietico>>. Acesso em: 18 set. 2018.

GONÇALVES, A.; RAMOS, L. M. S. V. C.; CASTRO, R. C. F. Revistas científicas: características, funções e critérios de qualidade. In: POBLACION, Dinah Aguiar; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. (Orgs.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. p. 165-190.

HOUAISS; A. Plágio. In: \_\_\_\_\_. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IRIZAGA, K. R. F.; et al. Questões éticas na comunicação científica. **PRISMA.COM**, Porto, n. 36, p. 148-164, 2005. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/3931>>. Acesso em: 24 set. 2018.

KROKOSCZ, M. **Outras palavras**: análise dos conceitos de autoria e plágio na produção textual científica no contexto pós-moderno. 2014. 160 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-03102016-103125/pt-br.php>>. Acesso em: 15 out. 2018.

LIMA, M. H. T. F. **Para a reconstrução epistemológica do direito à informação**: um estudo metainformacional da opinio juris brasileira contemporânea. 2006. 374 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)--Convênio UFRJ/ECO, CNPq/IBICT, Rio de Janeiro, 2004.



MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, C. L. A pesquisa em Direito: um testemunho sobre a pesquisa em grupo, o método “Sprechstunde” e a iniciação científica na pós-modernidade. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, v. 20, p. 63-89, 2001.

MEDEIROS, M. G.; SILVA, S. M. C. A ética, a moral e o direito: reflexões sobre a formação jurídica. **Orbis: Revista Científica**, v. 2, n. 3, p. 252-267, 2011.

MIGLIOLI, S. Originalidade e ineditismo como requisitos de submissão aos periódicos científicos em Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 378-388, set. 2012. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3372>>. Acesso em: 24 set. 2018.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: \_\_\_\_\_; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, Petrópolis, RJVozes, 2009. p. 9-29.

MORAES, R. O plágio na pesquisa acadêmica: a proliferação da desonestidade intelectual. **Revista Diálogos Possíveis**, Bahia, v. 6, n. 2, p. 91-109, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://revistas.faculdadesocial.edu.br/index.php/dialogospossiveis/article/view/191>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

NOBRE, M. Apontamentos sobre a pesquisa em direito no Brasil. **Cadernos Direito GV**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/2779>>. Acesso em: 7 maio 2019.

OLIVEIRA, M. B. A epidemia de más condutas na ciência: o fracasso do tratamento moralizador. **Scientiae Studia**, v. 13, n. 4, p. 867-897, dez. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662015000400007>>. Acesso em: 22 maio 2019.

PETERS, D. P.; CECI, S. J. The Peters & Ceci Study of Journal Publications. **The Winnower**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15200/WINN.140076.68759>>. Acesso em: 07 maio 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHA, E. S. S.; SILVA, M. R. Produção científica sobre plágio indexada na lisa. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 28, n. 2, 2018. Disponível em: <[10.22478/ufpb.1809-4783.2018v28n2.39104](http://dx.doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2018v28n2.39104)>. Acesso em: 22 maio 2019.

RODRIGUES, G. C. O estudo da teoria da norma jurídica como essência de toda pesquisa científica no direito. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA CESUMA, 7., 2011, Maringá. **Anais...** Maringá: CESUMAR, 2011. Disponível em: <[http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2011/anais/giselly\\_campelo\\_rodrigues\\_1.pdf](http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2011/anais/giselly_campelo_rodrigues_1.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2019

RODRIGUES, H. W. Metodologia da Pesquisa nos Cursos de Direito: uma análise crítica. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEPI, 14., 2005, Fortaleza. Anais... Fortaleza: CONPEPI, 2005. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/129.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2019.

ROSENZWEIG, M.; SCHNITZER, A.E. Self-plagiarism: Perspectives for librarians. **College & Research Libraries News**, v. 74, n. 9, p. 492-494, out. 2013.

RUSSO, M. Ética e integridade na ciência: da responsabilidade do cientista à responsabilidade coletiva. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 189-198, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142014000100016>>. Acesso em: 16 abr. 2019

SPINK, P. K. Ética na pesquisa científica. **GV-executivo**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 38-41, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/issue/view/1404/showToc>>. Acesso em: 9 abr. 2019.

VASCONCELOS, S. M. R. O plágio na comunidade científica: questões culturais e linguísticas. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 59, n. 3, p. 4-5, 2007. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252007000300002](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000300002)>. Acesso em: 18 set. 2018.

VELOSO GOUVEIA, V.; et al. Escala de Autorrelato de Trapaça-Admissão: Evidências de Validade Fatorial e Precisão. **Rev. colomb. psicol.**, Bogotá, v. 27, n. 1, p. 27-40, jun. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15446/rpc.v27n1.64467>>. Acesso em: 24 maio 2019.

WEITZEL, S. R. Fluxo da informação científica. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. (Orgs.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. p. 83-114.

YANTI IDAYA ASPURA, M.K.; NOORHIDAWATI, A.; ABRIZAH, A. An analysis of Malaysian retracted papers: Misconduct or mistakes?. **Scientometrics**, Dordrecht, v. 115, n. 3, p. 1315-1328, 2018.

ZUIN, Antônio A. S.; BIANCHETTI, Lucídio. O produtivismo na era do “publique, apareça ou pereça”: um equilíbrio difícil e necessário. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 726-750, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/198053143294>>.

## APÊNDICE A – PLANILHA DOS DADOS COLETADOS

■ Republicações    ■ Reciclagens

PERÍODICO	ANO	Nº	ARTIGO	AUTOR
Justiça do Trabalho	2014	361	A responsabilidade civil objetiva do empregador nas ações de indenização por acidente de trabalho	Edson José Prizon
Justiça do Trabalho	2014	361	Encargo público para efeito de suspensão dos efeitos do contrato de trabalho	Sérgio Pinto Martins
Justiça do Trabalho	2014	361	O problema da pulverização do intervalo intrajornada dos rodoviários, autorizada pela lei 12619/12	Paulo Renato Fernandes da Silva, Nathiele Pereira Ribeiro, Edifrance Fernandes N. de Souza, Esther de Oliveira Gomes Leal, Bruna Bello de Paula
Justiça do Trabalho	2014	361	Proibição da dispensa imotivada nas empresas públicas e sociedades de economia mista: análise da jurisprudência do STF e do TST	Carlos Henrique Bezerra Leite
Justiça do Trabalho	2014	361	Servidores e empregados públicos: regimes jurídicos	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Justiça do Trabalho	2014	361	Sindicalismo no Brasil: do corporativismo ao neocorporativismo : a questão das centrais sindicais	Ronaldo Lima dos Santos
Justiça do Trabalho	2014	362	A aplicação da medida legal de indisponibilidade de bens prevista no art. 185-A do CTN à execução trabalhista: uma boa prática a serviço do resgate da responsabilidade patrimonial futura	Ben-Hur Silveira Claus
Justiça do Trabalho	2014	362	Atualização monetária dos créditos trabalhistas	Sérgio Pinto Martins
Justiça do Trabalho	2014	362	Considerações sobre a autonomia do processo do trabalho	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Justiça do Trabalho	2014	362	Execução ex officio das contribuições previdenciárias na justiça do trabalho: questões polêmicas	Lais Durval Leite
Justiça do Trabalho	2014	362	Notas especiais a respeito do processo previdenciário acidentário	Fernando Rubim
Justiça do Trabalho	2014	362	Os efeitos das sentenças trabalhistas nos benefícios previdenciários	Loredana Magalhães, Rejane Maria Baseggio
Justiça do Trabalho	2014	362	Tutelas de urgência: uma reanálise do fumus boni iuris e do periculum in mora à luz de seus objetivos específicos	Amaury Rodrigues Pinto Junior

Justiça do Trabalho	2014	363	Apontamentos doutrinários e jurisprudenciais sobre a prova testemunhal no processo do trabalho	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Adriano Fracappani
Justiça do Trabalho	2014	363	Beneficiários da previdência social no contexto dos direitos humanos e fundamentais	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Justiça do Trabalho	2014	363	Elementos acidentais do contrato de trabalho e as cláusulas limitativas da liberdade de trabalho	Francisco das Chagas Lima Filho
Justiça do Trabalho	2014	363	Os direitos da personalidade e a obrigação contratual de fornecer trabalho ao empregado	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Justiça do Trabalho	2014	363	Proteção ou discriminação?: passando a limpo algumas normas de tutela do trabalho da mulher	Flávio da Costa Higa, Regina Stela Corrêa Vieira
Justiça do Trabalho	2014	363	Repercussão da recuperação judicial na esfera trabalhista: a execução dos créditos trabalhistas e seu condicionamento ao juízo universal	Giovane Canonica
Justiça do Trabalho	2014	364	A depressão no meio ambiente de trabalho e sua caracterização como doença ocupacional	Rocheli Margota Künzel
Justiça do Trabalho	2014	364	Direito de greve do servidor público: lacuna e irritações com a sua natureza de direito fundamental	Cláudio Armando Couce de Menezes
Justiça do Trabalho	2014	364	Hipoteca judiciária sobre bens não elencados no art. 1.473 do Código Civil: a efetividade da jurisdição como horizonte hermenêutico	Aline Veiga Borges, Ben-Hur Silveira Claus
Justiça do Trabalho	2014	364	O princípio da boa-fé e a negociação coletiva	Leandro do Amaral Dorneles de Dorneles
Justiça do Trabalho	2014	364	Sumulando o controvertido: insegurança jurídica na súmula vinculante 4 do STF	Ivan de Franco, Marina Jacob Lopes da Silva Santos, Rubens Glezer
Justiça do Trabalho	2014	365	A composição do litígio via acordo judicial no processo previdenciário	Fernando Rubin
Justiça do Trabalho	2014	365	As perspectivas do direito coletivo do trabalho	José Carlos Arouca
Justiça do Trabalho	2014	365	Atualização monetária do FGTS	Sérgio Pinto Martins
Justiça do Trabalho	2014	365	Embriaguez do empregado sob a ótica da responsabilidade estatal	Paulo Mazzante de Paula, Mériene Medeiros dos Santos

Justiça do Trabalho	2014	365	Integração à lide no processo do trabalho	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Justiça do Trabalho	2014	365	Prescrição: cobrança de multas da competência da justiça do trabalho	Ivan Alemão, Luiz Felipe Mونسores de Assumpção, Gerson Lester
Justiça do Trabalho	2014	365	Responsabilidade pré-contratual no direito do trabalho	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Justiça do Trabalho	2014	366	A Súmula n. 277 do C. TST e a "ultratatividade" das cláusulas coletivas de trabalho: (desvendando mentalidades)	Cláudio Armando Couce de Menezes
Justiça do Trabalho	2014	366	Da (in)constitucionalidade das turnas recursais dos juizados especiais federais	William Ferreira Pinto
Justiça do Trabalho	2014	366	Execução efetiva: a aplicação da averbação premonitória do art. 615-A do CPC ao Processo do Trabalho, de ofício	Ben-Hur Silveira Claus, Ricardo Fioreze
Justiça do Trabalho	2014	366	Lei 12.846/2013: impacto nas relações de trabalho	Denise Pires Fincato
Justiça do Trabalho	2014	366	Os intervalos na jornada de trabalho no sistema jurídico brasileiro	Helena Kugel Lazzarin, Sonilde Kugel Lazzarin
Justiça do Trabalho	2014	366	Um novo olhar sobre a hipótese de afastamento do empregado por motivo de "gala", em casos de união estável homo ou heteroafetiva: aplicação do inciso II do artigo 473 da CLT	Ailton Borges de Souza, Teddy Arthur Monteiro Teran
Justiça do Trabalho	2014	367	A importância do segundo grau de jurisdição na revisão e pacificação de questões fático-jurídicas relevantes	Fernando Rubim
Justiça do Trabalho	2014	367	Auxílio-reclusão: reflexões	Simone Seghese de Toledo
Justiça do Trabalho	2014	367	Controle extralaboral realizado pelo empregador sobre a vida privada do empregado	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Justiça do Trabalho	2014	367	Direitos fundamentais e poderes do empregador: o poder disciplinar e a presunção de inocência do trabalhador	Cláudio Armando Couce de Menezes, Gláucia Gomes Vergara Lopes, Otávio Amaral Calvet, Roberta Ferme Sivoletta
Justiça do Trabalho	2014	367	O princípio da oralidade frente ao processo eletrônico na justiça do trabalho	Mariella Carvalho Moraes Martins
Justiça do Trabalho	2014	367	Processo do trabalho: a lei 13.015/2014 e o novo CPC	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Justiça do Trabalho	2014	367	Uma breve abordagem sobre a gravação da audiência	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa

Justiça do Trabalho	2014	368	Comentários às alterações processuais trabalhistas decorrentes da Lei nº 13.015/14		Cavalcante, Letícia Costa Mota
Justiça do Trabalho	2014	368	Dano existencial nas relações de trabalho		José Alberto Couto Maciel
Justiça do Trabalho	2014	368	Doze horas de agonia: um século depois, a morte da jornada de oito horas		Fernanda Pinheiro Brod, Francine Daniele dos Santos
Justiça do Trabalho	2014	368	Emenda constitucional 81/2014 e regulamentação legal: trabalho escravo e desapropriação		Almiro Eduardo de Almeida, Oscar Krost, Valdete Souto Severo
Justiça do Trabalho	2014	368	Greve e salário		Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Justiça do Trabalho	2014	368	Juros de mora e correção monetária no pagamento judicial dos precatórios previdenciários		Sérgio Pinto Martins
Justiça do Trabalho	2014	368	Pensão mensal ou parcela única		Fernando Rubim
Justiça do Trabalho	2014	368	Percalços administrativos dos magistrados trabalhistas		Ricardo Carvalho Fraga, Maria Madalena Telesca, Gilberto Souza dos Santos, Marcos Fagundes Salomão
Justiça do Trabalho	2014	368	Problemas atuais no direito do trabalho: multisourcing		Marcio Ribeiro do Valle
Justiça do Trabalho	2014	369	A (im)penhorabilidade do bem de família no âmbito da execução trabalhista		Carlos Alberto Molinaro, Ingo Wolfgang Sarlet
Justiça do Trabalho	2014	369	A coisa julgada progressiva na reclamatória trabalhista: o prazo para a propositura de ação rescisória das resoluções parciais de mérito na justiça laboral		Helena Kugel Lazzarin
Justiça do Trabalho	2014	369	A ilegalidade do corte de salários dos trabalhadores em greve		Fernanda dos Santos Nunes
Justiça do Trabalho	2014	369	A liberdade sindical e o ordenamento jurídico brasileiro		Jorge Luiz Souto Maior
Justiça do Trabalho	2014	369	A titularidade do direito fundamental de greve		Gilberto Stürmer, Thania Maria Bastos Lima Ferro
Justiça do Trabalho	2014	369	Direitos metaindividuais não são heterogêneos		Cláudio Armando Couce de Menezes
Justiça do Trabalho	2014	369			Gustavo Filipe Barbosa Garcia

Justiça do Trabalho	2014	369	Quantificação da reparação por dano moral	Reginald Delmar Hintz Felker
Justiça do Trabalho	2014	370	A atual aplicabilidade da Súmula 89 do STJ diante dos benefícios por incapacidade de natureza provisória e definitiva	Fernando Rubim
Justiça do Trabalho	2014	370	A jornada extraclasses do professor	Tanara Lilian Pazzim
Justiça do Trabalho	2014	370	Comparativo entre o projeto do novo código de processo civil como forma de garantia fundamental ao procedimento e o processo do trabalho	Paulo Fernando Santos Pacheco
Justiça do Trabalho	2014	370	Honorários advocatícios na justiça do trabalho: superação de uma injustiça histórica	Maria Helena Mallmann, Luiz Alberto de Vargas, Vania Cunha Mattos, Rejane Souza Pedra, Luis Carlos Pinto Gastal
Justiça do Trabalho	2014	370	Nova sistemática de recursos no processo do trabalho	Paulo J. B. Leal
Justiça do Trabalho	2014	370	Responsabilidade do empregador por dano moral reflexo	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Justiça do Trabalho	2014	370	Sindicato no Brasil: problemas e perspectivas	Maurício José Godinho Delgado
Justiça do Trabalho	2014	370	Trabalho degradante e projeto de lei da desapropriação por trabalho escravo	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Justiça do Trabalho	2014	370	Trabalho: prevenção e concentração de poderes	Ricardo Carvalho Fraga
Justiça do Trabalho	2014	371	A boa-fé objetiva na fase negocial do contrato de trabalho e o dever pré-contratual de informação do empregador	Aline Soares Arcanjo
Justiça do Trabalho	2014	371	A execução trabalhista envolvendo penhora de contra bancária conjunta e os meios de defesa do terceiro	Francisco Ferreira Jorge Neto
Justiça do Trabalho	2014	371	A ineficiência da monetização da saúde do trabalhador	Juliana Beraldo Mafra
Justiça do Trabalho	2014	371	O direito a um meio ambiente de trabalho seguro e equilibrado à luz dos projetos nacionais em desenvolvimento no Ministério Público do Trabalho	Ana Paula Freire Rojas
Justiça do Trabalho	2014	371	Políticas activas de emprego: el modelo alemán desde una perspectiva crítica	Antonio Ojeda Aviés
Justiça do Trabalho	2014	372	Decisão e instrução	Ricardo Carvalho Fraga, Maria Madalena Telesca, Gilberto Souza dos Santos, Marcos Fagundes Salomão
Justiça do Trabalho	2014	372	Estabilidade decenal e o regime do FGTS: direito adquirido, expectativa de	Rafael Foresti Pego



			direito e a rescisão contratual				Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Justiça do Trabalho	2014	372	FGTS e prazo prescricional na atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal				Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Justiça do Trabalho	2014	372	Os diversos aspectos do fenômeno do assédio sexual no ordenamento jurídico brasileiro				Juliano Gianechini Fernandes, Aline Barth Paixão, Maria de Fátima Rosa Ribeiro
Justiça do Trabalho	2014	372	Recurso extraordinário e o recurso de revista repetitivo				Edilton Meireles de Oliveira Santos
Justiça do Trabalho	2015	373	A nova prescrição do FGTS: algumas considerações				Rafael da Silva Marques
Justiça do Trabalho	2015	373	Ação popular ambiental: um caminho possível para a tutela jurisdicional do meio ambiente laboral				Vinicius Pinheiro Marques
Justiça do Trabalho	2015	373	Críticas à alteração no regimento interno do TST: cancelamento de sustentações orais				José Alberto Couto Maciel
Justiça do Trabalho	2015	373	O acordo trabalhista e a distribuição da justiça: quando o meio exacerba o fim				Cesar Roberto Vargas Pergher
Justiça do Trabalho	2015	373	O novo contrato de trabalho do empregado doméstico				Rúbia Zanotelli de Alvarenga, Lucas Raggi Tatagiba Cordeiro
Justiça do Trabalho	2015	373	STF decide sobre a constitucionalidade do intervalo que antecede a prorrogação da jornada de trabalho				Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Justiça do Trabalho	2015	373	Transorno mental e trabalho: da (im)possibilidade de caracterização da doença psíquica como doença do trabalho a partir de uma visão psicanalítica				Anabel Ballim de Conto
Justiça do Trabalho	2015	374	A sistemática recursal e suas inovações (lei 13.015/2014): o recurso de revista e de embargos no TST				Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante
Justiça do Trabalho	2015	374	A situação jurídica dos auxiliares locais do Ministério das Relações Exteriores				Veridiana Tavares Martins
Justiça do Trabalho	2015	374	Da efetivação dos direitos trabalhistas do professor				Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
Justiça do Trabalho	2015	374	Exigência da contribuição assistencial de não associados				Sérgio Pinto Martins
Justiça do Trabalho	2015	374	Organização da Justiça do Trabalho no direito comparado: os tribunais do trabalho na França e no Brasil				Gilberto Stürmer, Alexei Almeida Chapper



Justiça do Trabalho	2015	374	Porque a sentença trabalhista não pode ser fato gerador das contribuições sociais	Bento Adeodato Porto
Justiça do Trabalho	2015	374	Quando o direito caduca: alguma reflexões sobre prescrição, decadência e fundo de garantia do tempo de serviço	Almiro Eduardo de Almeida
Justiça do Trabalho	2015	375	A prova emprestada e o processo do trabalho	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Letícia Costa Mota
Justiça do Trabalho	2015	375	Breves apontamentos sobre os benefícios previdenciários da pensão por morte e do auxílio-doença após a edição da MP 664/2014	Mariângela Guerreiro Milhoranza
Justiça do Trabalho	2015	375	Cabimento restritivo da ação rescisória diante da formação da coisa julgada material: o respeito à histórica Súmula 343 do STF	Fernando Rubim
Justiça do Trabalho	2015	375	Expatriação do trabalhador brasileiro contratado por empresa nacional: breves notas sobre a lei nº 7.064, de 06 de dezembro de 1982	Antonio Raimundo de Castro Queiroz Junior
Justiça do Trabalho	2015	375	O princípio da boa-fé na vigência das normas coletivas negociadas	Leandro do Amaral Dorneles de Dorneles
Justiça do Trabalho	2015	375	O trabalho decente como direito humano e fundamental	Rubia Zanotelli de Alvarenga
Justiça do Trabalho	2015	375	Vídeo como prova e processo eletrônico na justiça do trabalho: tecnologias em conflito	Denise Pires Fincato, Luiciana Pessoa Nunes Santos
Justiça do Trabalho	2015	376	A concessão do benefício da assistência judiciária na justiça do trabalho e os honorários advocatícios	Renata Martins da Rosa, Enio Duarte Fernandez Junior
Justiça do Trabalho	2015	376	A concessão do benefício da assistência judiciária na Justiça do Trabalho e os honorários advocatícios	Renata Martins da Rosa, Enio Duarte Fernandez Junior
Justiça do Trabalho	2015	376	A liberdade sindical como direito humano reconhecido pela ordem constitucional: necessidade de efetividade plena	Carlos Wagner Araújo Nery Da Cruz, Gilberto Stürmer
Justiça do Trabalho	2015	376	As modificações na legislação previdenciária do regime geral da previdência social com a edição da medida provisória nº 664/2014	Sonilde K Lazzarin
Justiça do Trabalho	2015	376	Constituição da república, sistema trabalhistas brasileiro e direito coletivo do trabalho	Maurício José Godinho Delgado
Justiça do Trabalho	2015	376	CPC futuro e ação rescisória	Ricardo Carvalho Fraga

Justiça do Trabalho	2015	376	O isolamento como possível desvantagem para o teletrabalhador: reflexões a partir do direito e da psicologia	Juliano Gianechini Fernandes, Maurício Antonacci Krieger
Justiça do Trabalho	2015	376	Uniformização de jurisprudência e consequências na justiça do trabalho após a Lei nº 13.015/14 e o Ato n. 491/2014 do TST	Ivan Alemão
Justiça do Trabalho	2015	377	A interpretação da regra da competência territorial do foro do local da prestação de serviços à luz do direito fundamental da garantia do acesso à justiça: indo além do art. 651 da CLT	Manuel Martín Pino Estrada
Justiça do Trabalho	2015	377	Atualização monetária dos créditos trabalhistas: inconstitucionalidade da "TR" e utilização do "IPCA-E"	Flávio da Costa Higa, Júlio César Beber
Justiça do Trabalho	2015	377	Execução efetiva: fraude à execução trabalhista e fraude à execução fiscal - a interpretação sistemática como ponte hermenêutica à assimilação produtiva à execução trabalhista do regime jurídico especial da fraude à execução prevista no art. 185 do CTN	Ben-Hur Silveira Claus, Júlio César Beber
Justiça do Trabalho	2015	377	Habeas data na justiça do trabalho	Denise Pires Fincato, Maurício Antonacci Krieger
Justiça do Trabalho	2015	377	O jus postulandi e o princípio constitucional da proteção do trabalhador	Carla Peres Cavassani
Justiça do Trabalho	2015	377	Processo e previdência: traços comuns entre o procedimento previdenciário e o procedimento acidentário	Fernando Rubin
Justiça do Trabalho	2015	378	A jornada de trabalho em navios de cruzeiro	Bianca Neves Bomfim, Bianca Neves Carelli
Justiça do Trabalho	2015	378	Em busca da efetivação dos direitos e deveres trabalhistas com objeto difuso: uma proposta a partir da constituição e da perspectiva objetiva dos direitos fundamentais	Rodrigo Coimbra
Justiça do Trabalho	2015	378	Neocorporativismo x neoconstitucionalismo: um debate sindical contemporâneo	Tereza Aparecida Asta Gemignani
Justiça do Trabalho	2015	378	Planos de demissão incentivada na jurisprudência do STF: confusões conceituais e principiológicas	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Justiça do Trabalho	2015	378	Processo e previdência: crescente interesse das cortes supremas em matéria previdenciária	Fernando Rubin
Justiça do Trabalho	2015	378	Proteção à limitação do tempo de trabalho dos altos empregados	Rúbia Zanotelli de Alvarenga, Horácio Aguilar da S. A. Ferreira

Justiça do Trabalho	2015	379	Efetivação da justiça e conciliação no processo do trabalho brasileiro	Gilberto Stürmer
Justiça do Trabalho	2015	379	Novos conceitos: lei 13.015/2014 e futuro CPC	Carlos Antônio Cassou Barbosa, Cláudio Antônio Cassou Barbosa, Maria Madalena Telesca, Gilberto Souza dos Santos, Marcos Fagundes Salomão
Justiça do Trabalho	2015	379	O novo CPC e a preservação ontológica do processo do trabalho	Carlos Eduardo Oliveira Dias
Justiça do Trabalho	2015	379	O universo dos direitos da personalidade do empregado(a) no contrato de trabalho e o marco constitucional de 1988	Lucyia Tellez Merino, Renata de Assis Calsing, Alessandra de la Vega Miranda
Justiça do Trabalho	2015	379	Peculiaridades acerca do crime de apropriação indébita previdenciária	Mariângela Guerreiro Milhoranza, Angela dos Santos Barbosa Rebés
Justiça do Trabalho	2015	379	Princípios do direito do trabalho e sua relativização pela via judicial	Veridiana Tavares Martins
Justiça do Trabalho	2015	379	Redução da jornada de trabalho	Sérgio Pinto Martins
Justiça do Trabalho	2015	379	Revista íntima à luz da jurisprudência do TST	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Letícia Costa Mota
Justiça do Trabalho	2015	380	A carga principiológica do novo cpc e a instrumentalidade do processo	Carlos Eduardo Oliveira Dias
Justiça do Trabalho	2015	380	Adicional de periculosidade por radiações ionizantes: entenda os limites e vícios da portaria nº 595/2015-MTE	Marí Rosa Agazzi, David da Costa Lopes, Camila Ferraz Ferreira
Justiça do Trabalho	2015	380	Benefício previdenciário. Regime geral. Cumulação. Cargo no regime próprio como deficiente. Possibilidade	Fernando Rubin
Justiça do Trabalho	2015	380	Fraude contra credores e fraude à execução na seara trabalhista: aspectos controvertidos à luz do caso concreto	Pedro de Souza Gomes Milioni
Justiça do Trabalho	2015	380	O conflito entre o novo cpc e o processo do trabalho	Jorge Luiz Souto Maior
Justiça do Trabalho	2015	380	O teletrabalho e os meios de comando	Natalia Schneider Serro Mies
Justiça do Trabalho	2015	381	A eficácia das decisões proferidas pela Justiça do Trabalho na esfera previdenciária	Waleska Kurtz Felker

Justiça do Trabalho	2015	381	A estrutura da sentença trabalhista	Almiro Eduardo de Almeida
Justiça do Trabalho	2015	381	Atualização monetária dos créditos trabalhistas: novos parâmetros jurisprudenciais	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Justiça do Trabalho	2015	381	Convênio e responsabilidade subsidiária	Sérgio Pinto Martins
Justiça do Trabalho	2015	381	O capitalismo flexível e a saúde do trabalhador: novos paradigmas e o problema da efetividade do direito	Vinicius Pinheiro Marques
Justiça do Trabalho	2015	381	Os efeitos da portaria 595, de 07 de maio de 2015, do Ministério do Trabalho	Max Carrion Brueckner
Justiça do Trabalho	2015	381	Os honorários advocatícios na Justiça do Trabalho: uma concepção em prol da recomposição do patrimônio do trabalhador	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Justiça do Trabalho	2015	382	A abolição efetiva do trabalho infantil: Convenções nºs 138 e 182 da OIT	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Justiça do Trabalho	2015	382	A competência territorial no processo e a decisão da 1ª turma do Tribunal Superior do Trabalho	Renata Martins da Rosa, Enio Duarte Fernandez Junior
Justiça do Trabalho	2015	382	Anexo 4 da NR-16, nova regulamentação do adicional de periculosidade por risco elétrico	Jorge Luiz Ferreira
Justiça do Trabalho	2015	382	Colisão de direitos: liberdade de expressão e ofensa à honra e à imagem	Arion Sayão Romita
Justiça do Trabalho	2015	382	Comentário à jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalhador sobre a legitimidade do Ministério Público do Trabalho do Ministério Público do Trabalho para propor ação civil pública em casos de dano moral coletivo	Rodrigo Wasem Galia
Justiça do Trabalho	2015	382	Emprego doméstico e diarista: caracterização e diferenças na lei e na jurisprudência	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Justiça do Trabalho	2015	382	O Supremo Tribunal Federal e a demissão imotivada. Reintegração, readmissão, ou simples direito do trabalhador?	José Alberto Couto Maciel
Justiça do Trabalho	2015	382	O trabalho em "façôes" do ramo têxtil/vestuário em Blumenau/SC: um estudo de caso sobre saúde e adoecimento	Oscar Krost
Justiça do Trabalho	2015	382	Previdência e processo: a pessoa com deficiência e os desafios de reconhecimento judicial dos seus novos direitos	Fernando Rubin
Justiça do Trabalho	2015	383	Atualização monetária de débitos trabalhistas: possibilidades e limites de atuação da Justiça do trabalho após a decisão do STF na Rcl 22.012	Flávio da Costa Higa, Izidoro Oliveira Paniago

Justiça do Trabalho	2015	383	Direito do trabalho e nova hermenêutica	Arion Sayão Romita
Justiça do Trabalho	2015	383	O contrato de trabalho como contrato relacional	Luciane Cardoso Barzotto
Justiça do Trabalho	2015	383	O incidente de descon sideração da personalidade jurídica previsto no CPC 2015 e o direito processual do trabalho	Ben-Hur Silveira Claus
Justiça do Trabalho	2015	383	O novo código de processo civil e a distribuição dinâmica do ônus da prova no processo do trabalho	Adriano Ribeiro Caldas, Gilberto Stürmer
Justiça do Trabalho	2015	383	O pão nosso de cada dia em tempos de trabalho remoto: o fornecimento de alimentação ao empregado pelo empregador	Denise Pires Fincato, Eduardo Piantá
Justiça do Trabalho	2015	383	O Projeto de lei n. 4.330/2004 (atual PLC n. 30/2015) e a terceirização das atividades pelas empresas	José Orlando Schäfer
Justiça do Trabalho	2015	383	Sentença líquida e razoável duração do processo	Rafael da Silva Marques
Justiça do Trabalho	2015	384	A exigência de comum acordo no dissídio coletivo	José Alberto Couto Maciel
Justiça do Trabalho	2015	384	A radicalidade do art. 769 da CLT como salvaguarda da justiça do trabalho	Jorge Luiz Souto Maior
Justiça do Trabalho	2015	384	Ausência de anotação de carteira de trabalho e previdência social e competência criminal	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Justiça do Trabalho	2015	384	Pleno do TST altera critério de cálculo da contribuição ao INSS	Ricardo Calcini
Justiça do Trabalho	2015	384	Sistemas abertos e fechados: uma breve comparação entre os sistemas da common law e civil law	Francisco Rossal de Araújo, Marcell Brandenburg
Justiça do Trabalho	2016	385	A (in)existência da progressividade da coisa julgada na esfera laboral	Fernanda dos Santos Nunes
Justiça do Trabalho	2016	385	A discriminação na pré-contratação trabalhista	Rubiane Solange Gassen Assis
Justiça do Trabalho	2016	385	Anexo 3 da NR-16, Atividades e Operações Perigosas com Exposição a Roubos e Outras Espécies de Violência Física nas Atividades de Segurança Pessoal e Profissional	Jorge Luiz Ferreira
Justiça do Trabalho	2016	385	Da construção normativa das cooperativas de trabalho segundo os ditames da lei n. 12.690 de 2012	Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
Justiça do Trabalho	2016	385	Desconsideração da personalidade jurídica da empresa	Sérgio Pinto Martins
Justiça do Trabalho	2016	385	O assédio moral e seus desdobramentos institucionais	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa





			constituição social e a falsa ideia do déficit previdenciário brasileiro				
Justiça do Trabalho	2016	388	A responsabilidade civil do médico do trabalho diante a alta previdenciária do trabalhador				Christie Barboza Severo, Fernanda Pinheiro Brod
Justiça do Trabalho	2016	388	Ausência de autorização do MTE para redução do intervalo para descanso e alimentação: artigo 71, § 4º, da CLT, princípio da primazia da realidade, razoabilidade e esvaziamento da finalidade punitiva da norma pela ausência real de dano				Marcelo Muritiba Dias Ruas
Justiça do Trabalho	2016	388	Constitucionalidade do inciso II do artigo 62 da CLT				Sérgio Pinto Martins
Justiça do Trabalho	2016	388	Mundo do trabalho contemporâneo: da reconstrução da ideia de subordinação à relativização dos princípios				Veridiana Tavares Martins
Justiça do Trabalho	2016	388	O incidente de descon sideração da personalidade jurídica no processo do trabalho				Gustavo Athaide Halmenschlager
Justiça do Trabalho	2016	388	Prorrogação da licença-paternidade e novas hipóteses de ausência justificada no trabalho: lei 13.257/2016				Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Justiça do Trabalho	2016	388	Sociedade anônima e diretores eleitos: reflexões trabalhistas				Denise Pires Fincato, Paulo Roberto Couto de Oliveira Souto
Justiça do Trabalho	2016	389	A nova tutela provisória e sua aplicação no processo do trabalho				Carlos Henrique Bezerra Leite
Justiça do Trabalho	2016	389	Execução trabalhista: alienação fiduciária ante o crédito preferencial				Deborah Harumi Kudo da Silva, Evellyn Thiciane M. Coêlho Clemente
Justiça do Trabalho	2016	389	O CPC 2015 e o direito processual do trabalho: reflexões acerca da aplicação no NCPC ao processo do trabalho				Ben-Hur Silveira Claus
Justiça do Trabalho	2016	389	O novo processo do trabalho à luz do NCPC/15: a controvérsia em torno das novas regras processuais trazidas pela IN 39/2016				Ricardo Souza Calcini
Justiça do Trabalho	2016	389	O seguro-desemprego e os "desvios" históricos do fundos				Ivan Alemão
Justiça do Trabalho	2016	389	Sobre a nova Lei nº 13.271/2016 e a revista íntima e de pertences de trabalhadores				Áttila da Rold Roesler
Justiça do Trabalho	2016	390	A (in)aplicabilidade do intervalo só delas previsto no artigo 384 da CLT				Marina Lanus
Justiça do Trabalho	2016	390	A possibilidade de flexibilização das normas trabalhistas frente aos princípios e				Juliano Gianechini Fernandes,

			normas constitucionais			Mérlan de Deus Bitencourt
Justiça do Trabalho	2016	390	A responsabilização do empregador no âmbito da lei anticorrupção e medidas preventivas a serem adotadas			Juliana Garcia
Justiça do Trabalho	2016	390	Controvérsias na aplicação da nova Lei 13.015/2014: recurso de revista			Bruno Machado Colela Maciel
Justiça do Trabalho	2016	390	Dano moral, valor da causa no código civil de 2015 e a possibilidade do pedido genérico, subsidiário e alternativo na lides cíveis e trabalhistas			Marcelo Muritiba Dias Ruas
Justiça do Trabalho	2016	390	Intensificação do trabalho e acumulação de funções			Cláudio Armando Couce de Menezes
Justiça do Trabalho	2016	390	Trabalho penoso e direito do trabalho			Rúbia Zanotelli de Alvarenga
LTr Suplemento Trabalhista	2014	1	O trabalho penoso e o adoecimento físico e/ou psíquico			Carla Maria Santos Carneiro
LTr Suplemento Trabalhista	2014	4	A representação sindical do condutor rural: o princípio da especificidade e seus limites			Davi Furtado Meirelles, André Rossi Abrantes
LTr Suplemento Trabalhista	2014	5	Os direitos fundamentais e o direito do trabalho			Cláudio Jannotti da Rocha, Mirella Karen de Carvalho Bifano Muniz
LTr Suplemento Trabalhista	2014	7	Honorários periciais: uma barreira significativa ao livre acesso aos tribunais trabalhistas			Antonio de Pádua Muniz Corrêa
LTr Suplemento Trabalhista	2014	8	Da necessidade de releitura da lei n. 7783/89 para garantia plena do direito de greve como direito fundamental na constituição cidadã			Sivana Andrade Sponton
LTr Suplemento Trabalhista	2014	9	Conflito de competência: execução trabalhista sobre bens do sócio da empresa falida ou em recuperação judicial			Jorge Pinheiro Castelo
LTr Suplemento Trabalhista	2014	10	Perícias médicas quando das lides nas esferas cível, trabalhista e administrativa em doenças psíquicas só cabem ao psiquiatra? E na lide criminal?			Rubens Cenci Motta
LTr Suplemento Trabalhista	2014	11	Validade da contratação da jornada móvel e variável para o motorista profissional			Vitor Manoel Castan
LTr Suplemento Trabalhista	2014	13	Projeto de lei n. 5347/2013 e a extinção do processo por decurso do tempo			Simone Barbosa de Martins Mello
LTr Suplemento Trabalhista	2014	14	Atualização monetária dos créditos trabalhistas			Sérgio Pinto Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2014	16	Os 25 anos da constituição de 1988: os direitos sociais			Antonio Carlos Flores de Moraes
LTr Suplemento Trabalhista	2014	17	O auditor fiscal na defesa do trabalhador avulso em armazéns gerais			Jair Teixeira dos Reis



LTr Suplemento Trabalhista	2014	18	A eficácia dos direitos fundamentais nas relações de emprego	Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani
LTr Suplemento Trabalhista	2014	19	A necessária revisão da orientação jurisprudencial n. 247, da SDI-1, do colendo Tribunal Superior do Trabalho (TST), frente ao entendimento do guardião da Constituição Federal (STF), para a motivação da despedida de empregados públicos celetistas	Brígida Della Rocca Costa
LTr Suplemento Trabalhista	2014	20	Perícia médica trabalhista e suas práticas de sucesso	Rubens Cenci Motta
LTr Suplemento Trabalhista	2014	21	Organização e representação de trabalhadores no local de trabalho	Carlos Eduardo Dantas Costa
LTr Suplemento Trabalhista	2014	22	O teletrabalho à luz do art. 6º da CLT: o acompanhamento do direito do trabalho às mudanças do mundo pós-moderno	Cláudio Jannotti da Rocha, Mirella Karen de Carvalho Bifano Muniz
LTr Suplemento Trabalhista	2014	25	Conflito coletivo de trabalho	Renato Rua de Almeida
LTr Suplemento Trabalhista	2014	26	A livre circulação de trabalhadores no Mercosul e o trabalhador estrangeiro encontrado em condições análogas a trabalho escravo no Brasil	Carla Maria Santos Carneiro
LTr Suplemento Trabalhista	2014	27	Sustentabilidade e as relações de trabalho na pós-modernidade: diagnóstico e estudo sobre a insustentabilidade do atual modelo de relações de trabalho em um contexto pós-industrial	Eduardo Reiner
LTr Suplemento Trabalhista	2014	28	A dialética trabalhista na Constituição de 1988	Juliano Chaves Cortez
LTr Suplemento Trabalhista	2014	29	Direito de greve do servidor público: lacuna e irritações com a sua natureza de direito fundamental	Cláudio Armando Couce de Menezes
LTr Suplemento Trabalhista	2014	30	Contrato de estágio: ferramenta de gestão ou de precarização? Um recorte da situação dos estagiários que atuam em empresas da região do médio Paraíba (RJ)	Graciele S. De Oliveira Alves, Luiz Felipe Monsore de Assumpção
LTr Suplemento Trabalhista	2014	31	O instituto da sucessão trabalhista corre risco de morte	Rildo Albuquerque Mousinho de Brito
LTr Suplemento Trabalhista	2014	32	O imposto de renda e a competência da justiça do trabalho: o enfrentamento da questão como fator de legitimidade social	Geraldo Magela Melo
LTr Suplemento Trabalhista	2014	33	O trabalho noturno: aspectos controversos	Maria José Marcos
LTr Suplemento Trabalhista	2014	34	Cooperativismo de trabalho: algumas reflexões sobre o instituto após o advento da lei n. 12690/12	Maria Cecília Lopes Andrade, Luiz Felipe Monsore de Assumpção

LTr Suplemento Trabalhista	2014	37	Revisão de FGTS: correção de uma injustiça	Georgenor de Sousa Franco Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2014	38	Justiça do Trabalho: a competência territorial e o atentado ao princípio de proteção ao hipossuficiente	Paulo Mont'Alverne Frota
LTr Suplemento Trabalhista	2014	39	Salário-maternidade da desempregada	Iara Alves Cordeiro Pacheco
LTr Suplemento Trabalhista	2014	40	O princípio da identidade física do juiz e a norma da corregedoria do TRT da 15ª região	Renato Cassio Soares de Barros
LTr Suplemento Trabalhista	2014	41	Os 10 critérios de penteado para análise de nexos causais entre doenças e o trabalho	José Marcelo de Oliveira Penteado
LTr Suplemento Trabalhista	2014	42	Breves comentários à convenção n. 189 da OIT: o trabalho doméstico em foco	Igor Cardoso Garcia, Ney Stany Moraes Maranhão
LTr Suplemento Trabalhista	2014	43	A construção civil e a construção da paz na sociedade civil	Guilherme Guimarães Feliciano, Ney Stany Moraes Maranhão, Flávio Lemes Gonçalves
LTr Suplemento Trabalhista	2014	44	Inapto em exame admissional: prognóstico médico que a justiça especializada nem sempre reconhece	Rubens Cenci Motta
LTr Suplemento Trabalhista	2014	45	Trabalho forçado e trabalho escravo: propostas de gerenciamento do meio ambiente do trabalho	Carla Maria Santos Carneiro
LTr Suplemento Trabalhista	2014	46	A correção do fgts e seus reflexos na justiça do trabalho	Marcelo Lobato da Silva
LTr Suplemento Trabalhista	2014	47	A mediação e a conciliação e o seu impacto nos dissídios coletivos	Renato Rua de Almeida
LTr Suplemento Trabalhista	2014	48	A falta dos classistas na justiça do trabalho	José Alberto Couto Maciel
LTr Suplemento Trabalhista	2014	51	A fragilidade do conceito de culpa na justiça especializada	Rubens Cenci Motta
LTr Suplemento Trabalhista	2014	52	Atualização monetária do FGTS	Sérgio Pinto Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2014	53	O direito do trabalho como fator de inclusão	Juliano Chaves Cortez
LTr Suplemento Trabalhista	2014	54	Banco fica impedido de deduzir prejuízo	José Alberto Couto Maciel
LTr Suplemento Trabalhista	2014	55	Efetividade para a garantia do débito alimentar e a possibilidade de penhora do fgts do trabalhador/devedor	Paulo Mazzante de Paula
LTr Suplemento Trabalhista	2014	56	Extrapolando os limites jurídicos para solução de litígios, garantindo a paz social: o exemplo da eleição do sindicato dos motoristas de ônibus de São	Richard Wilson Jamberg

			Paulo						
LTr Suplemento Trabalhista	2014	57	Requisitos para o exercício das profissões de artista e de técnico em espetáculo de diversões					Ricardo Araújo Cozer	
LTr Suplemento Trabalhista	2014	58	Terceirização e responsabilidade subsidiária dos entes públicos: novos rumos na jurisprudence dos tribunais trabalhistas					Luiz Gustavo Andrade dos Santos	
LTr Suplemento Trabalhista	2014	59	Hipoteca judiciária sobre bens não elencados no art. 1.473 do Código Civil: a efetividade da jurisdição como horizonte hermenêutico					Aline Veiga Borges, Ben-Hur Silveira Claus	
LTr Suplemento Trabalhista	2014	60	TRT, varas do trabalho e escassez de peritos médicos nas varas trabalhistas					Rubens Cenci Motta, Marco Aurélio de Almeida	
LTr Suplemento Trabalhista	2014	61	Estrangeirismo no direito laboral					Aurélio Pires	
LTr Suplemento Trabalhista	2014	62	Norma regulamentadora n.12					Luís Antônio Camargo de Melo, Ricardo Wagner Garcia	
LTr Suplemento Trabalhista	2014	63	Árbitro de futebol: uma lei desnecessária					Georgenor de Sousa Franco Filho	
LTr Suplemento Trabalhista	2014	64	A competência material da justiça do trabalho para julgar controvérsias de apólice de seguro de empregado					Marcel Lopes Machado	
LTr Suplemento Trabalhista	2014	65	Embriaguez do empregado sob a ótica da responsabilidade estatal					Paulo Mazzante de Paula, Mériene Medeiros dos Santos	
LTr Suplemento Trabalhista	2014	66	Da não incidência das contribuições sociais sobre o “abono único previsto em convenção coletiva” instituída pela instrução normativa RFB n. 1.453, de 24 de fevereiro de 2014 (DOU25.02.2014)					Theodoro Vicente Agostinho, Marcelino Alves de Alcântara	
LTr Suplemento Trabalhista	2014	69	A visão leiga e a visão científica afetando a verdade					Rubens Cenci Motta	
LTr Suplemento Trabalhista	2014	70	O ônus da prova da salubridade do meio ambiente de trabalho: a necessária releitura do art. 195 da CLT					Igor Cardoso Garcia, Xerxes Gusmão	
LTr Suplemento Trabalhista	2014	71	A inconstitucionalidade da atualização monetária trabalhista					Iara Alves Cordeiro Pacheco	
LTr Suplemento Trabalhista	2014	72	Tutelas de urgência: uma reanálise do fumus boni iuris e do periculum in mora à luz de seus objetivos específicos					Amuary Rodrigues Pinto Junior	
LTr Suplemento Trabalhista	2014	75	Doença grave: possibilidades e direitos em pleitar benefícios?					Rubens Cenci Motta	
LTr Suplemento Trabalhista	2014	76	Direitos coletivos e legitimidade concorrente preferencial: sindicatos e Ministério					Gustavo Filipe Barbosa Garcia	

LTr Suplemento Trabalhista	2014	77	Público	Lei n. 12.846/2013 e a dissolução compulsória da pessoa jurídica empregadora: análise de responsabilidade patronal	Denise Pires Fincato				
LTr Suplemento Trabalhista	2014	78		As ruas em movimento	Márcio Túlio Viana				
LTr Suplemento Trabalhista	2014	79		Da alta previdenciária e do atestado médico: obrigações do Estado e da empresa	Anderson Angelo Vianna da Costa				
LTr Suplemento Trabalhista	2014	80		A regulação da terceirização no Brasil: pontos críticos	Sidnei Machado				
LTr Suplemento Trabalhista	2014	81		A não aceitação dos atestados médicos e ato jurídico perfeito	Rubens Cenci Motta				
LTr Suplemento Trabalhista	2014	82		O trabalho artístico infantil e o princípio da proteção integral	Fernando Grass Guedes, Fabiana Cassol				
LTr Suplemento Trabalhista	2014	83		Das testemunhas e o seu comparecimento à audiência de instrução e julgamento, na justiça do trabalho, investigado sob a ótica do art. 825, parágrafo único, da CLT e do escólio jurisprudencial laboral	Adenor José da Cruz				
LTr Suplemento Trabalhista	2014	84		Integração à lide no processo do trabalho	Gustavo Filipe Barbosa Garcia				
LTr Suplemento Trabalhista	2014	85		Emenda constitucional n. 81/2014 e regulamentação legal: trabalho escravo e desapropriação	Gustavo Filipe Barbosa Garcia				
LTr Suplemento Trabalhista	2014	86		Dispensa discriminatória do empregados os direitos fundamentais	Julpiano Chaves Cortez				
LTr Suplemento Trabalhista	2014	87		A procedimentalização da dispensa em massa à luz da horizontalização dos direitos fundamentais	Alexandre Valle Piovesan, Raphael Miziera				
LTr Suplemento Trabalhista	2014	91		A atividade perigosa do trabalhador em motocicleta e a ausência imediata dos efeitos pecuniários dela decorrente	Rosendo de Fátima Vieira Júnior				
LTr Suplemento Trabalhista	2014	92		Aplicabilidade da teoria da subordinação estrutural	Luana Cordeiro Teixeira				
LTr Suplemento Trabalhista	2014	93		O trabalho desportivo e o direito do trabalho	Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes				
LTr Suplemento Trabalhista	2014	100		As faces ocultas da terceirização: um mix de velhos textos e novas ideias	Márcio Túlio Viana				
LTr Suplemento Trabalhista	2014	103		A validade técnica do exame médico admissional	Rubens Cenci Motta				
LTr Suplemento Trabalhista	2014	104		O artigo 15 do projeto de lei n.4.330/2004 - Análise da possibilidade de enquadramento sindical do obreiro ao sindicato da empresa tomadora dos serviços . .	Tatiana Bhering Serradas Bon de Sousa Roxo, Larissa Barbosa Braga				

LTr Suplemento Trabalhista	2014	108	Não convém associar moral com doença	Rubens Cenci Motta, Saulo Cerqueira de Aguiar Soares
LTr Suplemento Trabalhista	2014	109	Breves comentários à lei 13.015/2014 que dispõe sobre o processamento dos recursos na Justiça do Trabalho	Mauro Schiavi
LTr Suplemento Trabalhista	2014	118	Uma boa idéia: 13º salário	Manoel Hermes de Lima
LTr Suplemento Trabalhista	2014	119	Rurícola versus agroindustrial: o jogo que não terminou : para quem você torce? a nefasta desorientação jurisprudencial da justiça do trabalho para o enquadramento sindical da agroindústria brasileira	Eugênio José Cesário Rosa
LTr Suplemento Trabalhista	2014	120	A liberdade sindical e os sistema de representação dos trabalhadores	Elisa Maria de Albuquerque Korndorfer, Miriam Cipriani Gomes
LTr Suplemento Trabalhista	2014	121	Jornada de trabalho do advogado empregado no Brasil	Rafael Carvalho da Rocha Lima
LTr Suplemento Trabalhista	2014	121	Terceirização de atividade-fim de pessoa jurídica de direito público: limites das atribuições do ministério público do trabalho	Ricardo Araújo Cozer
LTr Suplemento Trabalhista	2014	124	Trabalho: valor ou mercadoria?	Patrícia Santos de Sousa Carmo
LTr Suplemento Trabalhista	2014	127	Necessária revisão da súmula n. 371 pelo tribunal superior do trabalho, por afronta ao item III sa súmula n. 378 da mesma corte . .	Maurício de Carvalho Salviano
LTr Suplemento Trabalhista	2014	128	Convenção coletiva e contrato de trabalho: súmula e poder de legislar	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2014	129	Convenções da OIT e sua vigência no Brasil	Georgenor de Sousa Franco Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2014	130	Auxiliar de enfermagem: marco temporal para inabilitação ao exercício de atividades em enfermagem e desobrigatoriedade de oferecer vagas em seleções e concursos públicos	Ricardo Araújo Cozer
LTr Suplemento Trabalhista	2014	131	Estabilidade decenal e o regime do FGTS - Direito Adquirido, expectativa de direito e a rescisão contratual	Rafael Foresti Pego
LTr Suplemento Trabalhista	2014	132	Terceirização, fator de precarização do Direito do Trabalho	José Soares Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2014	133	Direitos metaindividuais não são heterogêneos	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2014	134	A ação acidentária civil e sua utilização na ação trabalhista	Fernando Paulo da Silva Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2014	136	Professores de disciplinas distintas e igualdade salarial	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2014	137	A terceirização em perguntas e resposta: tentando diminuir as confusões	Márcio Túlio Viana

LTr Suplemento Trabalhista	2014	138	O leigo e a análise objetiva dos riscos ocupacionais e suas consequências	Rubens Cenci Motta
LTr Suplemento Trabalhista	2014	139	Transexualidade e o uso do banheiro na empresa	Daniel Lisboa
LTr Suplemento Trabalhista	2014	143	O cancelamento da súmula n. 349 do TST e os turnos ininterruptos de revezamento - em defesa da negociação coletiva	Carlos Eduardo Paletta Guedes
LTr Suplemento Trabalhista	2014	144	O uso da tecnologia dos smartphones no ambiente de trabalho e o poder fiscalizatório do empregador	Maira Primo Diniz, Mirella Karen de Carvalho Bifano Muniz
LTr Suplemento Trabalhista	2014	148	A auditoria fiscal do trabalho luta pelo cumprimento dos fundamentos da constituição: cidadania, dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho	Jair Teixeira dos Reis
LTr Suplemento Trabalhista	2014	149	A execução trabalhista envolvendo penhora de conta bancária conjunta e os meios de defesa do terceiro	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Adriano Fracappani
LTr Suplemento Trabalhista	2014	150	Uma análise sobre os fatores de risco no ambiente de trabalho e seus efeitos deletérios na saúde bucal do trabalhador	Danielle Maria Badaró Barsante
LTr Suplemento Trabalhista	2014	151	Trabalho escravo X expropriação - normas de ajustamento de condutas	Carla Maria Santos Carneiro, Leandro Marmo Carneiro Costa
LTr Suplemento Trabalhista	2014	159	Terceirização e ação civil pública	Ricardo José Macedo de Brito Pereira
LTr Suplemento Trabalhista	2015	2	Adicional de periculosidade e armazenamento de inflamáveis (óleo diesel) para geradores	Walter Rosati Vegas Junior
LTr Suplemento Trabalhista	2015	4	A possibilidade da aplicação da prescrição intercorrente na justiça do trabalho	Tatiana Bhering Serradas Bon de Sousa Roxo, Alice Josiane dos Santos Pereira
LTr Suplemento Trabalhista	2015	4	Doméstico, revista diária, dano moral, indenização, cabimento	Melchiades Rodrigues Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2015	5	Impossibilidade de aproveitamento de depósito recursal pela correponsável e ofensa à súmula n. 128 do Tribunal Superior do Trabalho	Viviane Lícia Ribeiro
LTr Suplemento Trabalhista	2015	6	A intimidade do empregado e o poder de direção do empregador: droga, efetivação do direito à saúde e ações possíveis na relação de emprego	Paulo Mazzante de Paula
LTr Suplemento Trabalhista	2015	7	Artigo 7º, inciso XXVII, da Constituição Federal. Proteção do trabalhador em	Melchiades Rodrigues Martins



			face da automação	
LTr Suplemento Trabalhista	2015	7	Dinheiro e poder: os chifres do diabo na estrutura sindical brasileira?	Carlos Eduardo Dantas Costa
LTr Suplemento Trabalhista	2015	10	Ciência e responsabilidade objetiva no direito do trabalho: riscos ocupacionais inerentes e suas consequências	Rubens Cenci Motta
LTr Suplemento Trabalhista	2015	11	Uma breve análise sobre a súmula n. 453, do colendo Tribunal Superior do Trabalho: o pagamento espósteo, ainda que de maneira proporcional, pelo empregador do adicional de periculosidade tornando desnecessária a realização da perícia	Claudio Jannotti da Rocha
LTr Suplemento Trabalhista	2015	12	STF decide sobre a constitucionalidade do intervalo que antecede a prorrogação da jornada de trabalho da mulher	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2015	13	Retrocesso social prejudica capital e trabalho	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2015	14	Exigência da contribuição assistencial de não associados	Sérgio Pinto Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2015	15	A súmula n. 458, do colendo Tribunal Superior do Trabalho: a possibilidade do recurso dos embargos no procedimento sumaríssimo após a nova redação do art. 894, da CLT. .	Claudio Jannotti da Rocha
LTr Suplemento Trabalhista	2015	16	Reflexões sobre o trabalho no domicílio do empregado no Brasil	Elaine D'Avila Coelho, Tirza Coelho de Souza, Arlindo Antônio Almeida Silveira
LTr Suplemento Trabalhista	2015	17	Infatúnio ocorrido em atividade recreativa promovida pelo empregador segundo o direito acidentário	Alessandra Marcondes D Elia
LTr Suplemento Trabalhista	2015	18	O nexo técnico epidemiológico no direito do trabalho	Gisele Silva Leite
LTr Suplemento Trabalhista	2015	19	Quando uma ordem não deve ser cumprida	Carla Maria Santos Carneiro
LTr Suplemento Trabalhista	2015	20	Quando o direito caduca: algumas reflexões sobre prescrição, decadência e fundo de garantia do tempo de serviço	Almiro Eduardo de Almeida
LTr Suplemento Trabalhista	2015	21	A nova súmula n. 457, do colendo Tribunal Superior do Trabalho: a responsabilidade da União nos honorários periciais quando a parte sucumbente for beneficiária gratuita	Claudio Jannotti da Rocha
LTr Suplemento Trabalhista	2015	22	O contrato de aprendizagem e a estabilidade da gestante: reflexões sobre os equívocos jurisprudenciais	Conrado Di Mambro Oliveira

LTr Suplemento Trabalhista	2015	25	O desmanche do direito do trabalho e a recente decisão do STF sobre a prescrição	Valdete Souto Severo
LTr Suplemento Trabalhista	2015	26	A terceirização, a sucessão de contratos administrativos e a teoria menor da sucessão de empregadores para fins trabalhistas	Hugo Fidelis Batista
LTr Suplemento Trabalhista	2015	27	Por uma visão constitucionalmente adequada do prazo trintenário na busca da satisfação do Fundo de Garantia do tempo de Serviço	Marcelo Ferreira Machado
LTr Suplemento Trabalhista	2015	28	Fundo de garantia das execuções trabalhistas (FUNGET)	João Felipe Moreira Lacerda Sabino
LTr Suplemento Trabalhista	2015	29	O assédio processual no processo do trabalho: uma questão de justiça	Fabiana Pacheco Genehr
LTr Suplemento Trabalhista	2015	30	A Lei n.13.063/2014 - as aposentadorias por invalidez e os contratos de trabalho. .	Anderson Angelo Vianna da Costa, Cláudia Salles Vilela Vianna
LTr Suplemento Trabalhista	2015	31	A execução da contribuição sindical no processo do trabalho	Kleber Marcos Costalonga Varejão Filho, Sonia de Oliveira
LTr Suplemento Trabalhista	2015	32	Sobre o acordo entre reclamante e devedora principal com cláusula suspensiva quanto à análise da responsabilidade da tomadora de serviços	Alexandre Pimenta Batista Pereira
LTr Suplemento Trabalhista	2015	33	A jurisdição trabalhista constitucional no século XXI: novas tutelas	Tereza Aparecida Asta Gemignani
LTr Suplemento Trabalhista	2015	34	A auditoria-fiscal do trabalho e a realização da cidadania, da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho	Cristiane Leonel Moreira da Silva
LTr Suplemento Trabalhista	2015	35	Decisão e instrução: arts. 515 do CPC de 1973 e 1013 do CPC de 2015	Ricardo Carvalho Fraga, Maria Madalena Telesca, Gilberto Souza dos Santos, Cláudio Antônio Cassou Barbosa, Marcos Fagundes Salomão
LTr Suplemento Trabalhista	2015	36	A denúncia à lide das seguradoras nos acidentes de trabalho- uma visão após a emenda constitucional n. 45/2004	Ronald Silka de Almeida, Cleverson José Gusso
LTr Suplemento Trabalhista	2015	37	O seguro-desemprego sob o enfoque da medida provisória n. 665, de 30 de dezembro de 2014	Gisleine Silva Geraldo, Solange Gonçalves Potecasu
LTr Suplemento Trabalhista	2015	40	Jornada de trabalho dos empregados domésticos após a emenda constitucional n. 72 de 2013	Evandro de Oliveira Tinti



LTr Suplemento Trabalhista	2015	41	Dias a quo para a incidência da taxa selic e multa: uma leitura constitucional	Tereza Aparecida Asta Gemignani
LTr Suplemento Trabalhista	2015	42	Prescrição da indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidentes do trabalho	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2015	43	O poder de direção do empregador e o assédio moral	Gislaine Silva Geraldo, Solange Gonçalves Potecasu
LTr Suplemento Trabalhista	2015	44	Liberdade de crença e direito ao trabalho: breves anotações a respeito de decisão do conselho nacional de justiça	Carolina Masotti Monteiro, Ney Stany Morais Maranhão
LTr Suplemento Trabalhista	2015	45	Férias (de advogado) e recesso forense	Georgenor de Sousa Franco Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2015	46	Diálogo das fontes e eficácia dos direitos fundamentais: síntese para uma nova hermenêutica das relações de trabalho	Renato Rua de Almeida
LTr Suplemento Trabalhista	2015	47	Leitura constitucional dos direitos sociais: medidas provisórias ns. 664 e 665 de 2014	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2015	48	Efetividade da execução trabalhista: ineficácia diante da impenhorabilidade de verbas salariais	Gabrielle Ramos da Silva Ribeiro, Tatiana Bhering Serradas Bon de Sousa Roxo
LTr Suplemento Trabalhista	2015	49	Direitos e ideologias em disputa: revisitando o papel das centrais sindicais	Isabelle Carvalho Curvo
LTr Suplemento Trabalhista	2015	50	O tratamento ao crédito trabalhista na fase de recuperação judicial	Amanda Del Vecchio Dias, Miriam Cipriani Gomes
LTr Suplemento Trabalhista	2015	51	Súmula vinculante n. 37 dos STF e aumento de vencimentos dos servidores públicos	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2015	52	Inconstitucionalidade do limite máximo de 90 dias atinente ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço (lei n. 12.506/2011): reflexão lastreada no princípio da vedação de retrocesso social	Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho, Ney Stany Morais Maranhão
LTr Suplemento Trabalhista	2015	55	O trabalhador como indivíduo, pessoa e sujeito de direitos	Gianfálio Germani
LTr Suplemento Trabalhista	2015	56	CPC futuro e ação rescisória	Ricardo Carvalho Fraga
LTr Suplemento Trabalhista	2015	57	Atualização monetária dos créditos trabalhistas: inconstitucionalidade da "TR" e utilização do "IPCA-E"	Flávio da Costa Higa, Júlio César Beber
LTr Suplemento Trabalhista	2015	58	Auto de infração. Lavratura fora do local da inspeção após 24 horas e sem mencionar motivos. Princípio da legalidade. Efeitos. Nulidade por vício de forma	Melchíades Rodrigues Martins

LTr Suplemento Trabalhista	2015	58	Desmembramento, formas de registro e localização de sede de sindicato	Georgenor de Sousa Franco Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2015	59	Conciliação. Proposta. Dois momentos disintos arts. 846 (abertura da audiência) e 850 (depois das razões finais) da cit .	Melchíades Rodrigues Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2015	59	Distinção interpretativa entre trabalho e atividade	Ednardo Souza Moura, Jair Teixeira dos Reis
LTr Suplemento Trabalhista	2015	60	O recolhimento extemporâneo da contribuição sindical rural: o regime jurídico aplicável à luz da súmula n. 432 do colendo tribunal superior do trabalho	Claudio Jannotti da Rocha, Ailana Santos Ribeiro
LTr Suplemento Trabalhista	2015	61	O novo código de processo civil e o processo do trabalho: uma visão panorâmica e superficial dos artigos aplicáveis	Vólia Bomfim Cassar
LTr Suplemento Trabalhista	2015	63	Dano existencial - modalidade de dano moral - jornada excessiva ou extenuante - jornadas alteradas - hipótese não configurada de dano moral	Melchíades Rodrigues Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2015	64	Reforma na lei de arbitragem e contrato individual de trabalho	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2015	65	Terceirização(PL 4.330-I de 2004 sob a ótica do direito comparado	Márcio Cabral Magano
LTr Suplemento Trabalhista	2015	66	Nova lei da arbitragem e direito do trabalho: a proteção continua, ou escapamos por pouco	Marcos Neves Fava
LTr Suplemento Trabalhista	2015	67	Terceirização e sindicato: atuação por um mínimo de civilidade na relação triangular	Amauri Cesar Alves
LTr Suplemento Trabalhista	2015	68	É, de fato, inconstitucional a terceirização de serviços?	Rafael da Silva Marques
LTr Suplemento Trabalhista	2015	69	Planos de demissão incentivada na jurisprudência do STF: confusões conceituais e principiológicas	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2015	70	A inconstitucionalidade da medida provisória n. 665/2014 e sua violação aos direitos humanos	Manoel Hermes de Lima
LTr Suplemento Trabalhista	2015	73	Mandado de segurança na justiça do trabalho de 1º grau: uma década depois	Antonio de Pádua Muniz Corrêa
LTr Suplemento Trabalhista	2015	74	Contrato de trabalho doméstico e lei complementar n. 150/2015	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2015	75	Mandado de segurança na Justiça do Trabalho de 1º grau: uma década depois	Antonio de Pádua Muniz Corrêa
LTr Suplemento Trabalhista	2015	75	Novos desafios à fragilizada representatividade sindical brasileira	Werner Keller
LTr Suplemento Trabalhista	2015	76	O jus variandi do empregador e o jus resistitiae do empregado: possibilidades e limites	Zélia Maria Cardoso Montal

LTr Suplemento Trabalhista	2015	77	A inobservância do intervalo intrajornada no regimes 12 x 24, 12 x 36, 12 x 48, 24 x 24 e 24 x 48	Paulo Mont'Alverne Frota
LTr Suplemento Trabalhista	2015	78	Valor probatório do depoimento da parte	Marcelo Azevedo Chamone
LTr Suplemento Trabalhista	2015	79	De algodão entre os cristais a protagonista na formação da nacionalidade brasileira	Tereza Aparecida Asta Gemignani
LTr Suplemento Trabalhista	2015	80	Assédio moral exige cuidados especiais dos profissionais envolvidos	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2015	81	A desconsideração da personalidade jurídica no NCP e o processo do trabalho	Francisco Ferreira Jorge Neto
LTr Suplemento Trabalhista	2015	82	Eletricista. Ocorrência. Responsabilidade objetiva do empregador. Nexos de causalidade.	Melchíades Rodrigues Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2015	82	Relação de trabalho: fatores e/ou características que justificam terminologias mais adequadas às espécies dessa relação jurídica latu sensu	Marlon Rodrigues Amorim, Victor Wiedenhoeft de Souza, Jair Teixeira dos Reis
LTr Suplemento Trabalhista	2015	83	O novo CPC e o processo do trabalho: pós-modernidade, antinomias, lacunas e o novo microsistema processual trabalhista individual	André Araújo Molina
LTr Suplemento Trabalhista	2015	84	Revista íntima à luz da jurisprudência do TST	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Letícia Costa Mota
LTr Suplemento Trabalhista	2015	85	A terceirização no Brasil: análise dos aspectos trabalhistas da PL 4330/2004	Valton Dória Pessoa
LTr Suplemento Trabalhista	2015	88	Novas regras do fator previdenciário	Manoel Hermes de Lima
LTr Suplemento Trabalhista	2015	89	As laterações legislativas e a representação processual recursal na justiça do trabalho	João Batista Pereira Neto
LTr Suplemento Trabalhista	2015	90	Estagiário: a possibilidade de indenização por dano existencial em decorrência do descumprimento dos objetivos da lei n.11.788/08 : (art. 1º, parágrafo 1º e parágrafo 2º, desvio de função).	Daniel Schejga, Anizio Evair Cordeiro, João Vítor Passuelo Smaniotto
LTr Suplemento Trabalhista	2015	91	As prorrogações das jornadas de trabalho e a portaria n. 702/2015 do MTE	Rafael Grassi Pinto Ferreira
LTr Suplemento Trabalhista	2015	92	Novos conceitos: lei n. 13.015/2014 e futuro CPC	Ricardo Carvalho Fraga, Cláudio Antônio Cassou Barbosa, Maria Madalena Telesca, Gilberto Souza dos Santos, Marcos Fagundes

						Salomão
LTr Suplemento Trabalhista	2015	93	A trajetória do emprego e desemprego			José Pastore
LTr Suplemento Trabalhista	2015	94	Notas sobre a subordinação jurídica do atleta profissional de futebol			Tiago Silveira de Faria
LTr Suplemento Trabalhista	2015	95	Redução da jornada de trabalho			Sérgio Pinto Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2015	96	Programa de proteção ao emprego com a recessão em curso, a medida é mais do que indicada			José Pastore
LTr Suplemento Trabalhista	2015	99	O uber e a regulação do trabalho			José Pastore
LTr Suplemento Trabalhista	2015	100	Direito do trabalho em tempos de crise econômica: flexibilização e programa de proteção ao emprego			Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2015	101	Legalidade, cidadania e democracia postas em xeque por notificação recomendatória do ministério público, acidentes de trânsito e cooperativas de trabalho			Antonio Carlos Aguiar, André Villac Polinesio
LTr Suplemento Trabalhista	2015	102	A necessária revisão da orientação jurisprudencial n. 419 da SDI-1/ST			Levi Rosa Tomé
LTr Suplemento Trabalhista	2015	103	Atualização monetária dos créditos trabalhistas: novos parâmetros jurisprudenciais			Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2015	104	Por que a pec do combate ao trabalho escravo não confere poderes excessivos ao auditor-fiscal do trabalho?			Renan Barbosa Amorim
LTr Suplemento Trabalhista	2015	105	"Flexibilizações trabalhistas" em tempos de crises empresariais: a medida provisória n. 680, de 6 de julho de 2015 (programa de proteção ao emprego)			Roberto Carneiro Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2015	106	Adicional de desconexão: o tempo à disposição do empregador à luz das novas fronteiras da empresa			Luiz Marcelo Góis
LTr Suplemento Trabalhista	2015	107	Radicalidade do art. 769 da CLT como salvaguarda da justiça do trabalho			Jorge Luiz Souto Maior
LTr Suplemento Trabalhista	2015	108	Programa de proteção ao emprego: solução?			Georgenor de Sousa Franco Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2015	109	Direito internacional do trabalho			Gleibe Pretti
LTr Suplemento Trabalhista	2015	110	Incidente de uniformização de jurisprudência nos tribunais regionais do trabalho. O inusitado sob a lei nº 13.015/14 e seu regulamento . . .			Eugênio José Cesário Rosa
LTr Suplemento Trabalhista	2015	111	A estrutura da sentença trabalhista			Almiro Eduardo de Almeida

LTr Suplemento Trabalhista	2015	112	Contribuição sindical patronal rural: sua cobrança judicial	Aurélio Pires
LTr Suplemento Trabalhista	2015	115	A nova regulamentação do seguro-desemprego do empregado doméstico: lei complementar n. 150/2015 e resolução n. 754/2015, do CODEFAT.	Evair de Jesus Zago
LTr Suplemento Trabalhista	2015	116	Dano moral e a punitive damages na Justiça do Trabalho	Lucas Soares de Oliveira
LTr Suplemento Trabalhista	2015	117	A abolição efetiva do trabalho infantil: convenções ns. 138 e 182 da OIT	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
LTr Suplemento Trabalhista	2015	118	O processo de lay off no setor automotivo: criatividade ou fraude	Almiro Eduardo de Almeida
LTr Suplemento Trabalhista	2015	119	Fundo de amparo ao trabalhador e programa de proteção ao emprego: parâmetros constitucionais e legais	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2015	120	As condições de trabalho dos motoristas e cobradores do Rio de Janeiro e a identificação com as teorias da escravidão urbana	Benizete Ramos de Medeiros, Wander Paulo Marins Teles
LTr Suplemento Trabalhista	2015	121	Responsabilidade civil do empregador pela ausência de registro do contrato de trabalho	Evandro de Oliveira Tinti
LTr Suplemento Trabalhista	2015	122	Trabalho voluntário na organização das olimpíadas e paraolimpíadas do comitê olímpico internacional	Jorge Luiz Souto Maior, Víctor Emanuel Bertoldo Teixeira
LTr Suplemento Trabalhista	2015	123	Trabalho remunerado e vínculo empregatício: conceitos para o mercado de trabalho atual e a pejetização	Fernando Paulo da Silva Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2015	124	A crise econômica no Brasil e o Programa de Proteção ao Emprego - PPE	Alexandre Albuquerque Almeida, Simone Barbosa de Martins Mello
LTr Suplemento Trabalhista	2015	125	Aposentadoria e fator previdenciário: mudanças legislativas	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2015	126	O Supremo Tribunal Federal e a demissão imotivada: reintegração, readmissão, ou simples direito do trabalhador	José Alberto Couto Maciel
LTr Suplemento Trabalhista	2015	127	STF: fornecimento de EPI para neutralizar o ruído não retira o direito à aposentadoria especial: consequências dessa decisão	Irene F. Souza D. Saad
LTr Suplemento Trabalhista	2015	128	A saúde do trabalhador e o ativismo judicial	Della Rocca Brígida Costa
LTr Suplemento Trabalhista	2015	129	Considerações sobre o programa de proteção ao emprego	Luiz Marcelo Góis
LTr Suplemento Trabalhista	2015	130	Dor ostearticular não pode ser concausa?	Rubens Cenci Motta
LTr Suplemento Trabalhista	2015	131	Empregado doméstico e diarista: caracterização e diferenças na lei e na jurisprudência	Gustavo Filipe Barbosa Garcia



LTr Suplemento Trabalhista	2015	132	O trabalho em "facções" do ramo têxtil/vestuário em Blumenau/SC: um estudo de caso sobre saúde e adoecimento	Oscar Krost
LTr Suplemento Trabalhista	2015	133	O FGTS e o seu prazo prescricional	Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
LTr Suplemento Trabalhista	2015	134	Atualização monetária de débitos trabalhistas: possibilidades e limites de atuação da justiça do trabalho após a decisão do STF na Rcl.22.12. . .	Flávio da Costa Higa, Izidoro Oliveira Paniago, Izidoro Oliveira Paniago
LTr Suplemento Trabalhista	2015	134	Dano moral, publicação de nota na imprensa acerca dos motivos da dispensa da empregada, violação da honra e da imagem	Melchiades Rodrigues Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2015	135	As falácias (e a verdade) do programa de proteção ao emprego	Almiro Eduardo de Almeida
LTr Suplemento Trabalhista	2015	135	Perícia. Controvérsia entre a perícia do INSS que considerou o empregado apto para o trabalho e o laudo contrário do setor médico do empregador. Necessidade de nova perícia pelo perito do juízo . . .	Melchiades Rodrigues Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2015	136	Pleno do TST altera critério da contribuição ao INSS	Ricardo Souza Calcini
LTr Suplemento Trabalhista	2015	137	Auditoria fiscal do trabalho na proteção do trabalhador estagiário	Jair Teixeira dos Reis
LTr Suplemento Trabalhista	2015	138	Ausência da anotação de carteira de trabalho e previdência social e competência criminal	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2015	139	Greve - descontos salariais - dias de paralisação - possibilidade - art. 7º da lei n.7.789/1989 .	Melchiades Rodrigues Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2015	139	O que significa "estado de greve"	Antonio Carlos Aguiar
LTr Suplemento Trabalhista	2015	140	Caracterização de cargos/empregos/funções públicos técnicos para fins de licitude da acumulação com cargos/empregos/funções públicos de professor	Ricardo Araújo Cozer
LTr Suplemento Trabalhista	2015	141	A (in)aplicabilidade imediata do ipca-e como índice de correção monetária na justiça do trabalho para as ações julgadas anteriormente a nova regra	Rosendo de Fátima Vieira Júnior
LTr Suplemento Trabalhista	2015	142	Quem ganha (e quem perde) com a terceirização?	Luísa da Rosa Moccellini
LTr Suplemento Trabalhista	2015	143	Juridicamente, a terceirização já era: acabou!	Jorge Luiz Souto Maior
LTr Suplemento Trabalhista	2015	144	Regra alternativa ao fator previdenciário e a aposentadoria por idade - qual a melhor opção? Lei n.13.183/2015 . . .	Jair Teixeira dos Reis

LTr Suplemento Trabalhista	2015	145	Cargos em comissão: uma nova visão em face aos princípios constitucionais	Francisco Aparecido Rahal Farhat
LTr Suplemento Trabalhista	2015	146	A correção do erro que se tomou jurisprudência	Antonio Carlos Fonseca Vendrame
LTr Suplemento Trabalhista	2015	147	Doutrina, jurisprudência, teses e teses, mas doutor, e os fatos?	Izidoro Paniago
LTr Suplemento Trabalhista	2015	148	Do incidente de descon sideração da personalidade jurídica previsto no novo CPC e suas implicações no processo do trabalho	Sandro Gill Brites
LTr Suplemento Trabalhista	2015	149	A implantação das ciclo vias como ferramenta de proteção ao trabalhador	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Renato Marangoni Alves de Miranda
LTr Suplemento Trabalhista	2015	150	A exigência de comum acordo no dissídio coletivo	José Alberto Couto Maciel
LTr Suplemento Trabalhista	2015	151	Do "comum acordo" para o dissídio coletivo econômico: a diferença entre o "titular do direito coletivo" e o "titular da ação coletiva"	Rafael Edson Pugliese Ribeiro
LTr Suplemento Trabalhista	2015	152	As novidades do PPE: desde a mp n. 680 até a recente lei n. 13.189/2015.	Ricardo Souza Calcini
LTr Suplemento Trabalhista	2015	152	Prescrição intercorrente: aplicação no processo do trabalho	Melchiades Rodrigues Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2015	153	A cultura de judicialização dos conflitos trabalhistas	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2015	154	A legitimidade do sindicato de categoria profissional para celebrar convenção coletiva de consumo	Arnaldo Leonel Ramos Junior
LTr Suplemento Trabalhista	2015	155	Está em vigência o adicional de periculosidade por radiações ionizantes	Antonio Carlos Fonseca Vendrame
LTr Suplemento Trabalhista	2015	156	Trabalhador ciclista e os aspectos do acidente do trabalho	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Renato Marangoni Alves de Miranda
LTr Suplemento Trabalhista	2016	1	Retrospectiva 2015: direito do trabalho e previdenciário	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2016	2	Avaliação dos direitos trabalhistas constitucionalizados	Georgenor de Sousa Franco Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2016	3	A discriminação na pré-contratação trabalhista	Rubiane Solange Gassen Assis
LTr Suplemento Trabalhista	2016	4	O dumping social nas relações de trabalho: formas de combate	Enoque Ribeiro dos Santos

LTr Suplemento Trabalhista	2016	5	Responsabilidade objetiva como instrumento do ativismo judicial para a manutenção do ambiente de trabalho seguro	Adriano Jannuzzi Moreira
LTr Suplemento Trabalhista	2016	7	Fatores psicossociais de risco no meio ambiente do trabalho	Carla Maria Santos Carneiro
LTr Suplemento Trabalhista	2016	8	Direito social e Mercosul	Thereza Christina Nahas
LTr Suplemento Trabalhista	2016	9	Em busca de direitos perdidos pelos trabalhadores italianos na era das redes sociais	Alessandra Ingraio
LTr Suplemento Trabalhista	2016	10	FGTS e o pleito por uma correção digna	Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
LTr Suplemento Trabalhista	2016	11	Exigência de certidão de antecedentes para admissão de empregado	Sérgio Pinto Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2016	12	Controvérsias sobre o índice de reajuste dos créditos trabalhistas e insegurança jurídica	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2016	13	Terceirização e direito do trabalho	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
LTr Suplemento Trabalhista	2016	14	A sociedade unipessoal de advocacia	Hélio Vieira
LTr Suplemento Trabalhista	2016	15	Novo CPC: coisa julgada inconstitucional e ação rescisória : revogação do prazo decadencial de seu trânsito em julgado	José Alberto Couto Maciel
LTr Suplemento Trabalhista	2016	16	A possibilidade (ou não) de cumulação dos adicionais de periculosidade e insalubridade	Rodolpho César Aquilino Bacchi
LTr Suplemento Trabalhista	2016	17	O assédio moral e seu desdobramento institucional	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Letícia Costa Mota
LTr Suplemento Trabalhista	2016	18	Advogado autônomo x [vínculo de emprego. Elemento indispensável para configurar a relação de emprego	Tomaz Alves Nina
LTr Suplemento Trabalhista	2016	19	Papel contemporâneo da comissão interna de prevenção de acidentes na garantia de um meio ambiente do trabalho equilibrado	Marcelo Braghini
LTr Suplemento Trabalhista	2016	20	A nova lei n.13.245/2016, sancionada em 12 de janeiro. Presença obrigatória do advogado nos inquéritos e demais procedimentos administrativos.	Hélio Vieira, Zênia Cernov
LTr Suplemento Trabalhista	2016	21	AADIN n. 5326/DF e a competência da justiça do trabalho para pedidos de autorização relativos à participação de crianças e adolescentes em representações artísticas: uma passo para trás	Guilherme Guimarães Feliciano



LTr Suplemento Trabalhista	2016	22	O incidente de descon sideração da personalidade jurídica e sua aplicabilidade no âmbito da processualística do trabalho: uma breve incursão a respeito das teorias subjetiva e objetiva	Fernanda Antunes Marques Junqueira, Leonardo de Moura Landulfo Jorge
LTr Suplemento Trabalhista	2016	23	Ensaio sobre o regime de compensação de jornada aplicável ao trabalho doméstico após o advento da lei complementar n. 150/2015	Aida de Barros Araújo
LTr Suplemento Trabalhista	2016	24	O novo código de processo civil e sua aplicação no processo do trabalho com relação aos prazos	José Alberto Couto Maciel
LTr Suplemento Trabalhista	2016	25	O princípio da primazia da resolução de mérito no novo código de processo civil e sua aplicação ao processo do trabalho	José Alberto Couto Maciel
LTr Suplemento Trabalhista	2016	26	Estabilidade provisória por acidente do trabalho e ausência de concurso público	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2016	27	A exagerada regulamentação do Estado nas relações de trabalho	Antonio Carlos Fonseca Vendrame
LTr Suplemento Trabalhista	2016	28	Ultratividade das normas coletivas trabalhistas e seu alcance	Wagner Gusmão Reis Júnior
LTr Suplemento Trabalhista	2016	29	Livre acesso à justiça? A problemática da competência territorial no direito desportivo trabalhista	Tiago Silveira de Faria
LTr Suplemento Trabalhista	2016	30	Não discriminação da presunção: um tema que devemos abordar	Rubens Cenci Motta
LTr Suplemento Trabalhista	2016	31	A lei do aumento da licença-paternidade: um tiro de festim	Cassio Colombo Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2016	32	Culpar a janela para destravar os caminhos	Carlos Eduardo Oliveira Dias, Guilherme Guimarães Feliciano
LTr Suplemento Trabalhista	2016	33	A necessidade de comum acordo para ajuizar dissídio coletivo	Vitor Caminha Corrêa
LTr Suplemento Trabalhista	2016	33	Culpar a janela para destravar os caminhos	Carlos Eduardo Oliveira Dias, Guilherme Guimarães Feliciano
LTr Suplemento Trabalhista	2016	34	O percurso da adaptação razoável como direito dos trabalhadores com deficiência	Ricardo André Maranhão Santiago
LTr Suplemento Trabalhista	2016	35	Convênio e responsabilidade subsidiária	Sérgio Pinto Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2016	36	Programa de Proteção ao Emprego: cinquenta anos depois, a história se repete	Almiro Eduardo de Almeida
LTr Suplemento Trabalhista	2016	37	Incorporação e aplicação das convenções internacionais da OIT no Brasil	Valerio de Oliveira Mazzuoli, Georgenor de Sousa Franco Filho

LTr Suplemento Trabalhista	2016	38	A defesa do meio ambiente do trabalho e o caráter preventivo da tutela inibitória na ação civil pública	Fabio Goulart Villela
LTr Suplemento Trabalhista	2016	39	Constitucionalidade do inciso II do art. 62 da CLT	Sérgio Pinto Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2016	40	Prorrogação da licença-paternidade e novas hipóteses de ausência justificada no trabalho: lei 13.257/2016	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2016	41	Trabalho infantil: trabalho forçado	Ilan Fonseca de Souza
LTr Suplemento Trabalhista	2016	42	Mercado de trabalho e as pessoas com deficiência: empiria e interdisciplinaridade em favor de uma reflexão crítica acerca da eficiência das políticas inclusivas baseadas na coação estatal	Luiz Felipe Monsores de Assumpção
LTr Suplemento Trabalhista	2016	43	Negociação coletiva atípica: o desenvolvimento da maturidade das partes nas relações de trabalho	Vanessa Anitablian Baltazar
LTr Suplemento Trabalhista	2016	44	Estado democrático de direito e desvirtuamento ideológico do sistema jurídico	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2016	45	A jurisdição trabalhista constitucional no século XXI: novas tutelas	Tereza Aparecida Asta Gemignani
LTr Suplemento Trabalhista	2016	46	As tutelas provisórias do CPC/2015 e o processo do trabalho	Marcel Lopes Machado
LTr Suplemento Trabalhista	2016	47	Proibição de revista íntima e lei n.13.271/2016. .	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2016	48	A possibilidade de realização de revista de empregados sob a ótica do dano moral: uma análise do deferimento de indenizações pela justiça do trabalho	Samantha Mendonça Lins Bastos
LTr Suplemento Trabalhista	2016	49	Distinção entre conciliação e mediação e possíveis repercussões	Rogério Neiva Pinheiro
LTr Suplemento Trabalhista	2016	50	Direitos sociais como exigência para a dignidade da pessoa humana no Estado democrático	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2016	51	A petição inicial e a fundamentação ampla da sentença	Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2016	52	Correção monetária e juros de mora na Justiça do Trabalho	Juliano Chaves Cortez
LTr Suplemento Trabalhista	2016	53	Contrato de facção	Sérgio Pinto Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2016	54	Cobrança de metas no mundo trabalho	Georgenor de Sousa Franco Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2016	55	Controvérsias na aplicação da nova lei n.13.015/2014: recurso de revista	Bruno Machado Colela Maciel
LTr Suplemento Trabalhista	2016	56	Acerca da incompatibilidade ontológica da aplicação subsidiária e supletiva do novo código de processo civil à processualística trabalhista	Bruno Domingos Viana Batista

LTr Suplemento Trabalhista	2016	57	Prevalência do negociado sobre o legislado: uma ameaça com nova roupagem	Jair Teixeira dos Reis
LTr Suplemento Trabalhista	2016	58	Negociado ou legislado: o papel da negociação coletiva de trabalho	Marcel Tadeu Silva
LTr Suplemento Trabalhista	2016	59	O novo status do empregado doméstico no Brasil: uma breve análise da emenda constitucional n. 72/2015 e lei complementar n. 150/2015. .	Kleber Correa da Silveira
LTr Suplemento Trabalhista	2016	60	Do direito do trabalhador voluntário ao meio ambiente do trabalho ecologicamente equilibrado	Carla Maria Santos Carneiro
LTr Suplemento Trabalhista	2016	61	O novo incidente de descon sideração da personalidade jurídica e sua aplicação ao processo do trabalho	Viviane Lícia Ribeiro
LTr Suplemento Trabalhista	2016	62	A indisponibilidade dos direitos trabalhistas no ordenamento jurídico	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2016	63	Direitos sociais e processo coletivo: avanços e retrocessos na experiência brasileira	Georgenor de Sousa Franco Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2016	64	Arbitragem no direito individual do trabalho	Adalberto Jacob Ferreira
LTr Suplemento Trabalhista	2016	65	Ensaio sobre a cegueira: cumulação dos adicionais de salário e proteção à saúde do trabalhador	Valdete Souto Severo
LTr Suplemento Trabalhista	2016	66	Princípios do direito internacional do trabalho	Georgenor de Sousa Franco Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2016	67	A aplicabilidade da multa do art. 523, § 1º, do NCPC (art. 475-J do CPC/73) ao processo do trabalho. .	Enoque Ribeiro dos Santos, Melina Silva Pinto
LTr Suplemento Trabalhista	2016	68	Estabilidade provisória - o empregado que recusa reintegração tem direito a indenização?	Daniel Pires Novais Dias
LTr Suplemento Trabalhista	2016	69	Pagamento de gratificação por menos de 10 anos	Sérgio Pinto Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2016	70	Afastamento provisório da empregada gestante ou lactante e trabalho insalubre: considerações sobre a lei n.13.287/2016. .	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2016	71	Serve na Europa, não no Brasil: a NR-12 e as várias faces de um debate nacional	Luiz Felipe Monsores de Assumpção, José Olímpio dos Santos Neto, Carlos Eduardo F Domingues
LTr Suplemento Trabalhista	2016	72	Segurança jurídica nas contratações de empregados	Aurélio Pires
LTr Suplemento Trabalhista	2016	73	Mobilização subjetiva dos trabalhadores na construção civil	Carla Maria Santos Carneiro

LTr Suplemento Trabalhista	2016	74	Desregular para regular - a necessidade da construção do direito do trabalhador no século XXI	Thereza Christina Nahas
LTr Suplemento Trabalhista	2016	75	Globalização: unidade na diversidade : uma nova hipótese global	Carla Maria Santos Carneiro
LTr Suplemento Trabalhista	2016	76	O Pokémon Go e as relações de trabalho	Georgenor de Sousa Franco Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2016	77	Prescrição do FGTS	Márcio Mendes Granonato
LTr Suplemento Trabalhista	2016	78	Aspectos práticos e (i)legais da revista (intima) do empregado	Rosendo de Fátima Vieira Júnior
LTr Suplemento Trabalhista	2016	79	Férias: convenção n. 132 da OIT e o regime da CLT	Georgenor de Sousa Franco Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2016	80	Neoliberalismo, trabalho globalizado ou globalismo do trabalho	Carla Maria Santos Carneiro
LTr Suplemento Trabalhista	2016	81	Reforma trabalhista	Sérgio Pinto Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2016	82	Novo CPC e processo do trabalho: instrução normativa n. 39/2016 do TST e controle de constitucionalidade	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2016	83	Uma nova lei, uma nova velha controvérsia: a incoerência jurisprudencial no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho no tocante ao ônus da prova quanto à culpa da administração pública na fiscalização contratual da prestadora de serviços	Raphael Mizziara
LTr Suplemento Trabalhista	2016	84	Monitoramento digital do empregado: estudo comparativo do caso Barbuiescu x Romania da Corte Europeia de Direitos Humanos com a jurisprudência brasileira	Flávia Moreira Guimarães Pessoa, Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2016	85	Antecedentes históricos, fundamentos e princípios do direito internacional do trabalho	Georgenor de Sousa Franco Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2016	86	A realização do exame de gravidez demissional como condição para a garantia provisória no emprego	Luana de Paula Costa
LTr Suplemento Trabalhista	2016	87	Direito sem lei. A incorporação do pagamento da gratificação de função	Paulo Cesar Baria de Castilho
LTr Suplemento Trabalhista	2016	88	Comentários às recentes alterações na jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho	Raphael Mizziara
LTr Suplemento Trabalhista	2016	89	Recesso do advogado	Sérgio Pinto Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2016	90	Dispensa coletiva e convenção n. 158 da OIT: qual a norma integrativa ideal? .	Melissa Fernandes Manhães
LTr Suplemento Trabalhista	2016	91	A aplicação da orientação jurisprudencial n. 191 da SDI-I do C. TST e o conceito	Rodolpho Cézar Aquilino Bacchi

			de dono da obra. .	
LTr Suplemento Trabalhista	2016	92	Impactos do estresse no ambiente do trabalho brasileiro	Adriano Jannuzzi Moreira
LTr Suplemento Trabalhista	2016	93	Intensificação do trabalho e acumulação de funções	Cláudio Armando Couce de Menezes
LTr Suplemento Trabalhista	2016	94	Compliance e Direito do Trabalho: novas práticas para mitigar novos riscos	Mirella Karen de Carvalho Bifano Muniz, Ronaldo Mayrink de Castro Garcia Dias
LTr Suplemento Trabalhista	2016	95	Efeito da sobrejornada ilícita: adicional superior ao mínimo constitucional	Augusto Grieco Sant'Anna Meirinho, Igor Cardoso Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2016	96	Súmula n. 277, do TST - STF - medida cautelar na arguição de descumprimento de preceito fundamental: suspensão das decisões judiciais proferidas no âmbito da justiça do trabalho que versem sobre a aplicação da ultratividade de normas de acordos e de convenções coletivas, sem prejuízo do término de sua fase instrutória, bem como das execuções já iniciadas	Melchíades Rodrigues Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2016	97	Justiça do trabalho: 75 anos de salutar existência	Aurélio Pires
LTr Suplemento Trabalhista	2016	98	Gueltas	Sérgio Pinto Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2016	99	A quarta onda renovatória do direito processual	Fernanda Endler Lima
LTr Suplemento Trabalhista	2016	100	RE/895759 - Supremo Tribunal Federal considera válida cláusula ajustada em convenção coletiva de trabalho que suprime as horas in itinere em face da concessão de outras vantagens à categoria dos trabalhadores - relator min. Teori Zavaski	Melchíades Rodrigues Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2016	101	O Novo CPC, a justiça do trabalho e a segurança jurídica	Ivan Alemão
LTr Suplemento Trabalhista	2016	102	Otimismo escasso e necessário: futuro da justiça e do direito do trabalho	Ricardo Carvalho Fraga
LTr Suplemento Trabalhista	2016	103	Ação civil pública trabalhista: um trem fora dos trilhos	Antonio de Pádua Muniz Corrêa
LTr Suplemento Trabalhista	2016	104	O Supremo Tribunal Federal, a greve e o caos: a situação é excelente	Diego Catelan Sanches
LTr Suplemento Trabalhista	2016	105	TST atualiza sua jurisprudência: penhora em dinheiro na execução provisória	Ben-Hur Silveira Claus
LTr Suplemento Trabalhista	2016	106	A aplicação da orientação jurisprudencial n.191 da SDI-I do TST e o conceito de dono da obra	Rodolpho Cézar Aquilino Bacchi



LTr Suplemento Trabalhista	2016	107	A interpretação do art. 384 da CLT pela suprema corte no Brasil e a discriminação efetiva da mulher nas relações de trabalho	Geraldo Magela Melo
LTr Suplemento Trabalhista	2016	108	A aplicação imediata (ou não) do adicional de periculosidade para o empregado vigilante	Rodolpho César Aquilino Bacchi
LTr Suplemento Trabalhista	2016	109	Regime jurídico dos servidores públicos e aplicabilidade no âmbito trabalhista	Felipe André Santana Basso
LTr Suplemento Trabalhista	2016	110	Conselheiro tutelar: ator primordial no combate ao trabalho infantil	Tiago Ranieri de Oliveira
LTr Suplemento Trabalhista	2016	111	A prova do assédio moral: garantia do trabalho digno	Izabel Christina Baptista Queiróz Ramos
LTr Suplemento Trabalhista	2016	112	Inconstitucionalidade da jornada de trabalho 12x36	Thais Helena Della Riva
LTr Suplemento Trabalhista	2016	113	Encarecer para proteger: tentativas para inverter a lógica de prevalência do lucro sobre a saúde do trabalhador	Rafael Chiari Caspar, Thamara Lays Santos
LTr Suplemento Trabalhista	2016	114	Para um meio ambiente de trabalho saudável e sem riscos: ou quanto custa causar danos à saúde e colocar em risco a vida do trabalhador	Almiro Eduardo de Almeida
LTr Suplemento Trabalhista	2017	1	Advogando para o trabalhador: cuidados processuais envolvendo a terceirização de serviços no setor público	Ariel Stopassola, Ariane Stopassola
LTr Suplemento Trabalhista	2017	2	Plano Temer - prefere a autonomia da vontade nas negociações - sugere dúvidas e controvérsias para o judiciário: análise recomendações	João Augusto da Palma
LTr Suplemento Trabalhista	2017	3	A próxima reforma trabalhista	Georgenor de Sousa Franco Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2017	4	Tendências da reforma trabalhista no sistema capitalista	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2017	5	Pauta (sindical) de reivindicações empresarial	Carlos Eduardo Dantas Costa
LTr Suplemento Trabalhista	2017	6	Comentários a algumas alterações legais que serão apreciadas pelo congresso nacional, mediante medida provisória ou projeto de lei	José Alberto Couto Maciel
LTr Suplemento Trabalhista	2017	7	Os poderes e deveres do juiz: artigo 139. Novo Código de Processo Civil	Debora Müller Bueno
LTr Suplemento Trabalhista	2017	8	O papel da prova pericial na investigação do nexa causal nas ações de indenização por doenças ocupacionais	Alessandro da Silva
LTr Suplemento Trabalhista	2017	9	Categoria profissional diferenciada, ontologia ocupacional e terceirização	Luiz Felipe Monsores de Assumpção, Ricardo Marcelino Guilherme

LTr Suplemento Trabalhista	2017	10	Lei n. 13.341/2016: trabalho e previdência social na atual organização dos ministérios. .	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2017	11	A utilização das stock options e das incentive share units como incentivo aos trabalhadores	Otávio Vieira Tostes
LTr Suplemento Trabalhista	2017	12	A irrecorribilidade das decisões interlocutórias na ótica do Novo Código de Processo Civil	Debora Müller Bueno
LTr Suplemento Trabalhista	2017	13	Os honorários sucumbenciais para o advogado externo ao sindicato no processo do trabalho e a necessidade de atualização da súmula n. 219 e da IN n. 27/2005 do TST. .	Rodrigo Fonseca Marinho
LTr Suplemento Trabalhista	2017	14	Responsabilidade civil pós-contratual no Direito do Trabalho	Evandro de Oliveira Tinti
LTr Suplemento Trabalhista	2017	15	As repercussões da globalização no direito do trabalho	Maria Alice Gurgel do Amaral
LTr Suplemento Trabalhista	2017	16	Flexibilização como combate à crise econômica: a necessária reafirmação do valor social do trabalho no cenário econômico contemporâneo	Kleber Correa da Silveira
LTr Suplemento Trabalhista	2017	17	Manicures e profissionais da beleza: uma interpretação possível da lei n.13.352/2016 no âmbito do direito do trabalho. .	Daniela Cristine Dias de Oliveira
LTr Suplemento Trabalhista	2017	18	A responsabilidade civil em acidente de trabalho do atleta profissional de futebol	Rui Barbosa de Carvalho Santos, Paulo Henrique Silva Pinheiro
LTr Suplemento Trabalhista	2017	19	Conceito de agentes públicos para efeito de garantia de emprego em período eleitoral	Sérgio Pinto Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2017	20	O paternalismo estatal face à vulnerabilidade das sociedades privadas nas demissões coletivas	Rodrigo Marcos Bedran
LTr Suplemento Trabalhista	2017	21	Mulheres no trabalho: o preço da igualdade, repercussões no trabalho masculino, omissão da reforma trabalhista do governo Temer	João Augusto da Palma
LTr Suplemento Trabalhista	2017	22	Duração do trabalho	Sérgio Pinto Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2017	23	Vamos colocar um piercing na "velha" CLT?	Antonio Carlos Aguiar
LTr Suplemento Trabalhista	2017	24	Direitos e garantias da advogada gestante, lactante, adotante ou que dar à luz e do advogado que se torna pai: lei n. 13.363/2016. .	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2017	25	A nova lei da terceirização	Gleibe Pretti

LTr Suplemento Trabalhista	2017	26	Breves comentários à nova redação da lei n. 6019/74: terceirização ampla e irrestrita? .	Vólia Bomfim Cassar
LTr Suplemento Trabalhista	2017	27	Diferença entre terceirização de serviços e trabalho temporário e seu tratamento conferido pelo PL n.4.302/2008. .	Raphael Miziara
LTr Suplemento Trabalhista	2017	28	Trabalho temporário e terceirização	Georgenor de Sousa Franco Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2017	29	Terceirização: reflexos da lei de decisões do STF sobre sua validade comentários à lei n.13.429, de 31 março de 2017, no que concerne à terceirização. .	José Alberto Couto Maciel
LTr Suplemento Trabalhista	2017	30	Gorjetas: sempre as gorjetas	Aurélio Pires
LTr Suplemento Trabalhista	2017	31	O contrato preliminar e a boa-fé na Justiça do Trabalho	Paula Teixeira Garcia Civolani
LTr Suplemento Trabalhista	2017	32	Contrato de parceria em salão de beleza: lei n. 13.352/2016. .	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2017	33	Sentença líquida: repercussões no processo do trabalho	Loa Vieira Ramalho, Angela Maria Konrath
LTr Suplemento Trabalhista	2017	34	A nova lei da terceirização: lei n.13.429/2017: um cheque em branco ao empresariado. .	Enoque Ribeiro dos Santos
LTr Suplemento Trabalhista	2017	35	Desconexão como direito fundamental do empregado: breve análise sobre o teletrabalho e motoristas profissionais	Carolina Silva Silvino Assunção
LTr Suplemento Trabalhista	2017	36	Gorjeta: análise da nova legislação e suas repercussões na seara trabalhista	Maurício de Carvalho Salviano
LTr Suplemento Trabalhista	2017	37	O contrato de aprendizagem e as alterações da lei n. 13.420/2017	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Renato Marangoni Alves de Miranda
LTr Suplemento Trabalhista	2017	38	Questões prévias e coisa julgada no novo CPC	Helio Estellita Herkenhoff Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2017	39	Terceirização irrestrita no Brasil: a lei n.13.429/2017, seus conflitos com a Consolidação das Leis do Trabalho e o panorama de insegurança jurídica. .	Renata Nóbrega Figueiredo, Paulo Rogério Sanches
LTr Suplemento Trabalhista	2017	40	As gorjetas e as alterações promovidas pela lei n.13.419/17	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Letícia Costa Mota
LTr Suplemento Trabalhista	2017	41	Autocomposição na Justiça do Trabalho	Eli Alves da Silva



LTr Suplemento Trabalhista	2017	42	O status jurídico do trabalhador temporário em face da empresa de trabalho temporário: reflexões a partir da lei n. 13.429/2017 que alterou a lei n.6.019/74	Raphael Miziara, Ricardo Arruda Campos Trevisani
LTr Suplemento Trabalhista	2017	43	Reforma trabalhista e contrato de trabalho intermitente: uma tentativa de aproximação dialógica junto ao Senado	Flávio da Costa Higa
LTr Suplemento Trabalhista	2017	44	Cumulação do pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade à luz de normas constitucionais e supralegais	Zélia de Sousa Lopes
LTr Suplemento Trabalhista	2017	45	A revelia e o processo judicial eletrônico: súmula n. 50 do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - divulgado em 31.5.17.	Melchíades Rodrigues Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2017	45	Breves considerações à lei n.13.429/2017 (trabalho temporário e terceirização). .	José Ricardo Haddad, Patrícia Maria Haddad
LTr Suplemento Trabalhista	2017	46	A legalidade da exigência do exame de gravidez na ruptura do contrato de trabalho	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Letícia Costa Mota
LTr Suplemento Trabalhista	2017	46	Equiparação salarial: identidade de função - conjunto de tarefas - igual exercício de parte das tarefas - sionomia salarial indevida	Melchíades Rodrigues Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2017	47	O art. 442-B da pretendida reforma trabalhista	Marly Antonieta Cardone
LTr Suplemento Trabalhista	2017	48	Algumas reflexões sobre a aplicação do NCPG ao Processo do Trabalho	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Renato Marangoni Alves de Miranda
LTr Suplemento Trabalhista	2017	49	A reforma trabalhista: em meio a falsas verdades, muito prejuízo ao trabalhador	Paulo Mont'Alverne Frota
LTr Suplemento Trabalhista	2017	50	Ação civil pública e ação coletiva trabalhista: incompatibilidades. Prevenção e coisa julgada	Antonio de Pádua Muniz Corrêa
LTr Suplemento Trabalhista	2017	51	A prevalência do negociado sobre o legislado	Ricardo Souza Calcini
LTr Suplemento Trabalhista	2017	52	Vigilante, vigia, segurança, porteiro e terceirização: reflexão	Claudio Rodrigues Morales
LTr Suplemento Trabalhista	2017	53	A dignidade da pessoa humana e o direito do trabalho	José Orlando Schäfer
LTr Suplemento Trabalhista	2017	54	O trabalho temporário, o Direito do Trabalho e a lei 13.429/17	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Adriano Fracappani

LTr Suplemento Trabalhista	2017	55	Negociado sobre o legislado e a necessária reforma sindical	Juliana Ferreira de Moraes
LTr Suplemento Trabalhista	2017	56	Reforma trabalhista: demanda destinada à anulação de ACT-CCT ou de cláusulas convencionais	Júlio César Beber
LTr Suplemento Trabalhista	2017	57	A realidade dos sindicatos brasileiros e a prevalência do negociado sobre o legislado	Georgenor de Sousa Franco Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2017	58	Jornada de trabalho do professor: Lei 13.415/2017	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2017	59	A extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador	Rafael Grassi Pinto Ferreira
LTr Suplemento Trabalhista	2017	61	Responsabilidade social empresarial, prevenção e precaução como mecanismos de prevenção de passivos trabalhistas	Adriano Jannuzzi Moreira
LTr Suplemento Trabalhista	2017	62	Abuso do direito de greve	Sérgio Pinto Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2017	62	Lei 13467, de 13.7.17 (reforma trabalhista): contratos individuais de trabalho - cláusula compromissória de arbitragem. Art. 507-A, CLT aplicação nas relações de trabalho	Melchiades Rodrigues Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2017	63	Desvio de função e acúmulo de funções	Márcio Mendes Granconato
LTr Suplemento Trabalhista	2017	64	Dissídio de greve e outros dissídios	Georgenor de Sousa Franco Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2017	65	Teletrabalho: reforma trabalhista não autoriza que despesas com aquisição ou manutenção dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária ao trabalho sejam transferidas ao empregado	Raphael Miziara
LTr Suplemento Trabalhista	2017	66	Cálculo das horas extras dos bancários na atual jurisprudência do TST	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2017	67	Dispensa coletiva e a (in)constitucionalidade do PL n.6.787/2016. .	Paola Barbosa de Melo
LTr Suplemento Trabalhista	2017	68	Cálculos de liquidação no processo trabalhista: desnecessidade de perícia contábil	Paulo Cesar Baria de Castilho
LTr Suplemento Trabalhista	2017	69	A modernização das relações trabalhistas: um olhar sobre as novas regras da terceirização	Anna Catharina Pinheiro Biasini
LTr Suplemento Trabalhista	2017	70	A dispensa coletiva na lei n. 13.467/2017 da reforma trabalhista	Enoque Ribeiro dos Santos
LTr Suplemento Trabalhista	2017	71	Algumas considerações acerca da lei n.13.467/2017: reforma trabalhista. .	Sandro Gill Brites
LTr Suplemento Trabalhista	2017	72	Negociado versus legislado e o fim da homologação	Jair Teixeira dos Reis

LTr Suplemento Trabalhista	2017	73	As cooperativas digitais: um efeito posterior ao fenômeno da uberização nas relações de trabalho	Werner Keller
LTr Suplemento Trabalhista	2017	74	Uber e relação de emprego em tempos de pós-verdade	Paulo Cesar Baria de Castilho
LTr Suplemento Trabalhista	2017	75	O princípio da autonomia privada no Direito do Trabalho	Antonio de Pádua Muniz Corrêa
LTr Suplemento Trabalhista	2017	76	A possibilidade da prevalência do negociado sobre o legislado: o sindicalismo brasileiro está preparado?	Carolina Silva Silvino Assunção
LTr Suplemento Trabalhista	2017	77	Trabalho prestado fora da planta do empregador e o adicional de transferência	Simone Bellino, Cláudio Rodrigues Morales
LTr Suplemento Trabalhista	2017	78	O dano extrapatrimonial na lei nº 13.467/2017, da reforma trabalhista	Enoque Ribeiro dos Santos
LTr Suplemento Trabalhista	2017	81	Tatagem e acessórios corporais e o direito laboral	Aurélio Pires
LTr Suplemento Trabalhista	2017	82	Reforma trabalhista: alterações na jurisprudência dos tribunais do trabalho	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2017	83	Comissão de trabalhadores na empresa a partir de 11 de novembro de 2017	Carlos Eduardo Príncipe
LTr Suplemento Trabalhista	2017	84	Uma das novidades da reforma trabalhista: o contrato intermitente	Vólia Bomfim Cassar
LTr Suplemento Trabalhista	2017	85	Petição inicial: art. 840, §§ 1º, 2º e 3º da CLT	Felipe Bernardes Rodrigues
LTr Suplemento Trabalhista	2017	86	O novo regime jurídico do teletrabalho no Brasil	Raphael Mizziara
LTr Suplemento Trabalhista	2017	87	As contrapartidas no bojo dos instrumentos coletivos como meio de assegurar o equilíbrio e a transferência das negociações coletivas	Carlos André Coutinho Teles, Fernando Rangel Alvarez dos Santos
LTr Suplemento Trabalhista	2017	88	Sistemática recursal frente à reforma trabalhista	Kleber Correa da Silveira
LTr Suplemento Trabalhista	2017	89	"Equiparação" entre empregados de cooperativas de crédito e bancos: (re)exame da orientação jurisprudencial n. 379 da SDI I do TST	Oscar Krost
LTr Suplemento Trabalhista	2017	90	Contribuição sindical na lei n. 13.467/2017. . .	Augusta de Raefray Barbosa Gherardi
LTr Suplemento Trabalhista	2017	91	Reforma trabalhista e unicidade sindical	João Victor Bomfim Chaves
LTr Suplemento Trabalhista	2017	92	Políticas neoliberais na flexibilização dos direitos trabalhistas	Ana Paula Fernandes da Silva
LTr Suplemento Trabalhista	2017	93	A modernização das relações de trabalho e seus impactos previdenciários: o trabalho intermitente e o cálculo do índice FAP	Vinicius Riguete Rigon, Anderson Olivio Turina

LTr Suplemento Trabalhista	2017	94	Nem tudo que reluz é ouro: o [parágrafo] 3º do art. 840 da Consolidação das Leis do Trabalho e o princípio da prevalência da decisão de mérito no novo CPC	Elisa Maria Secco Andreoni
LTr Suplemento Trabalhista	2017	95	O negociado e o legislado na reforma trabalhista	Sérgio Pinto Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2017	96	Eficácia da lei n.13.467/2017 no tempo: critérios hermenêuticos que governam a relação entre leis materiais trabalhistas sucessivas no tempo. .	Raphael Mizziara
LTr Suplemento Trabalhista	2017	97	Salário e remuneração: efeitos das reformas trabalhistas de 2017 (da lei n.13.419 à medida provisória n. 808).	Marcelo Barroso Kümmel
LTr Suplemento Trabalhista	2017	98	Nova lei trabalhista e a regra tempus regit actum	Manoel Hermes de Lima
LTr Suplemento Trabalhista	2017	99	Terceirização da atividade fim: uma nova realidade?	Rubiane Solange Gassen Assis
LTr Suplemento Trabalhista	2017	100	A lei n.13.467/2017 e a exclusão social. .	Iara Alves Cordeiro Pacheco
LTr Suplemento Trabalhista	2017	101	Honorários de sucumbência no arquivamento de reclamação trabalhista?	Rodrigo Acuio
LTr Suplemento Trabalhista	2017	102	E se a primeira instância não tiver direito que acha que tem de pronunciar a inconstitucionalidade na via de exceção	Antonio de Pádua Muniz Corrêa
LTr Suplemento Trabalhista	2017	103	O dano extrapatrimonial na lei nº 13.467/2017, da reforma trabalhista, após o advento da medida provisória n. 808/2017	Enoque Ribeiro dos Santos
LTr Suplemento Trabalhista	2017	104	Alguns aspectos de direito intertemporal processual na reforma trabalhista	Sérgio Pinto Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2018	1	Reforma trabalhista em rápidas análises para advogados	Paulo Sérgio Basílio
LTr Suplemento Trabalhista	2018	2	Terceirização: uma visão crítica	Tânia Regina Silva Reckziegel
LTr Suplemento Trabalhista	2018	3	Catorze anos do atual conceito de trabalho análogo à de escravo no Brasil: há motivos para comemorar?	Guilherme Guimarães Feliciano, Luaciana Paula Conforti
LTr Suplemento Trabalhista	2018	4	Honorários de sucumbência e o princípio da segurança jurídica: teoria do cálculo do risco da demanda	Valton Dória Pessoa
LTr Suplemento Trabalhista	2018	5	Preposto e sua oitiva como testemunha: possibilidade desde que não seja no mesmo processo e de matérias distintas	Melchíades Rodrigues Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2018	5	Uma análise da reforma trabalhista sem radicalismos	Raymundo Antonio Carneiro Pinto
LTr Suplemento Trabalhista	2018	6	Aspectos e reflexões sobre uma "processualização civil" do processo do trabalho	Marcelo Ferreira Machado

LTr Suplemento Trabalhista	2018	6	Testemunha: comportamento inadequado consequências	Melchíades Rodrigues Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2018	7	O ano do direito do trabalho: retrospectiva 2017	Kleber Correa da Silveira
LTr Suplemento Trabalhista	2018	8	A aplicabilidade da lei n. 13.467/2017 no tempo em relação ao direito material do trabalho. .	Rosendo de Fátima Vieira Júnior
LTr Suplemento Trabalhista	2018	9	A garantia da execução após a reforma trabalhista e a inserção do princípio da compensação debitória	Adriano Romero da Silva
LTr Suplemento Trabalhista	2018	10	O trabalho do advogado no Brasil	Carla Maria Santos Carneiro, Kátia Barbosa Macêdo, Thaís Carneiro Costa Ramos
LTr Suplemento Trabalhista	2018	11	Sindical: prestação de contas que se exige de toda diretoria, quando previsto nos estatutos	Claúdio Rodrigues Morales, Simone Bellino
LTr Suplemento Trabalhista	2018	12	Quitação anual de obrigações trabalhistas	Cláudia Honório, Paulo Joarés Vieira
LTr Suplemento Trabalhista	2018	13	O pressuposto da "transcendência" para o recurso de revista	Carlos Zangrando
LTr Suplemento Trabalhista	2018	14	A prova pericial no processo do trabalho: os caminhos entre o CPC/15 e a reforma trabalhista	Carolina Silva Silvino Assunção
LTr Suplemento Trabalhista	2018	15	Como caracterizar a "reincidência" para fins de majoração da indenização por dano extrapatrimonial: uma análise constitucional	Daniel Menegassi Reichel
LTr Suplemento Trabalhista	2018	16	Dispensa coletiva	Georgenor de Sousa Franco Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2018	17	Reforma trabalhista	Iara Alves Cordeiro Pacheco
LTr Suplemento Trabalhista	2018	18	Princípio da dialeticidade recursal e a reforma trabalhista da lei n.13.467/2017. .	Claúdio Rodrigues Morales, Simone Bellino
LTr Suplemento Trabalhista	2018	19	Responsabilidade pré-contratual trabalhista: o rompimento injustificado das tratativas preliminares	Rafael Saltz Gensas
LTr Suplemento Trabalhista	2018	20	A conciliação no NCP: uma breve análise sob a perspectiva habermasiana	Alexandre Valle Piovesan
LTr Suplemento Trabalhista	2018	21	Reforma trabalhista: art. 477-B da CLT plano de demissão voluntária (PDV) quitação integral dos direitos trabalhistas	Carlos Eduardo Príncipe
LTr Suplemento Trabalhista	2018	22	Honorários advocatícios sucubenciais recíprocos: novidade trazida pela reforma	Vólia Bomfim Cassar

				trabalhista	
LTr Suplemento Trabalhista	2018	23	O prazo para pagamento das verbas rescisórias na reforma trabalhista		Agostinho Zechin Pereira
LTr Suplemento Trabalhista	2018	24	O protesto interruptivo da prescrição, após a reforma trabalhista, continua aplicável na justiça do trabalho?		Paulo Sérgio Basílio
LTr Suplemento Trabalhista	2018	25	Alterações na legislação trabalhista e a terceirização na construção civil		Maria Lúcia Ciampa Benhame Puglisi
LTr Suplemento Trabalhista	2018	26	A nova lei trabalhista: o fortalecimento dos sindicatos e da medicina do trabalho		Isabel Cristina Arriel de Queiroz
LTr Suplemento Trabalhista	2018	27	"Reforma" trabalhista: o labirinto jurídico		Jorge Luiz Souto Maior
LTr Suplemento Trabalhista	2018	28	O STF e a reforma trabalhista		Arnaldo Boson Paes
LTr Suplemento Trabalhista	2018	29	A contribuição sindical continua obrigatória na reforma trabalhista		Paulo Cesar Baria de Castilho
LTr Suplemento Trabalhista	2018	30	(In)constitucionalidade do novo modelo de contribuição sindical: uma análise processual		Lourival Barão Marques Filho, Maria Carolina Dal Prá Campos
LTr Suplemento Trabalhista	2018	31	A reforma trabalhista e as horas de trajeto computáveis na jornada de trabalho		Carlos Eduardo Sabbag Pereira
LTr Suplemento Trabalhista	2018	32	O que mudou (se é que mudou) na sistemática da concessão do benefício da justiça gratuita com a reforma trabalhista		Danilo Gonçalves Gaspar, Fabiano de Aragão Veiga
LTr Suplemento Trabalhista	2018	33	Eficácia intertemporal da lei n. 13.467/2017 no direito processual do trabalho		Élisson Miessa dos Santos
LTr Suplemento Trabalhista	2018	34	Da não cumulação entre honorários assistenciais e honorários sucumbenciais: uma análise após a lei n. 13.467/2017. . .		Kleber Correa da Silveira
LTr Suplemento Trabalhista	2018	35	A situação sindical na terceirização		Gilberto Rodrigues Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2018	36	Direito à desconexão		Diego Taglietti Sales
LTr Suplemento Trabalhista	2018	37	A contribuição sindical e o seu reconhecimento facultativo		Ricardo Souza Calcini
LTr Suplemento Trabalhista	2018	38	A era da incerteza: o fim da medida provisória n. 808/2017		Manoel Antonio Teixeira Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2018	39	O contrato do hipersuficiente e a cláusula de não concorrência		Maria Lúcia Ciampa Benhame Puglisi
LTr Suplemento Trabalhista	2018	40	Queda da medida provisória n. 808/2017 (reforma trabalhista)		Kleber Correa da Silveira
LTr Suplemento Trabalhista	2018	41	A prova pericial médica na justiça do trabalho		Rubens Cenci Motta

LTr Suplemento Trabalhista	2018	42	Prisão em flagrante de testemunha	Iara Alves Cordeiro Pacheco
LTr Suplemento Trabalhista	2018	43	A hermenêutica e a reforma trabalhista (lei n. 13.467/17)	Thiago Chohfi, Érica Escarassatte
LTr Suplemento Trabalhista	2018	44	Execução do devedor subsidiário quando da recuperação judicial e/ou falência do devedor principal	Cláudio Rodrigues Morales, Simone Bellino
LTr Suplemento Trabalhista	2018	49	A nova visão do profissional do direito na solução dos conflitos	Isabel Cristina Arriel de Queiroz
LTr Suplemento Trabalhista	2018	50	Deficientes: aspectos gerais	Cláudio Rodrigues Morales, Simone Bellino
LTr Suplemento Trabalhista	2018	51	Honorários de sucumbência na justiça do trabalho	Maria Ivone Fortunato Laraia
LTr Suplemento Trabalhista	2018	52	O duty to mitigate the loss nas relações contratuais empregatícias: deveres de condutas das partes contratantes, especialmente da empregada gestante	Fernanda Endler Lima
LTr Suplemento Trabalhista	2018	53	Honorários assistenciais após a reforma trabalhista e as alterações do PLC 139/2017	Maurício Gasparini
LTr Suplemento Trabalhista	2018	54	A reforma trabalhista e o acesso à justiça: justiça gratuita e o pagamento de despesas processuais	Raphael Jacob Brolio, Érica Elaine Faquim
LTr Suplemento Trabalhista	2018	55	A crise do sindicalismo: causas e efeitos	Jhenifer Kelly Silva Santos
LTr Suplemento Trabalhista	2018	56	Contribuição sindical: sim versus não	Antonio Bonival Camargo
LTr Suplemento Trabalhista	2018	57	Meio ambiente telelaboral: aspectos controversos	Antonio J Capuzzi
LTr Suplemento Trabalhista	2018	58	A relativização da natureza jurídica das verbas trabalhistas à luz da lei n. 13.467/2017. .	Daniel Santos
LTr Suplemento Trabalhista	2018	59	Reforma trabalhista: análise de constitucionalidade da limitação à execução de ofício no processo laboral	Charles da Costa Bruxel
LTr Suplemento Trabalhista	2018	60	Constitucionalidade da contribuição sindical facultativa: confirmação pelo STF	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2018	61	A administração pública e o dever de indenizar os acidentes de trabalho	Bruno Sá Freire Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2018	62	Breves palavras sobre a greve	Márcio Túlio Viana
LTr Suplemento Trabalhista	2018	63	Direito de arena e o princípio da vedação do retrocesso social	Domingos Sávio Zainaghi
LTr Suplemento Trabalhista	2018	64	Serviço prestado por credenciamento em rede de atendimento pode gerar vínculo de emprego?	Cláudio Rodrigues Morales, Simone Bellino



LTr Suplemento Trabalhista	2018	65	O acesso do trabalhador à justiça na lei n. 13.467/2017. . .	Adriana Jardim Alexandre Supioni
LTr Suplemento Trabalhista	2018	66	O papel da magistratura na construção da justiça	José Augusto Rodrigues Pinto
LTr Suplemento Trabalhista	2018	67	Horas in itinere e reforma trabalhista: a sobrevida de um direito à margem da lei	Almiro Eduardo de Almeida, Oscar Krost
LTr Suplemento Trabalhista	2018	68	Breves linhas sobre a extinção liminar do processo: indeferimento da inicial e impropriedade liminar do pedido	Thereza Christina Nahas
LTr Suplemento Trabalhista	2018	69	Extinção da contribuição sindical e o sistema tributário nacional: análise da constitucionalidade da faculdade da contribuição sindical e sua adequação à constituição federal	José Galbio Oliveira Júnior
LTr Suplemento Trabalhista	2018	70	Justiça gratuita: uma proposta exegética integrativa da lei n. 9099/95 ao processo do trabalho	Charles Luz de Trois
LTr Suplemento Trabalhista	2018	71	A crise do estado democrático de direito e o futuro da justiça do trabalho no Brasil	Maira de Souza Almeida
LTr Suplemento Trabalhista	2018	72	Proteção à privacidade e intimidade no processo seletivo	Adriana Pinton
LTr Suplemento Trabalhista	2018	73	Estrangeiro: sua condição jurídica e a legislação aplicável	Diego Taglietti Sales
LTr Suplemento Trabalhista	2018	74	Criação das figuras do trabalhador autônomo e do empregado hipersuficiente pela lei n.13.467/2017. . .	Antonio J Capuzzi
LTr Suplemento Trabalhista	2018	75	A reforma trabalhista e os desafios do sindicalismo: perspectivas de atuação pela via da interpretação jurídica	Amauri Cesar Alves
LTr Suplemento Trabalhista	2018	76	O empregador com menos de 10 empregados tem que controlar o horário de trabalho ao menos com controle manual, sob pena de aplicação do verbete da súmula n. 388, do TST	Laercio Lopes da Silva
LTr Suplemento Trabalhista	2018	77	O preposto e a reforma trabalhista	Marcelo Tolomei Teixeira
LTr Suplemento Trabalhista	2018	78	Preposto: atuação do preposto na justiça do trabalho após a lei 13.467/2017	Adilson Rinaldo Boaretto
LTr Suplemento Trabalhista	2018	79	A mitigação dos benefícios da gratuidade de justiça e a relativização do acesso à justiça após a reforma trabalhista	Brenda Silva Loureiro de Oliveira
LTr Suplemento Trabalhista	2018	80	A inconstitucionalidade do art. 51 da lei n. 8.213/91	Laercio Lopes da Silva
LTr Suplemento Trabalhista	2018	81	Supremo tribunal federal define não ser obrigatória a tentativa de conciliação	Viviane Lícia Ribeiro



			prévia para ajuizamento de reclamação trabalhista			
LTr Suplemento Trabalhista	2018	82	A proteção aos direitos fundamentais no local de trabalho e o processo do mais-valor			Laercio Lopes da Silva
LTr Suplemento Trabalhista	2018	83	Adicional noturno do atleta profissional empregado			Christiane Chaul de Lima Barbosa
LTr Suplemento Trabalhista	2018	84	Prescrição intercorrente: moralidade do perdão do devedor trabalhista			Carlos Eduardo Sabbag Pereira
LTr Suplemento Trabalhista	2018	85	A globalização e a crise dos sindicatos			Gerson Lacerda Pistori
LTr Suplemento Trabalhista	2018	86	A constitucionalidade do art. 793-D da CLT à luz do princípio da colaboração			Fabiano Fernandes Luzes
LTr Suplemento Trabalhista	2018	87	Um olhar sobre o trabalho da criança e do adolescente			Thiago Rodrigues Barbosa
LTr Suplemento Trabalhista	2018	88	Interrupção do contrato de trabalho: ampliação das hipóteses no caso de acompanhamento de gestante (Art. 473, x, da CLT)			Marco Aurélio Serau Junior
LTr Suplemento Trabalhista	2018	89	Princípio da pluralidade sindical e sua possível introdução no ordenamento jurídico brasileiro			Luana Marques Lemos
LTr Suplemento Trabalhista	2018	90	Os honorários advocatícios na justiça do trabalho pós "reforma trabalhista": não cabimento em caso de improcedência total dos pedidos ou de extinção do processo sem resolução de mérito			João Batista Machado Júnior
LTr Suplemento Trabalhista	2018	91	A competência da justiça do trabalho para determinar a entrega da GFIP/SEFIP retificadora sobre verbas pagas em decorrência de sentença trabalhista			Paulo Cesar Baria de Castilho
LTr Suplemento Trabalhista	2018	92	Terceirização ilimitada: desarticulação social e enfraquecimento da atuação coletiva dos trabalhadores			Gustavo Filipe Barbosa Garcia
LTr Suplemento Trabalhista	2018	93	O trabalhismo no Brasil: autoritarismo ou libertação			Otávio Vieira Tostes
LTr Suplemento Trabalhista	2018	94	Liquidação por cálculos no processo do trabalho e impugnação (por recurso e ação rescisória) da sentença de liquidação			Júlio César Bebbber
LTr Suplemento Trabalhista	2018	95	O contrato de trabalho intermitente e suas inconstitucionalidade			José Eymard Loquercio, Fernanda Caldas Giorgi, Antonio Fernando Megale Lopes
LTr Suplemento Trabalhista	2018	96	Aposentadoria por invalidez e rescisão do contrato de trabalho			Sérgio Pinto Martins
LTr Suplemento Trabalhista	2018	97	A asseguaração de prova de justificação e os honorários de sucumbência na justiça do trabalho			Ana Paula de Carvalho Scolari

LTr Suplemento Trabalhista	2018	98	Embargos à execução. Dupla interposição. Aspectos	Simone Bellino, Cláudio Rodrigues Morales
LTr Suplemento Trabalhista	2018	99	Custeio das entidades sindicais profissionais e patronais e suas justificativas	Augusta de Raefray Barbosa Gherardi
LTr Suplemento Trabalhista	2018	100	Os honorários de sucumbência recíproca segundo a lei n. 13.467/2017	Priscila Novis Kirchoff, Daniel Ferreira da Silva
LTr Suplemento Trabalhista	2018	101	Novas relações de trabalho após a reforma trabalhista e a lei de terceirização	Adriano Jannuzzi Moreira
LTr Suplemento Trabalhista	2018	102	Um ano da reforma trabalhista... será que agora o bebê começa a andar?	Luiz Antônio V. Calhão Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2018	103	O teletrabalho após a reforma trabalhista	Georgenor de Sousa Franco Filho
LTr Suplemento Trabalhista	2018	104	Nova alteração nos honorários assistenciais na justiça do trabalho: uma breve análise frente a publicação da lei n. 13.725, de 2018	Kleber Correa da Silveira
Revista de Direito do Trabalho	2014	155	A distribuição dinâmica do ônus da prova no processo do trabalho	Adriana Jardim Alexandre Supioni
Revista de Direito do Trabalho	2014	155	A estabilidade provisória da empregada gestante nos contratos de trabalho a termo	Clênio Denardini Pereira
Revista de Direito do Trabalho	2014	155	A natureza jurídica do direito coletivo do trabalho	Rodrigo Coimbra
Revista de Direito do Trabalho	2014	155	Direitos trabalhistas constitucionalizados : de 1824 a 1988 e 25 anos depois	Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista de Direito do Trabalho	2014	155	O meio ambiente do trabalho como forma de efetividade do trabalho decente	Victor Hugo Nazário Stuchi
Revista de Direito do Trabalho	2014	155	Proteção social às pessoas portadoras de deficiência : direito à aposentadoria dos deficientes : LC 142/2013	Fabio Alessandro Fressato Lessnau
Revista de Direito do Trabalho	2014	155	Trabalho em condição análoga à de escravo : até quando ?	Cintia Batista Pereira, Roberta Freitas Guerra
Revista de Direito do Trabalho	2014	156	A pulverização do intervalo intrajornada dos rodoviários II : uma proposta interpretativa do novel instituto	Paulo Renato Fernandes da Silva
Revista de Direito do Trabalho	2014	156	A Súmula 396, I, do TST e a tarifação da indenização estabilitária : do vício de origem ao vício de constitucionalidade	Claudemir Supioni Junior

Revista de Direito do Trabalho	2014	156	Da flexibilização das relações de trabalho	Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
Revista de Direito do Trabalho	2014	156	Do corporativismo para a liberdade sindical : a experiência da Itália	Túlio de Oliveira Massoni
Revista de Direito do Trabalho	2014	156	Meio ambiente do trabalho : a realidade dos acidentes de trabalho na construção civil	Carla Teresa Martins Romar, Diego Roda Reis
Revista de Direito do Trabalho	2014	156	O direito de imagem e o novo Código civil	Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista de Direito do Trabalho	2014	156	O regime trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista de Direito do Trabalho	2014	156	Resgate e carência nos programas de previdência privada : questão atuarial e tributária	Arthur Bragança de Vasconcellos Weintraub
Revista de Direito do Trabalho	2014	156	Revisão de FGTS : correção de uma injustiça	Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista de Direito do Trabalho	2014	157	A fibromialgia e o acidente de trabalho	Ana Luiza Tangerino Francisconi
Revista de Direito do Trabalho	2014	157	A liberdade de expressão nas redes sociais : direito de crítica do empregado x imagem e honra do empregador	Cristiane Mello
Revista de Direito do Trabalho	2014	157	As cláusulas de paz e influência como conteúdo obrigatório da negociação coletiva sob a ótica da responsabilidade recíproca e social entre as partes	Sonia Cristina Scaquetti
Revista de Direito do Trabalho	2014	157	Aspectos jurídicos da aprendizagem : problemas e soluções	Luiz Carlos Amorim Robortella, Antonio Galvão Peres
Revista de Direito do Trabalho	2014	157	Doenças e acidentes do trabalho no desporto	Adriana Navas Mayer Doval
Revista de Direito do Trabalho	2014	157	Grupo econômico e sinais de sua existência : viagem ao reino dos fatos	Mônica Sette Lopes
Revista de Direito do Trabalho	2014	157	Negociação e decisões alocativas na dispensa coletiva	Thiago Mendonça de Castro
Revista de Direito do Trabalho	2014	157	O novo CPC e as regras supletiva e subsidiária ao processo do trabalho	Editon Meireles de Oliveira

Trabalho					Santos
Revista de Direito do Trabalho	2014	157	Plano de previdência complementar e dispensa por atingimento de idade : inexistência de discriminação		Luiz Carlos Amorim Robortella, Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho
Revista de Direito do Trabalho	2014	157	Responsabilidade civil dos clubes de futebol em casos de acidente de trabalho		Maurício de Figueiredo Corrêa da Veiga
Revista de Direito do Trabalho	2014	158	Aspectos controvertidos do depósito recursal		Fábio Ribeiro da Rocha
Revista de Direito do Trabalho	2014	158	Assédio moral horizontal e a responsabilidade do empregador		Piaza Merighi da Cunha
Revista de Direito do Trabalho	2014	158	Cláusulas gerais e conceitos legais indeterminados no Código civil constitucionalizado e a aplicabilidade no direito do trabalho		Silvana Andrade Sponton
Revista de Direito do Trabalho	2014	158	Consequências da promulgação da EC 81/2014 : retrocesso no combate ao trabalho escravo		Débora Maria Ribeiro Neves
Revista de Direito do Trabalho	2014	158	Contribuições previdenciárias e compensação tributária		Arthur Bragança de Vasconcellos Weintraub
Revista de Direito do Trabalho	2014	158	Das condições legais do trabalho à distância no Brasil		Ana Paula Cazarini Ribas de Oliveira
Revista de Direito do Trabalho	2014	158	Emenda constitucional 81/2014 e regulamentação legal : trabalho escravo e desapropriação		Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista de Direito do Trabalho	2014	158	Fundamentos e evolução histórica dos limites da duração de trabalho		Rodrigo Coimbra
Revista de Direito do Trabalho	2014	158	Greve dos servidores públicos civis : uma análise à luz da jurisprudência do STF		João Felipe da Silva, Maria Lúcia Garcia Leal
Revista de Direito do Trabalho	2014	158	Negociação coletiva de trabalho e democracia econômica : decisões conjuntas para a valorização do trabalho		José Antonio Miguel
Revista de Direito do Trabalho	2014	158	O direito ao trabalho médico-odontológico entre as cooperativas de assistência à saúde e a cláusula de exclusividade como veto à multimilitância cooperativa		Maurilio Casas Maia
Revista de Direito do Trabalho	2014	158	Os acidentes e seus efeitos no contrato de trabalho : suspensão ou interrupção		Adriana Navas Mayer Doval

Revista de Direito do Trabalho	2014	158	Recentes avanços legislativos no combate à escravidão	Christiane V. Nogueira, Luiz Carlos M. Fabre, Renan B. Kaili, Tiago M. Cavalcanti
Revista de Direito do Trabalho	2014	158	Trabalho escravo na indústria da moda : o sistema do suor como expressão do tráfico de pessoas	Renato Bignami
Revista de Direito do Trabalho	2014	159	A EC 81/2014 e o trabalho forçado no Brasil	Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista de Direito do Trabalho	2014	159	A prevenção da saúde e segurança do trabalho e a influência das convenções coletivas	Adriana Navas Mayer Doval
Revista de Direito do Trabalho	2014	159	A substituição como forma de trabalho : uma análise para além da dogmática penal	Renato de Almeida Oliveira Muçouçah
Revista de Direito do Trabalho	2014	159	Atendimento prioritário de advogados nas agências do INSS : (análise da decisão do STF no RE 277.065)	Fabio Alessandro Fressato Lessnau
Revista de Direito do Trabalho	2014	159	Considerações acerca da Lei n. 13.015/2014	Maurício de Figueiredo Corrêa da Veiga
Revista de Direito do Trabalho	2014	159	Eficácia dos direitos fundamentais nas relações de trabalho : o direito do trabalhador cidadão	Cristiane de Mattos Carreira
Revista de Direito do Trabalho	2014	159	Limites do BYOD : entre o poder do empregador e a proteção dos direitos da personalidade do empregado	Guilherme Damasio Goulart
Revista de Direito do Trabalho	2014	159	O "velho" trabalho escravo e as perspectivas do tema a partir da EC 81/2014	Cícero Rufino Pereira
Revista de Direito do Trabalho	2014	159	Os desafios da efetividade na execução trabalhista e as alterações do Código de processo civil	Adriana Jardim Alexandre Supioni
Revista de Direito do Trabalho	2014	159	Por uma concepção democrática de categoria sindical	Francesca Columbu, Túlio de Oliveira Massoni
Revista de Direito do Trabalho	2014	159	Terceirização de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador : parâmetros para a classificação do trabalho terceirizado dentro do contexto lícito e do socialmente aceitável	Sergio Torres Teixeira
Revista de Direito do Trabalho	2014	160	A aplicação do art. 421 do Código civil e a função social dos contratos nas relações de trabalho	Gerson Luiz Carlos Branco

Revista de Direito do Trabalho	2014	160	A comparação justalaboral entre direito e poesia	Giancarlo Perone
Revista de Direito do Trabalho	2014	160	A distinção do assédio moral de figuras afins	Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho, Renato da Costa Lino de Goes Barros
Revista de Direito do Trabalho	2014	160	A função empresarial do direito do trabalho e a repressão local à concorrência predatória internacional viabilizada pelo dumping social	Edson Beas Rodrigues Júnior
Revista de Direito do Trabalho	2014	160	A quem o direito do trabalho deve proteger e o novo conceito de subordinação	Yone Frediani
Revista de Direito do Trabalho	2014	160	Concentração social : possibilidade ou utopia no cenário da estrutura sindical brasileira?	Carla Teresa Martins Romar
Revista de Direito do Trabalho	2014	160	Concessão do acréscimo de 25% da aposentadoria por invalidez na aposentadoria por idade	Flávia Aparecida Dias
Revista de Direito do Trabalho	2014	160	Disponibilização na Internet de informações e documentos processuais pelo Poder Judiciário	Michelle Pires Bandeira Pombo
Revista de Direito do Trabalho	2014	160	La retribuzione in Italia : principi costituzionali, crisi economica e nuovi problemi	Maria Cristina Cataudella
Revista de Direito do Trabalho	2014	160	Mudanças no processo do trabalho : Lei 13.015/2014 e novo Código de processo civil	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista de Direito do Trabalho	2015	161	A proteção social do Estado e as políticas públicas assistenciais	Adriana Navas Mayer Doval
Revista de Direito do Trabalho	2015	161	Gravações e filmagens como meio de prova	Juliana Sícoli
Revista de Direito do Trabalho	2015	161	Informe sobre salários 2014-2015 da Organização Internacional do Trabalho : persiste a discriminação e a desigualdade salarial da mulher	Carla Teresa Martins Romar
Revista de Direito do Trabalho	2015	161	O caso Flashmob e as novas modalidades de acção colectiva	Bruno Mestre
Revista de Direito do Trabalho	2015	161	Panorama del modelo sindical uruguayo	Mario Garmendia Arigón

Revista de Direito do Trabalho	2015	161	Por um meio ambiente humano de trabalho sustentável	Lais de Oliveira Penido
Revista de Direito do Trabalho	2015	161	Tempo de trabalho e teletrabalho	Francesca Columbu, Túlio de Oliveira Massoni
Revista de Direito do Trabalho	2015	162	A Convenção 189 da OIT e sua ratificação pelo Brasil : principais disposições e compatibilidade com a lei brasileira	Ana Virginia Moreira Gomes, Lisa Tortell
Revista de Direito do Trabalho	2015	162	A nova Lei do microempreendedor : uma alternativa para a redução do trabalho informal e para a promoção do trabalho decente?	Maria Hemília Fonseca, Raquel Moraes Barros Chaddad
Revista de Direito do Trabalho	2015	162	A proteção específica dos representantes dos trabalhadores contra condutas antissindicaais	Raquel Betty de Castro Pimenta
Revista de Direito do Trabalho	2015	162	Abuso no direito de recorrer	Juliana Sícoti
Revista de Direito do Trabalho	2015	162	Ensaio sobre o instituto da justiça gratuita e seus reflexos na Justiça do trabalho : (comentários sobre as Leis 1.060/1950 - 5.584/1970 - 7.115/1983 - 7.510/1986)	Leonardo Luiz Auricchio
Revista de Direito do Trabalho	2015	162	O aborto criminoso e a percepção do salário-maternidade	Marcelo Morelatti Valença
Revista de Direito do Trabalho	2015	162	O direito do trabalho na categoria de direito humano fundamental e a efetividade do princípio da proteção social : as práticas organizacionais e gerencialistas dos call centers e os rituais do sofrimento dos operadores de telemarketing	Juliana Teixeira Esteves, Larissa Ximenes de Castilho
Revista de Direito do Trabalho	2015	162	Os direitos trabalhistas das mulheres na perspectiva dos instrumentos internacionais de proteção sobre a igualdade de gênero em prol do trabalho digno	Ruan Artemio Marques Ortiz
Revista de Direito do Trabalho	2015	162	Os efeitos do doping no contrato de trabalho desportivo : direito comparado	Miquele Melo Luce
Revista de Direito do Trabalho	2015	162	Terceirização : aspectos atuais e polêmicos	Leone Pereira
Revista de Direito do Trabalho	2015	163	A história da formação operária e do sindicalismo brasileiros : da experiência anarquista ao sindicalismo pós-constituinte : dos novos movimentos sociais às teorias dos movimentos sociais	Everaldo Gaspar Lopes de Andrade, Fernanda Barreto Lira, Isabele Bandeira de Moraes

							D'Angelo
Revista de Direito do Trabalho	2015	163			Dano moral decorrente de acidente do trabalho		Cláudia José Abud
Revista de Direito do Trabalho	2015	163			Depósito recursal e justiça gratuita : uma análise à luz do princípio da proporcionalidade		Cristiane de Mattos Carreira
Revista de Direito do Trabalho	2015	163			Neoconstitucionalismo e o direito do trabalho : as dinâmicas de interação entre a Constituição e a legislação trabalhista		Daniela Muradas Reis
Revista de Direito do Trabalho	2015	163			Segurança e saúde do trabalho na Amazônia : um estudo do setor eletroeletrônico na Zona Franca de Manaus		Renan Bernardi Kaili
Revista de Direito do Trabalho	2015	164			A contribuição da certidão negativa de débitos trabalhistas para a execução trabalhista		Fernando Grass Guedes, Rafaela Nunes Pozzo
Revista de Direito do Trabalho	2015	164			A evolução do direito do trabalho na Itália : da Lei 604/1966 até o Jobs act		Ligia Ramia Munerati
Revista de Direito do Trabalho	2015	164			As normas sobre segurança e saúde no trabalho e os catadores de reciclável : um estudo de caso		Leticia Ferrão Zapolla, Maria Hemília Fonseca
Revista de Direito do Trabalho	2015	164			Comissão de conciliação prévia : histórico, funcionamento, estágio atual, expectativas futuras		Rafael Ferraresi Holanda Cavalcante
Revista de Direito do Trabalho	2015	164			Cotas trabalhistas para pessoas com deficiência : uma análise principiológica		Rafael Diogo Diógenes Lemos
Revista de Direito do Trabalho	2015	164			Dano existencial por jornada de trabalho excessiva : critérios objetivos (horizontais e verticais) de configuração		André Araújo Molina
Revista de Direito do Trabalho	2015	164			Il quadro normativo italiano ed europeo in materia di parità di trattamento e non discriminazione tra uomini e donne		Antonella D'Andrea
Revista de Direito do Trabalho	2015	164			Programa de Proteção ao Emprego : solução?		Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista de Direito do Trabalho	2015	165			A assistência social, sua efetivação enquanto política pública, o impacto da ideologia, do pensamento sistêmico através do movimento denominado ativismo judicial e sua consequência para os destinatários da proteção social = Social assistance and its effectiveness as a public policy and the impact of ideology and systems thinking through movement called judicial activism and its		Oswaldo de Souza Santos Filho, Miguel Horvath Júnior



				consequence for receivers of social protection				
Revista de Direito do Trabalho	2015	165	2015	Considerações sobre a eficácia horizontal dos direitos fundamentais nas relações laborais e no processo do trabalho = Considerations about fundamental rights in labor relations and labor process	165	2015	Marcelo Freire Sampaio Costa	
Revista de Direito do Trabalho	2015	165	2015	Direitos da personalidade na relação de trabalho : meios eletrônicos no ambiente trabalho : monitoramento de e-mails e instrumentos visuais no ambiente de trabalho = Rights of personality in employment relationship : electronic media at work environment : e-mail monitoring and visual instrument in the workplace	165	2015	Patricia Oliveira Cipriano de Carvalho	
Revista de Direito do Trabalho	2015	165	2015	O contrato especial de trabalho desportivo formalizado mediante aceitação tácita = Athlete's special employment contract formalized upon implied acceptance	165	2015	Roberto Soares Armelin	
Revista de Direito do Trabalho	2015	165	2015	O novo Código de processo civil : desconsideração da personalidade jurídica e a penhora on-line no processo do trabalho = The new Civil procedure code : piercing the corporate veil and the attachment on-line in the labor process	165	2015	Marco Antonio Barbosa, Pedro Henrique Abreu Benatto, Roger da Silva Moreira Soares	
Revista de Direito do Trabalho	2015	165	2015	O sopesamento das provas oral e documental na justiça do trabalho e a aplicação do princípio da primazia da realidade na busca pela verdade real = The maintenance of the balance among oral and documental evidence in labor courts and the applicability of the principle of the reality's priority in the search for the truth	165	2015	Gabriel Henrique Santoro	
Revista de Direito do Trabalho	2015	165	2015	Os dissídios coletivos de trabalho de natureza interpretativa e os planos da linguagem : o constructivismo lógico-semântico = The collective bargaining of a legal nature and plans of language : the logical-semantic constructivism	165	2015	Raphael Jacob Brolio	
Revista de Direito do Trabalho	2015	165	2015	Papel contemporâneo da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes na garantia de um meio ambiente de trabalho equilibrado = Contemporary role of the Internal Accident Prevention Commission in ensuring a balanced work environment	165	2015	Marcelo Braghini	
Revista de Direito do Trabalho	2015	165	2015	Sindicalismo, mercado e estado : os dilemas da regulação pública do trabalho no Brasil = Unionism, market and state : the public labor regulation in Brazil	165	2015	Carlos Eduardo Oliveira Dias	
Revista de Direito do Trabalho	2015	165	2015	Sobre as finalidades da introdução do requisito de transcendência (e suas controvérsias) no direito trabalhista = The purposes to include the transcendence requirement (and its controversies) in labor law	165	2015	Caroline Zangerolami Garcia Paes de Almeida	

Revista de Direito do Trabalho	2015	165	Teletreabalho e produtividade : retórica gerencial? = Teleworking and productivity : management rhetoric?	Julio Pinheiro Faro Homem de Siqueira, Flávio Marcos Silva Sarandy
Revista de Direito do Trabalho	2015	166	A legitimidade do sindicato de categoria profissional para celebrar convenção coletiva de consumo = The legitimacy of the labor union of professional category to uphold the collective consumption agreement	Arnaldo Leonel Ramos Junior
Revista de Direito do Trabalho	2015	166	A saúde mental e o meio ambiente de trabalho = Mental health and working environment	Maria José Giannella Cataldi
Revista de Direito do Trabalho	2015	166	Gênero e direito : reflexões sobre o papel da negociação coletiva e do princípio da não discriminação na consecução da igualdade de oportunidades no mundo do trabalho = Gender and law : reflections on the role of collective negotiation and the principle of non-discrimination to achieve equal opportunities in the labour environment	Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva, Cristiane de Oliveira Igreja
Revista de Direito do Trabalho	2015	166	Meio ambiente saudável no trabalho e o risco surdez na aposentadoria especial	Oswaldo de Souza Santos Filho
Revista de Direito do Trabalho	2015	166	O futuro do trabalho na perspectiva da Organização Internacional do Trabalho : uma análise das transformações do mercado de trabalho = The future of work in the perspective of the international labour organization : an analysis of labour market changes	Tacianny Mayara Silva Machado
Revista de Direito do Trabalho	2015	166	Posicionamento atual do TST sobre a substituição processual pelo sindicato = The current understanding of Brazilian Labor Superior Court about the actuation of the Unions on behalf of its associated, on labor claims	Caroline Zangerolami Garcia Paes de Almeida, Fernanda Linguanotto
Revista de Direito do Trabalho	2016	167	A descon sideração da personalidade jurídica na execução trabalhista : alguns aspectos teóricos = The piercing the corporate veil in labor performance : some theoretical aspects	Ben-Hur Silveira Claus
Revista de Direito do Trabalho	2016	167	A evolução e desafios do processo judicial eletrônico = Evolution and challenges of electronic proceeding	Maria Doralice Novaes
Revista de Direito do Trabalho	2016	167	A função revisora dos tribunais na perspectiva histórica e jusfundamental : o direito de recorrer : origens e limites externos = The proofer courts function in historical and jusfundamental perspective : the right to appeal : its origin and external limits	Guilherme Guimarães Feliciano

Revista de Direito do Trabalho	2016	167	A gestão de unidades públicas de saúde por organizações sociais e terceirização de serviços = Management of public health units in social and services outsourcing organizations	Camila Lemos Azi Pessoa
Revista de Direito do Trabalho	2016	167	A proteção do trabalhador portador de doença crónica no âmbito do direito português : análise de julgado do E. Supremo Tribunal de Justiça Português e a especial situação dos trabalhadores com VIH/SIDA = The protection of worker carrying chronic disease under portuguese law : judged analysis of the Supreme Court of Portuguese Justice and the special situation of workers with HIV/AIDS	André Eduardo Dorster Araujo
Revista de Direito do Trabalho	2016	167	Incorporação e aplicação das convenções internacionais da OIT no Brasil	Valerio de Oliveira Mazzuoli, Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista de Direito do Trabalho	2016	167	La Unión Europea ante las pensiones : orientaciones para la sostenibilidad = A União Europeia diante das pensões : orientações para a sustentabilidade	Joaquín Aparicio Tovar
Revista de Direito do Trabalho	2016	167	Las enfermedades del trabajo y otros supuestos asimilados al concepto de accidente de trabajo en la reciente práctica judicial española = As enfermidades do trabalho e outros supostos semelhantes ao conceito de acidente do trabalho na recente prática judicial espanhola	Maria José Romero Rodenas
Revista de Direito do Trabalho	2016	167	O acidente de teletrabalho e a fiscalização da tecnologia da telemática : aspectos e consequências do teleassédio moral e do teletrabalho escravo = Telework accident and the inspection of telematics technology : aspects and consequences of tele psychological harassment and slave telework	Talita Camila Gonçalves Nunes
Revista de Direito do Trabalho	2016	167	O direito à segurança no emprego : levando o direito do trabalho a sério = The right to job security : carrying the right to work seriously	Antonio Umberto de Souza Júnior
Revista de Direito do Trabalho	2016	168	A fiscalização do trabalho doméstico : um possível conflito entre a inviolabilidade do domicílio do empregador e a proteção do trabalho	Késia Rodrigues da Costa, Ana Virginia Moreira Gomes
Revista de Direito do Trabalho	2016	168	A justiça na sociedade brasileira no século XXI : análise do art. 254-A da Lei 6.404/1976 diante do conceito de justiça de Aristóteles em sua obra Ética a Nicômaco	Vera Amaral Carvalho Momo
Revista de Direito do Trabalho	2016	168	Considerações acerca da atividade telelaboral no âmbito da saúde	Bernardo Ottoni Braga Barreiro, Bruna Bier da Silva
Revista de Direito do Trabalho	2016	168	ECT : banco postal e a controvérsia em torno do enquadramento de seus empregados na categoria bancária	Fabiano Ricardo Malaghini

Revista de Direito do Trabalho	2016	168	Efeitos da aposentadoria compulsória de empregado público : divergência de entendimentos no Tribunal Superior do Trabalho	Fernando Ferreira Calazans
Revista de Direito do Trabalho	2016	168	Ley de teletrabajo en el Perú	Edgardo Torres López
Revista de Direito do Trabalho	2016	168	Nuevas tecnologías y justicia accesible : el caso de la defensa virtual	Maria Rita Custet Llambi
Revista de Direito do Trabalho	2016	168	O direito fundamental dos trabalhadores do setor público à negociação coletiva em face da Convenção 151 da OIT	Renato de Almeida Oliveira Muçouçah, Felipe Jose Nunes Rocha
Revista de Direito do Trabalho	2016	168	Problemas actuales para la reconstrucción de la cohesión social en un marco jurídico global : libertad de establecimiento y libre prestación de servicios y sus consecuencias prácticas	Amparo Merino Segovia
Revista de Direito do Trabalho	2016	169	A crise de representatividade das entidades sindicais e a possibilidade de deflagração de greve pela comissão de empresa como forma de efetivação dos direitos fundamentais dos trabalhadores	Gabriel Henrique Santoro
Revista de Direito do Trabalho	2016	169	Breves linhas sobre a competência da justiça do trabalho para apreciar fraudes cometidas por cooperativas de trabalho : uma visão compatível com a nova ordem processual	Thereza Christina Nahas
Revista de Direito do Trabalho	2016	169	Da (in)competência da justiça do trabalho para processar e julgar as causas envolvendo relação jurídica entre representante e representado	Felipe Probst Werner, Veridiana Toczeki Santos
Revista de Direito do Trabalho	2016	169	Estados Unidos da América : restrições nas importações de produtos de atum (EUA -Atum I), DS21/R - 39S/155	Marina Amaral Egidio de Carvalho, Lucas Mandelbaum Bianchini
Revista de Direito do Trabalho	2016	169	Impactação dos precedentes judiciais como fonte de direito no novo CPC e a influência no processo do trabalho	Cleusy Araujo Galindo
Revista de Direito do Trabalho	2016	169	LC 150/2015: novo paradigma de proteção ao trabalhador doméstico	André Eduardo Dorster Araujo
Revista de Direito do Trabalho	2016	169	O contrato de trabalho a tempo parcial como instrumento de flexibilização na Comunidade Europeia	Gilberto Stürmer, Rodrigo Coimbra
Revista de Direito do Trabalho	2016	169	O direito laboral à venda : reflexões sobre o dumping social no capitalismo	Alessandra Pearce de Carvalho

Trabalho			globalizado		Monteiro
Revista de Direito do Trabalho	2016	169	O teletrabalho, o direito à desconexão do ambiente de trabalho e os possíveis meios de inibição da prática		Daniela Favilla Vaz de Almeida, Lorena de Mello Rezende Colnago
Revista de Direito do Trabalho	2016	170	A alteração do sistema das fontes do direito brasileiro pelas súmulas vinculantes e pelos princípios normativos		Heício Luiz Adorno Júnior, Marcelle Carine dos Praseres Soares
Revista de Direito do Trabalho	2016	170	A aplicação imediata do art. 53 da Constituição da República Portuguesa na cessação do contrato de trabalho internacional		Diogo Silva
Revista de Direito do Trabalho	2016	170	A inclusão do deficiente na previdência social : uma análise da equidade		Angelica Denise Klein
Revista de Direito do Trabalho	2016	170	A Instrução Normativa n. 39 do TST : a interpretação dada pela corte trabalhista à aplicação do Código de processo civil no processo do trabalho : 1ª parte		Bruno Freire e Silva
Revista de Direito do Trabalho	2016	170	Da aplicação dos institutos previstos no art. 129 do Código penal aos autores de assédio moral nas relações trabalhistas em que há consequente afastamento perante o instituto previdenciário		Alexandre Alves Costa
Revista de Direito do Trabalho	2016	170	Estados Unidos : medidas acerca da importação, comercialização e venda de atum e produtos de atum (EUA-Atum II), WT/DS381		Marina Amaral Egydio de Carvalho, Luciana Dutra de Oliveira Silveira
Revista de Direito do Trabalho	2016	170	Flexibilização das normas trabalhistas como ônus da crise econômica : o trabalhador pagará a conta?		Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas, Lauriene do Nascimento
Revista de Direito do Trabalho	2016	170	Meio ambiente do trabalho : descrição jurídico-conceitual		Ney Stany Morais Maranhão
Revista de Direito do Trabalho	2016	170	O incidente de descon sideração da personalidade jurídica e sua aplicação na justiça do trabalho		Claudemir Supioni Junior, Wagner José Penereiro Armani
Revista de Direito do Trabalho	2016	170	O toyotismo e a precarização dos direitos trabalhistas		Ana Carla Vaz Porto
Revista de Direito do Trabalho	2016	170	Terceirização : apontamentos sobre a responsabilidade do tomador de serviços em caso de acidente de trabalho		Renata Kabbach Viana
Revista de Direito do Trabalho	2016	171	A análise do contrato de trabalho		Fernando Araújo

Revista de Direito do Trabalho	2016	171	Comunicação eletrônica de mensagem e poder de controle do empregador	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista de Direito do Trabalho	2016	171	Controle de políticas públicas na Justiça do trabalho : uma análise das políticas de erradicação do trabalho infantil	Marília de Souza Carneiro
Revista de Direito do Trabalho	2016	171	Liberdade sindical e a negociação coletiva dos servidores públicos	Flávia Ferreira Jacó de Menezes
Revista de Direito do Trabalho	2016	171	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica e sua aplicabilidade no âmbito da processualística do trabalho : uma breve incursão a respeito das teorias subjetiva e objetiva	Fernanda Antunes Marques Junqueira, Leonardo de Moura Landulfo Jorge
Revista de Direito do Trabalho	2016	171	Os trabalhadores imigrantes e refugiados na União Europeia : como superar as barreiras da clandestinização e da exploração a partir da greve e dos novos movimentos sociais	Isabele Bandeira de Moraes D'Angelo, Marina Queiroz de Azevedo Costa, Gheymlison Aryson Feitosa da Silva
Revista de Direito do Trabalho	2016	171	Recurso de revista : aspectos teóricos e práticos atuais	Rafael Ferraresi Holanda Cavalcante
Revista de Direito do Trabalho	2016	171	Seguro de responsabilidade civil com cobertura para empregador e trabalho home office	Angélica Carlini
Revista de Direito do Trabalho	2016	171	Vulnerabilidade, pobreza y exclusión social	María Belén Cardona Rubert
Revista de Direito do Trabalho	2016	172	A discricionariedade na decisão judicial e a Teoria dos princípios de Robert Alexy	Luiz Alberto de Vargas
Revista de Direito do Trabalho	2016	172	A garantia provisória de emprego em razão da maternidade : novos contornos	André Eduardo Dorster Araujo
Revista de Direito do Trabalho	2016	172	A primazia da realidade no direito do trabalho brasileiro sob a óptica do constructivismo lógico-semântico	Laura Elizandra Machado Carneiro
Revista de Direito do Trabalho	2016	172	A tutela jurídica do trabalhador migrante no Brasil	Letícia Ferrão Zapolla, Laís Gonzales de Oliveira, Cynthia Soares Carneiro
Revista de Direito do Trabalho	2016	172	El sistema de clasificación profesional y la movilidad funcional en la empresa : la adaptación de los convenios colectivos	Mercedes López Balaguer



Revista de Direito do Trabalho	2016	172	II Fórum Nacional de Processo do Trabalho em homenagem ao professor Wagner Giglio (cidade de Belo Horizonte)	Lorena de Mello Rezende Colnago
Revista de Direito do Trabalho	2016	172	Instrumentos del ordenamiento jurídico español para la lucha contra el trabajo no declarado	Fernando Fita Ortega
Revista de Direito do Trabalho	2016	172	Novo cenário social, econômico e jurisdicional em face das mudanças sugeridas no PL 4.330/2004	Cleusy Araújo Galindo
Revista de Direito do Trabalho	2016	172	O comércio de dados pessoais dos trabalhadores pelas empresas de tecnologia e pelos governos através da invasão da privacidade e da intimidade	Manuel Martín Pino Estrada
Revista de Direito do Trabalho	2016	172	Terceirização : apontamentos sobre a responsabilidade do tomador de serviços em caso de acidente de trabalho	Renata Kabbach Viana
Revista de Direito do Trabalho	2017	173	A aplicação do princípio da razoabilidade no julgamento do pedido de horas extras	Gustavo Carvalho Machado
Revista de Direito do Trabalho	2017	173	A dispensa discriminatória e o ônus probatório	Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas, Pedro Diogo Pacheco dos Santos
Revista de Direito do Trabalho	2017	173	A Lei da mediação e sua aplicabilidade na justiça do trabalho	Vanessa Maria Sapiência
Revista de Direito do Trabalho	2017	173	A teoria da perda de uma chance e a responsabilidade civil no direito do trabalho	Patrícia Cibelle Alves de Oliveira
Revista de Direito do Trabalho	2017	173	Direito coletivo e sindicalismo : conflitos gerados pela igualdade conferida ao trabalhador rural pela Constituição federal de 1988	Piaza Merighi da Cunha
Revista de Direito do Trabalho	2017	173	Direitos sociais e livre comércio : OIT x OMC	Thereza Christina Nahas
Revista de Direito do Trabalho	2017	173	Férias : Convenção 132 da OIT e o regime da CLT	Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista de Direito do Trabalho	2017	173	O direito do trabalho no pós-positivismo : uma nova perspectiva sobre um velho direito social	Antônio Braga da Silva Júnior
Revista de Direito do Trabalho	2017	173	Retrato em branco e preto : memórias de uma sala de audiências no início da década de 60	Paulo Emilio Ribeiro de Vilhena, Mônica Sette Lopes

Revista de Direito do Trabalho	2017	173	Trabalhador infantojuvenil rurícola : respaldo legal e trabalho educativo	Leonardo da Silva Carneiro Sousa, Nikatia Belau da Silva
Revista de Direito do Trabalho	2017	174	A fundamentalidade dos direitos trabalhistas : uma diretriz constitucional ainda pendente	Antônio Braga da Silva Júnior
Revista de Direito do Trabalho	2017	174	A responsabilidade civil do empregador por dano existencial decorrente da violação ao direito fundamental à desconexão	Carla Cirino Valadão, Maria Cecília Máximo Teodoro Ferreira
Revista de Direito do Trabalho	2017	174	Análise da possibilidade da extensão legal da estabilidade provisória da empregada gestante ao genitor de recém-nascido	Gilka Maria Santos Barboza
Revista de Direito do Trabalho	2017	174	As condições de saúde e segurança do trabalho e o direito de greve na comparação entre celetistas e estatutários	Leandro Sarai
Revista de Direito do Trabalho	2017	174	Despido por absentismo y discapacidad : ¿una posible discriminación indirecta?	Vanessa Cordero Gordillo
Revista de Direito do Trabalho	2017	174	O desenvolvimento da terceirização e seus marcos normativos	Morgana de Almeida Richa
Revista de Direito do Trabalho	2017	174	O sentido do direito e o trabalho entre os povos indígenas no Brasil contemporâneo	Josilaine Dias Virmeiro de Carvalho
Revista de Direito do Trabalho	2017	174	Os empregados domésticos : panorama geral até a Lei complementar 150/2015	José Gerlondson Carneiro de Almeida Júnior, Sonia de Oliveira
Revista de Direito do Trabalho	2017	174	Prestación por cuidado de menores con cáncer u otra enfermedad grave : revisión crítica a la luz de la doctrina judicial	Belén García Romero
Revista de Direito do Trabalho	2017	174	Uma nova e necessária compreensão da negociação coletiva a partir da doutrina de Jürgen Habermas	Cláudio Victor de Castro Freitas
Revista de Direito do Trabalho	2017	175	A eficácia horizontal dos direitos fundamentais : a proteção à intimidade e vida privada no teletrabalho em face da era virtual	Michel Carlos Rocha Santos, Michelly Cardoso Miranda
Revista de Direito do Trabalho	2017	175	Análise jurisprudencial da (i)licitude de contrato de locação de veículo acessório ao contrato de trabalho	Julia Inez Costa Galceran
Revista de Direito do Trabalho	2017	175	As transformações do direito do trabalho e a redefinição das relações entre fontes	João Zenha Martins
Revista de Direito do Trabalho	2017	175	Constituição simbólica : alopoiese e autopoiese jurídica e seus reflexos no	Rafael Diogo Diógenes Lemos



Trabalho			direito constitucional do trabalho	
Revista de Direito do Trabalho	2017	175	Dano existencial por violação dos direitos fundamentais ao lazer e à desconexão do trabalhador	André Araújo Molina
Revista de Direito do Trabalho	2017	175	La pensión de jubilación y su compatibilidad con el trabajo	Josefa Bonache Miralles
Revista de Direito do Trabalho	2017	175	Prevalência do negociado sobre o legislado : ensaio sobre uma proposta de legitimação da concertação interdiológica trabalhista perante a teoria dos direitos fundamentais	Marcelo Ferreira Machado
Revista de Direito do Trabalho	2017	175	Valor e destinação do depósito prévio rescisório trabalhista : apontamentos críticos à jurisprudência e à Instrução normativa 31/07 do Tribunal Superior do Trabalho	Ricardo Adriano Massara Brasileiro
Revista de Direito do Trabalho	2017	176	A reforma do direito do trabalho no marco de globalização econômica e dos pactos internacionais	Thereza Christina Nahas
Revista de Direito do Trabalho	2017	176	Dispensa coletiva e Convenção n. 158 da OIT : qual é a norma integrativa ideal?	Melissa Fernandes Manhães
Revista de Direito do Trabalho	2017	176	Dumping social : o papel do poder judiciário na concretização de direitos fundamentais e vedação do retrocesso social nas relações trabalhistas	Fabiana Zacarias, Zaiden Geralge Neto
Revista de Direito do Trabalho	2017	176	Jurisdicção e competência da justiça laboral : ações de estrangeiros no Brasil e brasileiros no exterior	Cleusy Araújo Galindo
Revista de Direito do Trabalho	2017	176	O instituto da unicidade sindical e a desnecessidade de ratificação da Convenção 87 da OIT para a implantação da plena liberdade sindical brasileira : uma aplicação analógica ao caso da vedação à prisão do depositário infiel	Bruno de Pinho Garcia
Revista de Direito do Trabalho	2017	176	Os direitos trabalhistas retroativos do classificado em concurso público de empresa pública e sociedade de economia mista não nomeado cuja função é desempenhada por pessoal terceirizado	Lis Mattos Alves
Revista de Direito do Trabalho	2017	176	Parcelamento do crédito trabalhista pelo executado : diálogo entre a efetiva tutela jurisdicional e a execução de forma menos gravosa	Wallace Dias Silva
Revista de Direito do Trabalho	2017	176	Sistema de aseguramiento de menores	Juan Luis García
Revista de Direito do Trabalho	2017	177	A duração razoável do processo e as tutelas provisórias no CPC/2015 e a	Maria Cláudia Felten

Trabalho			influência no processo do trabalho	
Revista de Direito do Trabalho	2017	177	A eficiência dos métodos de auto e heterocomposição na resolução dos dissídios trabalhistas : a importância da mediação no atual cenário jurídico brasileiro	Anna Paula Monnerat Carvalho Lima, Ângela Barbosa Franco
Revista de Direito do Trabalho	2017	177	A violação do princípio da igualdade no âmbito do acesso ao emprego da mulher grávida no ordenamento jurídico português	Daniella Cynthia Almeida Batista
Revista de Direito do Trabalho	2017	177	Derecho a la negociación colectiva y libertades económicas en el ámbito de la UE	Francisca Ferrando García, Monserrate Rodríguez Egio
Revista de Direito do Trabalho	2017	177	Direitos fundamentais, desobediência civil e a greve de empregadores (lockout)	Cícero Rufino Pereira, Ana Paula Martins Amaral
Revista de Direito do Trabalho	2017	177	O julgamento da ADIn n. 1721-3 : um direito do trabalho que ignora a figura do desempregado	Maickel Peter Miranda
Revista de Direito do Trabalho	2017	177	O paradoxo entre a propriedade privada e seu uso inadequado perante o meio ambiente laboral : a responsabilidade do empresário decorrente do desrespeito à saúde do trabalhador	Élcio Nacur Rezende, Fernanda Netto Estanislau
Revista de Direito do Trabalho	2017	177	Poliuição labor-ambiental : aportes jurídicos gerais	Ney Stany Morais Maranhão
Revista de Direito do Trabalho	2017	178	A aplicabilidade da multa do art. 523 do novo Código de processo civil : Lei 13.105/2015 no processo do trabalho	Pedro Henrique Abreu Benatto, Juliana Marques Salles
Revista de Direito do Trabalho	2017	178	A imposição de uso de uniforme com logotipos de produtos implica necessariamente ofensa ao direito de imagem do empregado?	Alexandre Pimenta Batista Pereira
Revista de Direito do Trabalho	2017	178	A isonomia, o STF e o art. 387 da CLT : uma análise crítica do RE 658.312	Rafael Diogo Diógenes Lemos
Revista de Direito do Trabalho	2017	178	Desigualdades en el ámbito de la protección social española : ingresos mínimos de inserción en Euskadi y la Región de Murcia	Clara María Martínez Baeza
Revista de Direito do Trabalho	2017	178	La ineficacia jurídica de los derechos sociales	Francisco Miguel Ortiz González Conde
Revista de Direito do Trabalho	2017	178	Movilidad del trabajador en la Unión Europea, em Mercosur y la Carta social del Mercosur	Thereza Christina Nahas, Óscar Contreras Hernández

Revista de Direito do Trabalho	2017	178	Programa de Proteção Voluntária do governo norte-americano e a regulação brasileira de saúde e segurança do trabalho	Roberto Wakahara, Paulo Cesar Vaz Guimarães
Revista de Direito do Trabalho	2017	178	Valorização do trabalho humano : uma diretriz constitucional esquecida em meio à crise econômica e às consequentes propostas flexibilizantes	Antônio Braga da Silva Júnior
Revista de Direito do Trabalho	2017	179	A responsabilidade do sócio retirante por débitos trabalhistas	Ítalo Menezes de Castro
Revista de Direito do Trabalho	2017	179	Audiência de conciliação no processo do trabalho : aspectos positivos e negativos frente ao novo Código de processo civil	Jordana Santos Araujo Doretto, Larissa Oliveira Palagi de Souza
Revista de Direito do Trabalho	2017	179	Custeio da seguridade social no Brasil : a previdência social é deficitária ou superavitária?	Guilherme Eidelwein Wolf, Marciano Buffon
Revista de Direito do Trabalho	2017	179	O contrato de aprendizagem utilizado como instrumento de qualificação	Emerson Penha Malheiro, Pedro Henrique Abreu Benatto, Marlene do Carmo Campoi
Revista de Direito do Trabalho	2017	179	Promoção da diversidade sexual e de gênero no mercado de trabalho	Adriana Galvão Moura Abilio, Fabíola Marques
Revista de Direito do Trabalho	2017	179	Uma abordagem contemporânea dos princípios da irrenunciabilidade, primazia da realidade e da continuidade	Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas, Wesley Felipe Cordeiro de Oliveira
Revista de Direito do Trabalho	2017	180	A flexibilização no direito do trabalho	Cristiano Matias Timóteo
Revista de Direito do Trabalho	2017	180	A proteção do trabalhador no trajeto entre casa e trabalho : a disciplina italiana do acidente in itinere	Giuseppe Ludovico
Revista de Direito do Trabalho	2017	180	Assédio e inversão do ônus da prova :breves considerações	Guilherme Guimarães Feliciano
Revista de Direito do Trabalho	2017	180	Cumulação do pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade à luz de normas constitucionais e supralegais	Zélia de Sousa Lopes
Revista de Direito do Trabalho	2017	180	Intimidade e revista em pertences do empregado	Editon Meireles de Oliveira Santos
Revista de Direito do Trabalho	2017	180	Regime próprio de previdência social para parlamentares estaduais : análise da Lei complementar 13/99, do Estado do Ceará, em face do art. 40, § 13, da	Rodrigo Martiniano Ayres Lins

			Constituição federal brasileira de 1988				
Revista de Direito do Trabalho	2017	180	Solidariedade dos servidores públicos do Poder executivo federal no custeio de benefícios programados da previdência complementar			Fernando Ferreira Calazans	
Revista de Direito do Trabalho	2017	181	A dinamização do ônus da prova : uma via certa à obtenção da tutela jurisdicional trabalhista plena			Gabriela Fonseca de Melo	
Revista de Direito do Trabalho	2017	181	A reforma trabalhista no Brasil			Ives Gandra da Silva Martins Filho	
Revista de Direito do Trabalho	2017	181	Doutrina social da Igreja : fundamentos e limites para a negociação coletiva			Fausto Siqueira Gaia	
Revista de Direito do Trabalho	2017	181	O excesso de tutela estatal e a proteção do trabalho da mulher gestante			Natália Lemos Mourão	
Revista de Direito do Trabalho	2017	181	O princípio democrático e a judicialização das relações sociais : um judiciário trabalhista atuante ou conivente?			Claudio Victor de Castro Freitas	
Revista de Direito do Trabalho	2017	181	Parâmetro remuneratório na terceirização			Felipe Vieira Baumgärtner	
Revista de Direito do Trabalho	2017	181	Reforma trabalhista e crise econômica : negociado versus legislado			Gustavo Filipe Barbosa Garcia	
Revista de Direito do Trabalho	2017	181	Teletrabalho e o PL 6.787/2016			Rafael Lara Martins	
Revista de Direito do Trabalho	2017	182	A saúde e a segurança do empregado : uma perspectiva narrativa			Mônica Sette Lopes	
Revista de Direito do Trabalho	2017	182	Dano existencial na esfera trabalhista			Karina Martins	
Revista de Direito do Trabalho	2017	182	Dano patrimonial e dano existencial			Gianluigi Morlini, tradução por Yone Frediani	
Revista de Direito do Trabalho	2017	182	Greve ambiental : possibilidade de admissão no ordenamento jurídico brasileiro			Luana Oliveira Araújo, Elizabeth Alice Barbosa Silva de Araújo	
Revista de Direito do Trabalho	2017	182	O auxílio-doença previdenciário e a redação do artigo 65, parágrafo único, do decreto 3.048/99 : uma análise à luz do princípio da isonomia			Larissa Schweizer, Marcia Maria Pierozan	

Revista de Direito do Trabalho	2017	182	O direito fundamental à proteção em face da automação	Luciano Martinez, Mariana Maltez
Revista de Direito do Trabalho	2017	182	O meio ambiente de trabalho: um estudo sobre os processos trabalhistas já sentenciados que envolvem a mineração de urânio no município de Caetité-BA	Fagner Sampaio Filadelfo
Revista de Direito do Trabalho	2017	182	O papel do sindicato na preservação da saúde do trabalhador no meio ambiente do trabalho após a lei 13.467/2017	Rafael Lara Martins
Revista de Direito do Trabalho	2017	182	Proteção à saúde e deveres do empregador	Edilton Meireles de Oliveira Santos
Revista de Direito do Trabalho	2017	182	Responsabilidade civil do Estado nos vícios de concessão de prestações previdenciárias : a incidência do dano moral no âmbito do direito previdenciário	Luciana Botelho Maciel, Luiza Mascarenhas Damasceno, Pedro Henrique Rezende
Revista de Direito do Trabalho	2017	182	Sistema de proteção à saúde do trabalhador no Brasil	Vitor Salino de Moura Eça, Saulo Cerqueira de Aguiar Soares
Revista de Direito do Trabalho	2017	183	A Instrução Normativa n. 39 do TST : a interpretação dada pela corte trabalhista à aplicação do Código de processo civil no processo do trabalho : 2ª parte	Bruno Freire e Silva
Revista de Direito do Trabalho	2017	183	A legitimidade para pleitear dano moral e material em casos de acidente de trabalho com óbito do empregado	Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas, Marina Lima Cunha
Revista de Direito do Trabalho	2017	183	A liberdade de trabalho diante da cláusula de não concorrência	Túlio de Oliveira Massoni
Revista de Direito do Trabalho	2017	183	A motivação no ato demissional do empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista admitido antes da Constituição brasileira de 1988	Dinalva Maria Pereira Pedroza, Fábio Menezes de Sá Filho
Revista de Direito do Trabalho	2017	183	As condições de trabalho na indústria da construção no Brasil : reflexões no contexto da sustentabilidade e trabalho decente	Veronica Altef Barros, Norma Sueli Padilha
Revista de Direito do Trabalho	2017	183	Encuentros y desencuentros en el mercado interior de la Unión Europea : libertad de establecimiento y sociedad anónima europea (SE)	Óscar Contreras Hernández
Revista de Direito do Trabalho	2017	183	O instituto da negociação processual na Justiça do trabalho : compatibilidade, limites e desafios	Igor Sousa Gonçalves
Revista de Direito do Trabalho	2017	183	Proteção jurídica do trabalhador doméstico : ampliação de direitos em busca da efetividade da dignidade humana	Daniela Vasconcellos Gomes

Revista de Direito do Trabalho	2017	184	A cláusula clawback e os contratos de trabalho de executivo de companhias abertas no Brasil	Julia de Castro Tavares Braga, Pedro Freitas Teixeira
Revista de Direito do Trabalho	2017	184	A inconstitucionalidade da jornada do trabalho na reforma trabalhista	Natália Lemos Mourão
Revista de Direito do Trabalho	2017	184	A possibilidade de penhora de parte do salário como instrumento de efetivação da execução de créditos trabalhistas	Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas, Kelly Mara Martins
Revista de Direito do Trabalho	2017	184	Carreiras típicas de Estado, regime de previdência social dos servidores públicos e melhoria da qualidade do gasto público	Fernando Ferreira Calazans
Revista de Direito do Trabalho	2017	184	El impacto del actual contexto productivo en los derechos de participación y representación de los trabajadores en Europa	Fernando Fita Ortega
Revista de Direito do Trabalho	2017	184	Negociado sobre o legislado : critérios e elementos de validade à luz do ordenamento jurídico	Aguinaldo Locatelli
Revista de Direito do Trabalho	2017	184	O aviso-prévio proporcional : uma releitura à luz do tridimensionalismo de Miguel Reale	Fausto Siqueira Gaia
Revista de Direito do Trabalho	2018	185	A prescrição trabalhista : pretensões condenatória, executiva e intercorrente	André Araújo Molina
Revista de Direito do Trabalho	2018	185	A responsabilidade do tomador de serviços por débitos trabalhistas acidentários à luz da teoria do diálogo das fontes	Fausto Siqueira Gaia
Revista de Direito do Trabalho	2018	185	As ações afirmativas e sua adequação à promoção [sic] promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de emprego e ocupação e à eliminação da discriminação nessa matéria	Robison Tramontina, Rodrigo Garcia Schwarz, Rodrigo Goldschmidt
Revista de Direito do Trabalho	2018	185	Conciliação judicial na Justiça do trabalho : instrumento de efetivação ou de precarização dos direitos laborais?	Ygor Farias Souto, Jailton Macena de Araújo
Revista de Direito do Trabalho	2018	185	Direitos fundamentais da pessoa com deficiência : o trabalho como fonte de promoção da dignidade humana	Guilherme Domingos de Luca, Rogério Nascimento Renzetti Filho
Revista de Direito do Trabalho	2018	185	El alcance del control judicial de razonabilidad de las políticas públicas : perspectiva Argentina y comparada	Alfonso Santiago
Revista de Direito do Trabalho	2018	185	Novidades em torno do benefício da justiça gratuita na CLT reformada e o ônus financeiro do processo	Raphael Miziara

Revista de Direito do Trabalho	2018	185	O meio ambiente do trabalho e sua tutela no ordenamento jurídico brasileiro	Pâmela Suelen de M. Guedes, Okçana Yuri Bueno Rodrigues
Revista de Direito do Trabalho	2018	185	Ordem e progresso : a (in)existência da progressividade da res judicata laboral à luz processualista de 2017	Fernanda dos Santos Nunes
Revista de Direito do Trabalho	2018	185	Petição inicial líquida : e agora?	Maximiliano Carvalho
Revista de Direito do Trabalho	2018	185	Uma reflexão na convergência dos Direitos humanos e do Direito internacional humanitário	Maria Vara Branco
Revista de Direito do Trabalho	2018	186	A reforma trabalhista e os seus reflexos na jurisprudência : a inconstitucionalidade do fim da incorporação da gratificação de função	Natália Lemos Mourão
Revista de Direito do Trabalho	2018	186	As inovações tecnológicas e o dano (in)existencial virtual	Fernanda dos Santos Nunes
Revista de Direito do Trabalho	2018	186	Dano existencial nas relações de trabalho	Cláudia José Abud
Revista de Direito do Trabalho	2018	186	Direito à saúde e o debate sobre os riscos psicossociais no ambiente de trabalho	Carolina Spack Kimmelmeir
Revista de Direito do Trabalho	2018	186	O trabalho na terceira idade como direito fundamental e sua repercussão no ordenamento jurídico brasileiro	Álison José Maia Melo, Cicero Gonçalves Oliveira da Silva
Revista de Direito do Trabalho	2018	186	Os planos de saúde e o regime jurídico dos ex-empregados : comentários ao RESp 1.594.346/SP	Augusto Franke Dahinten, Bernardo Franke Dahinten
Revista de Direito do Trabalho	2018	186	Reforma do trabalho na França	Sérgio Pinto Martins
Revista de Direito do Trabalho	2018	186	Sindicalismo y acción sindical en el siglo XXI : crisis económica y transformación del modelo productivo	Fernando Fita Ortega, José María Goerlich Peset
Revista de Direito do Trabalho	2018	187	A prática do dumping e suas consequências na esfera social	Evanilda Nascimento de Godoi Bustamante, Iaçanã Lopes de Rezende e Paula
Revista de Direito do Trabalho	2018	187	As novas redações das Súmulas 414 e 418 do TST : uma abordagem acerca da tutela provisória no âmbito processual trabalhista	Sandor Ramiro Darn Zapata



Revista de Direito do Trabalho	2018	187	Comentários quanto aos efeitos da revelia com o advento da reforma trabalhista	Luiza Mascarenhas Damasceno
Revista de Direito do Trabalho	2018	187	Flexibilização dos direitos trabalhistas : prevalência do negociado coletivamente sobre o legislado	Vólia Bomfim Cassar
Revista de Direito do Trabalho	2018	187	O direito de defesa nos procedimentos preparatórios e inquéritos civis promovidos pelo Ministério Público do Trabalho	Emerson Ademir Borges de Oliveira
Revista de Direito do Trabalho	2018	187	O trinômio RSE, prevenção e precaução como forma de gestão inteligente garantidora de segurança jurídica : o cenário brasileiro	Adriano Jannuzzi Moreira
Revista de Direito do Trabalho	2018	187	Proselitismo religioso e contrato de emprego	Adriana Wyzkowski
Revista de Direito do Trabalho	2018	187	Proteção aos Direitos Humanos : aplicabilidade e efetivação da Constituição da Organização Internacional do Trabalho : OIT (1919) e da Declaração de Filadélfia (1944)	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Revista de Direito do Trabalho	2018	187	Vias alternativas à jurisdição contenciosa da Justiça do Trabalho : superando mitos e apontando caminhos à luz da Lei 13.467 de 2017	Sergio Torres Teixeira
Revista de Direito do Trabalho	2018	187	Welfare e agricultura sociale	Antonella D'Andrea
Revista de Direito do Trabalho	2018	188	As negociações coletivas trabalhistas e a eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares	Saul Duarte Tibaldi, Victor Lucas Alvim
Revista de Direito do Trabalho	2018	188	Desvio de função : aspectos jurídicos teóricos e práticos	Kassia Nayara Coutinho Teles
Revista de Direito do Trabalho	2018	188	Direito fundamental ao meio ambiente de trabalho equilibrado e o trabalho do atendente de telemarketing	Flávia Moreira Guimarães Pessoa, Mariana Farias Santos
Revista de Direito do Trabalho	2018	188	Inovação e o marco jurídico do trabalho em pesquisa, criatividade e empreendedorismo	Luciane Cardoso Barzotto
Revista de Direito do Trabalho	2018	188	Movilidad de las empresas y derecho de la Unión Europea : aspectos conflictivos en el desplazamiento de trabajadores asalariados para una prestación de servicios trasnacional	Óscar Contreras Hernández
Revista de Direito do Trabalho	2018	188	Negociado sobre o legislado : uma afronta aos direitos fundamentais do trabalhador	Ana Caroline de Souza Martins, Cláudia Mara de Almeida Rabelo



						Viegas
Revista de Direito do Trabalho	2018	188	Possíveis inconstitucionalidades do parágrafo único do art. 60 da CLT			Raphael Jacob Brolio, André Pereira Reinert Tokarski
Revista de Direito do Trabalho	2018	188	Teletrabalho e o (des)impacto ambiental no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia			Antonio Carlos Efling, Anselmo Charles Meytre, Cinthia Obladen de Almendra Freitas
Revista de Direito do Trabalho	2018	188	Terceirização e desumanização do trabalhador : uma análise a partir da ética da alteridade em Emmanuel Lévinas			Allan Dias Lacerda, Aloísio Krohling
Revista de Direito do Trabalho	2018	188	Trabalho intermitente			Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista de Direito do Trabalho	2018	188	Vigência e integração das convenções e das recomendações internacionais do trabalho no direito interno brasileiro			Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Revista de Direito do Trabalho	2018	189	A função social da propriedade : uma análise do relatório Nosso Futuro Comum e a influência na Constituição federal de 1988			Aline Aparecida Santos Costa Peghini, Samantha Ribeiro Meyer-Pflug
Revista de Direito do Trabalho	2018	189	A incorporação de função gratificada e os novos regramentos da Lei 13.467, de 13 de julho de 2017, e da Medida provisória 808, de 14 de novembro de 2017			Leonardo Gomes Fernandes
Revista de Direito do Trabalho	2018	189	A reforma sem acabamento : incompletude e insuficiência da normatização do teletrabalho no Brasil			Raphael Miziara
Revista de Direito do Trabalho	2018	189	Acordos coletivos de trabalho : ferramenta de amadurecimento das relações de trabalho : a segurança jurídica na reforma trabalhista			Maria Lúcia Ciampa Benhame Puglisi
Revista de Direito do Trabalho	2018	189	Alterações na reforma trabalhista : Medida provisória 808/2017 e Lei 13.509/2017			Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista de Direito do Trabalho	2018	189	As relações do trabalho e o direito tributário : um direito fundamental em um mundo globalizado			João Paulo Mendes Neto
Revista de Direito do Trabalho	2018	189	Direitos previdenciários, sustentabilidade financeira e gerações futuras na perspectiva do ordenamento italiano			Giuseppe Ludovico
Revista de Direito do Trabalho	2018	189	Dos honorários sucumbenciais : aplicação do art. 791-A da CLT em demandas trabalhistas ajuizadas antes da Lei 13.467/2017 : princípio da segurança jurídica			Ilton Gussepp Stival Mendes Rocha Lopez, Raquel Araujo da Silva

Revista de Direito do Trabalho	2018	189	Influências ideológicas e as decisões judiciais	Helioisa Menegaz Loyola
Revista de Direito do Trabalho	2018	189	La nueva regulación de los mecanismos de solución de conflictos laborales colectivos en Chile	Rodrigo Palomo Vélez
Revista de Direito do Trabalho	2018	190	A importância da condição humana na promoção do direito fundamental da proteção ao trabalho da mulher no ordenamento jurídico brasileiro	Michelle Maria Costa Machado
Revista de Direito do Trabalho	2018	190	A prescrição intercorrente na reforma trabalhista introduzida pela Lei 13.467/2017	Ben-Hur Silveira Claus
Revista de Direito do Trabalho	2018	190	A reforma trabalhista, a figura do trabalhador hiper - e a possível violação do princípio da igualdade	Renata Rechten Gomide, Ailton Vieira dos Santos
Revista de Direito do Trabalho	2018	190	A subordinação estrutural nos contratos de trabalho : a experiência brasileira	Yone Frediani
Revista de Direito do Trabalho	2018	190	Assédio moral no meio ambiente de trabalho : causas, consequências e responsabilização	Hugo Fidelis Batista, Cláudio Jannotti da Rocha, Lorena Vasconcelos Porto
Revista de Direito do Trabalho	2018	190	Derecho de información en supuestos de cambios empresariales por transmisión o por crisis de la empresa en Chile	María Soledad Jofré Bustos, Lucía Planet Sepúlveda
Revista de Direito do Trabalho	2018	190	Jurisdição constitucional : uma análise histórica do controle difuso e concentrado	Aline Aparecida Santos Costa Peghini, Samantha Ribeiro Meyer-Pflug
Revista de Direito do Trabalho	2018	190	O direito coletivo do trabalho no Supremo Tribunal Federal : planos de demissão incentivada e autonomia da vontade, um estudo de caso	Luis Roberto Barroso, Patrícia Perrone Campos Mello
Revista de Direito do Trabalho	2018	190	Proteção internacional aos direitos humanos do ser humano : Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Revista de Direito do Trabalho	2018	190	Salário e remuneração como direitos humanos e fundamentais na atual sociedade da informação : alterações decorrentes da reforma trabalhista	Gustavo Filipe Barbosa Garcia, Maira Matsue Shimizu de Sousa
Revista de Direito do Trabalho	2018	190	Terceirização ou parceria : a responsabilidade da administração pública em face do inadimplemento das obrigações trabalhistas nos contratos firmados com o terceiro setor	Rodrigo de Souza Rampazzo
Revista de Direito do Trabalho	2018	191	A contribuição sindical e o seu recolhimento facultativo	Ricardo Souza Calcini

Trabalho										
Revista de Direito do Trabalho	2018	191	A evolução da terceirização: da 2ª Guerra Mundial à Lei 13.467/2017							Luis Guilherme Krenek Zainaghi
Revista de Direito do Trabalho	2018	191	A fundamentação dos direitos sociais e a inconstitucionalidade da nova jornada de trabalho							Heloisa Helena Silva Pancotti, Ricardo Bispo Razaboni Junior, Teófilo Marcelo Arêa de Leão Júnior
Revista de Direito do Trabalho	2018	191	A reforma trabalhista no contexto da sociedade líquida de Zygmunt Bauman							Ricardo Jahn, Rodrigo Goldschmidt
Revista de Direito do Trabalho	2018	191	A responsabilidade civil do trabalhador grevista na manutenção mínima dos serviços essenciais							Editon Meireles, João Cunha
Revista de Direito do Trabalho	2018	191	A Teoria do direito: uma análise da influência do Law and Economics na construção do pós-positivismo							Aline Aparecida Santos Costa Peghini, Samantha Ribeiro Meyer-Pflug
Revista de Direito do Trabalho	2018	191	Arbitrabilidade dos litígios individuais laborais à luz do ordenamento luso-brasileiro							Gáudio Ribeiro de Paula
Revista de Direito do Trabalho	2018	191	Comentários quanto à modalidade do contrato de trabalho intermitente previsto na Lei 13.4467/2017							Luiza Mascarenhas Damasceno
Revista de Direito do Trabalho	2018	191	Da construção normativa do assédio no ordenamento jurídico brasileiro							Rocco Antonio Rangel Rosso Neilson, Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira
Revista de Direito do Trabalho	2018	191	Danos morais nas relações de trabalho: os danos morais se tornaram "batatas fritas" no "fast food" da justiça laboral?							Artur Custódio da Silva
Revista de Direito do Trabalho	2018	191	O novo regramento da prova emprestada no CPC/2015 e a necessidade de negociação processual para a sua utilização: como decide o Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região?							Luciano Athayde Chaves, Raquel Tavares Paula
Revista de Direito do Trabalho	2018	192	A arbitragem no moderno direito brasileiro do trabalho							Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista de Direito do Trabalho	2018	192	A Reforma Trabalhista e os contratos de trabalho em curso							Francisco Ferreira Jorge Neto, Letícia Costa Mota Wenzel

Revista de Direito do Trabalho	2018	192	A relação entre indenizações e benefícios acidentários na Itália	Giuseppe Ludovico
Revista de Direito do Trabalho	2018	192	A repercussão dos efeitos da crise no direito do trabalho: reforma trabalhista e a teoria da flexibilização como instrumento de controle da economia	Carolina de Souza Novaes Gomes Teixeira, Débora de Jesus Rezende Barcelos
Revista de Direito do Trabalho	2018	192	As novas tecnologias e o meio ambiente do trabalho	Gilberto Stürmer, Rodrigo Coimbra
Revista de Direito do Trabalho	2018	192	Aspectos da estabilidade provisória da gestante nos contratos de trabalho por tempo determinado e a proteção à maternidade	Franciele Aparecida Penteado, Priscila de Oliveira Margraf, Ricardo Bispo Razaboni Junior
Revista de Direito do Trabalho	2018	192	Contribuição sindical e a força normativa da Constituição: inconstitucionalidade da lei que cria uma situação de inconstitucionalidade por omissão superveniente.	Editon Meireles de Oliveira Santos
Revista de Direito do Trabalho	2018	192	Intervención de la administración del Estado en el proceso de negociación colectiva: análisis comparado en los sistemas chileno y uruguayo.	Francisco Ruay Sáez, Gonzalo Riquelme González
Revista de Direito do Trabalho	2018	192	Objetividade Sim, Mas Qual? Uma Breve Análise Sobre A Teoria da Objetividade de Ronald Dworkin	Georgenor de Sousa Franco Neto
Revista de Direito do Trabalho	2018	192	Planos de desligamento voluntário na administração pública: Entre o mito do contingenciamento e a fábula da terceirização eficiente	Tuany Baron de Vargas
Revista de Direito do Trabalho	2018	192	Relaciones laborales y el colectivo trans*: una comparativa desde España y Brasil	Leonam Lucas Nogueira Cunha
Revista de Direito do Trabalho	2018	192	Segurança jurídica e jurisprudência trabalhista	Vitor Salino de Moura Eça, Natália Xavier Cunha
Revista de Direito do Trabalho	2018	193	A irretroatividade dos direitos humanos e a teoria dos sistemas luhmannianos	Georgenor de Sousa Franco Neto
Revista de Direito do Trabalho	2018	193	A nova petição inicial trabalhista	André Araújo Molina
Revista de Direito do Trabalho	2018	193	Análise da concretização do direito fundamental ao trabalho pelo Tribunal Superior do Trabalho à luz da teoria da eficácia nas relações privadas	Dione Cardoso de Alcântara, Rafael Marcilio Xerez
Revista de Direito do Trabalho	2018	193	La industria 4.0: una visión española e italiana desde el Derecho del Trabajo	Djamil Tony Kahale Carrillo

Trabalho						
Revista de Direito do Trabalho	2018	193	Los derechos colectivos de los trabajadores españoles en el actual contexto productivo, globalizado y descentralizado		Fernando Fita Ortega	
Revista de Direito do Trabalho	2018	193	O fim do imposto sindical obrigatório e compulsório e a liberdade sindical		Lúcio Roberto Falce	
Revista de Direito do Trabalho	2018	193	O princípio da proteção: atuais desdobramentos e aspectos da Reforma Trabalhista – Lei 13.467/2017		Henrique Ferreira, Lenara Giron de Freitas	
Revista de Direito do Trabalho	2018	193	O salário-maternidade para a empregada que firmou contrato de trabalho intermitente: análise dos impactos para a concessão do benefício		Washington Luís Batista Barbosa	
Revista de Direito do Trabalho	2018	193	Os juizes do trabalho e a Reforma Trabalhista: primeiros horizontes de consenso		Guilherme Guimarães Feliciano, Ney Stany Morais Maranhão	
Revista de Direito do Trabalho	2018	193	Propuesta de política de inclusión para personas en situación de discapacidad en la administración tributaria, desde una perspectiva de responsabilidad social		Francisco Cortés González, Maritza Gutiérrez Aguirre	
Revista de Direito do Trabalho	2018	194	Acesso à justiça e reforma trabalhista		Thereza Christina Nahas	
Revista de Direito do Trabalho	2018	194	Análise da dispensa discriminatória versus o direito de resistência da empregada doméstica		José Jackson Nunes Agostinho, Ana Virginia Moreira Gomes	
Revista de Direito do Trabalho	2018	194	Banco de horas: limites constitucionais à sua utilização		Carolina Silva Silvino Assunção	
Revista de Direito do Trabalho	2018	194	Crítica à dogmática dos direitos autorais de trabalhadoras e trabalhadores e sua colonização pelos direitos da propriedade industrial		Gustavo Seferian Scheffer Machado	
Revista de Direito do Trabalho	2018	194	Direito processual intertemporal e a Instrução Normativa 41/2018 do TST: a aplicação das inovações da Reforma Trabalhista ao processo do trabalho		Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho, Leandro Fernandez	
Revista de Direito do Trabalho	2018	194	La prostitución: posible objeto de un contrato de trabajo como una manifestación más del trabajo sexual		Fernando Fita Ortega	
Revista de Direito do Trabalho	2018	194	O ativismo judiciário e a separação de poderes		Ives Gandra da Silva Martins Filho	
Revista de Direito do Trabalho	2018	194	O instituto da greve e seus desdobramentos		Fabiano Zavanella	

Revista de Direito do Trabalho	2018	194	O negócio processual: o processo do trabalho e a reforma trabalhista	Lúcio Roberto Falce
Revista de Direito do Trabalho	2018	194	Súmulas no Direito do Trabalho: história, fonte e aplicação	Rafael Tedrus Bento
Revista de Direito do Trabalho	2018	195	A limitação de julgamento da Reforma Trabalhista à luz da teoria estruturante de Friedrich Müller	Dione Cardoso de Alcântara, Rafael Marcilio Xerez
Revista de Direito do Trabalho	2018	195	Agrotóxicos e a saúde do trabalhador: a responsabilidade por contaminação do meio ambiente do trabalho	Norma Sueli Padilha
Revista de Direito do Trabalho	2018	195	Bullying na Lei Federal 13.185/2015: a nova tipologia do assédio moral laboral	Luciane Cardoso Barzotto
Revista de Direito do Trabalho	2018	195	Da importância das cláusulas sociais nos tratados Internacionais de Livre Comércio	Thereza Christina Nahas
Revista de Direito do Trabalho	2018	195	Direito ao esquecimento nas relações de trabalho	André Araújo Molina, Flávio da Costa Higa
Revista de Direito do Trabalho	2018	195	La perspectiva de género en el Estado de Bienestar español	Adolff Uchôa de Lima
Revista de Direito do Trabalho	2018	195	O direito fundamental ao acesso à justiça e os princípios da subsidiariedade e supletividade do CPC/2015 no processo do trabalho: em busca da implementação do processo constitucional do trabalho	Claúdio Jannotti da Rocha, Carlos Ioney Carneiro Melo
Revista de Direito do Trabalho	2018	195	Teoria da causa madura e sua aplicação no direito processual do trabalho sob o prisma da efetividade do processo	Vitor Salino de Moura Eça, Ítalo Moreira Reis
Revista de Direito do Trabalho	2018	196	A garantia do direito à autonomia patrimonial da pessoa jurídica, o direito ao devido processo legal e ao contraditório e a reforma trabalhista de 2017	Washington Luis Batista Barbosa
Revista de Direito do Trabalho	2018	196	A regulamentação do dano extrapatrimonial pela reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) sob a perspectiva sistêmica do direito no constitucionalismo contemporâneo	Rúbia Zanotelli de Alvarenga, Luiza Baleeiro Coelho Souza
Revista de Direito do Trabalho	2018	196	Da tutela antecipada antecedente à técnica da estabilização no processo do trabalho: questões polêmicas	Sérgio Cabral dos Reis
Revista de Direito do Trabalho	2018	196	Dano moral coletivo nas relações trabalhistas	André Araújo Molina, Ney Stany Morais Maranhão



Revista de Direito do Trabalho	2018	196	Direito do trabalho nos novos tempos	Francisco Pedro Jucá, Mércio Hideyoshi Sato
Revista de Direito do Trabalho	2018	196	El contrato indefinido de apoyo a emprendedores: resultados y vías para su erradicación	Óscar Requena Montes
Revista de Direito do Trabalho	2018	196	O art. 855-A da CLT: adaptações do incidente de desconsideração da personalidade jurídica ao processo do trabalho	Bruno Ítalo Sousa Pinto
Revista de Direito do Trabalho	2018	196	Os danos extrapatrimoniais e a Constituição Federal de 1988	José Roberto Freire Pimenta, Ricardo José Macedo de Brito Pereira, Cláudio Jannotti da Rocha
Revista de Direito do Trabalho	2018	196	Políticas públicas de fomento à atividade empreendedora no Brasil: empreendedorismo por necessidade e as contradições com os fins da atividade de fomento	Gustavo Barby Pavani, Luiz Eduardo Gunther, Marco Antônio Cesar Villatore, Luiz Alberto Blanchet
Revista de Direito do Trabalho	2018	196	Teoria da causa madura: breves considerações sobre suas origens próximas, sua constitucionalidade e sua aplicação ao processo do trabalho	Guilherme Guimarães Feliciano, Olívia Pasqualetto
Revista de Direito do Trabalho	2018	196	Vida privada en la relación laboral	María Belén Adriasola Campos, Daniela Allende Muñoz
Revista de Direito do Trabalho	2018	196	Violência contra a mulher indígena: a problemática do efetivo e adequado acesso à Justiça	Isabella Nascimento Macedo, Clodoaldo Moreira dos Santos Júnior
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2014	44	Acessibilidade como fator de concretude e aperfeiçoamento dos direitos humanos	Ricardo Tadeu Marques da Fonseca
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2014	44	Capacidade e capacidade residual : proposta de conceitos e Barema com base nos Dort	Rubens Cenci Motta
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2014	44	Contrato psicológico : um fator implícito do contrato de trabalho	Marcos de Camargo, Ana Lúcia Magano Henriques
Revista do Tribunal	2014	44	Desafios do processo eletrônico do trabalho : questões jurídicas relevantes	Gáudio Ribeiro de Paula

Regional do Trabalho da 15ª Região						
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2014	44	Las controversias de la Ley Fornero en Italia entre especialidade y ámbito de competencia	Carmelo Romeo		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2014	44	Neocorporativismo x neoconstitucionalismo : um debate sindical contemporâneo	Tereza Aparecida Asta Gemignani		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2014	44	O benefício da gratuidade da justiça ao empregador na seara processual trabalhista à luz da Constituição	Francisco Milton Araújo Júnior, Igor dos Reis Fernandes		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2014	44	Perícias judiciais multiprofissionais e a lei do ato médico : por uma interpretação que leve em conta a unidade do sistema e a efetividade da prestação jurisdicional	José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva, Sandro Eduardo Sardá		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2014	44	Provas ilícitas por derivação : sua utilização em processo judicial ou administrativo constitui grave violação aos direitos fundamentais e ao estado democrático de direito	Vanderlei Ferreira de Lima, Ana Cláudia Pires Ferreira de Lima		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2014	44	Relação de emprego com a administração pública : equívoco da Súmula n. 363 do TST e competência da justiça do trabalho	Guilherme Guimarães Feliciano		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2014	44	Uma construção de muitos	Élio Neves		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2014	45	A ação trabalhista e a legitimatio ad causam	Tereza Aparecida Asta Gemignani		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2014	45	A dramática realidade dos trabalhadores infantis	Cláudia Telho Corrêa Abreu		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2014	45	A justiça do trabalho e a conciliação impossível	Vitor Araújo Filgueiras		



15ª Região								
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2014	45	A terceirização e o descompasso com a higidez, saúde e segurança no meio ambiente laboral : responsabilidade solidária do tomador do serviço a partir das normas de saúde e segurança no trabalho	Francisco Milton Araújo Júnior				
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2014	45	Breves considerações sobre o Comitê de Liberdade Sindical e sua inserção na estrutura de controle da Organização Internacional do Trabalho	André Luis Nacer de Souza				
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2014	45	Comentários às alterações processuais trabalhistas decorrentes da Lei n. 13.015, de 22.7.2014	José Alberto Couto Maciel				
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2014	45	Efetividade na execução trabalhista : admissibilidade da penhora de salários e o princípio da proporcionalidade	Dislaine Maróstica Araujo				
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2014	45	La lucha contra el desempleo y la garantía juvenil em la Unión Europea y Españá	Francisco Javier Calvo Gallego				
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2014	45	Neoinstitucionalismo e a interpretação em Robert Alexy : análise da colisão das normas de direitos fundamentais	Dirce Nazaré de Andrade Ferreira				
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2014	45	Problemas relativos ao trabalho infantojuvenil e o movimento pela erradicação	Oris de Oliveira				
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2014	45	Tutela preventiva no meio ambiente do trabalho	Salvador Franco de Lima Laurino				
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2015	46	A legislação aplicável ao contrato de trabalho do trabalhador fronteiriço	Diego de Faria Braga Chagas, Leonardo Tibo Barbosa de Lima				
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2015	46	A prorrogação, por meio de norma coletiva, do trabalho em turnos ininterruptos de revezamento e o meio ambiente de trabalho :possibilidades e condições : algumas considerações	Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani				

Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2015	46	A repressão dos atos antissindicais na ótica da OIT	Firmino Alves Lima
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2015	46	Apontamentos sobre a redução de direitos previdenciários (MP n. 664/2014) e do seguro-desemprego (MP n. 665/2014)	José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva, Sandro Sardá
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2015	46	Breves considerações sobre a novel redação da Súmula n. 277 do colendo Tribunal Superior do Trabalho	Roberto Nóbrega de Almeida Filho
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2015	46	Honorários advocatícios na Justiça do trabalho : superação de uma injustiça histórica	Maria Helena Mallmann, Luiz Alberto de Vargas, Vania Cunha Mattos, Rejane Souza Pedra, Luis Carlos Pinto Gastal
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2015	46	La extinción del contrato de trabajo por causas objetivas : la ineptitud del trabajador	David Montoya Medina
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2015	46	Psicologia do testemunho : técnicas de entrevista cognitiva	Graziella Ambrosio
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2015	46	Racionalização das execuções trabalhistas	Guilherme Alves dos Santos
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2015	46	Transtornos do sono e segurança do trabalho	Marco Túlio de Mello, Fernanda Veruska Narciso, Andressa da Silva de Mello, Francieli da Silva Ruiz
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2015	47	A renúncia à continuidade do mandato do cipeiro significaria perda da garantia provisória no emprego?	Alexandre Pimenta Batista Pereira
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2015	47	A restrição da rescisão contratual do trabalhador vítima de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional a partir de um novo viés interpretativo do art. 7º, inciso I, da Constituição Federal (diálogo das fontes)	Rosita de Nazaré Sidrim Nassar, Francisco Milton Araújo Júnior

Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2015	47	Dano existencial : a nova perspectiva no direito do trabalho	Livia Ferreira da Silva Trombetta, Daniela Bertotti
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2015	47	Horas extras pela supressão dos intervalos e pausas : por um olhar sistêmico diante dos reflexos na saúde do trabalhador	José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2015	47	O juiz do trabalho e a competência para autorizações do trabalho artístico de crianças e adolescentes	Lelio Bentes Corrêa, Kátia Magalhães Arruda, José Roberto Dantas Oliva
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2015	47	O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos : é possível levar uma ofensa ao direito do trabalho à Comissão Interamericana de Direitos Humanos?	Thiago Luann Leão Nepomuceno
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2015	47	Perspectivas do direito do trabalho : um ramo em crise identitária?	João Leal Amado
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2015	47	Precarização do trabalho, qualidade de vida e saúde dos magistrados trabalhistas no Brasil	Giovanni Alves
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2015	47	Sindicalismo, mercado e estado : os dilemas da regulação pública do trabalho no Brasil	Carlos Eduardo Oliveira Dias
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2016	48	A eficácia dos direitos fundamentais nas relações de emprego	Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2016	48	A radicalidade do art. 769 da CLT como salvaguarda da justiça do trabalho	Jorge Luiz Souto Maior
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2016	48	El derecho europeo y el principio de no discriminación en el empleo por razón de la edad	Alicia Fernández-Peinado
Revista do Tribunal	2016	48	O direito fundamental à saúde e o acidente de trabalho : por uma investigação	Paola Stolagli Lustre, Silvio

Regional do Trabalho da 15ª Região			mais precisa do nexso causal		Beltramelli Neto
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2016	48	O dumping social nas relações de trabalho : formas de combate		Enoque Ribeiro dos Santos
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2016	48	Processo social, principio da cooperação processual e poderes do juiz : aplicação ao processo civil e ao processo do trabalho		Guilherme Guimarães Feliciano
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2016	48	Razão e consciência do dano social : relato literário e histórico		Jorge Luiz Souto Maior
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2016	48	Trabalho seguro : automação e acidente do trabalho		Renan Ravel Rodrigues Fagundes
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2016	48	Validade e eficácia da proibição da terceirização em condomínios edilícios		Victor Cosmo Scatigno
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2016	49	A armadilha do formalismo no processo do trabalho		Renato da Fonseca Janon
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2016	49	A vida por trás do processo		Levi Rosa Tomé
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2016	49	Caso SHELL/BASF : reflexões para um novo olhar sobre os acidentes ampliados		Márcia Kamei López Aliaga
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2016	49	Desempregada, mas não humilhada!		Janaína Barbosa de Carvalho
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2016	49	La crisis económica :¿justifica la deconstrucción de la justicia del trabajo?		Mario Garmendia Arigón

15ª Região									
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2016	49	Licença-maternidade para o pai adotante solteiro, servidor do TRT da 15ª Região de Campinas	Edison dos Santos Pelegrini					
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2016	49	O cão como testemunha	Amauri Vieira Barbosa					
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2016	49	O princípio da boa-fé objetiva nos contratos de trabalho : a efetividade da atuação jurisdicional do TRT da 15ª Região no caso Embraer para resolução de demissões em massa	Marcos Antonio Madeira de Mattos Martins					
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2016	49	Quando as coisas são um pouco mais complicadas do que parecem	Firmino Alves Lima					
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2016	49	Terceirização no Brasil : histórico e perspectivas	Patrícia Maeda					
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2016	49	Uma lição de humanidade	Vera Lúcia Vasconcelos Barbosa					
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2017	50	A aplicabilidade da multa do artigo 523, § 1º, do NCPD (artigo 475-J do CPC/1973) ao processo do trabalho	Enoque Ribeiro dos Santos, Melina Silva Pinto					
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2017	50	A aplicabilidade da norma regulamentadora n. 31 em relação ao uso de agrotóxicos e dos equipamentos de proteção individual (EPIS)	Ana Meire Coelho Figueiredo, Ana Lúcia Magano Henriques					
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2017	50	A aplicação imediata (ou não) do adicional de periculosidade para o empregado vigilante	Rodolpho César Aquilino Bacchi					
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2017	50	Assédio e inversão do ônus da prova : breves considerações	Guilherme Guimarães Feliciano					

Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2017	50	Bluewashing, desrespeito aos direitos fundamentais laborais e propaganda enganosa	Roberto Wakahara
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2017	50	Discurso de posse do Exmo. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Fernando da Silva Borges
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2017	50	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica :forma de aplicação no direito processual do trabalho	Élisson Miessa dos Santos
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2017	50	Notas sobre el proceso de construcción jurídica de la negociación y el convenio colectivo	Mario Garmendia Arigón
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2017	50	Súmulas, crise e ordem constitucional : alguns elementos para debate	Valdete Souto Severo
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2017	50	Una visión de la 105ª Conferencia Internacional del Trabajo OIT (mayo 30 a junio 12 de 2016)	Martha Elisa Monsalve Cuéllar
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2017	51	A nova lei da terceirização: Lei n. 13.429/2017 : um cheque em branco ao empresariado	Enoque Ribeiro dos Santos
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2017	51	A prevalência do negociado sobre o legislado	Ricardo Souza Calcini
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2017	51	A reforma : uma promessa vã	Ricardo Tadeu Marques da Fonseca
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2017	51	A reforma trabalhista e o retrocesso na proteção jurídica da saúde e segurança no trabalho : notas críticas sobre jornada e outros dispositivos alusivos ao meio ambiente laboral	Silvio Beltramelli Neto
Revista do Tribunal	2017	51	Alteración de la salud y tutela de los derechos fundamentales de los	David Montoya Medina

Regional do Trabalho da 15ª Região			trabajadores en el ordenamiento jurídico español		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2017	51	As inconstitucionalidades da Lei n. 13.467/2017 no que tange à edição e alteração de súmulas e enunciados de jurisprudência uniforme	Carolina Marzola Hirata Zedes	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2017	51	Crise econômica e o mercado de trabalho no Brasil	Pedro Linhares Rossi, Denis Maracci Gimenez	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2017	51	El centenario de la Constitución mexicana de Querétaro de 1917	Ruben Correa Freitas	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2017	51	O contrato de trabalho intermitente na reforma trabalhista brasileira : contraponto com o modelo italiano	Eliana dos Santos Alves Nogueira	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2017	51	O minotauro brasileiro : reforma trabalhista e desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil	Giovanni Alves	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2017	51	O trabalho infantil no município de Franca e atuação do sistema de justiça trabalhista	Gabriela Marcassa Thomaz de Aquino, Edvânia Ângela de Souza, Eliana dos Santos Alves Nogueira	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2017	51	Reforma trabalhista : pressa, atecnia e irresponsabilidade	Manoel Carlos Toledo Filho	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2017	51	Reforma trabalhista e argumentos econômicos : o Brasil entre dois projetos	Ana Paula Alvarenga Martins, Lucas Prata Feres, Theodora Panitsa Beluzzi	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2017	51	Terceirização e a reforma trabalhista	Otavio Pinto e Silva	
Revista do Tribunal	2018	52	A "reforma trabalhista" e o comprometimento do desenvolvimento econômico :	Ana Paula Alvarenga Martins,	

Regional do Trabalho da 15ª Região			os efeitos transcendentes do retrocesso social	Carlos Eduardo Oliveira Dias
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	52	A atuação dos sindicatos de trabalhadores nas negociações coletivas após a reforma trabalhista	Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	52	A imputação da titularidade das invenções dos trabalhadores na hipótese de pluriemprego	Maurício Matsushima Teixeira
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	52	A nova execução trabalhista	Edison dos Santos Pelegrini
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	52	A problematização da responsabilidade civil no transporte de pessoas : acidente do trabalho e acidente de percurso, visto sob a ótica do direito português	Carlos Alberto Bosco
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	52	A reforma trabalhista e a desconsideração da personalidade jurídica	Adriana Campos de Souza Freire Pimenta, Leonardo Evangelista de Souza Zambonini
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	52	Flexibilização das relações de trabalho : insegurança para os trabalhadores	José Dari Krein, Ludmila Abílio, Paula Freitas, Pietro Borsari, Reginaldo Cruz
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	52	Honorários de sucumbência trabalhista : em busca de uma interpretação conforme a Constituição	Marcelo Wanderley Guimarães
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	52	Reforma trabalhista e Justiça do trabalho : desafios e perspectivas	Manoel Carlos Toledo Filho
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	52	Reformar para piorar : a reforma trabalhista e o sindicalismo	Patrícia Maeda
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	52	Tempo de trabalho e tempo de vida : sobre o direito à desconexão profissional	João Leal Amado



15ª Região						
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	53	A contrarreforma trabalhista e a fragilização das instituições públicas do trabalho	Andréia Galvão, José Dari Krein		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	53	A contribuição sindical e o seu recolhimento facultativo	Ricardo Souza Calcini		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	53	A crise do neodesenvolvimentismo e as perspectivas do trabalho: o brasil no século xxi	Giovanni Alves		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	53	A evolução do direito e a uniformização da jurisprudência	Luiz Philippe Vieira de Mello Filho		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	53	A multa do art. 477 da clt e a jurisprudência dos tribunais regionais do trabalho e do tribunal superior do trabalho	Rodolpho César Aquilino Bacchi		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	53	A reforma trabalhista brasileira e a terceirização	Manoel Carlos Toledo Filho		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	53	Conflitos individuais do trabalho e métodos autocompositivos de gestão: é possível conciliar?	Amanda Barbosa		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	53	Contribuição sindical pós reforma e a contribuição negocial	Marcelo Carlos Ferreira, Saulo Martins de Melo		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	53	Discussões e mudanças a respeito de escravidão e apontamentos sobre escravidão na amazônia brasileira	Ricardo Rezende Figueira, Adonia Antunes Prado, Rafael Franca Palmeira		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	53	No direito estadunidense, prevalece a regra padrão de que o contrato de trabalho pode ser rescindido pela vontade de uma das partes, sem aviso, sem causa e sem indenização?	Cristiane Souza de Castro Toledo		

Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	53	Novos desafios da jornada de trabalho	Kátia Magalhães Arruda
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	53	O princípio constitucional da sustentabilidade: importância, dimensão e referência mundial	Carlos Alberto Bosco
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	53	Saúde e segurança do trabalho: a obrigação geral de segurança na Itália	Dario Calderara
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	53	Teoria da causa madura: breves considerações sobre suas origens próximas, sua constitucionalidade e sua aplicação ao processo do trabalho	Guilherme Guimarães Feliciano, Olívia Pasqualetto
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2018	53	Trabalho infantil esportivo	Zéu Palmeira Sobrinho
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2014	92	A aplicação da medida legal de indisponibilidade de bens prevista no art. 185-A do CTN à execução trabalhista - uma boa prática a serviço do resgate da responsabilidade patrimonial futura	Ben-Hur Silveira Claus
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2014	92	A visita à família e o direito à saúde do empregado	Rosita de Nazaré Sidrim Nassar
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2014	92	Brevi riflessioni sul potere disciplinare del datore di lavoro	Pasquale Sandulli
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2014	92	Dumping social - quando o juiz do trabalho combate a concorrência empresarial desleal	Paulo Mont'Alverne Frota
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2014	92	Eficácia horizontal do due process laboral - reflexões sobre o direito fundamental a um procedimento trabalhista justo como fator de controle do poder privado empregatício	Ney Stany Morais Maranhão
Revista do Tribunal	2014	92	O direito social à felicidade	Georgenor de Sousa Franco Filho

Regional do Trabalho da 8ª Região						
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2014	92	O processo do trabalho como política judiciária à efetividade do direito fundamental à previdência decorrente das decisões judiciais trabalhistas	Océlio de Jesús C Moraes		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2014	92	Parâmetros para delimitação do meio ambiente do trabalho na volatilidade da sociedade contemporânea (ciberespaço)	Francisco Milton Araújo Júnior		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2014	92	Tutela constitucional do patrimônio arquivístico	Vicente José Malheiros da Fonseca		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2014	93	A emenda constitucional n. 81/2014 e o trabalho forçado no Brasil	Georgenor de Sousa Franco Filho		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2014	93	A garantia do mínimo existencial. Trabalho digno e sustentável: o caso dos maquinistas	Rosita de Nazaré Sidrim Nassar		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2014	93	A terceirização e o descompasso com a higidez, saúde e segurança no meio ambiente laboral – responsabilidade solidária do tomador do serviço a partir das normas saúde e segurança no trabalho	Francisco Milton Araújo Júnior		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2014	93	Hermes e o direito	Marília Muricy		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2014	93	Neoconstitucionalismo: o poder judiciário como agente de concretização das normas constitucionais	Nádia Hellen Gaia de Almeida, Luis José de Jesus Ribeiro		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2014	93	Neocorporativismo x neoconstitucionalismo: um debate sindical contemporâneo	Tereza Aparecida Asta Gemignani		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2014	93	Pacto federativo de cooperação ambiental e proteção do meio ambiente do trabalho: o papel das associações locais de magistrados trabalhistas no âmbito	Ney Stany Moraes Maranhão, Flávio Lemes Gonçalves,		

Região			do poder público municipal		Guilherme Guimarães Feliciano
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2014	93	Princípios jurídicos no direito romano?		Arion Sayão Romita
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2014	93	Trabalhador doméstico: ampliação de direitos		Vicente José Malheiros da Fonseca
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2015	94	A restrição da rescisão contratual do trabalhador vítima de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional a partir de um novo viés interpretativo do art. 7º, inciso i, da constituição federal (diálogo das fontes)		Rosita de Nazaré Sidrim Nassar, Francisco Milton Araújo Júnior
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2015	94	Délio Maranhão: vida e obra		João de Lima Teixeira Filho
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2015	94	Desequilíbrio laborambiental e o direito de resistência: abordagem jusfundamental		Angelo Antonio Cabral
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2015	94	Mobilidade humana e futuro do trabalho: efeitos da globalização		Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2015	94	Novo cpc e fundamentação sentencial exaustiva: breves pinceladas críticas		Ney Stany Moraes Maranhão, Platon Teixeira de Azevedo Neto
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2015	94	Poderes do empregador e ideologia		Arion Sayão Romita
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2015	94	Revisitando a velha CLT e a justiça que queremos		Vicente José Malheiros da Fonseca
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2015	95	A responsabilização objetiva da administração pública nos contratos de terceirização frente a convenção nº 94 da OIT		Igor de Oliveira Zwicker

Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2015	95	Execução efetiva: a aplicação da averbação premonitória do art. 615-a do cpc ao processo do trabalho, de ofício	Ricardo Fioreze, Ben-Hur Silveira Claus
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2015	95	O dumping social nas relações de trabalho. Formas de combate	Enoque Ribeiro dos Santos
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2015	95	O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos: é possível levar uma ofensa ao direito do trabalho à comissão interamericana de direitos humanos?	Thiago Luann Leão Nepomuceno
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2015	95	O trabalho decente como direito humano e fundamental	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2015	95	Programa de proteção ao emprego: solução?	Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2015	95	Proteção e nível de civilização	Arion Sayão Romita
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2015	95	Redução da jornada de trabalho e redução do salário	Vicente José Malheiros da Fonseca
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2015	95	Trabalho infantil: caminho que perpetua a pobreza	Maria Zuíla Lima Dutra
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2016	96	A conciliação na justiça do trabalho e o Novo CPC de 2015	Vicente José Malheiros da Fonseca
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2016	96	Direitos sociais e processo coletivo: avanços e retrocessos na experiência brasileira	Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2016	96	Meio ambiente do trabalho: descrição jurídico-conceitual	Ney Stany Morais Maranhão

Regional do Trabalho da 8ª Região						
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2016	96	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica previsto no cpc 2015 e o direito processual do trabalho	Ben-Hur Silveira Claus		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2016	96	O julgamento do supremo tribunal federal sobre a prescrição do FGTS e o retrocesso social	Igor de Oliveira Zwicker		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2016	96	O percurso da adaptação razoável como direito dos trabalhadores com deficiência	Ricardo André Maranhão Santiago		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2016	96	O princípio da subsidiariedade e a cláusula de contenção no processo do trabalho: angústias e esperanças a partir de uma primeira leitura do artigo 15 do novo código de processo civil	Alexandre Pimenta Batista Pereira		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2016	97	75 anos da justiça do trabalho na Amazônia	Vicente José Malheiros da Fonseca		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2016	97	A aplicabilidade da multa do art. 523, § 1º, do ncpcc (art. 475-j do cpc/73) ao processo do trabalho	Enoque Ribeiro dos Santos, Melina Silva Pinto		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2016	97	A formação do contrato de trabalho	Arion Sayão Romita		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2016	97	As recentes decisões do stf sobre os direitos dos trabalhadores: reforma ou destruição?	Almiro Eduardo de Almeida, Oscar Krost		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2016	97	Efeito da sobrejornada ilícita: adicional superior ao mínimo constitucional.	Augusto Grieco Sant'Anna Meirinho, Igor Cardoso Garcia		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2016	97	Liberdade reprodutiva e limites ao reconhecimento da diferença na deficiência	Ricardo André Maranhão Santiago		

Região							
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2016	97	Mudanças no mundo: globalização, princípios do direito do trabalho e o futuro do trabalho			Georgenor de Sousa Franco Filho	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2016	97	Negócio processual trabalhista: apontamentos gerais			Fernanda Antunes Marques Junqueira, Ney Stany Moraes Maranhão	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2016	97	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica é compatível com o processo do trabalho?			Alexandre Pimenta Batista Pereira	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2017	98	A ideia de que o ordenamento jusconstitucional brasileiro abraçou a teoria da monetização da saúde do trabalhador é uma falácia			Igor de Oliveira Zwicker	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2017	98	A nova lei da terceirização - lei n. 13.429/2017 - um cheque em branco ao empresariado			Enoque Ribeiro dos Santos	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2017	98	A terceirização no direito do trabalho			Vicente José Malheiros da Fonseca	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2017	98	Garantia de emprego paterna durante a gestação a até cinco meses após o parto: condição de proteção do nascituro e do recém-nascido			Augusto Grieco Sant'Anna Meirinho, Igor Cardoso Garcia	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2017	98	Questões social e ambiental: paralelismos e desencontros na perspectiva do meio ambiente do trabalho			Ney Stany Moraes Maranhão	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2017	98	Saúde psíquica e organização científica do trabalho			Rosita de Nazaré Sidrim Nassar, Karina da Silva Meneses	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2017	98	Sofrimento mental no judiciário: mitos e verdades			Judith Euchares Ricardo de Albuquerque	

Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2017	98	Trabalho temporário, terceirização e quarteirização	Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2017	99	A ação de dissídio coletivo na justiça do trabalho	Vicente José Malheiros da Fonseca
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2017	99	Aplicação das normas coletivas após a "reforma trabalhista" (Lei 13.467/2017): rumo à liberdade sindical	Augusto Grieco Sant'Anna Meirinho
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2017	99	As alterações do Estatuto da Criança e do Adolescente pela polêmica "Lei da palmada" em perspectiva de ponderação	Natasha Schneider
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2017	99	Inderrogabilidade da norma e indisponibilidade de direitos em face da negociação coletiva: limites impostos pelos direitos fundamentais	Arion Sayão Romita
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2017	99	O dano extrapatrimonial na lei n. 13.467/2017, da reforma trabalhista.	Enoque Ribeiro dos Santos
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2017	99	Os direitos individuais homogêneos e a legitimação para defendê-los na justiça do trabalho	José Edlísimo Elizário Bentes
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2017	99	Reforma trabalhista: jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso impressões iniciais do Art. 59-A da CLT	Ney Stany Morais Maranhão
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2017	99	Reforma trabalhista: o futuro do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho	Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	A atribuição do ônus da prova pericial ao empregador como mecanismo viabilizador da concretização dos direitos fundamentais laborais à saúde e à segurança.	Pastora do Socorro Teixeira Leal
Revista do Tribunal	2018	100	A atuação do poder judiciário na implementação dos direitos sociais - a	Francisco Sérgio Silva Rocha



Regional do Trabalho da 8ª Região			problemática do controle do orçamento público.	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	A crise do direito do trabalho e o direito do trabalho “da crise”	Antônio Monteiro Fernandes
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	A crise paradigmática do direito no contexto da resistência positivista ao (neo)constitucionalismo.	Lenio Luiz Streck
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	A eficácia dos direitos humanos na justiça do trabalho	Vicente José Malheiros da Fonseca
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	A encíclica rerum novarum.	Raymundo de Souza Moura
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	Acidente do trabalho e garantia de emprego - interpretação do art. 118 da lei nº 8.213/91	Walmir Oliveira da Costa
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	As mudanças no mundo e no direito do trabalho.	José M. Q. de Alencar
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	Dignidade da pessoa humana e abertura material do catálogo de direitos fundamentais na constituição federal de 1988: algumas aproximações	Ingo Wolfgang Sarlet
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	Direito coletivo do trabalho	Lygia Simão Luiz Oliveira
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	Direito do trabalho, igualdade e não discriminação.	Estêvão Mallet
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	Direitos fundamentais: aplicabilidade imediata e vedação ao retrocesso	Suzy Cavalcante Koury

Região					
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	Filosofia geral e filosofia jurídica em perspectiva dialética.	Roberto Lyra Filho	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	Inderrogabilidade da norma e indisponibilidade de direitos em face da negociação coletiva: limites impostos pelos direitos fundamentais 481	Arion Sayão Romita	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	Invalidez e eficácia do contrato de trabalho.	Elson Gottschalk	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	Jurisdição e competência internacional da justiça do trabalho do Brasil. A abrangência do art. 114 da Constituição de 1988.	Georgenor de Sousa Franco Filho	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	Justiça do trabalho: limites de jurisdição. Novos atores, novos conflitos	Rider Nogueira de Brito	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	Konrad Hesse: uma nova crença na constituição	Inocêncio Mártires Coelho	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	O acesso à justiça como direito humano e fundamental	Carlos Henrique Bezerra Leite	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	O descompasso entre o direito do trabalho e a questão ambiental. O papel do juiz	Rosita de Nazaré Sidrim Nassar	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	O direito e as transformações de nosso tempo	Raimundo Itamar Lemos Fernandes Júnior	
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	O dumping social nas relações de trabalho. Formas de combate	Enoque Ribeiro dos Santos	

Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	O meio ambiente do trabalho e a jurisprudência unificada do tribunal superior do trabalho - tst: avanço ou retrocesso. 437	Maria de Nazaré Medeiros Rocha
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	O princípio da sucumbência e a justiça do trabalho.	Ary Brandão de Oliveira
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	Os direitos fundamentais do homem - e - suas principais declarações	Elias Naif Daibes Hamouche
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	Os direitos individuais homogêneos e a legitimação para defendê-los na justiça do trabalho 463	José Edílssimo Eliziário Bentes
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	Os princípios do direito do trabalho e sua aplicação pelo juiz	Orlando Teixeira da Costa
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	Pessoa humana e tendências do direito do trabalho no brasil.	Roberto A. O. Santos
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	Prevalência do negociado sobre o legislado e outros conflitos de normas trabalhistas. Reflexões à luz da ordem constitucional	José Affonso Dallegre Neto
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	Teoria geral das convenções internacionais do trabalho	Arnaldo Sússekind
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	100	Trabalhadores do brasil: 20 anos de proteção constitucional ou a subordinação revisitada	Aldacy Rachid Coutinho
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	101	70 anos da dudh: passado, presente e futuro	Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista do Tribunal	2018	101	A contribuição sindical e o seu recolhimento facultativo	Ricardo Souza Calcini

Regional do Trabalho da 8ª Região							
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	101	A intervenção mínima e a reforma trabalhista		Vanilson Rodrigues Fernandes		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	101	A proteção jurídica do trabalhador fronteiriço e do refugiado sob a luz da nova lei do migrante (lei n. 13.445/2017)		Enoque Ribeiro Santos, Bernardo Cunha Farina		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	101	O mito da eleição direta para presidente dos tribunais		Reis Friede		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	101	O processo eletrônico: a influência do sistema e de suas conexões no direito processual		Kleber de Souza Waki		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	101	Os juizes do trabalho e a reforma trabalhista: primeiros horizontes de consenso		Ney Stany Moraes Maranhão, Guilherme Guimarães Feliciano		
Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	2018	101	Reforma trabalhista - considerações preliminares		Vicente José Malheiros da Fonseca		
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	1	(Des)construindo discursos sobre a EC N° 72/13: criando justiça histórica que amplia direitos trabalhistas domésticos		Lara Parreira de Faria Borges		
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	1	A contribuição da engenharia de segurança do trabalho na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais		Béda Barkobébas Júnior		
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	1	A dignidade do trabalhador e o meio ambiente do trabalho no setor de transporte		Paulo Douglas Almeida de Moraes		
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	1	A prevenção do adoecimento psíquico do trabalho		Duílio Antero de Camargo		
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	1	A prevenção dos acidentes e doenças ocupacionais diante das transformações do mundo do trabalho		Paulo Antonio Barros Oliveira		

Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	1	A prevenção dos acidentes e doenças ocupacionais no sistema de gestão de risco	Hudson de Araújo Couto
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	1	Avaliação do dano corporal no Brasil: balanço e perspectivas	Wellington Barbosa Santos
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	1	Avaliação e reparação integral do dano: as novas perspectivas na União Europeia	Duarte Nuno Vieira
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	1	Discurso da Exma. Sra. Ministra Maria de Assis Calsing em saudação à nova administração do TST	Maria de Assis Calsing
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	1	Embargo e interdição: desafios na tutela administrativa da integridade dos trabalhadores	Luiz Alfredo Scienza
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	1	Fatores causais dos acidentes e adoecimento no setor de transporte	Leandro Duarte Carvalho
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	1	Indenizações por danos morais coletivos	Xisto Tiago de Medeiros Neto
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	1	Medidas preventivas viáveis sobre os acidentes no setor de transporte	Jerry Adriane Dias Rodrigues
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	1	O direito fundamental ao meio ambiente do trabalho saudável	Ingo Wolfgang Sarlet
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	1	O sentido social do suicídio no trabalho	Selma Venco, Margarida Barreto
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	1	Palestra do Ministro Carlos Alberto Reis de Paula: abertura do II Seminário Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho - 18.09.2013	Carlos Alberto Reis de Paula
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	1	Pressupostos de concessão das tutelas preventivas do meio ambiente do trabalho	Sergio Torres Teixeira
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	1	Reparações não patrimoniais dos danos morais	José Affonso Dallegre Neto
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	1	Trabalho análogo ao escravo no Brasil: regulação em disputa e recentes resgates no estado da Bahia	Vitor Araújo Filgueiras, Jeane Sales Alves.
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	1	Trabalho doméstico: avanços, resistências e perspectivas	Ricardo José Macedo de Brito

Superior do Trabalho					Pereira, Renata Queiroz Dutra, Lais Maranhão Santos Mendonça
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	1	Trabalho noturno e em turnos: repercussões na saúde e nos acidentes do trabalho		Marco Túlio de Mello
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	1	Tutela inibitória em matéria labor-ambiental		Guilherme Guimarães Feliciano
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	1	Tutela jurisdicional específica e as relações trabalhistas		Fredie Didier Jr
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	2	A equidade como ferramenta hermenêutica: distinções epistemológicas entre as acepções do CPC e da CLT		Flávio da Costa Higa
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	2	A livre-circulação de trabalhadores no Mercosul e o trabalhador estrangeiro encontrado em condições análogas a trabalho escravo no Brasil		Carla Maria Santos Carneiro
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	2	As ações de servidores e administração pública após a ADI nº 3.395: uma questão de incompetência ou impropriedade ?		Elysa Tomazi
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	2	Condições análogas ao trabalho escravo na região oeste do estado da Bahia e a violação aos fundamentos, objetivos e princípios constitucionalmente protegidos		Tarsila Araújo Leite
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	2	Diversas realidades em corações, mentes, carnes e ossos		Rosarita Machado de Barros Caron
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	2	Eficácia (força) probatória dos controles e relatórios de horários de trabalho de autoria intelectual estranha ao empregado		Júlio César Bebbber
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	2	Execução e eficácia: um olhar sobre o Projeto de lei do Senado nº 606, de 2011		Flávio Allegretti de Campos Cooper
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	2	Impactos da Lei nº 12.815 no sistema portuário brasileiro: avulsos portuários podem ficar a não ver navios		Safira Nila de Araújo Campos
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	2	Lacuna: direito de greve do servidor público		Cláudio Armando Couce de Menezes
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	2	Meio ambiente e condições de trabalho na Amazônia Oriental: uma análise sobre as relações de trabalho na mineração		Suzy Cavalcante Koury

Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	2	Origem e evolução do contrato coletivo de trabalho no direito italiano: Cenas	Márcio Flávio Salem Vidigal
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	2	Reflexões a respeito do valor do trabalho como elemento de definição da competência da Justiça do Trabalho	João Marcelo Balsanelli
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	2	Terceirização em serviços de call center	Sergio Torres Teixeira
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	2	Trabalho escravo no Brasil: de Caralbas a Codó	James Magno Araújo Farias
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	3	A epidemia da terceirização e a responsabilidade do STF	Graça Druck, Vitor Filgueiras
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	3	A inconstitucionalidade da terceirização na atividade-fim das empresas	Gabriela Neves Delgado, Helder Santos Amorim
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	3	A terceirização de atividade-fim: caminhos e descaminhos para a cidadania no trabalho	Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Renata Queiroz Dutra
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	3	A terceirização no contexto da reconfiguração do capitalismo contemporâneo: a dinâmica da construção da Súmula nº 331 do TST	Anselmo Luis dos Santos, Magda Barros Biavaschi
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	3	A terceirização sob o prisma do trabalho e do desenvolvimento social	Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva, Ana Luísa de Souza Correia de Melo Palmisciano
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	3	Algumas notas sobre a terceirização e o assim chamando multisourcing	Carlos Alberto Molinaro, Ingo Wolfgang Sarlet
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	3	As faces ocultas da terceirização: uma "mix" de velhos textos e novas ideias	Márcio Túlio Viana
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	3	Impactos da terceirização no mundo do trabalho: tempo, espaço e subjetividade	Cristiano Paixão, Ricardo Lourenço Filho
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	3	O ativismo judicial do Supremo Tribunal Federal e o debate sobre a terceirização	Rodrigo de Lacerda Carelli
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	3	Reflexões sobre três temas polêmicos: terceirização, liberdade de contratar e pleno emprego	Kátia Magalhães Arruda

Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	3	Terceirização desregulada e seus efeitos no mercado de trabalho no Brasil	Marcio Pochmann
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	3	Terceirização e capitalismo no Brasil: um par perfeito	Giovanni Alves
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	3	Terceirização no âmbito da empresa privada	Augusto César Leite de Carvalho, Leito Bentes Corrêa
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	3	Terceirização: fundamentos filosóficos, sociológicos, políticos, econômicos e jurídicos da jurisprudência do TST (Súmula nº 331)	Lorena Vasconcelos Porto
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	3	Terceirização: modulação jurisprudencial e valores iluministas/humanistas	Luiz Otávio Linhares Renault, Ariete Pontes de Oliveira
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	4	A Lei nº 13.015/2014 como introdutora dos julgamentos de recursos repetitivos e da teoria dos precedentes no processo trabalhista	Firmino Alves Lima
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	4	Apontamentos sobre a Lei nº 13.015/2014 e impactos no sistema recursal trabalhista	João Oreste Dalazen
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	4	Cultura e previsibilidade do direito	Luiz Guilherme Marinoni
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	4	Lei nº 13.015/2014: nova sistemática recursal trabalhista em face do novo Código de processo civil	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	4	O defeito formal nos recursos de revista e de embargos: possibilidade de correção	Cláudio Mascarenhas Brandão
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	4	O incidente de descon sideração da personalidade jurídica no novo Código de processo civil e uma possível implicação de ordem prática no processo do trabalho	Reis Friede
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	4	O novo processo civil	Luiz Fux
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	4	O novo sistema recursal trabalhista (Lei nº 13.015/2014): influências do projeto do novo CPC	Alexandre Agra Belmonte
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	4	O recurso de revista e a Lei nº 13.015/2014	Ives Gandra da Silva Martins Filho



Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	4	Os recursos de embargos no TST sob a égide da Lei nº 13.015/2014: a influência do novo CPC e o princípio da segurança jurídica dinâmica	Marcos Ulhoa Dani
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	4	Perlustrações à Lei nº 13.015/2014: (com destaque para o incidente de recursos de revista repetitivos)	Manoel Antonio Teixeira Filho
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	4	Reflexões sobre a Lei nº 13.015/2014	Estêvão Mallet
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2014	4	Reforma no processo trabalhista brasileiro em direção aos precedentes obrigatórios: a Lei nº 13.015/2014	Fredie Didier Jr., Lucas Buri de Macêdo
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	1	A inviolabilidade do lar e o trabalho infantil doméstico	Maria Zuíla Lima Dutra
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	1	As formas de aprendizagem no Brasil: questões emergentes	Ricardo Tadeu Marques da Fonseca
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	1	Boas práticas de combate ao trabalho infantil: experiência mexicana	Manuel Sobrinho Durán
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	1	Danos à saúde física e mental: prejuízo irrecuperável	Ivan Capelatto
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	1	Danos à saúde física e mental: prejuízo irrecuperável	Maria da Graça Luderitz Hoefel
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	1	Os "Jogos vorazes" das crianças no Brasil	Kátia Magalhães Arruda
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	1	Programa público de incentivo à utilização de aprendizes pelas pequenas e microempresas	Guilherme Afif Domingos
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	1	Pronunciamento de abertura	Ives Gandra da Silva Martins Filho
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	1	Sistemas de justiça: boas práticas : experiências do juizado da infância e da juventude	Stefane Fiúza Cançado Machado
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	1	Sistemas de justiça: boas práticas no combate ao trabalho infantil	Andréa Saint Pastous Nocchi
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	1	Trabalho infantil e justiça do trabalho	Marcos Neves Fava

Superior do Trabalho						
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	1	Trabalho infantil: realidade e perspectivas			Cristovam Buarque
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	1	Trabalho infantil: realidade e perspectivas			José Roberto Dantas Oliva
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	1	Trabalho infantil: realidade e perspectivas			Zéu Palmeira Sobrinho
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	2	A concretização dos direitos sociais frente à jurisdição constitucional: análise centrada na tutela especial da mulher nas relações de emprego			Paulo Henrique Schneider
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	2	A contribuição sindical e sua natureza jurídica			Ives Gandra da Silva Martins
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	2	A restrição da rescisão contratual do trabalhador vítima de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional a partir de um novo viés interpretativo do art. 7º, inciso I, da Constituição Federal (diálogo das fontes)			Rosita de Nazaré Sidrim Nassar, Francisco Milton Araújo Júnior
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	2	Alguns breves comentários sobre a Lei n. 13.015/2014 e das novidades inseridas na sistemática recursal trabalhista			Bruno Freire e Silva
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	2	Jurisdição e mediação: a atuação da justiça do trabalho para garantir a proteção dos direitos laborais e a possibilidade de mediação trabalhista no Brasil			James Magno Araújo Farias
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	2	O princípio da boa-fé objetiva: deveres instrumentais e a função reequilibradora nos contratos de trabalho			Natália Butignoli Segala
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	2	O trabalho escravo entre a arte e a realidade: a necessária superação da perspectiva hollywoodiana			Tiago Muniz Cavalcanti
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	2	Os trabalhadores "malditos" e a jurisprudência do TST: a (des)proteção jurídica de empregados do mercado do sexo			Fabio Túlio Correia Ribeiro
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	2	Princípio da dialeticidade como pressuposto objetivo de admissibilidade do recurso ordinário trabalhista			André Luiz da Silva Trombim
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	2	Processo judicial eletrônico e a razoável duração do processo			Markeline Fernandes Ribeiro
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	2	Uma análise crítica da conciliação nos dissídios individuais do trabalho			Pedro Victor Vilas Boas da Silva

Superior do Trabalho							
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	3	A reforma do sistema recursal trabalhista pela Lei nº 13.015/2014 e o novo papel dos precedentes judiciais na justiça brasileira: contexto, premissas e desafios	3	José Roberto Freire Pimenta		
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	3	A terceirização precarizante e a (in)capacidade emancipatória das cooperativas de trabalho	3	Luiz Felipe Monsorens de Assumpção		
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	3	Délio Maranhão: vida e obra	3	João de Lima Teixeira Filho		
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	3	O novo CPC e o processo do trabalho: pós-modernidade, antinomias, lacunas e o novo microsistema processual trabalhista individual	3	André Araújo Molina		
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	3	O processo do trabalho e o novo Código de processo civil: critérios para uma leitura dialogada dos artigos 769 da CLT e 15 do NCPC	3	João Humberto Cesário		
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	3	Os poderes do empregador e os deveres do empregado na relação de emprego, segundo Délio Maranhão	3	Arion Sayão Romita		
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	3	Terceirização e intermediação de mão de obra: em busca de novos parâmetros de responsabilização	3	Luísa Lacerda		
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	3	Terceirização: o Projeto de lei nº 4.330/2004	3	Ricardo Peake Braga		
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	4	Aspectos atuais da execução em face de entes públicos	4	Flávio Allegretti de Campos Cooper		
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	4	Atualização monetária dos créditos trabalhistas: inconstitucionalidade da "TR" e utilização do "IPCA-E"	4	Flávio da Costa Higa, Júlio César Beber		
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	4	Cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade: análise matemática das consequências do atual entendimento jurisprudencial dominante sobre o tema na renda do trabalhador	4	Eduardo Rodrigues do Nascimento		
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	4	Dano existencial por jornada de trabalho excessiva: critérios objetivos (horizontais e verticais) de configuração	4	André Araújo Molina		
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	4	Hipoteca judiciária: a (re)descoberta do instituto diante da Súmula n. 375 do STJ : execução efetiva e atualidade da hipoteca judiciária	4	Ben-Hur Silveira Claus		

Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	4	Horas extras pela supressão dos intervalos e pausas: por um olhar sistêmico diante dos reflexos na saúde do trabalhador	José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	4	Incorporação e aplicação das convenções internacionais da OIT no Brasil	Valerio de Oliveira Mazzuoli, Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	4	O novo Código de processo civil e o processo do trabalho: uma análise sob a ótica do cumprimento da sentença e da execução forçada	Luciano Athayde Chaves
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	4	PLS nº 606 e execução trabalhista: dos avanços do anteprojeto ao retrocesso do processo legislativo	Marcos Neves Fava
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	4	Reflexos do novo Código de processo civil na execução trabalhista: uma introdução à técnica de supletividade em matéria executória trabalhista	Wolney de Macedo Cordeiro
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	4	Tipologias de blindagem patrimonial, formas de atuação de "laranjas", empresas offshore e técnicas de investigação	Erasto Villa-Verde de Carvalho Filho
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	4	Tipologias de blindagem patrimonial, formas de atuação de "laranjas", empresas offshore e técnicas de investigação	Gerson Dagord Schaan
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2015	4	Tutela contra o ilícito (art. 497, parágrafo único, do CPC-2015)	Luiz Guilherme Marinoni
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	1	A novel Lei dos motoristas profissionais (nº 13.103/2015) e as questões jurídicas decorrentes	Alexandre Agra Belmonte
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	1	A parceria comercial entre ETC - Empresa de transporte rodoviário de carga e TAC - Transportador autônomo de carga: Lei nº 11.442/2007	Guilherme Augusto Caputo Bastos
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	1	Breves notas sobre a aplicação subsidiária do novo CPC à execução trabalhista e o incidente de descon sideração da personalidade jurídica	Flávio Luiz Yarshell
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	1	Considerações sobre a Lei nº 13.103/2015 e o exercício da atividade de motorista profissional	Amaury Rodrigues Pinto Junior
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	1	Discurso de saudação ao ministro Ives Gandra Martins Filho, pela posse no cargo de presidente do Tribunal Superior do Trabalho	Douglas Alencar Rodrigues
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	1	Estímulo à conciliação e à negociação coletiva	Ives Gandra da Silva Martins Filho
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	1	O juiz ao volante	Márcio Túlio Viana

Superior do Trabalho								
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	1	O motorista de caminhão, a jornada de trabalho e a instrução processual				João Marcelo Balsanelli	
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	1	O órgão gestor de mão de obra diante das alterações normativas promovidas pela Lei nº 12.815/2013				Maurício Coentro Pais de Melo	
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	1	Trabalho rodoviário: reflexões sobre a reforma legal de 2015				Augusto César Leite de Carvalho	
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	1	Uma nova perspectiva sobre o transporte rodoviário de carga no Brasil: jornada de trabalho do motorista profissional à luz da Lei nº 13.103/2015				Deborah Cardoso	
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	2	A reclamação contra a aplicação das decisões em recursos repetitivos na Justiça do trabalho				Osmar Mendes Paixão Côrtes	
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	2	As tutelas provisórias no processo do trabalho				Carlos Eduardo Oliveira Dias	
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	2	Breves considerações sobre a ação rescisória no novo Código de processo civil e seus reflexos no direito processual do trabalho				Alexandre Simões Lindoso	
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	2	Fundamentação exauriente ou analítica: aplicação ao processo do trabalho				Cláudio Mascarenhas Brandão	
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	2	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica: compatibilidade com o processo do trabalho				Amaury Rodrigues Pinto Junior	
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	2	Mediação e conciliação: o novo CPC e os conflitos trabalhistas				Maria de Assis Calsing, Carolina C. Salomão Leal de Viveiros	
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	2	O amicus curiae no processo do trabalho				Carolina Tupinambá	
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	2	O artigo 220 do novo CPC e os tribunais do trabalho				João Batista Brito Pereira	
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	2	O regramento da penhora eletrônica de dinheiro no novo CPC: o equilíbrio entre os princípios da efetividade e menor onerosidade da execução				Bruno Freire e Silva	
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	2	O sistema dos precedentes judiciais obrigatórios e o microsistema de litigiosidade repetitiva no processo do trabalho				José Roberto Freire Pimenta	

Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	2	Os terceiros e as decisões vinculantes do novo CPC	Sérgio Cruz Arenhart
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	2	Teoria geral da prova no processo do trabalho à luz do novo CPC	Mauro Schiavi
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	3	A decisão surpresa no novo Código de processo civil e a sua aplicação subsidiária ao processo trabalhista	Júlio Bernardo do Carmo
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	3	A impenhorabilidade dos salários e dos demais valores destinados ao sustento do devedor e da sua família, à luz do CPC de 2015, no processo do trabalho: da impenhorabilidade absoluta à impenhorabilidade relativa	Paulo Marcelo de Miranda Serrano
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	3	A mediação na justiça do trabalho e o novo Código de processo civil: uma impossibilidade	Gustavo Tadeu Alkmim
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	3	Admissibilidade de recursos no novo CPC e sua repercussão no processo do trabalho	Augusto César Leite de Carvalho
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	3	Do juiz e dos auxiliares da justiça	Luiz Ronan Neves Koury
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	3	Impressões provisórias: contextualizando as tutelas provisórias do novo CPC no universo normativo trabalhista	Antonio Umberto de Souza Júnior
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	3	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica: forma de aplicação no direito processual do trabalho	Élisson Miessa dos Santos
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	3	Limites constitucionais dos precedentes judiciais: uma análise na perspectiva justralhista	Gabriela Neves Delgado, Ricardo José Macedo de Brito Pereira
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	3	Novo CPC e processo do trabalho à luz da IN nº 39	Estêvão Mallet
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	3	O instituto da reclamação e Instrução normativa nº 39/2016	Gisele Fernandes Góes
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	3	O julgamento de recursos de revista repetitivos e a IN nº 39/2016 do TST: o processo do trabalho em direção aos precedentes obrigatórios	Freddie Didier Jr., Lucas Buri de Macêdo
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	3	Os precedentes judiciais e a sua adequada divulgação: em busca da correta compreensão da publicidade de julgados no CPC/2015	Dierle Nunes, André Frederico de Sena Horta



Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	3	Os princípios da adequação, da adaptabilidade e da flexibilização procedimental pelo juiz no novo CPC	Fernando da Fonseca Gajardoni, Maurício Bearzotti de Souza
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	3	Recurso de revista e agravo de instrumento no processo trabalhista	Victor Russomano Júnior
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	4	A autonomia privada e a relação de emprego sob a perspectiva do direito individual do trabalho	Adriana Brasil Vieira Wyzkowski
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	4	A legitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho para ajuizar ações civis públicas pleiteando tutela inibitória contra terceirizações ilícitas	José Roberto Freire Pimenta, Adriana Campos de Souza Freire Pimenta
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	4	A relação entre normas coletivas autônomas e legislação estatal: duas notas sobre o modelo normativo brasileiro	Sayonara Grilo Coutinho Leonardo da Silva
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	4	Constituição da República, estado democrático de direito e negociação coletiva trabalhista	Maurício José Godinho Delgado
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	4	Entre a normatização estatal e a negociação coletiva: os desafios da proteção social	Renata Queiroz Dutra
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	4	Globalização, crise econômica e negociação coletiva do trabalho no direito internacional do trabalho	Luiz Eduardo Gunther, Marco Antônio Cesar Villatore
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	4	Negociação coletiva no serviço público: potencialidades e limites	Arnaldo Boson Paes
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	4	Negociado sobre o legislado: uma proposta em que todos perdem : transporte rodoviário de cargas, um eloquente exemplo	Paulo Douglas Almeida de Moraes
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	4	O direito e o avesso constitucional no Brasil	Fábio Konder Comparato
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	4	O Supremo Tribunal Federal e o julgamento de Páris: o embate entre a Constituição, o direito do trabalho e a ideologia em relação à prevalência do negociado sobre o legislado	Rodrigo de Lacerda Carelli
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	4	Organizações sindicais e unitárias nos locais de trabalho: um ensaio de reconstrução do direito coletivo do trabalho	Marcus de Oliveira Kaufmann
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2016	4	Os limites da autonomia negocial coletiva segundo a jurisprudência	Arion Sayão Romita

Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	A estabilidade da gestante na Justiça do trabalho	Emmanuel Pereira
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	A importância da Lei complementar n. 150/2015 para a efetividade da dignidade humana do trabalhador doméstico	Daniela Vasconcellos Gomes
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	Alguns passos de um caminho	Carlos Alberto Reis de Paula
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	Atuação do Tribunal Superior do Trabalho na exegese e criação dos direitos trabalhistas	Camila Miranda de Moraes
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	Cancelamento da Súmula n. 285 do Tribunal Superior do Trabalho : ratio decidendi e consequências	Walmir Oliveira da Costa, Paulo Vinícius Matias Soares
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	Contando "causos"	Alexandre Agra Belmonte
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	Desembargadores dos Tribunais Regionais da União	Antonio José de Barros Levenhagen
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	Discurso em homenagem aos 75 anos da Justiça do trabalho	Marco Aurélio Mello
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	É possível de lege lata proibir o uso do amianto no Brasil? as contribuições sinérgicas do mandado de injunção, do art. XX do GATT 1994, do art. 103 do CDC, do art. 10 bis da Convenção da União de Paris e da doutrina do abuso de direito	Edson Beas Rodrigues Júnior
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	Em defesa da Justiça do trabalho, do direito do trabalho e da CLT : os ataques e as ameaças da reforma trabalhista	Deiaide Alves Miranda Arantes, Maria Cecília de Almeida Monteiro Lemos
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	História da Justiça do trabalho sob a minha perspectiva	Augusto César Leite de Carvalho
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	Importância histórica e atualidade do direito do trabalho	Horácio de Senna Pires
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) : natureza, finalidade, pressupostos, pontos, controvertidos e aplicação na justiça do trabalho	Bento Herculano Duarte
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	Justiça do trabalho : "patinho feio"	Cláudio Mascarenhas Brandão



Superior do Trabalho						
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	Justiça do trabalho : 75 anos			Vantuil Abdala
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	Lembranças do primeiro grau			Guilherme Augusto Caputo Bastos
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	Lembranças pessoais de 35 anos de Justiça do trabalho			Ives Gandra da Silva Martins Filho
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	Memória da Justiça do trabalho : uma visão pessoal			Márcio Eurico Vitral Amaro
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	Notas sobre o Tribunal Superior do Trabalho em Brasília			João Batista Brito Pereira
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	O direito do trabalho : ontem e hoje			José Luciano de Castilho Pereira
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	O Tribunal da justiça social			Lelio Bentes Corrêa
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	Precarização, nepotismo e idealismo na minha trajetória na Justiça do trabalho			Kátia Magalhães Arruda
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	Trabalhadores sob demanda : o caso Uber			José Carlos de Carvalho Baboin
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	1	Um breve testemunho de uma breve jornada			Douglas Alencar Rodrigues
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	2	A ética na relação de trabalho : apontamentos de uma reflexão			Norberto Mazai
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	2	A fundamentação da sentença no novo CPC e a matéria de fato : uma análise da subsunção - concreção judicial			Francisco Rossal de Araújo
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	2	A pejetização sob o prisma dos princípios do direito do trabalho			Isabel de Oliveira Batista, Patrick Luiz Martins Freitas Silva
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	2	A reforma trabalhista no Brasil de Rosa : propostas que não criam empregos e reduzem direitos			Magda Barros Biavaschi

Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	2	Assédio e inversão do ônus da prova : breves considerações	Guilherme Guimarães Feliciano
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	2	Contribuição ao estudo do assédio moral : estudo comparado franco-brasileiro	Rosane Martins Padilha Gauriau
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	2	Desafios do sindicalismo : um olhar para além da relação de emprego	Túlio de Oliveira Massoni
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	2	Documento eletrônico : reflexões fragmentadas à luz do novo Código de processo civil	Alexandre de Azevedo Silva
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	2	Inderrogabilidade da norma e indisponibilidade de direitos em face da negociação coletiva : limites impostos pelos direitos fundamentais	Arion Sayão Romita
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	2	Limites da liberdade individual na relação de trabalho e reforma trabalhista	Vólia Bomfim Cassar
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	2	Negociação salarial anual dos servidores públicos, muito além da Súmula n. 679 do STF	Raquel de Souza Felício, Gilberto Stürmer
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	2	O contraditório, o novo CPC, em contraste com a celeridade, no processo do trabalho	Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	2	O tema da proteção jurídica do trabalho humano no contexto historiográfico da construção de mitos e heróis que fragilizam as lutas sociais : paradoxos e possibilidades	Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	3	A matriz da Constituição de 1988 como parâmetro para a análise da reforma trabalhista	Maurício José Godinho Delgado, Gabriela Neves Delgado
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	3	A reforma trabalhista no Brasil a partir de uma perspectiva comparada das reformas na União Europeia	Sidnei Machado
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	3	Direitos fundamentais e retrocesso social : o sentido do direito do trabalho, a experiência portuguesa e o caso brasileiro	Guilherme Dray
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	3	Há progressividade e não retrocesso nos direitos humanos sociais no Brasil?	Roberto de F. Caldas
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	3	La consolidación de los "recortes laborales" aprobados en un contexto de crisis económica : el caso del despido con amortización del puesto de trabajo en España (1977-2017)	Enrique Cabero

Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	3	La reforma laboral en México y sus efectos económicos	Luis Quintana Romero, Blanca E. Garza Acevedo
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	3	Mecanismos tripartidos racionales de resolución de conflictos en materia de normas internacionales del trabajo (NIT) promovidos por la OIT	Horacio Guido
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	3	Negociado x legislado : a experiência e a reforma trabalhista brasileira : algumas notas	João Leal Amado
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	3	O teletrabalho na perspectiva da reforma trabalhista brasileira e do direito comparado	Manoel Carlos Toledo Filho
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	3	Retrocesso social em tempos de crise ou haverá esperança para o direito do trabalho? : uma análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	Aldacy Rachid Coutinho
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	4	(In)aplicabilidade imediata dos honorários de sucumbência recíproca no processo trabalhista	José Affonso Dallegre Neto
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	4	A possibilidade de pedido genérico e de ação autônoma de produção antecipada de prova no processo do trabalho	Alexandre Luiz Ramos
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	4	A reforma trabalhista sob a ótica da cláusula de vedação ao retrocesso social, observada a força centripeta das contingências econômicas : um novo round de uma velhíssima batalha	Fabio Túlio Correia Ribeiro
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	4	A terceirização na reforma trabalhista	Helder Santos Amorim
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	4	Algumas notas acerca das consequências juslaborais decorrentes da cisão e fusão das sociedades	Sônia de Carvalho
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	4	Alguns aspectos sindicais da reforma trabalhista	Sérgio Pinto Martins
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	4	Duração do trabalho e a Lei n. 13.467/2017 : desafios reais da sociedade do presente na contramão da "reforma trabalhista"	Noemia Porto
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	4	Grupos societários no direito do trabalho e a reforma trabalhista	Ana Frazão
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	4	Limitação da jornada de trabalho e saúde e segurança : impropriedades da "reforma trabalhista"	Ipojuca Demétrius Vecchi

Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	4	O fim do trabalho como se conhece no Brasil	Marcio Pochmann
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	4	O princípio da proteção em xeque	Rodrigo de Lacerda Carelli
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	4	Os honorários advocatícios após a reforma trabalhista	Estêvão Mallet, Flávio da Costa Higa
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	4	Reformas trabalhistas na Itália : breve análise histórica e comparativa	José Aparecido dos Santos
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	4	Tradição e ruptura : vorazes dilemas do direito intertemporal no processo trabalhista	Homero Batista Mateus da Silva
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2017	4	Uma retórica maçante e desagradável	Aloysio Silva Corrêa da Veiga
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	1	"O essencial é invisível aos olhos" : a regulação estatal e coletiva negociada dos direitos fundamentais imateriais dos trabalhadores coletores de lixo urbano no Distrito Federal	Helena Martins de Carvalho
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	1	A negociação coletiva de trabalho como instrumento para a efetivação da igualdade de gênero : uma investigação sobre o direito ao auxílio-creche como prática de democratização do cuidado	Denise Sousa da Silva Lima
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	1	A prevalência do negociado sobre o legislado : os limites da flexibilização da jornada de trabalho no direito do trabalho e a incidência do princípio do não retrocesso social	Mônica Hélia Lira Andrade Leite
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	1	A proteção da saúde e segurança do trabalhador nos acordos coletivos de trabalho da citricultura paulista	Bruno Guilherme Fernandes
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	1	Categoria profissional essencial : nova interpretação do art. 511 da CLT e a reforma trabalhista	Amauri Cesar Alves
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	1	Dano à identidade pessoal do trabalhador	André Araújo Molina
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	1	Direito fundamental à negociação coletiva de trabalho : a reforma trabalhista e o instituto da ultra-atividade das normas coletivas	Marcos José Pereira
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	1	Discurso de posse do Ministro presidente João Batista Brito Pereira	João Batista Brito Pereira

Superior do Trabalho							
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	1	Horas in itinere e as limitações constitucionais à negociação coletiva	Rayane Silva Mello			
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	1	O assédio moral organizacional nos bancos e o adoecimento psíquico do trabalhador : a negociação coletiva como instrumento de controle preventivo	Adriana Souza de São Paulo			
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	1	O contrato de trabalho intermitente : um novo contrato?	Eneida Melo Correia de Araújo			
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	1	O controle civilizatório da terceirização à luz do direito fundamental à norma coletiva de trabalho : um estudo sobre o enquadramento sindical dos trabalhadores terceirizados	Viviane Oliveira de Andrade			
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	1	Os limites institucionais do direito fundamental à negociação coletiva no que se refere à insalubridade	Danielle de Pinho Rego Vieira			
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	1	Potencialidades, limites e riscos da negociação coletiva para os trabalhadores safristas na indústria do tabaco	Isabela Rocha Lima			
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	1	Terceirização e discurso : uma contribuição ao estudo da narrativa judiciária sobre as questões coletivas de trabalho	Luciana Correia da Silva			
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	1	Turnos ininterruptos de revezamento : negociação coletiva e a garantia constitucional do não retrocesso	Antonio Raimundo da Silva Neto			
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	2	A natureza jurídica das cláusulas de rescisão dos jogadores de futebol : contributo crítico a partir do caso Neymar Jr. Vs. Barcelona	Francisco de Assis de França Júnior			
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	2	A nova petição inicial trabalhista	André Araújo Molina			
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	2	A reforma trabalhista brasileira e a proibição de retrocesso social : uma análise do texto reformista a partir do processo de ressignificação dos direitos sociais	Vitor Hugo Bueno Fogaça, Nara Luiza Valente, Silmara Carneiro e Silva			
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	2	A relativização do princípio da proteção ante a previsão legal da prevalência do negociado sobre o legislado	Malu Medeiros Cortásio, Renata da Silva Santos, Thais Miranda de Oliveira			
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	2	A utilização de documentos eletrônicos como meio probatório no processo do trabalho	João Humberto Cesário			

Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	2	Arbitragem em litígios trabalhistas individuais	Estêvão Mallet
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	2	Da construção jurisprudencial quanto a efetivação ao direito de greve do servidor público	Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson, Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson, Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	2	Em que medida é adequado estabelecer um regime tarifado para a indenização por dano extrapatrimonial?	Regina Stela Corrêa Vieira
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	2	Honorários de sucumbência trabalhista : em busca de uma interpretação conforme a Constituição	Marcelo Wanderley Guimarães
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	2	O direito coletivo do trabalho no Supremo Tribunal Federal : planos de demissão incentivada e autonomia da vontade, um estudo de caso	Luís Roberto Barroso, Patrícia Perrone Campos Mello
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	2	Questionamentos acerca dos honorários advocatícios sucumbenciais recíprocos : novidade trazida pela reforma trabalhista	Vólia Bomfim Cassar
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	2	Supremacia do negociado em face ao legislado : a natureza bifronte ou as duas faces da CLT	Enoque Ribeiro dos Santos
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	2	Terceirização, grupo econômico e meio ambiente de trabalho na reforma trabalhista	Tereza Aparecida Asta Gemignani
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	2	Uma análise do Programa para o trabalho decente na Organização Internacional do Trabalho	Elden Borges Souza
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	3	(.)Novas modalidades de contratação (?)	Thereza Christina Nahas
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	3	A reforma trabalhista da Lei n. 13.467/ 2017 e as limitações, pelo novo artigo 702, I, F, e seus parágrafos 3º e 4º, da CLT, à uniformização de jurisprudência e à edição ou revisão de precedentes pelos tribunais trabalhistas	José Roberto Freire Pimenta
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	3	A teoria dinâmica do ônus da prova	Ricardo Souza Calcini
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	3	A transcendência no recurso de revista	Philippe de Oliveira Nader
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	3	A ultratividade das cláusulas coletivas, a Súmula n. 227 do TST e a Lei n.	Pablo Rolim Cameiro

Superior do Trabalho			13.467/2017 : entre o ativismo judicial e o ativismo legislativo?						
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	3	Análise tributária da extinção da compulsoriedade da tributação sindical pela reforma trabalhista						Roberta de Oliveira Souza
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	3	Contribuição sindical pós-reforma e a contribuição negocial						Marcelo Carlos Ferreira, Saulo Martins de Melo
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	3	Do direito autônomo à produção da prova como instrumento de efetivo acesso à justiça do trabalho pós-reforma trabalhista						Sérgio Cabral dos Reis
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	3	Modernas reformas laborais : redução do intervencionismo estatal : aumento do poder de gestão do empregador						Luiz Carlos Amorim Robortella
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	3	Natureza e origem das câmaras nacionais com competência associativa interna para a resolução de disputas laborais no futebol						Leonardo Andreotti Paulo de Oliveira
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	3	Negociação coletiva no desporto brasileiro						Fabrcício Trindade de Sousa
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	3	O critério de transcendência do recurso de revista e sua aplicação efetiva pelo TST						Ives Gandra da Silva Martins Filho
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	3	O novo direito do trabalho						Fábio Rodrigues Gomes
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	3	O pressuposto da transcendência : algumas preocupações						Vantuil Abdala
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	4	A Convenção n. 137 da OIT e o futuro do trabalho portuário no Brasil						Augusto Grieco Sant'Anna Meirinho, Lucas Rênio da Silva
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	4	A função social da propriedade e a proteção ao trabalhador						José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	4	A prioridade aplicativa do acordo coletivo de empresa no direito do trabalho						Douglas Alencar Rodrigues, Túlio de Oliveira Massoni
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	4	A proteção jurídica do trabalhador fronteiriço e do refugiado sob a luz da nova Lei do migrante (Lei n. 13.445/2017)						Enoque Ribeiro dos Santos, Bernardo Cunha Farina
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	4	A transparência como medida de combate às práticas de trabalho escravo em cadeias produtivas						Gabriela Neves Delgado, Maurício Ferreira Brito



Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	4	As relações de trabalho nos cruzeiros marítimos	Alexandre Agra Belmonte
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	4	Cláusula arbitral nos contratos de trabalho	Lucymara Ursola Turesso Zavolski, Ana Paula Pavelski
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	4	Contratos de trabalho (contratos existenciais) e negociação coletiva, após a Lei n. 13467/2017	Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	4	Honorários advocatícios sucumbenciais em demandas trabalhistas (após a inserção do art. 791-A à CLT)	Júlio César Bebbber
Revista do Tribunal Superior do Trabalho	2018	4	Licença-maternidade e a busca da igualdade de gênero no ambiente de trabalho	Adriana Vasconcelos de Paula e Silva
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	391	A Justiça do Trabalho e a instrução normativa nº 39 de de 2016 do TST: uma nova concepção para o princípio da segurança jurídica	Luiz Henrique Sormani Barbugiani, Catia Helena Yamaguti Barbugiani
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	391	A possibilidade de demissão por justa causa por ofensa ao empregador nas redes sociais	Cloceimar Lemes da Silva, Poliana Jacques
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	391	Contrato de aprendizagem: aspectos polêmicos nas atividades de risco	Evellyn Thiciane M. Coêlho Clemente, Jamilly Michelly Meireles Ribeiro, Leonardo Rodrigues de Souza
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	391	Contrato de facção	Sérgio Pinto Martins
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	391	O direito à desconexão do trabalho e a ocorrência do dano existencial nas relações de trabalho	Poliana Vanúcia de Paula Albuquerque
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	391	O julgamento da ADIN nº 1721-3: um direito do trabalho que ignora a figura do desempregado	Maickel Peter Miranda
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	391	O princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias na Justiça do Trabalho: afronta à cons tituição federal	Mariângela Guerreiro Milhoranza, Caroline Souza Pereira, Talita Ramos da Silva
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	392	De novo a falácia da redução de direitos trabalhistas	Jorge Luiz Souto Maior



Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	392	Dos reflexos no processo trabalhista da previsão contida no §8º do artigo 98 do novo Código de Processo Civil	Alexandre Henrique Zangali
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	392	Ensaio sobre a cegueira: cumulação dos adicionais de salário e proteção à saúde do trabalhador	Valdete Souto Severo
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	392	Novo CPC e processo do trabalho: instrução normativa nº 39/2016 do TST e controle de constitucionalidade	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	392	O projeto de lei nº 4.330/04 sobre terceirização e a infinitização da prestação de serviços: indo contra os princípios de proteção ao trabalhador e da proibição do retrocesso social	Manuel Martín Pino Estrada
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	392	O TST e o monopólio sindical da "assistência judiciária"	Antonio Escosteguy Castro
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	393	Arbitragem na relação de emprego e na relação de trabalho	José Alberto Couto Maciel
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	393	Novas restrições aos benefícios previdenciários decorrentes da medida provisória nº 739/2016	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	393	O custo social dos empregos verdes: o caso concreto dos contadores de cana	Renata do Nascimento Rodrigues, Victor Emanuel Bertoldo Teixeira, Herick Vazquez Soares
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	393	O prestígio da negociação coletiva e o princípio da adequação setorial negociada	Evellyn Thiciane Macêdo Coêlho
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	393	Proteção contra a dispensa sem justa causa	Renata de Assis Calsing, Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	393	Reforma trabalhista	Sérgio Pinto Martins
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	394	A sustentabilidade atuarial da previdência social do Brasil e a crise transnacional da previdência social do direito comunitário europeu	Mariângela Guerreiro Milhoranza, Moysés Teixeira Abrahão
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	394	Arbitragem no direito individual do trabalho	Adalberto Jacob Ferreira
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	394	Dispensa coletiva e o direito fundamental à greve: um case espanhol como paradigma ao direito comparado	Denise Pires Fincato, Vinícius José Rockenbach Portela

Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	394	O assédio moral e a proteção para a trabalhadora gestante	Fernanda Marders
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	394	O Novo CPC, a Justiça do Trabalho e a segurança jurídica	Ivan Alemão
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	394	Recesso do advogado	Sérgio Pinto Martins
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	395	A ação declaratória de constitucionalidade 16: ainda em busca de um sentido	Paulo Renato Fernandes da Silva
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	395	As recentes decisões do STF sobre os direitos dos trabalhadores: reforma ou destruição?	Almiro Eduardo de Almeida, Oscar Krost
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	395	Benefícios previdenciários por incapacidade concedidos judicialmente e revisão administrativa	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	395	Defesas heterotópicas no direito processual do trabalho: ação declaratória de inexistência, ação rescisória e ação anulatória	Gilmara Pavão Segala
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	395	Trabalho decente doméstico: a nova lei complementar 150/2015	Renata de Assis Calsing, Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	395	TST atualiza sua jurisprudência: penhora em dinheiro na execução provisória	Ben-Hur Silveira Claus
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	396	A ilegalidade da cobrança da multa de 10% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	José Carlos dos Santos Junior
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	396	Direitos humanos ao meio ambiente de trabalho sadio e à proteção à saúde do trabalhador e a possibilidade de cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade	Fernanda Pinheiro Brod, Daiane Margarete Krügger
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	396	O direito do trabalho na contemporaneidade: clássicas funções e novos desafios	Maurício José Godinho Delgado, Gabriela Neves Delgado
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	396	O nexó técnico epidemiológico entre os transtornos mentais...	André Souza Pereira
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	396	Otimismo escasso e necessário: futuro da justiça...	Ricardo Carvalho Fraga

Revista Fórum Justiça do Trabalho	2016	396	Síndrome de burnout, trabalho e tecnologia	Denise Pires Fincato, Shaiala Ribeiro de Castro Araujo Marques
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	397	Aplicação do direito no país das maravilhas: a (in)coerência nas súmulas do TST	Milena Nunes
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	397	Crítica à prescrição trabalhista: entre a realização do estado social e a proteção ao capital	Valdete Souto Severo
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	397	Da precarização da relação de trabalho por meio da terceirização: violação do mínimo existencial social	Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson, Natasha Rangel Rosso Nelson
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	397	O instituto do precedente previsto no novo Código de processo civil e sua possível contribuição para o processo do trabalho	Alexandro Meneses Aragão, Paulo Fernando Santos Pacheco
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	397	O processo do trabalho e sua diferenciação do processo comum	José Alberto Couto Maciel
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	397	Reforma previdenciária: déficit e idade	Sérgio Pinto Martins
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	398	A dignidade da pessoa humana e o direito do trabalho	José Orlando Schäfer
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	398	A proteção processual dos direitos dos trabalhadores na Espanha	Lorenzo Mateo Bujosa Vadell
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	398	Contrato de trabalho intermitente e a precarização do direito do trabalho	Clarissa Felipe Cid
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	398	Lei 13.341/2016: trabalho e previdência social na atual organização dos Ministérios	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	398	Limitações aos poderes do empregador e os direitos da personalidade do trabalhador	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	398	Para um meio ambiente de trabalho saudável e sem riscos: ou quanto custa causar danos à saúde e colocar em risco a vida do trabalhador	Almiro Eduardo de Almeida
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	399	A crise da solidariedade: trabalhador e consumidor	Fernanda Marders

Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	399	A prevenção da perda auditiva no meio ambiente laboral como um direito humano fundamental do trabalhador	Ana Carolina Soria Vulcano
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	399	Advogando para o trabalhador: cuidados processuais envolvendo a terceirização de serviços no setor público	Ariel Stopassola, Ariane Stopassola
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	399	Ensaio sobre a regra exceptiva da execução menos gravosa do CPC de 2015 e a execução trabalhista	Ben-Hur Silveira Claus
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	399	Superação de precedente do STF e a constituição de um novo prazo prescricional do FGTS	Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	399	Tendências da reforma trabalhista no sistema capitalista.	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	400	A figura do amicus curiae prevista no novo CPC como forma de participação democrática processual e instrumento de efetivação dos direitos fundamentais	Paulo Fernando Santos Pacheco, Ricardo José das Mercês Carneiro
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	400	A prova pericial nos processos previdenciários de auxílio-doença e a necessidade de sua evolução para o modelo biopsicossocial	Fernando Rubim, Luciano Pelenz
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	400	Assédio moral e discriminação como riscos no ambiente de trabalho e o princípio da prevenção para a tutela da saúde física e psíquica do trabalhador	Ellen Lindemann Wother
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	400	Contrato de parceria em salão de beleza: Lei nº 13.352/2016	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	400	Corte interamericana de direitos humanos: caso trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil : sentença de 20 de outubro de 2016, exceções preliminares, mérito, reparações e custas	Edson Beas Rodrigues Júnior
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	400	Exceções preliminares, mérito, reparações e custas	Edson Beas Rodrigues Júnior
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	400	O dano existencial nas relações de trabalho: o desrespeito à limitação legal da jornada e ao princípio da dignidade da pessoa humana	Amanda Rebouças de Oliveira, Kayo Henrique Duarte Gameleira
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	401	A nova lei geral de terceirização do trabalho no Brasil	Paulo Renato Fernandes da Silva
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	401	A proteção internacional aos direitos humanos dos trabalhadores: a declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho de 1988	Rúbia Zanotelli de Alvarenga

Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	401	A responsabilidade subsidiária da administração pública na terceirização segundo a jurisdição constitucional: obrigações, encargo probatório e limites interpretativos : um contributo prático aos potenciais sujeitos do processo : trabalhador, empresa terceirizada, administração pública e órgão jurisdicional	Humberto Alves Coelho, Marcelo José das Neves
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	401	Estabilização da tutela antecipada no novo CPC: (in)aplicabilidade no processo do trabalho e reflexo na natureza jurídica da tutela antecipada	Gilberto Stürmer, Luciano Della Maria Pinto
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	401	Jornada de trabalho dos professores no ensino superior: inferências da nova redação do art. 318 da CLT	Aliton Borges de Souza, Roseniura Santos
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	401	O contrato de aprendizagem e as alterações da Lei 13.420/2017	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Letícia Costa Mota
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	402	Alterações promovidas pela Lei complementar nº 150/2015	Claudia Tessmann, Tainara Cemin Dewes
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	402	Direito do trabalho em tempos de crise	Caroline Custódio de Abreu
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	402	Direitos e garantias da advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e do advogado que se toma pai: Lei nº 13.363/2016	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	402	Liberdade sindical	José Carlos Arouca
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	402	O art. 769 da CLT sob a ótica do novo Código de processo civil	Eduardo Mainardi, Jessica Raug Hernandez
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	402	Programas de compliance, poder diretivo do empregador e os limites constitucionais à regulação da relação de emprego na perspectiva do Estado democrático de direito	Felipe Gondim Brandão
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	403	A terceirização, o direito do trabalho e a Lei 13.429/17	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Letícia Costa Mota
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	403	Hermenêutica e interpretação constitucional das normas jurídicas trabalhistas: a aplicação dos princípios constitucionais do trabalho	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	403	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica previsto no novo	Gilberto Stürmer, Vinícius

Trabalho				CPC e sua aplicabilidade no processo do trabalho	Marques
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	403		Os limites das negociações coletivas contemporâneas frente à reforma trabalhista	Márcia Regina Lobato
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	403		Regime de sobreaviso: considerações sobre a sua caracterização	Gabriella Santos Paines, Helena Kugel Lazzarin
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	403		Trabalho infantil	Camila Izis A. B. Paul
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	404		“Equiparação” entre empregados de cooperativas de crédito e bancos: (re)exame da Orientação jurisprudencial nº 379 da SDI I do TST	Oscar Krost
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	404		Algumas reflexões sobre a aplicação do NCPD ao processo do trabalho	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Renato Marangoni Alves de Miranda
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	404		Cálculo das horas extras dos bancários na atual jurisprudência do TST	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	404		Execução trabalhista efetiva: a aplicabilidade do CPC de 2015 ao cumprimento da sentença	Ben-Hur Silveira Claus
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	404		O acesso à justiça sob a mira da reforma trabalhista: ou como garantir o acesso à justiça diante da reforma trabalhista	Jorge Luiz Souto Maior, Valdete Souto Severo
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	405		A desigualdade de gênero nas relações de trabalho como afronta ao princípio da fraternidade	Helena Kugel Lazzarin, Larissa de Oliveira Eisner
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	405		A greve e sua viabilidade como instrumento garantidor de direitos trabalhistas	Claudia Tessmann, Maristela Wagner Delwing
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	405		As gorjetas e as alterações promovidas pela Lei nº 13.419/17	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Letícia Costa Mota
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	405		Da repercussão dos direitos trabalhistas nos contratos temporários da administração pública	Cristina Alves da Silva Braga, Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	405		O controle jurídico e civilizatório da terceirização no Brasil à luz da Lei n.	Márcia Regina Lobato



Trabalho		13.429, de 31 de março de 2017		
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	406	A (in)existência de relação de emprego entre o motorista do aplicativo Uber e a empresa	Marcelo Barroso Kummel, Matheus Rogério Rigui Bueno
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	406	A inconstitucionalidade de jus postulandi na justiça do trabalho em face do princípio constitucional do contraditório	Fernanda Marders, Felipe Augusto Silva Custódio
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	406	A teoria do diálogo das fontes e o direito processual do trabalho	Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	406	Desaposentação e reformas na previdência	Fernando Rubin, Helen Andressa Suriz D'Amico
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	406	Terceirização da atividade-fim é o fim da terceirização	Jorge Luiz Souto Maior
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	407	A desconsideração da personalidade jurídica nas reclamatórias trabalhistas	Anelise Crippa, Mateus da Silva Rosa Pereira
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	407	A importância da figura do preposto na justiça do trabalho	Renata Cristina Magalhães da Silva
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	407	A limitação da função interpretativa do juiz: era do cabresto?	Fernanda Antunes Marques Junqueira
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	407	Barreiras constitucionais à erosão dos direitos dos trabalhadores e a reforma trabalhista	José Felipe Ledur
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	407	Da estruturação do assédio moral no âmbito normativo brasileiro a partir da doutrina e jurisprudência	Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson, Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	407	O trabalho temporário, o direito do trabalho e a Lei nº 13.429/2017	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Adriano Fracappani
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	408	A CLT e os limites da interpretação judicial: art. 8º da CLT	Valdete Souto Severo
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	408	A jornada de sobreaviso: uma análise à luz da saúde do trabalhador	Gabriella Santos Paines, Helena Kugel Lazzarin

Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	408	A restrição ao acesso à justiça na Lei nº 13.467/17	Antonio Escosteguy Castro
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	408	O contrato de trabalho intermitente	Ângela Maria Konrath
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	408	O dano moral coletivo como instrumento da justiça do trabalho no combate ao trabalho escravo contemporâneo	Camila Minella Dipp
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	408	Prática processual trabalhista: possíveis efeitos da Lei nº 13.467/17	Jorge Luiz Souto Maior
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	408	Súmula nº 244, inciso III, do TST: uma análise do conflito de direitos gerado à luz do princípio da dignidade humana.	Thiago Barisson de Mello, Ana Carolina Oliveira Guedes Memória, Gabriel de Souza Vieira, Jacson Raieivone Ramos, Odaísa Duarte Costa
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	408	Terceirização da atividade-fim: uma nova realidade	Rubiane Solange Gassen Assis
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2017	408	Vínculo de emprego e terceirização: Lei nº 13.429 e alterações promovidas pela Lei nº 13.467/17	Murilo C. S. Oliveira
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	409	A (des)proteção à maternidade e à paternidade na legislação laboral brasileira	Helena Kugel Lazzarin, Goddman Andrade Santos
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	409	A arbitragem e a figura do trabalhador hipersuficiente	Nureidin Ahmad Allan
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	409	A proporcionalidade do aviso-prévio e a tendência jurisprudencial à luz do princípio da isonomia	Maurício de Carvalho Góes, Tabata Lima Palskusk
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	409	A restrição do acesso à justiça e a aplicação da Lei nº 13.467/17 no tempo	Antonio Escosteguy Castro
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	409	Do sistema normativo proibitivo ao trabalho em condições análogas às de escravo	Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson, Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson, Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	409	Responsabilidade do empregador: a configuração do dano por ricochete ou	Daniela de Oliveira Rodrigues,



Trabalho			reflexo e a consequente indenização sob o viés da reforma trabalhista	Juliano Gianechini Fernandes
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	409	Vínculo de emprego e terceirização: Lei nº 13.429 e alterações promovidas pela Lei nº 13.467/17	Murilo C. S. Oliveira
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	410	A legalidade da exigência do exame de gravidez na ruptura do contrato de trabalho	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Letícia Costa Mota
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	410	A quitação anual de direitos	Cezar Britto
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	410	Breves comentários às alterações legislativas impostas pela Lei nº 13.467/2017 às questões referentes à jornada de trabalho	Renata Martins da Rosa
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	410	Comentários ao art. 461 da CLT à luz da "reforma" trabalhista	Fernanda Barata Silva Brasil
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	410	O direito à desconexão do trabalho: um direito humano fundamental	Letícia Dornelles, Fernanda Marders
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	410	O equívoco da tarifação da indenização por danos extrapatrimoniais pela Lei nº 13.467/2017	Francisco das Chagas Lima Filho, Paulo Henrique Costa Lima, Heitor Oliveira Barbosa
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	410	Sucumbência - art. 791-A	Denis Rodrigues Einloft
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	411	A uniformização da jurisprudência trabalhista diante da reforma: uma crítica aos discursos da modernização e da segurança jurídica	Almiro Eduardo de Almeida, Simbard Jones Ferreira Lima
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	411	Auxílio-inclusão como direito social fomentador da inclusão ao trabalho da pessoa com deficiência	Gilviano Marcos de Queiroz
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	411	Benefícios acidentários assegurados ao trabalhador na prestação da atividade laboral	Vívian Sleiman de Oliveira
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	411	Do exercício do direito de greve do servidor público: uma análise histórica a partir da jurisprudência	Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson, Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson, Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	411	O trabalho decente e os aspectos da discriminação salarial por gênero e racial	Francisco Ferreira Jorge Neto,

Trabalho			na América Latina		Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	411	Tempo à disposição (art. 4º, §1º e 2º)		Patrícia Maeda
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	412	Análise da nova Portaria nº 1.293/17 do Ministério do Trabalho: em busca do combate ao trabalho em condições análogas às de escravo		Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson, Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson, Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	412	Da responsabilidade por dano processual		Vicente de Paula Maciel Júnior
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	412	Do processo de jurisdição voluntária para homologação de acordo extrajudicial: uma análise crítica		Leonardo Burgos
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	412	O caso Lagos del Campos e suas contribuições ao direito do trabalho brasileiro: a justiciabilidade dos direitos laborais perante o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o reconhecimento do direito à estabilidade no emprego		Edson Beas Rodrigues Júnior
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	412	O indevido pagamento do adicional de insalubridade aos agentes comunitários de saúde		Fábio Luiz Pacheco
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	412	Uma reflexão sobre a "subordinação" como elemento essencial da relação de emprego		Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Francisco Ferreira Jorge Neto
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	413	A constitucionalidade dos arts. 8º, § 2º, e 702, inciso I, alínea "f" da CLT, incluídos pela Lei n. 13.467/17		Gilberto Stürmer, Luiz Filipe Duarte
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	413	A duração do trabalho na Lei n. 13.467/2017		Rodrigo Espiúca dos Anjos Siqueira
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	413	A exigência da prévia liquidação da demanda na Lei n. 13.467/2017 e o princípio do devido processo legal		Paulo J. B. Leal
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	413	Da proteção à saúde do trabalhador: responsabilidade civil do empregador decorrente de doença profissional		Kamilla Rafealy Rocha de Sena, Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson

Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	413	O processo do trabalho no contexto da reforma trabalhista	Maria Cláudia Felten
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	414	"Reforma" trabalhista: ataque à sustentação financeira das organizações sindicais profissionais	Nasser Ahmad Allan
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	414	A responsabilidade civil pelo dano extrapatrimonial na relação de trabalho: análise da nova sistemática da Lei nº 13.467/17	Dartagnan Ferrer dos Santos, Guilherme Damasio Goulart
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	414	Análise da revogação do art. 384 da CLT à luz de Ronald Dworkin: rompeu-se o "romance em cadeia" na proteção ao trabalho da mulher?	Nágila de Jesus de Oliveira Quaresma, Suzy Elizabeth Cavalcante Koury
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	414	Arbitramento judicial do quantum indenizatório do dano moral	Lara Spelta de Souza, Leonardo Goldner Dellaqua
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	414	Fundamentos de processo do trabalho após a reforma trabalhista: principais alterações da Lei nº 13.467/2017 no processo do trabalho	Alexei Almeida Chapper
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	414	Justiça gratuita e honorários do perito	Rafael da Silva Marques
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	414	O fim das horas in itinere após a reforma trabalhista e as consequências jurídicas e sociais	Maurício Antonacci Krieger, Gabriel Lima Marchioreto
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	415	A reforma trabalhista e seus reflexos sobre a figura do preposto	Elizabeth Leal da Silva
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	415	A reforma trabalhista: algumas repercussões na propedêutica juslaboral	Leandro do Amaral Dorneles de Dorneles
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	415	Bullying na Lei federal 13.185/15, a nova tipologia do assédio moral laboral	Luciane Cardoso Barzotto
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	415	Direito individual do trabalho e a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) à luz da Constituição de 1988	Marco Antônio Cesar Villatore, Natalia Munhoz Machado Prigo
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	415	La reforma laboral española	Jesús Lahera Forteza
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	415	O novo panorama da terceirização no Brasil: impactos da Lei n. 13.429/2017 e da Lei n. 13.467/2017 ("Reforma trabalhista")	Jéssica Fior Küntzer

Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	416	A legalidade e a necessidade da cumulação de adicionais de insalubridade no ordenamento jurídico brasileiro	Gissiane Bruno da Silva
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	416	As fronteiras da negociação coletiva	Joeline Araujo
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	416	Fundamentos para a não aplicação da Lei nº 13.467/2017 relativamente aos honorários de sucumbência	Sonilde Kugel Lazzarin, Helena Kugel Lazzarin
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	416	Honorários periciais: análise crítica das mudanças oriundas da Lei nº 13.467/2017	Juliana do Monte Maia, Kamilla Rafaely Rocha de Sena, Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	416	Horas in itinere e reforma trabalhista: a sobrevida de um direito à margem da lei	Almiro Eduardo de Almeida, Oscar Krost
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	416	Jornada e compensação: as modificações no artigo 59 da CLT e o novo artigo 59-B	Nasser Ahmad Allan
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	417	A petição inicial no processo do trabalho: a causa de pedir e o pedido : os efeitos da reforma trabalhista	Francisco Rossal de Araujo
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	417	Compliance trabalhista	Sonilde Kugel Lazzarin, Fernanda Onzi Cavagnoli
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	417	Da proteção jurídica conferida ao trabalhador migrante no Brasil	Kamilla Rafaely Rocha de Sena, Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson, Susane Maciel de Oliveira
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	417	Sofrimento e trabalho: análise das alterações da regulação da jornada na lei 13.467/17 sob a perspectiva da preservação da saúde física e mental do trabalhador	Cindi Marjorie Trindade Palma
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	418	A jornada de trabalho à luz do arcabouço trabalhista brasileiro: uma breve abordagem referenciada quanto ao regime celetista antes da reforma trabalhista	Elis Mary Avelina de Azevedo
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	418	Capacidade econômica da contratada: requisito à terceirização	Rafael da Silva Marques
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	418	O embate entre o direito fundamental à proteção da relação empregatícia e a dispensa coletiva: aportes para uma leitura constitucionalmente adequada do art. 477-A da CLT	Gabriel de Oliveira de Mello

Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	418	O valor do pedido, a sucumbência parcial e o acesso à justiça	Antonio Escosteguy Castro
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	418	Título executivo judicial, inexequível, a rescisória e a terceirização	José Alberto Couto Maciel
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	419	Alterações legislativas no campo da terminação contratual trabalhista e os contributos do direito comum	Breno Hermes Gonçalves Vargas
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	419	Desenvolvimento sustentável, trabalho digno e democracia: a reforma trabalhista de 2017 em perspectiva	Veyzon Campos Muniz
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	419	Lei nº 13.467 (denominada de reforma trabalhista), o teletrabalho e a prestação de serviços através da intermediação de mão de obra a partir de plataformas eletrônicas (crowdworking)	André Gonçalves Zipperer, Marco Antônio Cesar Villatore
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	419	O contrato de parceria em aplicativos de transporte urbano: análise dos pressupostos da relação de emprego e consumo	Victor Penchel A. Balthar dos Santos
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	419	O princípio constitucional: irreutibilidade salarial, salvo convenção ou acordo coletivo	Francisco Paludo, Nicolle Oliveira
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	419	Tecnologia, crise e reforma trabalhista: o case brasileiro	Denise Pires Fincato
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	420	Breve análise quanto ao fim do imposto sindical	Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson, Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	420	O grupo econômico trabalhista após a lei nº 13.467/2017	Ben-Hur Silveira Claus
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	420	Reflexões acerca da quitação ampla nos PDVS e PDIS: análise comparativa do acórdão nº 590.415/SC com a reforma trabalhista	Luciano Della Maria Pinto, Maiara dos Santos Sita
Revista Fórum Justiça do Trabalho	2018	420	Transcendência e seus efeitos: por um novo perfil do TST	Paulo Fernando Santos Pacheco, Ricardo José das Mercês Carneiro
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	1	“Reflexões e cautelas na implementação” do processo judicial eletrônico	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Judson Sales de Menezes

Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	1	A discriminação por orientação sexual nas relações de trabalho	Leandro Krebs Gonçalves
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	1	A sucessão trabalhista nos cartórios extrajudiciais	Fernando Grass Guedes, Yasmin Lapolli Silveira de Souza
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	1	Algumas reflexões sobre a necessária efetividade do processo do trabalho no século XXI	Almiro Eduardo de Almeida, Oscar Krost, Valdete Souto Severo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	1	Anotações sobre o trabalho doméstico: Convenção n. 189 da OIT, EC n. 72/2013 e Projeto de Lei Complementar PLP n. 302/2013 (Câmara dos Deputados)	Marcus Aurélio Lopes
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	1	As terceirizações no Brasil e o método interpretativo de Ronald Dworkin	Benizete Ramos de Medeiros
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	1	Honorários advocatícios no processo do trabalho	Cleber Lúcio de Almeida
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	1	Os paradoxos da conciliação	Márcio Túlio Viana
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	1	Recurso ordinário no processo trabalhista: dissídio individual : rito ordinário	Jorge Pinheiro Castelo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	2	A cidadania social no Brasil e no mundo: o que ficou e o que virá	Guilherme Guimarães Feliciano
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	2	Acidente, morte, alimentos, prescrição e prisão civil do devedor	Edilton Meireles de Oliveira Santos
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	2	As perspectivas do direito coletivo do trabalho	José Carlos Arouca
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	2	Direitos trabalhistas constitucionalizados: de 1824 a 1988 e 25 anos depois	Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	2	Estabilidade temporária e o anacronismo das OJ's 365 e 369 da SBDI-1 do TST	Fabio A. Rapp Porto
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	2	Hipoteca judiciária: a (re)descoberta do instituto diante da Súmula n. 375 do STJ : execução efetiva e atualidade da hipoteca judiciária	Ben-Hur Silveira Claus



Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	2	O arbitramento em parcela única de pensão indenizatória decorrente de acidente no trabalho	Fábio Luiz Pereira da Silva
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	2	O dumping social e a atuação do juiz do trabalho no combate à concorrência empresarial desleal	Paulo Mont'Alverne Frota
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	2	Perícias judiciais multiprofissionais e a lei do ato médico: por uma interpretação que leve em conta a unidade do sistema e a efetividade da prestação jurisdicional	José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva, Sandro Eduardo Sardá
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	2	Tempo ficto para aposentadoria: análise à luz do princípio da segurança jurídica	Luís Antônio Camargo de Melo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	3	A construção dos direitos fundamentais no trabalho no cenário internacional	Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Francisco Ferreira Jorge Neto
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	3	A execução em ação civil coletiva na justiça do trabalho	Fabio Goulart Villela
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	3	A função social dissuasória da indenização por dano moral coletivo e sua incompatibilidade com a responsabilidade civil objetiva	Amaury Rodrigues Pinto Junior
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	3	Cumprimento de sentença trabalhista estrangeira no Brasil e o problema da execução contra os estados estrangeiros e os organismos internacionais	Vitor Salino de Moura Eça
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	3	Embargos de declaração protelatórios: uma análise à luz do princípio da eficiência no processo	Guilherme Guimarães Ludwig
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	3	Nova redação da súmula n. 277 do Tribunal Superior do Trabalho – A ultraeficácia das cláusulas normativas: críticas, questionamentos e desafios	Francisco Rossal de Araújo, Carolina Grieco Rodrigues Dias, Paula Steil Machado, Everton Luiz Kircher de Moraes
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	3	O ativismo judicial do TST na edição de súmulas	Ricardo Hoppe
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	4	(Im)possibilidade de declaração de fraude contra credores incidentalmente no processo do trabalho	Viviane Lícia Ribeiro
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	4	A competência em razão do lugar da justiça do trabalho nos casos de trabalho escravo: necessária readequação da regra celetista	Tatiana Bhering Serradas Bon de Sousa Roxo, Ana Luíza Ribeiro

						Diniz, Nathália Jéssica França Ferreira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	4	A Súmula n. 277 do C. TST e a "ultratratividade" das cláusulas coletivas de trabalho: (desvendando mentalidades)			Cláudio Armando Couce de Menezes
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	4	A visita à família e o direito à saúde do empregado			Rosita de Nazaré Sidrim Nassar
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	4	Aspectos polêmicos e atuais do recurso de revista no processo do trabalho			Mauro Schiavi
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	4	O paradigma da verdade no processo do trabalho: uma necessária mudança de perspectiva			Konrad Saraiva Mota
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	4	Os direitos da personalidade e a obrigação contratual de fornecer trabalho ao empregado			Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	4	Parâmetros para delimitação do meio ambiente do trabalho na volatilidade da sociedade contemporânea (ciberespaço)			Francisco Milton Araújo Júnior
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	4	Riscos da insegurança no meio ambiente de trabalho e custos decorrentes			Maria de Lourdes Leiria
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	5	A Torre de Babel das novas adjetivações do dano			Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho, Luiz Carlos Vilas Boas Andrade Júnior
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	5	O devido processo legal como solução para a motivação na despedida			Silvia Isabelle Ribeiro Teixeira do Vale
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	5	O modelo de Stuttgart e os poderes assistenciais do juiz: origens históricas do "processo social" e as intervenções intuitivas no processo do trabalho			Guilherme Guimarães Feliciano
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	5	O princípio da adaptabilidade e sua aplicação no processo do trabalho			Sonia Maria Ferreira Roberts
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	5	Quando tempo é dinheiro: o controle da jornada por exceção			Carolina Tupinambá
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	5	Relações sindicais internacionais e a validade jurídica do acordo marco global (International Framework Agreement)			Polliana Henrique Martins



Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	5	Responsabilidade civil trabalhista e a doutrina dos "punitive damages" na justiça do trabalho brasileira	Eduardo Maia Tenório da Cunha
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	5	Sunstein e o TST: minimalismo, capacidades institucionais e o poder normativo do Tribunal Superior do Trabalho	Ana Lúcia F. dos Santos Bottamedi
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	6	A Emenda constitucional n. 72 e o ônus da prova da jornada laboral do trabalhador doméstico	Carlos Henrique Bezerra Leite
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	6	Crimes de perigo comum e o meio ambiente do trabalho: uma análise a partir das relações de trabalho, do alto índice de acidentabilidade no Brasil e da unidade de convicção para uma jurisdição mais efetiva	Lorena de Mello Rezende Colnago
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	6	Dumping social no direito individual do trabalho	Carolina Masotti Monteiro
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	6	É correta a orientação do Projeto de lei n. 4.330, de 2004, que revoga o conceito de atividade-fim e atividade-meio quando indicam os critérios de validade das terceirizações?	Luís Antônio Camargo de Melo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	6	O futuro do direito do trabalho	José Augusto Rodrigues Pinto
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	6	Organização e representação de trabalhadores no local de trabalho	Carlos Eduardo Dantas Costa
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	6	Os paradoxos da prescrição: quando o trabalhador se faz cúmplice involuntário da perda de seus direitos	Márcio Túlio Viana
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	6	Os princípios constitucionais da inamovibilidade e da independência do juiz são aplicáveis ao juiz substituto?	Janice Schneider Mesquita
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	6	Penhora de salário e os postulados da razoabilidade e da proporcionalidade: breve análise da jurisprudência brasileira à luz de aportes críticos pós-positivistas	Ney Stany Morais Maranhão
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	6	Teoria da execução trabalhista	Vitor Salino de Moura Eça
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	7	A prorrogação, por meio de norma coletiva, do trabalho em turnos ininterruptos de revezamento e o meio ambiente de trabalho: possibilidades e condições : algumas considerações	Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani

Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	7	Apontamentos sobre a validade da flexibilização autônoma no direito do trabalho	Alexandre Pimenta Batista Pereira, Nara Araújo Gomes de Castro
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	7	As raízes autoritárias da atual lei de greve brasileira	Carolina Mercante
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	7	Mulheres em movimento: das velhas lutas aos novos sonhos	Paula Oliveira Cantelli
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	7	Outorga judicial para ajuizamento do dissídio coletivo	Editon Meireles de Oliveira Santos
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	7	Reflexões sobre as atuações do juiz e do perito	José Ernesto Manzi
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	8	A natureza da responsabilidade do empregador por acidente do trabalho e por assaltos	Laercio Lopes da Silva
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	8	As cláusulas de paz e influência como conteúdo obrigatório da negociação coletiva sob a ótica da responsabilidade recíproca e social entre as partes	Sonia Cristina Scaquetti
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	8	Dano existencial nas relações de trabalho	Sônia Mascaro Nascimento
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	8	Eficiência econômica e a salvaguarda de direitos dos trabalhadores em tempos de domínio do mercado global: uma questão de equilíbrio	Dinaura Godinho Pimentel Gomes
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	8	Equilíbrio econômico entre os contratantes: o instituto da lesão nos contratos de trabalho	Carlos Augusto Marcondes de Oliveira Monteiro
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	8	Poderes do empregador e ideologia	Arion Sayão Romita
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	8	Práticas antissindicais: o papel da OIT e do judiciário	Stanley Arthur Gacek
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	8	Recursos trabalhistas: comentários à Lei n. 13.015/2014	Manoel Antonio Teixeira Filho
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	9	A mulher e o direito do trabalho: evolução histórica da tutela legal ao trabalho do sexo feminino	Catia Helena Yamaguti Barbugiani, Luiz Henrique Sormani Barbugiani

Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	9	A proteção do emprego na Constituição federal de 1988: estabilidade, garantias provisórias, proteção geral à despedida arbitrária ou sem justa causa e direitos decorrentes da extinção contratual	Alexandre Agra Belmonte
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	9	A titularidade do direito fundamental de greve	Cláudio Armando Couce de Menezes
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	9	Considerações acerca da Lei n. 13.015/2014	Maurício de Figueiredo Corrêa da Veiga
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	9	O recurso de revista e os embargos de divergência à luz da Lei 13.015/2014: primeiras reflexões	Alexandre Simões Lindoso
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	9	Portos: panorama geral em face da nova Lei n. 12.815/2013 dos portos	Jorge Pinheiro Castelo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	9	Primeiras impressões sobre a reforma recursal trabalhista: Lei n. 13.015, de 2014	Ricardo José Macedo de Brito Pereira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	10	A coisa julgada como instrumento de justiça social, ilidindo a preclusão do § 2º, do art. 879, da CLT	Cláudio Jannotti da Rocha, Flávio Carvalho Monteiro de Andrade
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	10	A conquista de direitos trabalhistas pelos que empregam sua força de trabalho em atividades rurais: da construção aos dias atuais, o que mudou na perspectiva da efetivação dos direitos	Benizete Ramos de Medeiros
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	10	Amplitude do poder normativo da Justiça do Trabalho	Edilton Meireles de Oliveira Santos
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	10	As ações coletivas e o incidente de resolução de demandas repetitivas do projeto do novo Código de processo civil	Adriana Campos de Souza Freire Pimenta
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	10	Aspectos atuais da hipoteca judiciária no processo do trabalho	Mauro Schiavi
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	10	Julgados do TST com respaldo na Orientação Jurisprudencial n. 191 neutralizam a culpa in eligendo e a culpa in vigilando do dono da obra e retira a responsabilidade deste junto ao trabalhador	Francisco Antonio de Oliveira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	10	Prescrição: cobrança de multas da competência da Justiça do Trabalho	Ivan Alemão, Luiz Felipe Monsorens de Assumpção, Gerson Lester

Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	10	Processo do trabalho: a Lei nº 13.015/14 e o novo CPC	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	11	Democracia e autonomia sindical frente ao Ministério do Trabalho, ao Ministério Público do Trabalho e a Justiça do Trabalho	José Carlos Arouca
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	11	Deveres do empregado na execução do contrato de trabalho	Arion Sayão Romita
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	11	Direito de crítica do empregado nas redes sociais	Cristiane Mello
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	11	Liberdade sindical como exigência constitucional	Amauri Cesar Alves
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	11	Neocorporativismo x neoconstitucionalismo: um debate sindical contemporâneo	Tereza Aparecida Asta Gemignani
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	11	Perícia judicial na justiça do trabalho: aspectos polêmicos	Carla Rita Bracchi Silveira, Lucas Sena Costa
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	11	Políticas públicas para o combate ao trabalho infantil: articulação intersetorial	Tiago Ranieri de Oliveira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	11	Psicologia do testemunho: técnicas de entrevista cognitiva	Graziella Ambrosio
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	12	Apontamentos doutrinários e jurisprudenciais sobre a prova testemunhal no processo do trabalho	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Adriano Fracappani
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	12	Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço: consequências jurídicas	Cláudia Coutinho Stephan, Flávia Bueno Silva, Vinícius Rúpulo Teixeira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	12	Direito fundamental à garantia de emprego: uma análise frente à ausência de regulamentação	Adriano Jannuzzi Moreira, Aline Carneiro Magalhães
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	12	Direitos fundamentais e poderes do empregador: o poder disciplinar e a presunção de inocência do trabalhador	Cláudio Armando Couce de Menezes, Glaucia Gomes Vergara Lopes, Otavio Amaral Calvet, Roberta Ferme Sivoiella

Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	12	Epítome do modelo de construção dialógica de soluções judiciais no processo coletivo do trabalho	Enoque Ribeiro dos Santos
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	12	Olhando para o futuro: um legado para as próximas gerações : o trabalho na doutrina social da igreja	Odilo Pedro Scherer
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2014	12	Participação nos lucros e resultados: uma abordagem à luz do dever de proteção	Silvia Isabelle Ribeiro Teixeira do Vale
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	1	Alguns breves comentários sobre a Lei n. 13.015/2014 e das novidades inseridas na sistemática recursal trabalhista	Bruno Freire e Silva
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	1	Atividade externa e controle de jornada	Nelson Mannrich
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	1	Breves comentários ao novo sistema recursal trabalhista: (Lei n. 13.015/2014)	Alexandre Agra Belmonte
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	1	Capítulos condenatórios autônomos de sentença e a eficácia executiva própria de cada um	Jorge Pinheiro Castelo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	1	Contratação de advogado por entidade sindical e prestação de contas	Ophir Cavalcante Junior
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	1	O amicus curiae no rito do recurso de revista repetitivo	Luiz Ronan Neves Koury
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	1	O defeito formal nos recursos de revista e de embargos: possibilidade de correção	Cláudio Mascarenhas Brandão
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	1	Reflexões sobre a Lei nº 13.015/2014	Estêvão Mallet
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	2	A aplicação da medida legal de indisponibilidade de bens prevista no art. 185-A do CTN à execução trabalhista: uma boa prática a serviço do resgate da responsabilidade patrimonial futura	Ben-Hur Silveira Claus
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	2	A liberdade sindical e o papel do sindicato	Gilberto Stürmer, Natalia Schneider Serro Mies
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	2	Ação regressiva acidentária e a prevenção de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais	Adriana Campos de Souza Freire Pimenta

Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	2	Aspectos gerais do salário	Márcio Túlio Viana
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	2	Contrato coletivo de trabalho transnacional: uma quimera jurídica ?	Patricia Santos de Sousa Carmo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	2	Isonomia sob enfoque constitucional e internacional: por uma releitura do art. 461 da CLT	Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	2	Liberdade sindical e autorregulação: pelo assentamento de princípios e valores sindicais nacionais	Francisco Gérson Marques de Lima
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	2	Limites constitucionais do direito fundamental ao livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão	André Luis Nacer de Souza
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	2	Responsabilidade pessoal dos sócios e ex-sócios pelas dívidas sociais no direito do trabalho: breves referências ao novo Código de processo civil	Cleber Regian Paganelli
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	3	A narrativa literária no direito processual: ficção e realidade na distribuição da justiça judiciária	José Antonio Callegari
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	3	A sistemática recursal e suas inovações (Lei 13.015/2014): o recurso de revista e de embargos no TST	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	3	Aspectos jurídicos materiais e processuais da terceirização trabalhista	Alexandre Agra Belmonte
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	3	Considerações sobre a (chamada) responsabilidade do empregador	Thereza Christina Nahas
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	3	Manutenção do ex-empregado no plano de saúde da empresa	Alexandre Euclides Rocha, Lincoln Zub Dutra
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	3	O princípio do contraditório no novo Código de processo civil: aproximações críticas	Guilherme Guimarães Feliciano
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	3	Recurso de revista e embargos: nova configuração legal e a sua regulamentação pelo TST	Luiz Ronan Neves Koury
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	3	Uniformização de jurisprudência e consequências na justiça do trabalho após a Lei nº 13.015/14 e o Ato n. 491/2014 do TST	Ivan Alemão



Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	4	A responsabilidade do empregador em decorrência de assaltos e atos criminosos contra empregados	Carolina Tupinambá
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	4	A restrição da rescisão contratual do trabalhador vítima de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional a partir de um novo viés interpretativo do art. 7º, inciso I, da Constituição Federal (diálogo das fontes)	Rosita de Nazaré Sidrim Nassar, Francisco Milton Araújo Júnior
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	4	Antinomias entre a Lei de greve (n.7.783/1989) e o art. 9º da Constituição Federal	Cláudio Armando Couce de Menezes
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	4	Constituição da República, sistema trabalhista brasileiro e direito coletivo do trabalho	Maurício José Godinho Delgado
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	4	Direito de arena do jogador e do árbitro de futebol: natureza jurídica, pagamento, mora e outros enfoques	Jorge Pinheiro Castelo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	4	O controle da utilização de banheiro no ambiente de trabalho e a ocorrência de danos morais indenizáveis ao empregado	Amanda Martins Rosa Andrade, Mirella Karen de Carvalho Bifano Muniz
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	4	O processo do trabalho e o novo Código de processo civil: critérios para uma leitura dialogada dos artigos 769 da CLT e 15 do NCPC	João Humberto Cesário
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	4	Terceirização de serviços: a (des) necessidade de regulamentação	Ana Maria Maximiliano
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	5	A dificuldade da prova técnica nas doenças ocupacionais: uma crítica a constante negativa do nexó de causalidade e o custeio da prova na justiça do trabalho	Benizete Ramos de Medeiros
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	5	A encíclica rerum novarum e a CLT	Arion Sayão Romita
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	5	A prescrição na perspectiva do dumping social	Carolina Masotti Monteiro
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	5	Comentários sobre a Lei n. 13.103: motorista profissional	Célio Pereira Oliveira Neto
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	5	Contribuições da análise do comportamento do consumidor para a interpretação das escolhas das partes em audiências de conciliação	Rogério Neiva Pinheiro, Jorge M. Oliveira Castro
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	5	Diálogo das fontes e eficácia dos direitos fundamentais: síntese para uma nova	Renato Rua de Almeida

Trabalho		hermenêutica das relações de trabalho	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	5 Elementos da decisão judicial após a reforma de 2015	Lorena de Mello Rezende Colnago
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	5 Novo CPC e fundamentação sentencial exaustiva: breves pinceladas críticas	Ney Stany Moraes Maranhão, Platon Teixeira de Azevedo Neto
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	5 Proteção à limitação do tempo de trabalho dos altos empregados	Rúbia Zanotelli de Alvarenga, Horácio Aguiar da S. A. Ferreira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	6 Custas processuais na justiça do trabalho, sob o enfoque do conceito contemporâneo do acesso à justiça	Michelle Pires Bandeira Pombo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	6 Execução efetiva: fraude à execução trabalhista e fraude à execução fiscal : a interpretação sistemática como ponte hermenêutica à assimilação produtiva à execução trabalhista do regime jurídico especial da fraude à execução prevista no art. 185 do CTN	Ben-Hur Silveira Claus, Júlio César Beber
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	6 Impactos da Lei n. 13.103/2015 sobre a proteção jurídica ao motorista profissional	Paulo Douglas Almeida de Moraes
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	6 O dever fundamental do empregado de respeitar os direitos de personalidade da empresa no meio ambiente digital	Marcelo Tolomei Teixeira, Daury Cesar Fabris
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	6 O incidente de assunção de competência do novo CPC na justiça do trabalho	Osmar Mendes Paixão Côrtes
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	6 Proteção ou discriminação?: passando a limpo algumas normas de tutela do trabalho da mulher	Flávio da Costa Higa, Regina Stela Corrêa Vieira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	6 Tutela penal trabalhista: apontamentos sobre o papel do direito penal na efetivação dos direitos trabalhistas no Brasil	Lídia Marian de Souza e Silva, Rafael Chiari Caspar
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	7 Do pagamento do adicional de insalubridade aos agentes comunitários de saúde regidos pela Consolidação das leis do trabalho	José Ernesto Manzi, Fernanda Zanotelli
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	7 Entre a consciência e a lei: ativismo judicial no século XXI	Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	7 Métodos alternativos de solução de conflitos laborais: viabilizar a jurisdição pelo prestígio à negociação coletiva	Ives Gandra da Silva Martins Filho



Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	7	Prevenção como fator de competitividade no século 21: uma boa perspectiva sobre o Brasil	Adriano Jannuzzi Moreira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	7	Projeto de regulamento da terceirização trabalhista: o maniqueísmo ideológico e o oportunismo político no debate jurídico	José Augusto Rodrigues Pinto
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	7	Temas polêmicos do novo CPC e sua aplicação no processo do trabalho	José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	8	A eficácia horizontal dos direitos fundamentais na relação de trabalho: o caso da barreira sanitária em empresas do ramo alimentício e a proteção à intimidade	Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Renata Queiroz Dutra
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	8	Como se relacionam o princípio da primazia da realidade frente ao da boa-fé objetiva nos contratos?	Cassio Mesquita Barros
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	8	Da aplicação subsidiária e supletiva do novo CPC ao processo do trabalho (art. 15): exemplos de institutos, estruturas, conceitos, esquemas lógicos, técnicas e procedimentos incidentes sobre o processo do trabalho decorrentes da aplicação subsidiária e supletiva de procedimentos do novo CPC	Jorge Pinheiro Castelo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	8	Discrepâncias ontológicas, axiológicas e epistemológicas entre o sistema do direito comum	Francisco Meton Marques de Lima, Francisco Péricies Rodrigues Marques de Lima
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	8	O art. 15 do novo Código de processo civil e os limites da autonomia do processo do trabalho	Salvador Franco de Lima Laurino
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	8	O conflito entre o novo CPC e o processo do trabalho	Jorge Luiz Souto Maior
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	8	Violação à honra objetiva do empregador (pessoa jurídica) praticada pelo empregado e o direito à respectiva reparação por dano moral	Simone Cruxên Gonçalves
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	9	A natureza da responsabilidade do empregador por dano moral decorrente de acidente de trabalho em uma interpretação à luz da CF/1988	Laercio Lopes da Silva
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	9	As incompatibilidades do novo CPC com o processo do trabalho	Antonio de Pádua Muniz Corrêa
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	9	As medidas de preservação de empregos em situação de crise previstas na legislação trabalhista	Pedro Capanema Lundgren
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	9	Colisão de direitos: liberdade de expressão e ofensa à honra e à imagem	Arion Sayão Romita

Trabalho									
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	9	Comentários aos recursos da CLT: Lei n. 13.015/2014					Francisco Antonio de Oliveira	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	9	Délio Maranhão: vida e obra					João de Lima Teixeira Filho	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	9	Discriminação visual e suas diversas dimensões: aschimofobia, discriminação etária, discriminação étnico-racial e discriminação cultural					Edson Beas Rodrigues Júnior	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	9	O pluralismo jurídico e a autonomia privada coletiva: regulamento interno x regulamentação coletiva					Georgenor de Sousa Franco Filho	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	9	O Projeto de lei n. 4.330/2004 (atual PLC n. 30/2015) e a terceirização das atividades pelas empresas					José Orlando Schäfer	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	10	A inconstitucionalidade do corte dos salários dos servidores públicos em greve					Marcus Orione Gonçalves Correia	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	10	A Súmula n. 277 do Tribunal Superior do Trabalho e o princípio da legalidade					Rafael Linné Netto	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	10	Compliance um direito fundamental nas relações de trabalho: uma marca da hipermodernidade					Antonio Carlos Aguiar	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	10	Formas de combate ao trabalho escravo e ao trabalho degradante no âmbito urbano: ação civil pública e ação civil coletiva					Valéria Neves dos Santos	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	10	O genoma humano e sua relação com a autonomia privada do empregado					Werner Keller	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	10	O incidente de descon sideração da personalidade jurídica no novo CPC e seus reflexos no processo do trabalho: uma interpretação principiológica em defesa da efetividade do processo trabalhista					Aldon do Vale Alves Taglialegna, Sejana Prado Fleury Bariani Campêlo, Rafael Ferreira Carneiro	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	10	Os recursos no novo CPC e reflexos no processo do trabalho					Jorge Pinheiro Castelo	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	11	A greve dos serviços essenciais: exame comparado dos regimes da Argentina, Uruguai e Brasil					Lucas Tamagno, Alejandro Castello, Grupo das Terças	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	11	Horas extras pela supressão dos intervalos e pausas: por um olhar sistêmico					José Antônio Ribeiro de Oliveira	

Trabalho			diante dos reflexos na saúde do trabalhador		Silva
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	11	Liberdade de expressão do empregado: manifestação de críticas quanto ao empregador nas redes sociais		Henrique França Ribeiro
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	11	O contrato de trabalho como contrato relacional		Luciane Cardoso Barzotto
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	11	O direito absoluto de não ser escravizado e o perigo de retorno da senzala no Brasil		Luciana Paula Conforti
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	11	Organização do trabalho e código do operário		Oris de Oliveira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	11	Por uma nova ótica da perícia judicial trabalhista e a sua realização pelos diversos profissionais da saúde		Cláudio Victor de Castro Freitas, Carolina Braga Boynard
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	11	Seguro garantia judicial e execução trabalhista		Márcio Mendes Granconato
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	12	A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório: Convenções n°s 29 e 105 da OIT		Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	12	A liberdade sindical como direito humano pela Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU e direito fundamental pela OIT a partir da visão de Jacques Maritain em suas obras "Os direitos do homem e a lei natural" de 1942 e o "O homem e o Estado" de 1948, e de sua intervenção pessoal junto à UNESCO/ONU em 1947		Renato Rua de Almeida
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	12	As concausas laborais e os graus de contribuição ao agravamento da enfermidade: uma necessidade urgente de aprimoramento do instituto		Ricardo Hoppe
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	12	Atividades essenciais em sentido lato e em sentido estrito: uma distinção imprescindível ao pleno exercício do direito de greve		Alessandro da Silva
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	12	Greve ambiental: direito de exercício coletivo		Sandro Nahmias Melo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	12	Nova realidade: teoria dos precedentes e sua incidência no processo do trabalho		Élison Miessa dos Santos
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	12	O princípio do livre convencimento motivado e o novo Código de processo civil: reflexos no processo do trabalho		Leonardo Dias Borges

Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	12	Proteção ao meio ambiente do trabalho: uma opção pelo ser humano	Círlia Natasha Lucena da Rocha
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2015	12	Servidor público: mudança de regime jurídico e contrato de trabalho	Camila Lemos Azi Pessoa
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	1	A ADIN n. 5326/DF e a competência da justiça do trabalho para pedidos de autorização relativos à participação de crianças e adolescentes em representações artísticas: um passo para tras	Guilherme Guimarães Feliciano
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	1	A aplicação subsidiária e supletiva das novas regras do CPC no processo do trabalho	Maurício de Figueiredo Corrêa da Veiga
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	1	A eficácia horizontal dos direitos fundamentais e o poder punitivo do empregador x direito de defesa	Antônio Álvares da Silva, Geraldo Magela Melo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	1	Aplicabilidade da arbitragem nas lides individuais de trabalho	Enoque Ribeiro dos Santos
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	1	Flexibilização do direito do trabalho (especialmente no direito italiano)	Arion Sayão Romita
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	1	O direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço: desconstrução jurídica do modelo	Paulo Sérgio João
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	1	O incidente da descon sideração da personalidade jurídica no CPC/2015 e o direito processual do trabalho	Ben-Hur Silveira Claus
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	1	Pela sobrevivência do processo do trabalho: breve discurso para uma ocasião oportuna	Manoel Antonio Teixeira Filho
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	1	Socializando a propriedade, apropriando-se do social: um velho-novo olhar para o direito do trabalho	Isabelle Carvalho Curvo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	2	A ata notarial, o processo do trabalho e o NCPC	Conrado Di Mambro Oliveira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	2	A Constituição, as normas fundamentais do processo civil e o processo do trabalho	João Humberto Cesário
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	2	A validade da eficácia da quitação voluntária ampla dada por adesão a plano de desligamento voluntário estabelecido em norma regulamentar da empresa sob o crivo da jurisprudência constitucional e trabalhista	Eugênio José Cesário Rosa

Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	2	Dedução do seguro nas indenizações por acidente do trabalho	Sebastião Geraldo de Oliveira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	2	Democracia sindical	Rafael Foresti Pego
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	2	Desconsideração da pessoa jurídica na execução: enfoque na possibilidade da desconsideração de modo inverso	Danielle Karolinne Weiler de Siqueira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	2	O dano morte: a existência jurídica do "pretium mortis"	Amaury Rodrigues Pinto Junior
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	2	O regime de precedentes no novo CPC e reflexos no processo do trabalho	Jorge Pinheiro Castelo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	3	A reclamação do novo CPC, com as alterações da Lei n. 13.256/2016, na justiça do trabalho	Osmar Mendes Paixão Côrtes
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	3	Análise teórica estruturante do direito de Friedrich Müller	Vanessa Anitabian Baltazar
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	3	Dano social e dumping no direito do trabalho: perspectivas e limitações	Ana Frazão
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	3	Direito do trabalho no Brasil: retrospectiva 2015 da legislação	Nelson Mannrich
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	3	Estímulo à conciliação e à negociação coletiva	Ives Gandra da Silva Martins Filho
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	3	Fórum Nacional de Processo do Trabalho: homenagem ao prof. Wagner D. Giglio : enunciados aprovados	Lorena de Mello Rezende Colnago
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	3	Isonomia salarial: origem essencial filosófica no princípio da igualdade, tipologia e sua importância como direito fundamental do trabalhador	Rafael Ferraresi Holanda Cavalcante
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	3	Os descaminhos da Convenção n. 158 no Brasil	Cassio Mesquita Barros
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	3	Processo social, princípio da cooperação processual e poderes do juiz: aplicação ao processo civil e ao processo do trabalho	Guilherme Guimarães Feliciano
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	3	Terceirização interna e redundâncias	Amauri Cesar Alves

Trabalho									
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	4	A legalização da classe trabalhadora como uma introdução à crítica marxista do direito	Marcus Orione Gonçalves Correia, Jorge Luiz Souto Maior, Flávio Roberto Batista, Pablo Biondi					
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	4	A lei de greve e as memórias da antiga ordem social: os desafios de uma hermenêutica constitucional alinhada aos paradigmas do estado democrático de direito	Maria Cecilia de A. Monteiro Lemos					
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	4	Benefício previdenciário e indenização fundada na responsabilidade civil do empregador: cumulação ou complementação ?	Amaury Rodrigues Pinto Junior					
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	4	Concessão de serviço público e sucessão de empregadores	Arion Sayão Romita					
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	4	Mediação e conciliação no novo Código de processo civil: seus desdobramentos no direito processual do trabalho	Luiz Ronan Neves Koury					
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	4	Meio ambiente do trabalho: descrição jurídico-conceitual	Ney Stany Moraes Maranhão					
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	4	Primeiras notas sobre o novo Código de processo civil	Wagner D. Giglio					
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	4	Terceirização trabalhista: enquadramento sindical dos trabalhadores terceirizados	Vânia Dolores Bocacio Birck					
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	5	A função revisora dos tribunais na perspectiva histórica e jusfundamental: o direito de recorrer : origens e limites externos	Guilherme Guimarães Feliciano					
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	5	A fundamentação estruturada da sentença: o novo Código de processo civil e sua compatibilidade com o processo do trabalho	Aloysio Silva Corrêa da Veiga					
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	5	A reclamação no novo CPC e reflexos no processo do trabalho	Jorge Pinheiro Castelo					
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	5	Entre a obrigação simples e o ato complexo: a natureza da multa prevista no parágrafo oitavo do art. 477 da CLT	Alexandre Pimenta Batista Pereira					
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	5	O assédio moral por excesso de trabalho em face aos direitos de personalidade do empregado	Leda Maria Messias da Silva, Matheus Ribeiro do O. Wolowski.					



Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	5	O cartão de ponto e os sonhos dos juizes	Mônica Sette Lopes
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	5	O sistema do precedente judicial na Lei n. 13.015/2014	Francisco das Chagas Lima Filho
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	5	Os poderes instrutórios do juiz do trabalho e o ônus probatório na vigência do novo CPC	Antônio Álvares da Silva, Platon Teixeira de Azevedo Neto
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	6	A depressão no meio ambiente do trabalho e sua caracterização como doença ocupacional	Rocheli Margota Künzel
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	6	As transformações recentes do direito do trabalho em Portugal: uma doutrina e uma jurisprudência laboral ainda mais erosivas do que a lei	Antônio Garcia Pereira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	6	Intensificação do trabalho e acumulação de funções	Cláudio Armando Couce de Menezes
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	6	Jornada de trabalho, direito à desconexão e dano existencial	Igor Antônio da Silva Tavares
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	6	O trabalho realizado em navios e a aplicação da legislação material trabalhista	Bianca Neves Bomfim, Rodrigo de Lacerda Carelli
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	6	Os primórdios do direito do trabalho no Brasil: arcabouço jurídico da abolição da escravidão indígena	Eduardo Almeida Jeronimo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	6	Pluralidade sindical oblíqua	Amauri Cesar Alves
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	6	Repercussões no novo CPC na Justiça do trabalho	Cassio Mesquita Barros
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	7	A formação do contrato de trabalho	Arion Sayão Romita
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	7	Comentários sobre a Instrução normativa n. 39: (Resolução TST n. 203, de 15.03.2016) que dispõe sobre as normas do Novo Código de processo civil, instituído pela Lei n. 13.105, de 15 de março de 2015	Francisco Antonio de Oliveira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	7	Convenção coletiva de trabalho e a Súmula n. 277 do Tribunal Superior do Trabalho	Indalécio Gomes Neto

Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	7	Negócios processuais: aplicação ao processo do trabalho : análise principiológica	Rafaella Souza Oliveira Costa
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	7	O art. 190 do novo CPC tem aplicabilidade para o dissídio coletivo?	Renato Rua de Almeida
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	7	O princípio do contraditório sob os ventos da mudança: aproximações críticas (inclusive à luz da IN TST nº 39/2016)	Guilherme Guimarães Feliciano
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	8	A decisão no novo Código de processo civil e sua aplicabilidade no processo do trabalho	Valdete Souto Severo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	8	A negociação coletiva como requisito para a dispensa em massa	Emmanuel Teófilo Furtado, Talitha Nóbrega de Alencar
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	8	Adicional de insalubridade e de periculosidade: da possibilidade de cumulação frente à nova jurisprudência	Daniel de Faria Galvão
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	8	Apuração do passivo contingencial trabalhista	Marta Alves
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	8	Negociação coletiva, Convenção n. 151 da OIT e eficácia dos instrumentos negociados	Arnaldo Boson Paes
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	8	Prescrição do FGTS	Márcio Mendes Granconato
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	8	Proibição do retrocesso social e sistema jurídico: inconstitucionalidade dos projetos de lei que visam permitir a terceirização da atividade-fim da empresa	José Affonso Dallegre Neto
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	8	Reclamação e controle de aplicação do precedente judicial no processo do trabalho: impactos provocados pelo CPC	Claudio Mascarenhas Brandão
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	9	A indisponibilidade de direitos trabalhistas nos planos individual e coletivo e as possibilidades e critérios de flexibilização das normas trabalhistas	Alexandre Agra Belmonte
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	9	Anotações sobre a igualdade de gênero no direito do trabalho: perspectiva brasileira	Marcele Carine dos Praseres Soares
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	9	Arbitragem na relação de emprego e na relação de trabalho	José Alberto Couto Maciel
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	9	II Fórum Nacional de Processo do Trabalho em homenagem ao professor	Lorena de Mello Rezende



Trabalho			Wagner Giglio (cidade de Belo Horizonte)	Colnago
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	9	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica: forma de aplicação no direito processual do trabalho	Élisson Miessa dos Santos
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	9	Justiça do trabalho: 75 anos de salutar existência	Aurélio Pires
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	9	Limite constitucional de jornada, dano existencial e trabalho escravo	Amauri Cesar Alves
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	9	Novo Código de processo civil e descon sideração da personalidade jurídica: impactos no processo do trabalho	Guilherme Guimarães Feliciano
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	9	Os limites da autonomia negocial coletiva segundo a jurisprudência	Arion Sayão Romita
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	9	Razão e consciência do dano social: relato literário e histórico	Jorge Luiz Souto Maior
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	10	A lógica produtiva flexível e o adoecimento mental nas relações laborais	Ailana Santos Ribeiro, Cláudio Jannotti da Rocha
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	10	O direito do trabalho e a crise ética: um tempo de resiliência	Augusto César Leite de Carvalho
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	10	O julgamento da ADIn nº 1721-3: um direito do trabalho que ignora a figura do desempregado	Maickel Peter Miranda
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	10	Princípios constitucionais processuais	Maurício José Godinho Delgado
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	10	Risco da empresa e por responsabilidade por acidentes de trabalho	Ana Frazão
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	10	Terceirização: análise à luz do princípio da dignidade da pessoa humana	Carolina Silva Silvino Assunção
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	10	Trabalho negociado e legislado: normas de mesma hierarquia	Editon Meireles de Oliveira Santos
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	11	Algumas considerações acerca da aplicação da prescrição intercorrente na Justiça do trabalho	Sandro Gill Brites

Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	11	Cenários laborais do amanhã	Carlos Alberto Chiarelli
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	11	Equidade no direito do trabalho: uma análise à luz da hermenêutica jurídica	Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho, Claiz Maria Pereira Gunça dos Santos
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	11	O acesso à justiça laboral: reflexões em torno do ideal de pacificação ampla nas relações do trabalho	Marcelo Ferreira Machado
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	11	O começo do fim do trabalho doméstico: possíveis repercussões da Emenda constitucional n. 72	Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	11	O incidente da descon sideração da personalidade jurídica no "NCPC" no processo do trabalho	José Ricardo Haddad, Daniel de Almeida Alvez
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	11	Possibilidades legítimas de flexibilização de jornadas de trabalho	Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	11	Professora, como se aprende isso?	Mônica Sette Lopes, Mário Colombi Gava
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	12	A constitucionalização dos direitos sociais trabalhistas nas constituições brasileiras	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	12	A questão das cadeias produtivas no âmbito do direito do trabalho e os limites da racionalidade da Súmula n. 331/TST	Fernando Hugo R. Miranda
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	12	Adicionais trabalhistas em perspectiva constitucional	Amauri Cesar Alves, Ana Luísa Mendes Martins
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	12	Constituição da República, estado democrático de direito e negociação coletiva trabalhista	Maurício José Godinho Delgado
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	12	O incidente de resolução de demandas repetitivas no processo do trabalho	Cleber Lúcio de Almeida
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	12	Paridade de gênero e as relações laborais para além do mero discurso	Geraldo Magela Melo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	12	Relações sustentáveis de trabalho	Carla Maria Santos Carneiro

Revista LTr: Legislação do Trabalho	2016	12	Um sindicato único e geral	José Carlos Arouca
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	1	As três famílias de um jurista de princípios	José Augusto Rodrigues Pinto
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	1	Assédio e inversão do ônus da prova : breves considerações	Guilherme Guimarães Feliciano
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	1	Crise e dispensa coletiva	Estêvão Mallet
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	1	Desemprego e informalidade crescentes : é possível diagnosticar suas causas e apontar possíveis soluções?	Alexandre Agra Belmonte
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	1	Ementa : publicação de ementa e não de conclusão de acórdão : inovação do novo CPC : art. 943, § 2º do CPC/2015 : art. 15, do novo CPC que trata da aplicação subsidiária ou supletiva do processo comum no processo do trabalho	Melchíades Rodrigues Martins
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	1	O julgamento de recursos repetitivos no TST : conflito funcional : algumas reflexões	Guilherme Augusto Caputo Bastos
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	1	Regularidade formal como pressuposto de admissibilidade recursal e a súmula n. 422 do TST	Júlio César Beber
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	2	Análise da discriminação de gênero no mercado de trabalho brasileiro : a igualdade jurídica ante a desigualdade fática	Emmanuel Teófilo Furtado, Renata Pessoa Clares
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	2	As recentes decisões do STF sobre os direitos dos trabalhadores : reforma ou destruição?	Almiro Eduardo de Almeida, Oscar Krost
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	2	Assédio moral organizacional : a gestão degradante como poluição do meio ambiente do trabalho	Paulo Roberto Lemgruber Ebert
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	2	Do incidente de descon sideração da personalidade jurídica no processo do trabalho	João Oreste Dalazen
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	2	Estudos sobre a Súmula n. 338 do TST : dever e ônus da prova no direito do trabalho	Valdete Souto Severo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	2	Performances : as novas acrobacias do dançarino, do operário e do Juiz	Márcio Túlio Viana, Anamaria Fernandes Viana

Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	3	A aplicabilidade (?) do art. 489 do novo CPC ao processo do trabalho e alguma técnica de decisão	Daniel Lisboa
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	3	A estabilização da tutela antecipada e a formação de coisa julgada no novo Código de processo civil (Lei n. 13.105/15)	Camila C. Oliveira Gonçalves
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	3	O art. 15 do novo Código de processo civil e os critérios de aplicação do direito processual comum ao processo do trabalho	Emmanuel Teófilo Furtado, Charles da Costa Bruxel
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	3	O nexó técnico epidemiológico entre os transtornos mentais e os riscos psicossociais relacionados ao trabalho	André Souza Pereira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	3	O recurso de revista após a Lei n. 13.015/2014	Ronaldo Ferreira Tolentino
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	3	Quais as principais mudanças trazidas pelo novo CPC em relação ao princípio do contraditório? : aproximações críticas (inclusive à luz da IN TST n. 39/2016)	Guilherme Guimarães Feliciano
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	3	Trabalhadores sob demanda : o caso Uber	José Carlos de Carvalho Baboin
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	3	Uberização : estudo de caso : as tecnologias disruptivas como padrão de organização do trabalho no século XXI	Márcio Toledo Gonçalves
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	4	"A correção monetária na Justiça do trabalho, o IPCA-E e o STF" - e a prevalência do negociado pelo legislado	Jorge Pinheiro Castelo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	4	A ação rescisória no processo do trabalho e o novo CPC	Francisco Rossal de Araújo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	4	A responsabilidade civil em acidente de trabalho do atleta profissional de futebol	Rui Barbosa de Carvalho Santos, Paulo Henrique Silva Pinheiro
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	4	Aplicação do Código de processo civil ao processo do trabalho após um ano de vigência do novo CPC	Mauro Schiavi
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	4	Dano existencial por violação dos direitos fundamentais ao lazer e à desconexão do trabalhador	André Araújo Molina
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	4	Execução provisória trabalhista com efeitos de definitiva após decisão de segunda instância	Paulo Cesar Baria de Castilho, Renata Lázaro Alves da Costa
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	4	Grupos societários no direito do trabalho : critérios de configuração e	Ana Frazão

Trabalho		consequências	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	4 Limitações aos poderes do empregador e os direitos da personalidade do trabalhador	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	4 O soerguimento da economia e a volta do pleno emprego	Manoel Hermes de Lima
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	5 A ecologia humana no trabalho : mudanças são urgentes	Maria Alice Gurgel do Amaral
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	5 A nova lei geral de terceirização do trabalho no Brasil	Paulo Renato Fernandes da Silva
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	5 A persistência da cultura escravocrata nas relações de trabalho no Brasil	Kátia Magalhães Arruda
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	5 A responsabilidade subsidiária da administração pública na terceirização segundo a jurisdição constitucional : obrigações, encargo probatório e limites interpretativos : um contributo prático aos potenciais sujeitos do processo : trabalhador, empresa terceirizada, administração pública e órgão jurisdicional	Humberto Alves Coelho, Marcelo José das Neves
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	5 Cumprimento da sentença no direito processual do trabalho	Vitor Salino de Moura Eça
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	5 Limites ao poder fiscalizatório do empregador : a revista de pertences na defesa do patrimônio empresarial	Fabio Goulart Villela
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	5 Litigiosidade na justiça do trabalho e modalidades rescisórias : uma abordagem a partir da teoria dos jogos	Arnaldo Bastos Santos Neto
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	5 Seguro garantia : (in)aplicabilidade na execução trabalhista : liquidez e efetividade	José Carlos Manhabusco
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	6 A cláusula clawback e os contratos de trabalho de executivo de companhias abertas no Brasil	Julia de Castro Tavares Braga, Pedro Freitas Teixeira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	6 A reforma trabalhista e o processo do trabalho : comentários à parte processual do PL. n. 6.787/2017 (Câmara dos Deputados) - PL n. 38/2017 (Senado Federal)	Carolina Marzola Hirata Zedes
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	6 Inderrogabilidade da norma e indisponibilidade de direitos em face da negociação coletiva : limites impostos pelos direitos fundamentais	Arion Sayão Romita

Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	6	O atual embate entre o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior do Trabalho : análise sobre os limites de atuação do STF em matéria tipicamente trabalhista	Daniel Menegassi Reichel
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	6	O sistema de precedentes no Código de processo civil de 2015 : o risco de uma teoria fundada na pureza dos sentidos	Fernanda Antunes Marques Junqueira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	6	Poluição labor-ambiental : aportes jurídicos gerais	Ney Stany Morais Maranhão
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	6	Relações contratuais paralelas	Amauri Cesar Alves
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	6	Ultratividade das normas coletivas e a recente decisão do STF em um contexto de segurança jurídica, crise dos direitos sociais, crise econômica, judicialização crescente e ideologia neoliberal	Adriano Jannuzzi Moreira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	7	A gratuidade da justiça no Novo CPC e o processo do trabalho	Luiz Ronan Neves Koury
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	7	A negociação processual e sua compatibilidade com o processo do trabalho	Bruno Antonio Acioly Calheiros
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	7	A proteção internacional aos direitos humanos dos trabalhadores: a declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho de 1988	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	7	Arbitragem nos dissídios individuais de trabalho dos altos empregados	Antônio Álvares da Silva, George Augusto Mendes e Silva
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	7	Desvio de função e acúmulo de funções	Márcio Mendes Granconato
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	7	Liberdade sindical	José Carlos Arouca
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	7	Nova lei da terceirização : o que mudou?	Armando Cruz Vasconcellos
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	7	Programas de compliance, poder diretivo do empregador e os limites constitucionais à regulação da relação de emprego na perspectiva do estado democrático de direito	Felipe Gondim Brandão
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	8	A greve nas atividades essenciais : necessidade de atualização da Lei n.	Camila Pitanga Barreto



Trabalho		7.783/1989		
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	8	A responsabilidade do empregador por danos decorrentes de acidente de trabalho : o que há de constitucional	Alessandro da Silva
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	8	Colaboração premiada trabalhista?	Arion Sayão Romita
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	8	Da precarização da relação de trabalho por meio da terceirização : violação do mínimo existencial social	Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson, Natasha Rangel Rosso Nelson
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	8	Eficácia dos direitos fundamentais e seus impactos teóricos e práticos nas relações de trabalho à luz de questões trazidas pela Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017 sobre a reforma trabalhista	Renato Rua de Almeida
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	8	O artigo 139, IV, do NCPC e os limites dos poderes do juiz	Alexandre Valle Piovesan
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	8	O incidente de descon sideração da personalidade jurídica no novo CPC e reflexos no processo do trabalho	Jorge Pinheiro Castelo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	8	Papel da gestão de pessoas na redução dos riscos psicossociais no meio ambiente do trabalho	Carla Maria Santos Carneiro, Kátia Barbosa Macêdo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	8	Processo e linguagem : a instrumentalidade do texto processual	José Antonio Callegari, Marcelo Pereira de Mello
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	8	Trabalho infantil	Camila Izis A. B. Paul
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	9	A mediação e a arbitragem como meios extrajudiciais de resolução de conflitos trabalhistas na vigência da Lei n. 13.467/2017 : reforma trabalhista	Adriano Jannuzzi Moreira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	9	A reforma trabalhista de 2017 e o TST	Ivan Alemão
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	9	A reforma trabalhista e o fim do estado social	Felipe Penteado Balera
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	9	Comentários à jornada de trabalho e tempo de serviço decorrentes da reforma trabalhista (Lei n. 13.467/2017)	Pedro Maciel

Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	9	Diálogo de fontes na pós-reforma (Lei n. 13.467/2017) : o direito comparado como alternativa de colmatação para as lacunas do direito do trabalho brasileiro	Guilherme Guimarães Feliciano, Olivia de Quintana F. Pasqualeto
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	9	Direito das empresas em crise x direito dos empregados : supremacia do negociado sobre o legislado	Viviane Lícia Ribeiro
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	9	O dano extrapatrimonial e a Lei n. 13.467/2017	Sônia Mascaro Nascimento
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	9	O dano extrapatrimonial trabalhista após a Lei n. 13.467/2017	Sebastião Geraldo de Oliveira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	9	O trabalho autônomo na reforma trabalhista e a fórmula política da Constituição federal de 1988	Paulo Roberto Lemgruber Ebert
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	9	Os representantes dos empregados na empresa - comissões de empregados nas empresas - a reforma trabalhista	Maria Lúcia Ciampa Benhame Puglisi
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	9	Perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão : nova hipótese de justa causa para a rescisão do contrato de trabalho trazida pela reforma trabalhista - art. 482, m da CLT	Melchíades Rodrigues Martins
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	9	Prescrição intercorrente no processo do trabalho após a Lei n. 13.467/2017	Élisson Miessa dos Santos
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	9	Reforma trabalhista : o futuro do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho	Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	9	Teletrabalho, controle de jornada e direito à desconexão	Sandro Nahmias Melo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	9	Trabalho intermitente - trabalho "zero hora" - trabalho fixo descontinuo	Lorena de Mello Rezende Colnago
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	9	Transcendência x repercussão geral	Osmar Mendes Paixão Côrtes
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	10	Barreiras constitucionais à erosão dos direitos dos trabalhadores e a reforma trabalhista	José Felipe Ledur
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	10	Negociado versus legislado : paternalismo e os limites da autonomia	Carlos Eduardo Paletta Guedes



Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	10	Novidades em torno do benefício da justiça gratuita na CLT reformada e o ônus financeiro do processo	Raphael Miziara
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	10	O trabalho autônomo na reforma trabalhista e a fórmula política da Constituição federal de 1988	Paulo Roberto Lemgruber Ebert
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	10	O uso elástico da reclamação ao STF e o problema da correção monetária nas ações trabalhistas, antes e depois da reforma trabalhista	Cesar Zucatti Pritsch
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	10	Primeiras impressões sobre a nova sistemática recursal trabalhista	Davi Furtado Meirelles, Sandor José Ney Rezende
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	10	Reforma trabalhista, terceirização e critérios de agregação do trabalhador ao sindicato	Amauri Cesar Alves
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	11	A CLT vintage	Silvia Isabelle Ribeiro Teixeira do Vale
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	11	A negociação coletiva sob a ótica da teoria dos jogos : inormação assimétrica e seus resultados no direito do trabalho	Antonio Fabrício de Matos Gonçalves, Anita Zonichenn Matos
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	11	A teoria do diálogo das fontes e o direito processual do trabalho	Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	11	Acesso à justiça e exceção de incompetência em razão do lugar na justiça do trabalho : (des)venturas refletidas pelo novo Código de processo civil	Círlia Natasha Lucena da Rocha
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	11	Aspectos jurídicos da Lei n. 6.019/74 : trabalho temporário e terceirização, após a "lei da terceirização" (Lei n. 13.429/17) e a "reforma trabalhista" (Lei n. 13.467/17)	Pedro Ivo Leão Ribeiro Agra Belmonte, Viviana R. Moraya Agra Belmonte
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	11	Coaching jurídico	Viviane Veiga
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	11	É tudo uma grande farsa, não é?	Diego Catelan Sanches
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	11	Futuro do direito do trabalho, no Brasil e no mundo	Nelson Mannrich
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	11	Nanotecnologia e meio ambiente do trabalho : sobre a tutela justfundamental do trabalhador em horizontes de incerteza	Guilherme Guimarães Feliciano

Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	11	O prêmio : uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa	Mônica Sette Lopes
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	11	Outro olhar sobre a reforma trabalhista	Marly Antonieta Cardone
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	11	Reforma trabalhista : a nova regra da supressão da gratificação de função, como consequência da reversão ao cargo efetivo, em contraponto à Súmula n. 372 do TST	Marco Aurélio Aguiar Barreto
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	12	A limitação da função interpretativa do juiz : era do cabresto?	Fernanda Antunes Marques Junqueira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	12	A modernização das relações de trabalho e seus impactos previdenciários : o trabalho intermitente e o cálculo do índice FAP	Vinicius Riguete Rigon, Anderson Olivio Turina
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	12	A prescrição intercorrente no novo processo trabalhista	Manoel Hermes de Lima
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	12	Da prova emprestada no processo do trabalho limites e procedimento	José Carlos Manhabusco
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2017	12	Panorama geral da reforma trabalhista : aspectos de direito processual/material	Jorge Pinheiro Castelo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	1	A reforma trabalhista aplicada sob a perspectiva da Teoria da 'defeasible' de H. L. A. Hart	Clarissa Felipe Cid, Fabiane Pelegrine Mambrum
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	1	Direitos fundamentais e a era digital	Vicente Vasconcelos Coni Junior, Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	1	Doutrina dos direitos fundamentais mínimos	Tarso Genro
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	1	O critério de transcendência do recurso de revista	Ives Gandra da Silva Martins Filho
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	1	O sigilo profissional em perícias médicas	Ricardo Manfrim Tombolato
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	1	Reforma do trabalho na França	Sérgio Pinto Martins

Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	1	Trabalho intermitente - trabalho "zero hora" - trabalho fixo descontinuo : a nova legislação e a reforma da reforma	Lorena de Mello Rezende Colnago
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	1	Uma reflexão sobre a "subordinação" como elemento essencial da relação de emprego	Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Francisco Ferreira Jorge Neto
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	2	Aportes gerais sobre mandado de segurança coletivo e individual e a atuação do MPT	Marcelo Freire Sampaio Costa
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	2	Homologação de acordo extrajudicial : especificidades da jurisdição voluntária	Arnaldo Boson Paes
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	2	O limite máximo da duração normal diária e semanal do trabalho do atleta profissional no direito brasileiro	José Alexandre Cid Pinto Filho
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	2	Pensionamento : pagamento em parcela única e a fórmula do valor presente	Amaury Rodrigues Pinto Junior
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	2	Reforma trabalhista de 2017 no âmbito da audiência de julgamento : representação das partes em audiência e os efeitos da ausência de qualquer litigantes	Denise Alves Horta
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	2	Reparação de danos morais e reforma trabalhista	Cleber Lúcio de Almeida, Ana Clara Guimarães Rabêllo de Almeida
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	2	Revisando o instituto trabalhista do dumping social	Emmanuel Teófilo Furtado, Lanna Priscyla do Carmo Prado
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	3	A eficácia temporal da Lei n. 13.467/2017 e o princípio constitucional da segurança jurídica	Guilherme Guimarães Ludwig, Murilo Carvalho Sampaio Oliveira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	3	A responsabilidade processual do beneficiário de justiça gratuita sobre os honorários advocatícios e a garantia de acesso à justiça	Alfredo Goes
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	3	A suspensão de segurança e o processo do trabalho	Claudio Victor de Castro Freitas
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	3	As relações de trabalho pós-modernidade e a necessidade de tutela à luz dos novos princípios do direito do trabalho	Alexandre Negromonte Gonçalves Filho
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	3	Assédio moral acidentário e o papel do Poder judiciário trabalhista na prevenção	José Otávio de Almeida Barros Jr.,

Trabalho		da saúde do trabalhador		Maria Dionísia do Amaral Dias
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	Cessação do contrato de trabalho do atleta profissional de futebol pela aplicação da justa causa	3	Mayra Freire de Figueiredo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	Honorários de sucumbência trabalhista : em busca de uma interpretação conforme a Constituição	3	Marcelo Wanderley Guimarães
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	Impacto da reforma trabalhista nos contratos vigentes e ações judiciais pendentes : direito intertemporal	3	Alexandre Agra Belmonte
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	O conceito de "fato"e"prova" na análise do recurso de revista	3	Maurício de Figueiredo Corrêa da Veiga
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	O Ministério Público do Trabalho e o novo Código de processo civil	3	Ronaldo Lima dos Santos
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	Os acordos extrajudiciais na Justiça do trabalho e a Lei n. 13.467/2017 : jurisdição voluntária? Validade formal ou material? Competência?	3	Ana Paula Tauceda Branco
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	(In)constitucionalidade do novo modelo de contribuição sindical : uma análise processual	4	Lourival Barão Marques Filho, Maria Carolina Dal Prá Campos
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	A aplicação prática da transcendência no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho e a ofensa ao princípio da colegialidade	4	Cláudio Gomes Carneiro
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	A contribuição sindical continua obrigatória na reforma trabalhista	4	Paulo Cesar Baria de Castilho
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	A duvidosa constitucionalidade do "fim" da execução de ofício do crédito trabalhista	4	Ítalo Menezes de Castro
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	A mudança paradigmática da atuação judiciária na justiça do trabalho brasileira para consecução da liberdade igual	4	Leonardo da Silveira Pacheco
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	As implicações da lei da reforma trabalhista nos sindicatos	4	Renato Rua de Almeida
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	As mudanças de paradigmas da equiparação salarial decorrentes da reforma trabalhista	4	Carlos Eduardo Sabbag Pereira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	Reforma trabalhista : primeiras impressões	4	Antonio de Pádua Muniz Corrêa

Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	4	Reforma trabalhista (Lei 13.467, de 13.7.17) : prescrição e sua declaração de ofício : aplicação no direito e processo do trabalho	Melchíades Rodrigues Martins
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	5	A cláusula compromissória de arbitragem nas relações individuais do trabalho prevista no novel art. 507-A, da CLT	Gustavo Oliveira Galvão
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	5	A era da incerteza : o fim da Medida provisória n. 808/2017	Manoel Antonio Teixeira Filho
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	5	A nova contribuição sindical facultativa : análise legal e constitucional	Otávio Brito Lopes
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	5	A nova petição inicial trabalhista	André Araújo Molina
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	5	A sucessão de empregadores e a reforma trabalhista	Rosita de Nazaré Sidrim Nassar
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	5	As provas eletrônicas no processo do trabalho	João Humberto Cesário
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	5	O caso Lagos del Campos e suas contribuições ao direito do trabalho brasileiro : a justiciabilidade dos direitos laborais perante o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o reconhecimento do direito à estabilidade no emprego	Edson Beas Rodrigues Júnior
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	5	Paralelismo contratual doméstico : estratégias interpretativas para o reconhecimento de direitos trabalhistas	Luciana Gonçalves Amorim de Oliveira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	5	Supremacia do negociado em face ao legislado : as duas faces da nova CLT	Enoque Ribeiro dos Santos
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	6	A proteção de dados no contrato de trabalho	Antonio Carlos Aguiar
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	6	As escusas probatórias do art. 404 do CPC/15 e o direito constitucional à prova	Debora Müller Bueno
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	6	Da responsabilidade civil do empregador decorrente de doença ocupacional	Kamilla Rafealy Rocha de Sena, Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	6	Direito intertemporal e as relações de trabalho : (in)aplicabilidade da Lei n.	Viviane Lícia Ribeiro, Aline

Trabalho			13.467/17 nos aspectos material e processual	Carvalho Ribeiro
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	6	O critério de transcendência do recurso de revista e sua aplicação efetiva pelo TST	Ives Gandra da Silva Martins Filho
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	6	O princípio da cooperação como fundamento jurídico para a efetividade dos direitos	Rosani Portela Correia
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	6	Princípios essenciais do direito do trabalho francês	Juliano Sarmento Barra
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	6	Teoria da marcação reversível dos efeitos da revelia no processo do trabalho	Lorena de Mello Rezende Colnago
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	6	Trabalho infantil artístico : análise jurídica por detrás dos holofotes	Isabela Reimão Gentile
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	7	A indicação de valores na inicial trabalhista e seu reflexo no acesso à justiça	Luiz Ronan Neves Koury, Neiva Schuvartz
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	7	A sociedade, a tecnologia e seus impactos nos meios de produção : uma discussão sobre o desemprego tecnológico	Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	7	Honorários de sucumbência ao beneficiário da justiça gratuita : proposta interpretativa à luz do princípio da proteção	Rosita de Nazaré Sidrim Nassar
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	7	Inconstitucionalidade da norma que transfere à lei ordinária de processo autoridade para estabelecer o procedimento de edição de súmula jurisprudencial trabalhista	José Augusto Rodrigues Pinto
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	7	O acesso do empregador aos dados genéticos do empregado para a prevenção de doenças : compatibilização entre a privacidade e a saúde do trabalhador	Carine Murta Nagem Cabral
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	7	Os juizes do trabalho e a reforma trabalhista : primeiros horizontes de consenso	Guilherme Guimarães Feliciano, Ney Stany Morais Maranhão
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	8	As criptomonedas e a reforma trabalhista	Werner Keller
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	8	Direito processual intertemporal e a Instrução n. 41/2018 do TST : a aplicação das inovações da reforma trabalhista ao processo do trabalho	Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho, Leandro Fernandez
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	8	Negociação coletiva. Temporalidade da norma coletiva. Perspectivas para	Renato Rua de Almeida



Trabalho				solução do vácuo decorrente da ausência da norma coletiva. A vantagem individual adquirida como exceção à temporalidade da norma coletiva		
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	8	8	Pedidos liquidados na petição inicial após a reforma trabalhista	Maurício Gasparini	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	8	8	Rescisão indireta dos contratos de trabalho desportivo por falta de pagamento de salários	Domingos Sávio Zainaghi	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	8	8	Uniformização jurisprudencial por tribunais regionais : adoção de teses contrárias aos entendimentos do TST	José Marcelo Leal de O. Fernandes	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	9	9	A proteção jurídica do trabalhador fronteiriço e do refugiado sob a luz da nova Lei do migrante (Lei n. 13.445/2017)	Enoque Ribeiro dos Santos, Bernardo Cunha Farina	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	9	9	Entre D. Quixote e Sancho, relação laboral?	Manuel Alonso Olea	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	9	9	Grupo econômico e sucessão de empregadores	Iara Alves Cordeiro Pacheco	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	9	9	O controle de convencionalidade da reforma trabalhista	André Araújo Molina, Valério de Oliveira Mazzuoli	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	9	9	O trabalho em domingos e feriados e negociação coletiva : os efeitos do Decreto n. 9.127/2017	Francisco Rossal de Araújo	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	9	9	Terceirização na atividade-fim : julgamento do STF de 30 de agosto de 2018	Henrique Correia	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	9	9	Título executivo judicial inexequível, a rescisória e a terceirização	José Alberto Couto Maciel	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	10	10	Cessação do contrato de trabalho	Arion Sayão Romita	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	10	10	Contratos de trabalho (contratos existentes) e negociação coletiva, após a Lei n. 13.467/2017	Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	10	10	Emenda à inicial : uma prática incompatível com o novo processo do trabalho	Antonio de Pádua Muniz Corrêa	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	10	10	Esvaziamento do sistema brasileiro de justiça trabalhista	Inocência Rodrigues Uchôa,	

Trabalho						Marcelo Ribeiro Uchôa
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	10	Honorários de sucumbência e dano moral : superação da Súmula n. 326 do STJ			Lourival Barão Marques
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	10	Novos contornos da teoria da causa madura no Código de processo civil : sua repercussão no direito processual do trabalho			Luiz Ronan Neves Koury
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	10	O advento legal do dano existencial trabalhista			Sebastião Geraldo de Oliveira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	10	O empregado hipersuficiente e o preço da liberdade contratual após a vigência da Lei n. 13.467/2017			Dione Almeida Santos, Renato Cassio Soares de Barros
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	10	Reflexões sobre os desafios do judiciário trabalhista frente à nova legislação e a realidade brasileira			Alexandre Agra Belmonte
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	10	Reforma trabalhista e danos extrapatrimoniais : a vida por um preço e a teoria do piso implícito			Antonio Umberto de Souza Júnior
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	11	A não supressão plena do critério de prevalência das condições mais benéficas ao trabalhador nas negociações coletivas de trabalho de trabalho a partir da reforma trabalhista			Leandro Cioffi
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	11	Decreto n. 9.507/2018: a emenda da terceirização sem limites na administração pública e nas empresas estatais			Gabriela Neves Delgado, Heider Santos Amorim
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	11	Honorários advocatícios sucumbenciais em demandas trabalhistas (após a inserção do art. 791-A)			Júlio César Bebbber
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	11	Honorários periciais e a nova sistemática trazida pela Lei n. 13.467/2017			Juliana do Monte Maia, Kamilla Rafealy Rocha de Sena, Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	11	Limites constitucionais impostos ao sindicato para transacionar direitos individuais homogêneos em ação coletiva e a extensão subjetiva da coisa julgada			Guilherme Augusto Caputo Bastos, Jurema Costa de Oliveira Silva
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	11	Limites para a homologação de acordo extrajudicial pela Justiça do trabalho			Delaide Alves Miranda Arantes, Adriana Campos de Souza Freire Pimenta
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	11	Os efeitos da declaração de inconstitucionalidade da instituição compulsória de			Fábio Lemos Zanão



Trabalho			contribuição assistencial por acordo, convenção coletiva ou sentença normativa a empregados não sindicalizados	
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	12	A função social da propriedade e a proteção ao trabalhador	José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	12	A multa do art. 477 da CLT e a jurisprudência dos tribunais regionais do trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho	Rodolpho César Aquilino Bacchi
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	12	A petição inicial no processo do trabalho : a causa de pedir e o pedido : os efeitos da reforma trabalhista	Francisco Rossal de Araújo
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	12	Concessão de tutela da evidência com base em precedente sumulado do TST	João Renato de Mello
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	12	Desmistificando a arbitragem trabalhista	João Humberto Cesário
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	12	Dispensas coletivas no Brasil e a Lei n. 13.467/2017 : a inconstitucionalidade do art. 477-A da CLT	Marcele Carine dos Praseres Soares
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	12	Dissídio coletivo : aportes gerais na fase de conhecimento e atualização jurisprudencial	Marcelo Freire Sampaio Costa
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	12	Mediação e arbitragem no cenário trabalhista atual : mudança de paradigma na pacificação dos conflitos	Adriano Jannuzzi Moreira
Revista LTr: Legislação do Trabalho	2018	12	O protesto de decisão judicial trabalhista transitada em julgado, a reforma trabalhista e a busca pela máxima efetividade da tutela jurisdicional	Isabela Márcia de Alcântara Fabiano
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	58	A possibilidade de revisão judicial do adicional de periculosidade	Fernando Grass Guedes, Marina Cordella
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	58	A relação de emprego nas organizações de tendência	Rafael Carmezim Nassif
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	58	Banco fica impedido de deduzir prejuízo	José Alberto Couto Maciel
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	58	Direito de greve do servidor público: lacuna e irritações com a sua natureza de direito fundamental	Cláudio Armando Couce de Menezes
Revista Magister de Direito	2014	58	Retrospectiva da CLT: um balanço dos 70 anos	Carlos Alberto Reis de Paula

do Trabalho						
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	58	Revisão de FGTS: Correção de uma injustiça	Georgenor de Sousa Franco Filho		
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	58	Teletrabalho (telework ou telecommuting): uma nova forma de ver o tempo e o espaço nas relações de trabalho	Guilherme Augusto Caputo Bastos		
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	59	A súmula nº 277 do c. TST e a "ultratridade" das cláusulas coletivas de trabalho (desvendando mentalidades)	Cláudio Armando Couce de Menezes		
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	59	Apontamentos doutrinários e jurisprudenciais sobre a prova testemunhal no processo do trabalho	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Adriano Fracappani		
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	59	Atualização monetária do FGTS	Sérgio Pinto Martins		
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	59	Direito de imagem e o novo código civil	Georgenor de Sousa Franco Filho		
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	59	Doenças profissionais e trabalho seguro	Thereza Christina Nahas		
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	59	Horas extras in itinere: controle e contrapartidas em caso de pré-fixação	José Augusto Rodrigues Pinto		
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	59	Mudanças no mundo do trabalho: novas formas de contratação	Luiz Carlos Amorim Robortella		
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	60	A terceirização e o descompasso com a higidez, saúde e segurança no meio ambiente laboral: responsabilidade solidária do tomador do serviço a partir das normas de saúde e segurança do trabalho	Francisco Milton Araújo Júnior		
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	60	Atualização monetária dos créditos trabalhistas	Sérgio Pinto Martins		
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	60	Desafios do processo eletrônico do trabalho: questões jurídicas relevantes	Gáudio Ribeiro de Paula		
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	60	Desregulamentação, flexibilização, ampla negociação, terceirização e atualização do direito do trabalho	Victor Russomano Júnior		

Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	60	Negociação coletiva em detrimento da lei: novas regras do código de trabalho. A experiência portuguesa	Julio Gomes
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	60	O poder normativo da justiça do trabalho e a súmula nº 277 do TST	João Batista Pereira Neto
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	60	Poder diretivo do empregador: da legalidade e limitações das revistas pessoas nos empregados	Livia Garcia Vasconcelos
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	60	Prevalência do negociado sobre o legislado e a nova proposta de acordo coletivo especial	José Afonso Dallegre Neto
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	61	A greve na Constituição de 1988	Ney Prado
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	61	Análise da rescisão do contrato de trabalho por justa causa e o entendimento no âmbito dos tribunais	Eduardo Alessandro Silva Martins
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	61	Danos ao trabalhador e necessidade de reparação	Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	61	Lei n. 13015/2014 e inovações no processo do trabalho	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	61	Os critérios plásticos de fixação da competência em razão do lugar trabalhista: distribuição da competência territorial a partir da garantia do acesso à Justiça	Wolney de Macedo Cordeiro
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	61	Terceirização em serviços de call center	Sergio Torres Teixeira
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	62	A ação trabalhista e a legitimatio ad causam	Tereza Aparecida Asta Gemignani
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	62	A contribuição sindical obrigatória como conduta violadora da liberdade sindical individual negativa	Luciano Martinez
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	62	A terceirização dos serviços nas esferas pública e privada	Manuel Martín Pino Estrada
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	62	Convenção coletiva e contrato de trabalho: súmula e poder de legislar	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	62	Direitos fundamentais e poderes do empregador: o poder disciplinar e a	Cláudio Armando Couce de

do Trabalho			presunção de inocência do trabalhador		Menezes, Glaucia Gomes Vergara Lopes, Otavio Amaral Calvet, Roberta Ferme Sivoilella
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	62	Indenização por acúmulo de funções numa perspectiva crítica		Antonio Raimundo Pereira Neto
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	62	Poderes do empregador e ideologia (parte I)		Arion Sayão Romita
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	63	A possibilidade de cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade à luz do direito do trabalho constituído		Claudio Jannotti da Rocha, Ailana Santos Ribeiro
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	63	A regulamentação legal do trabalho a distância e sua repercussão na configuração do vínculo empregatício e no controle da jornada de trabalho		Ellen Lindemann Wothe, Kátia Jaqueline Medeiros Rodrigues
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	63	Atividade externa e controle de jornada		Nelson Mannrich
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	63	Poderes do empregador e ideologia (parte II)		Arion Sayão Romita
Revista Magister de Direito do Trabalho	2014	63	Reflexões sobre a lei n. 13.015/2014		Estêvão Mallet
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	64	A responsabilidade do empregador em decorrência de assaltos e atos criminosos contra empregados		Carolina Tupinambá
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	64	A sistemática recursal e suas inovações (lei 13.015/2014): o recurso de revista e de embargos no TST		Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	64	As condutas antissindiais como violações à progressividade social		Luciano Martinez
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	64	Boa-fé pré-contratual e a consulta aos bancos de dados de proteção ao crédito: uma análise sob a ótica da convenção nº 111 da OIT		João Armando Moretto Amarante, Bruno Trapanotto Silva
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	64	Impactos da terceirização no mundo do trabalho: tempo, espaço e subjetividade		Cristiano Paixão, Ricardo Lourenço Filho
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	64	STF decide sobre a constitucionalidade do intervalo que antecede a prorrogação da jornada de trabalho da mulher		Gustavo Filipe Barbosa Garcia

Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	65	Atualização monetária dos créditos trabalhistas: inconstitucionalidade da "TR" e utilização do "IPCA-E"	Flávio da Costa Higa, Júlio César Beber
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	65	Constituição da república, sistema trabalhistas brasileiro e direito coletivo do trabalho	Maurício José Godinho Delgado
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	65	Contrato de facção e responsabilidade por terceirização de serviços	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	65	Limites da jornada de trabalho e a inconstitucionalidade da súmula nº 85 do TST: uma análise crítica à jurisprudência consolidada no país	Marcelo Coutinho Vieira
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	65	Mobilidade humana futuro do trabalho efeitos da globalização	Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	65	Os futuros contratos de trabalho	José Alberto Couto Maciel
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	65	Relações de trabalho no terceiro milênio e seus reflexos no mercado de trabalho	Yone Frediani
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	65	Uma reanálise do assédio moral e sexual no direito do trabalho: confrontando as velhas e as novas perspectivas	Antonio Raimundo Pereira Neto
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	66	A prova emprestada e o processo do trabalho	Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Letícia Costa Mota
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	66	A subordinação jurídica no contrato individual de trabalho	Pedro Paulo Teixeira Manus
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	66	Configuração jurídica da subordinação e sua importância na requalificação do contrato. Trabalho subordinado e trabalho autônomo	Joselita Nepomuceno Borba
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	66	O novo CPC e a preservação ontológica do processo do trabalho	Evair de Jesus Zago
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	66	O seguro-desemprego e as consequências das alterações promovidas pelo Congresso Nacional na MPV nº 665/2014, convertida na lei nº 13.134/2015	Evair de Jesus Zago
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	66	Terceirização no âmbito da administração pública e a demonstração da culpa in eligendo ou in vigilando do tomador dos serviços pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas	Sergio Torres Teixeira

Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	67	A terceirização no Brasil: análise dos aspectos trabalhistas da PL 4330/2004.	Valton Dória Pessoa
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	67	As alterações nas súmulas do TST	Arion Sayão Romita
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	67	Convênio e responsabilidade subsidiária	Sérgio Pinto Martins
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	67	Direito à autodeterminação informativa: limite ao poder de recolhimento, armazenamento, manipulação e uso dos dados do trabalhador	Francisco das Chagas Lima Filho
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	67	Direito do Trabalho em tempos de crise econômica: flexibilização e programa de proteção ao emprego	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	67	Programa de proteção ao emprego: solução?	Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	67	Subordinação estrutural na terceirização de serviços. Subversão dogmática	Luiz Carlos Amorim Robotella
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	67	Uniformização da jurisprudência no processo do trabalho	Editon Meireles de Oliveira Santos
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	68	A proteção de dados e as novas tecnologias frente à relação de trabalho: evidências do direito brasileiro	Denise Pires Fincato, Fernanda dos Santos Macedo
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	68	A terceirização e os novos desafios do direito do trabalho	Nelson Mannrich
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	68	Aposentadoria por invalidez e rescisão do contrato de trabalho	Sérgio Pinto Martins
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	68	Em busca de direitos perdidos pelos trabalhadores italianos na era das redes sociais	Alessandra Ingrao
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	68	O passado e o presente da responsabilidade subsidiária da administração pública nos casos de terceirização de serviços	Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho, Danilo Gonçalves Gaspar
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	68	Os poderes do empregador e os deveres do empregado na relação de emprego, segundo Délio Maranhão	Arion Sayão Romita
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	68	Subordinação empresarial e subordinação estrutural	Fábio Ulhoa Coelho



do Trabalho									
Revista Magister de Direito do Trabalho	2015	68	Terceirização na perspectiva do direito do trabalho brasileiro					Carlos Henrique Bezerra Leite	
Revista Magister de Direito do Trabalho	2016	70	A nova regulamentação do seguro-desemprego do empregado doméstico: Lei Complementar nº 150/2015 e Resolução nº 754/2015 do Codefat					Evair de Jesus Zago	
Revista Magister de Direito do Trabalho	2016	70	O custo da mão de obra justifica contratação à margem da CLT					Ney Prado	
Revista Magister de Direito do Trabalho	2016	70	O direito à cumulação de adicionais como política de efetividade do meio ambiente de trabalho equilibrado					Carla Reita Faria Leal, Claudirene Andrade Ribeiro	
Revista Magister de Direito do Trabalho	2016	70	O direito ao fundo de garantia do tempo de serviço: desconstrução jurídica de modelo					Paulo Sérgio João	
Revista Magister de Direito do Trabalho	2016	70	O poder punitivo do empregador x direito de defesa					Antônio Álvares da Silva, Geraldo Magela Melo	
Revista Magister de Direito do Trabalho	2016	70	Subordinação estrutural e cadeias produtiva: é acertada esta orientação, em face do conceito de empregado e empregador, da CLT?					Pedro Paulo Teixeira Manus	
Revista Magister de Direito do Trabalho	2016	70	Teletrabalho e sociedade da informação: modalidades e jornada de trabalho					Irineu Francisco Barreto Junior, Josiane Machado Silva	
Revista Magister de Direito do Trabalho	2016	71	A distribuição dinâmica do ônus da prova no processo do trabalho: o novo CPC e a instrução normativa nº 39 do TST					Denise Pires Fincato, Geraldo Korpalski Filho	
Revista Magister de Direito do Trabalho	2016	71	A implantação das ciclovias como ferramenta de proteção ao trabalhador					Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante, Renato Marangoni Alves de Miranda	
Revista Magister de Direito do Trabalho	2016	71	A mediação nos conflitos coletivos e os termos de ajuste de conduta					Lorena Vasconcelos Porto	
Revista Magister de Direito do Trabalho	2016	71	Análise dos sentidos do trabalho em Hesfodo					Bruno Gomes Borges da Fonseca, Carlos Henrique Bezerra Leite	
Revista Magister de Direito do Trabalho	2016	71	Exigência de certidão de antecedentes para admissão de empregado					Sérgio Pinto Martins	

Revista Magister de Direito do Trabalho	2016	71	Licença-maternidade e salário-maternidade: lei 13.257/2016 e prorrogação da licença-paternidade	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Magister de Direito do Trabalho	2016	71	O princípio do contraditório sob os ventos da mudança: aproximações críticas (inclusive à luz da INTST nº 39/2016)	Guilherme Guimarães Feliciano
Revista Magister de Direito do Trabalho	2016	71	Terceirização na administração pública: uma leitura da jurisprudência à luz dos princípios constitucionais	Ricardo José Macedo de Brito Pereira
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	78	A arrematação no novo Código de Processo Civil e sua aplicabilidade	Luiz Alberto Pereira Ribeiro, Marco Antônio Cesar Villatore
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	78	A sentença trabalhista e os direitos individuais homogêneos: uma análise sobre a competência executória	Fausto Siqueira Gaia
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	78	As provas no processo do trabalho e a confissão ficta do pressuposto por desconhecimento dos fatos sob a ótica do devido processo legal	Marcelo Wanderley Guimarães
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	78	Autonomia da vontade em debate: exagero intervencionista nas relações de trabalho	Luiz Carlos Amorim Robotella
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	78	Dano existencial no direito trabalhista brasileiro: em tempos de reformas, muito a amadurecer	Denise Pires Fincato, Leiliane Piovesani Vidaletti
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	78	O assédio moral laboral como fator de adoecimento no trabalho	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	79	A constituição de 1988 como valor e o valor da Constituição	Ney Prado
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	79	A legitimidade para pleitear danos moral e material em casos de acidente de trabalho com óbito do empregado	Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas, Marina Lima Cunha
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	79	A reforma trabalhista e a autonomia da vontade do empregado	Vólia Bomfim Cassar
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	79	Inderrogabilidade da norma e indisponibilidade de direitos em face da negociação coletiva: limites impostos pelos direitos fundamentais	Arion Sayão Romita
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	79	Limites da aplicabilidade do art. 15 do novo Código de Processo Civil	Bruno Gomes Borges da Fonseca, Carlos Henrique Bezerra Leite
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	79	Reforma trabalhista, terceirização e critérios de agregação do trabalhador ao	Amauri Cesar Alves



do Trabalho			sindicato	
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	80	A efetividade dos direitos do trabalhador nos contratos administrativos temporários irregulares	Ester Camila Gomes Norato Rezende
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	80	A matriz da Constituição de 1988 como parâmetro para a análise da reforma trabalhista	Maurício José Godinho Delgado, Gabriela Neves Delgado
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	80	Ação civil pública e ação coletiva trabalhista: incompatibilidades, prevenção e coisa julgada	Antonio de Pádua Muniz Corrêa
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	80	Do assédio moral trabalhista: construção doutrinária e jurisprudencial	Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson, Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	80	O direito fundamental à privacidade bancária em conflito com o direito fundamental à prova na relação processual	Luiz Carlos de Assis Junior, Luciano Martinez, Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	80	Ver para crer: digno é obreiro do seu salário e do seu direito	Guilherme Guimarães Feliciano, Viviany Yamaki
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	81	A regulamentação precarizante do trabalho doméstico no ordenamento jurídico brasileiro	Lorena Cantanhedes dos Santos, Carlos Henrique Bezerra Leite
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	81	Os danos morais decorrentes de xingamentos/tratamentos desrespeitosos no âmbito da construção civil: análise crítica das expressões e termos utilizados nas relações de trabalho	Natasha Hernandez Almeida Zapata, Sandor Ramiro Darn Zapata
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	81	Reforma trabalhista em rápidas análises para advogados	Paulo Sérgio Basílio
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	81	Reforma trabalhista: contribuição sindical facultativa e futuro dos sindicatos no Brasil	Denise Pires Fincato, Maria Cláudia Felten
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	81	Terceirização de serviços e impactos da reforma trabalhista na administração pública	Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches, Marcio Yukio Tamada
Revista Magister de Direito do Trabalho	2017	81	Trabalho intermitente	Georgenor de Sousa Franco Filho

Revista Magister de Direito do Trabalho	2018	82	A reforma da reforma trabalhista: MP nº 808/2017	Luciano Martinez
Revista Magister de Direito do Trabalho	2018	82	Observações sobre o Art. 8º da CLT: por uma hermenêutica trabalhista	Marco Aurélio Serau Junior, Laura Souza Lima e Brito
Revista Magister de Direito do Trabalho	2018	82	Portarias ns. 1.1.29E+03.293/2017 sobre trabalho em condições análogas à de escravo: retrocesso e retorna à legalidade	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Magister de Direito do Trabalho	2018	82	Teletrabalho na reforma trabalhista brasileira	Denise Pires Fincato
Revista Magister de Direito do Trabalho	2018	82	Trabalho intermitente e os desafios da conceitualização jurídica	Amauri Cesar Alves
Revista Magister de Direito do Trabalho	2018	83	A Lei da reforma trabalhista de 2017 e seus impactos no Direito Processual do Trabalho Brasileiro (parte I)	Maurício José Godinho Delgado, Gabriela Neves Delgado
Revista Magister de Direito do Trabalho	2018	83	Asas de cera: reforma trabalhista e a falibilidade dos axiomas constitucionais em sede de processo do trabalho	Bruno Gadelha Xavier, André Filipe Pereira Reid dos Santos
Revista Magister de Direito do Trabalho	2018	83	Direito processual do trabalho no exercício da advocacia: alguns aspectos de destaque processual	Andre Jobim de Azevedo
Revista Magister de Direito do Trabalho	2018	83	Reflexões sobre a reforma trabalhista	Nelson Mannrich
Revista Magister de Direito do Trabalho	2018	83	Reforma trabalhista sobre isenção do depósito recursal a beneficiários da justiça gratuita, entidades filantrópicas e empresas em recuperação judicial	Fernanda Tartuce, Michele Nogueira Morais
Revista Magister de Direito do Trabalho	2018	84	A lei da reforma trabalhista de 2017 e seus impactos no direito processual brasileiro (parte II)	Maurício José Godinho Delgado, Gabriela Neves Delgado
Revista Magister de Direito do Trabalho	2018	84	Da reforma trabalhista e da maior responsabilidade do advogado na condução do processo	Danilo Fontenele Sampaio Cunha, Daniele Jucá Silveira Xavier
Revista Magister de Direito do Trabalho	2018	84	MP nº 808/2017: perda de eficácia e reflexos no âmbito do direito do trabalho	Marco Aurélio Serau Junior
Revista Magister de Direito do Trabalho	2018	84	O direito ao esquecimento como direito fundamental nas relações de trabalho	Ana Paula Didier Studart, Luciano Martinez
Revista Magister de Direito do Trabalho	2018	84	Tecnologia da informação e as relações de trabalho no Brasil: o teletrabalho na	Rodolfo Mário Veiga Pamplona

do Trabalho			Lei nº 13.467/2017		Filho, Leandro Fernandez
Revista Magister de Direito do Trabalho	2018	85	A aplicação das teorias civilistas de revisão contratual às relações individuais de trabalho: concretização do princípio econômico do pleno emprego	85	Mariana Rivero Araújo Silva, Lourival José Oliveira
Revista Magister de Direito do Trabalho	2018	85	A negociação coletiva de trabalho e os princípios da proteção e da vedação do retrocesso social: sob o enfoque da reforma trabalhista	85	Carlos Henrique Bezerra Leite, Gabriel Sangali Hespânica de Freitas
Revista Magister de Direito do Trabalho	2018	85	A tutela da saúde do trabalhador mediante o seu direito à desconexão no teletrabalho	85	Lorena Vasconcelos Porto, Cláudio Jannotti da Rocha, Luiza Baleeiro Coelho Souza
Revista Magister de Direito do Trabalho	2018	85	Desenvolvimento sustentável, trabalho digno e democracia: a reforma trabalhista de 2017 em perspectiva	85	Veyzon Campos Muniz
Revista Magister de Direito do Trabalho	2018	85	Os abonos, os prêmios e as diárias para viagem da reforma trabalhista	85	Caio Franco Santos
Revista Magister de Direito do Trabalho	2018	85	Teoria da causa madura: breves considerações sobre suas origens próximas, sua constitucionalidade e sua aplicação ao processo do trabalho	85	Guilherme Guimarães Feliciano, Olívia Pasqualetto
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	295	Ações coletivas e riscos psicossociais: caminhos para a efetivação do direito fundamental ao meio ambiente do trabalho sadio	295	Luciana Veloso Baruki
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	295	Crise do emprego, novas modalidades de trabalho e o novo conceito de subordinação	295	José Afonso Dallegre Neto
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	295	O alto executivo e a proteção do direito do trabalho	295	Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	295	O benefício da gratuidade da justiça ao empregador na seara processual trabalhista à luz da Constituição	295	Francisco Milton Araújo Júnior, Igor dos Reis Fernandes
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	295	O Ministério público e a defesa dos interesses individuais homogêneos	295	Alisson Henrique do Prado Farinelli, Lenize Martins Lunardi
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	295	O papel do Estado e da sociedade na tutela do meio ambiente do trabalho e da saúde do trabalhador	295	Raimundo Simão de Melo
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	295	Tábua de mortalidade de 2012	295	Wladimir Novaes Martinez

Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	296	A ação de consignação em pagamento no processo do trabalho	Tiago Figueiredo Gonçalves
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	296	A extinção da cláusula penal e a nova realidade da rescisão do contrato de trabalho do atleta profissional ante as alterações na Lei Pelé	Gustavo Lopes Pires de Souza
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	296	A ofensa ao princípio do não retrocesso social pela Lei nº 12.395/2011 e a possibilidade de readequação judicial da cláusula indenizatória desportiva	Saulo Nunes de Carvalho Almeida, Antonia Morgana Coelho Ferreira
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	296	Cláusula indenizatória desportiva e cláusula compensatória desportiva: nova sistemática rescisória do contrato de trabalho do atleta	Rafael Teixeira Ramos
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	296	Falta de interesse de agir por ausência de prévio requerimento administrativo: um estudo de caso	Tatiana Sada Jordão
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	296	Responsabilidade objetiva do empregador decorrente do contrato de trabalho	Sérgio Pinto Martins
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	296	Sindicalismo digital e as redes sociais como ferramenta de combate aos abusos patronais	Saulo Nunes de Carvalho Almeida
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	297	A eficácia horizontal dos direitos fundamentais na relação de emprego	Josiane Hybner Rodrigues Ramos, José Eduardo Silvério Ramos
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	297	Alguns elementos de orientação na fixação da condenação das ações envolvendo pedidos de indenização por danos materiais, morais e estéticos	Bárbara Schonhofen Garcia, Gustavo Friedrich Trierweiler
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	297	Consequências da aplicação do Código de defesa do consumidor às relações de previdência complementar fechada	Danilo Ribeiro Miranda Martins
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	297	Efetividade dos direitos fundamentais do trabalho	Leandro Luciano da Silva, Carlos Frederico Bastos Queiroz, Luciana Gomes Marques Galvão
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	297	Hipoteca judiciária: a (re)descoberta do instituto diante da Súmula n. 375 do STJ : execução efetiva e atualidade da hipoteca judiciária	Ben-Hur Silveira Claus
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	297	O papel dos sindicatos frente à terceirização	Saulo Nunes de Carvalho Almeida
Revista Síntese trabalhista	2014	297	Os direitos fundamentais e o direito do trabalho	Cláudio Jannotti da Rocha, Mirella

e previdenciária							Karen de Carvalho Bifano Muniz
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	298	Beneficiários da Previdência Social no contexto dos direitos fundamentais				Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	298	Contribuições previdenciárias devidas no curso do vínculo e competência da justiça do trabalho: um falso dilema				Eduardo Rockenbach Pires, Gustavo Friedrich Trierweiler
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	298	Cultura de prevenção de acidentes do trabalho: análise ampla dos instrumentos que impulsionam a adoção de uma nova postura empresarial				Adriano Jannuzzi Moreira
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	298	Notas sobre a desaposentação no jurídico ordenamento pátrio				Luciano Marinho de Barros e Souza Filho, Haisha Moura
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	298	Notas sobre a desaposentação no jurídico ordenamento pátrio				Luciano Marinho de Barros e Souza Filho, Haisha Moura
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	298	Revisão de FGTS: correção de uma injustiça				Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	298	Sistemas de responsabilidade civil objetiva e os acidentes de trabalho				André Araújo Molina
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	299	A inclusão previdenciária dos deficientes				Lais Fraga Kauss
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	299	A mulher e o direito do trabalho: evolução histórica da tutela legal ao trabalho do sexo feminino				Catia Helena Yamaguti Barbugiani, Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	299	As perspectivas do direito coletivo do trabalho				José Carlos Arouca
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	299	O modelo de Stuttgart e os poderes assistenciais do juiz: origens históricas do "processo social" e as intervenções intuitivas no processo do trabalho				Guilherme Guimarães Feliciano
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	299	Proteção ou discriminação?: passando a limpo algumas normas de tutela do trabalho da mulher				Flávio da Costa Higa, Regina Stela Corrêa Vieira
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	299	Saúde mental e qualidade de vida no trabalho				Rúbia Zanotelli de Alvarenga, Flávia Moreira Marchiori
Revista Síntese trabalhista	2014	300	A complexa rede de competências em demandas judiciais envolvendo saúde do				Fernando Rubim

e previdenciária			trabalhador	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	300	A responsabilidade do franqueador perante débitos trabalhistas adquiridos pela empresa franqueada: breve comparativo entre legislação brasileira e legislação portuguesa	Williane Gomes Pontes Ibiapina, Miguel Pestana de Vasconcelos
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	300	Aprendizagem no desporto e cumprimento do artigo 429 da CLT pelas entidades desportivas	Konrad Saraiva Mota
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	300	Considerações acerca do atestado médico para fins de abono ao trabalho	Marcos Welber Nascimento
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	300	Da adequada interpretação do comando normativo incurso no artigo 429 da Consolidação das leis do trabalho, no que toca às entidades de prática desportiva brasileiras	Pedro Henrique Torquato Viana Antunes
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	300	Integração à lide no processo do trabalho	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	300	Parâmetros para delimitação do meio ambiente do trabalho na volatilidade da sociedade contemporânea (ciberespaço)	Francisco Milton Araújo Júnior
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	301	A contribuição sindical obrigatória como conduta violadora da liberdade sindical individual negativa	Luciano Martinez
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	301	A Emenda constitucional n. 72 e o ônus da prova da jornada laboral do trabalhador doméstico	Carlos Henrique Bezerra Leite
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	301	Aspectos da prova documental e testemunhal no direito previdenciário brasileiro	Luciano Marinho de Barros e Souza Filho
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	301	Assédio moral no trabalho e a responsabilidade civil do empregador	Ilse Marcelina Bernardi Lora, Marilde Luzia Fávero
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	301	Direitos coletivos e legitimidade concorrente preferencial: sindicatos e Ministério Público	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	301	O dilema da organização sindical no Brasil: unicidade x pluralidade : a flexibilização da Convenção nº 87 da OIT	José Carlos Arouca
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	301	Pluralidade sindical oblíqua	Amauri Cesar Alves



Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	302	As provas no direito previdenciário	Allan Luiz Oliveira Barros
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	302	Atualização monetária do FGTS	Sérgio Pinto Martins
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	302	Caracterização do trabalho escravo no Brasil: perspectiva penal	José Claudio Monteiro de Brito Filho
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	302	Das testemunhas e o seu comparecimento à audiência de instrução e julgamento, na Justiça do Trabalho, investigado sob a ótica do artigo 825, parágrafo único, da CLT e do escólio jurisprudencial laboral	Adenor José da Cruz
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	302	Emenda constitucional 81/2014 e regulamentação legal: trabalho escravo e desapropriação	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	302	O trabalho escravo e a competência da Justiça Federal: em outras palavras : o Supremo Tribunal Federal acha que a Justiça Estadual é uma M	Rômulo de Andrade Moreira
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	302	Organização sindical em tempos de ditadura	José Carlos Arouca
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	302	Responsabilidade do empregador por dano moral reflexo	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	303	A terceirização e o descompasso com a higidez, saúde e segurança no meio ambiente laboral: responsabilidade solidária do tomador do serviço a partir das normas de saúde e segurança no trabalho	Francisco Milton Araújo Júnior
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	303	Concessão de benefício por incapacidade à pessoa que vive com o vírus de imunodeficiência humana (HIV): um estudo de caso envolvendo o assintomático	Tatiana Sada Jordão
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	303	Deslocamento do centro do poder empregatício e o salário-resultado	Amauri Cesar Alves
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	303	Lei complementar nº 146/2014 estende a estabilidade provisória ao detentor da guarda em caso de falecimento da genitora	Marcelo Burle Lobo
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	303	Novas morfologias laborais e a crise do direito do trabalho contemporâneo	Saulo Nunes de Carvalho Almeida
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	303	Processo do trabalho: a Lei nº 13.015/14 e o novo CPC	Gustavo Filipe Barbosa Garcia

Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	303	Suicídio de empregado acometido de depressão e nexos causal com o trabalho	Ilse Marcelina Bernardi Lora
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	304	A coisa julgada como instrumento de justiça social, ilidindo a preclusão do § 2º, do art. 879, da CLT	Cláudio Jannotti da Rocha, Flávio Carvalho Monteiro de Andrade
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	304	Acumulação dos proventos de aposentadoria com remuneração: consequências da vedação constitucional	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	304	Capitalismo, trabalho e consumo: a reconstrução do sólido em tempos de fluidez	Konrad Saraiva Mota
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	304	Desaposentação: inaplicabilidade do prazo decadencial de dez anos (artigo 103 da Lei nº 8.213/1991)	Marco Aurélio Serau Junior
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	304	Regimes previdenciários extraordinários: ofensa à Constituição cidadã	Luciano Marinho de Barros e Souza Filho, Fabiana de Andrade Lima
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	304	Responsabilidade civil do empregador decorrente de depressão (doença ocupacional)	Hélio Apoliano Cardoso
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	305	Aposentadoria por invalidez e retorno voluntário ao trabalho: consequências jurídicas da não comunicação ao INSS	Albert Caravaca
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	305	Epítome do modelo de construção dialógica de soluções judiciais no processo coletivo do trabalho	Enoque Ribeiro dos Santos
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	305	Novo Código de processo civil: conciliação e mediação no processo do trabalho	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	305	O direito de imagem e o novo Código civil	Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	305	Poderes do empregador e ideologia	Arion Sayão Romita
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	305	Princípios jurídicos fundamentais do novo Código de processo civil e seus reflexos no processo do trabalho	Carlos Henrique Bezerra Leite
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	306	A execução trabalhista não se submete à regra exceptiva da execução menos gravosa: a efetividade da jurisdição como horizonte hermenêutico	Ben-Hur Silveira Claus



Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	306	A execução trabalhista perante o projeto de código de processo civil	Homero Batista Mateus da Silva
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	306	Considerações sobre a (chamada) responsabilidade do empregador	Thereza Christina Nahas
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	306	Contribuição previdenciária sobre adiantamento de resultados (artigo 5º, inciso II, do decreto nº 3.048/1999)	Marco Aurélio Serau Junior
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	306	Da inexistência de carência nas aposentadorias por tempo de contribuição e por idade no RGPS, incluídas as regidas pela LCP 142/2013	Raimundo Evandro Ximenes Martins
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	306	Execução efetiva: aplicação da averbação premonitória do artigo 615-A do CPC ao processo do trabalho, de ofício	Ricardo Fioreze, Ben-Hur Silveira Claus
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2014	306	Perícia judicial na Justiça do Trabalho: aspectos polêmicos	Carla Rita Bracchi Silveira, Lucas Sena Costa
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	307	A ação regressiva acidentária e a reabilitação profissional: obrigação de fazer ou ressarcimento?	Fernanda de Paula Campolina
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	307	A discriminação indireta, sua natureza jurídica e a possibilidade de implementação das ações afirmativas nas relações de emprego: algumas breves ideias	Humberto Fernandes de Moura
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	307	A questão da discriminação no trabalho	Otávio Brito Lopes
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	307	Contribuição à quantificação objetiva do dano moral coletivo	Enoque Ribeiro dos Santos
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	307	Da correção adequada do FGTS	Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson, Marcos Vasconcelos Correia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	307	Discriminação racial e assédio moral no trabalho	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	307	FGTS e prazo prescricional na atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	308	A eficácia horizontal do direito à segurança nas relações de trabalho	Carlos Henrique Bezerra Leite, Amália Bragatto Nascimento

						Vieira, Sarah Hora Rocha
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	308	A exigência constitucional da contribuição dos inativos dos regimes de previdência dos servidores públicos: aposentados e pensionistas que recolhem contribuições previdenciárias			Sérgio Armanelli Gibson
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	308	Direitos metaindividuais não são heterogêneos			Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	308	Liberdade sindical como exigência constitucional			Amauri Cesar Alves
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	308	O dano moral no direito previdenciário			Wânia Alice Ferreira Lima Campos
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	308	Princípios fundamentais de direito ambiental do trabalho			Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	308	Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come!: o dilema do segurado incapacitado na cessação indevida do benefício e a possível configuração do dano moral			Andréia Scheffer das Neves, Aline Ortiz Vieira
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	309	A nova pensão por morte			Wladimir Novaes Martinez
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	309	Direitos sociais: a liberdade de um voo a ser preservada			Priscila Cláudia Vaz Porto
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	309	Exigência mínima de 2 anos de casamento ou união estável nas novas regras de pensão por morte (alterações promovidas pela Medida provisória nº 664/2014): inconstitucionalidade e ilegalidade			Marco Aurélio Serau Junior
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	309	Hipoteca judiciária sobre bens não elencados no art. 1.473 do Código civil: a efetividade da jurisdição como horizonte hermenêutico			Aline Veiga Borges, Ben-Hur Silveira Claus
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	309	Lei nº 13.063, de 2014			Hermes Arrais Alencar
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	309	Necessária revisão da Súmula nº 371 pelo Tribunal Superior do Trabalho, por afronta ao item III da Súmula nº 378 da mesma Corte			Maurício de Carvalho Salviano
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	309	Pensão por invalidez			Wladimir Novaes Martinez

Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	309	Pensão por invalidez: um novo benefício previdenciário	Dirce Namie Kosugi
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	309	Retrocesso social prejudica capital e trabalho	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	309	Seguro-desemprego e a (in)constitucionalidade da Medida provisória nº 665/2014	Ilse Marcelina Bernardi Lora
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	309	Uma leitura histórica quanto ao constitucionalismo dos direitos trabalhistas no Brasil e sua importância na vigente ordem democrática	Claudio Jannotti da Rocha
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	310	A aplicação do § 2º do artigo 511 do CPC na esfera recursal trabalhista como garantia efetiva dos direitos constitucionais do acesso à justiça e ao duplo grau de jurisdição	Danusa Maria Santa'ana Castelpoggi
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	310	A polêmica MP n. 664/14 e seus perigosos reflexos nas micro e pequenas empresas	Ana Paula Fernandes da Silva, Sérgio Henrique Salvador
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	310	Aspectos trabalhistas na previdência social. Sentença trabalhista transitada em julgado	Manoel Hermes de Lima
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	310	Atos antissindicais praticados pelo sindicato em desfavor dos integrantes da categoria profissional representada	Ricardo Araújo Cozer
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	310	O fator psicológico como forma de obtenção de aposentadoria especial	Tiago Valero Brait
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	310	O trabalho decente como direito humano e fundamental	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	310	O trabalho decente como paradigma da humanidade no século XXI	Luiz Eduardo Gunther
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	311	A impenhorabilidade dos benefícios previdenciários	Albert Caravaca
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	311	Atualização monetária dos créditos trabalhistas: inconstitucionalidade da "TR" e utilização do "IPCA-E"	Flávio da Costa Higa, Júlio César Beber
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	311	Debate sobre a terceirização: distorções, limites e distinções	Gustavo Filipe Barbosa Garcia

Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	311	Intervalo para fumar	Sérgio Pinto Martins
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	311	Sobre o acordo entre reclamante e devedora principal com cláusula suspensiva quanto à análise da responsabilidade da tomadora de serviços	Alexandre Pimenta Batista Pereira
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	311	Terceirização na administração pública: breves reflexões críticas	Luciano Elias Reis
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	312	A possibilidade da aplicação da prescrição intercorrente na justiça do trabalho	Tatiana Bhering Serradas Bon de Sousa Roxo, Alice Josiane dos Santos Pereira
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	312	As decisões interlocutórias e a aplicação da técnica preclusiva no novo CPC (Lei nº 13.105/2015)	Fernando Rubim
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	312	Cooperativa de trabalho: Lei nº 12.690/12 e seus aspectos	Marli Aparecida da Silva Siqueira, Danielle Caroline Weiler de Siqueira
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	312	Mobilidade humana e futuro do trabalho: efeitos da globalização	Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	312	Nova Súmula vinculante nº 37 do STF e aumento de vencimentos dos servidores públicos	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	312	O novo CPC, as condições da ação e o processo do trabalho	Carlos Henrique Bezerra Leite, Letícia Durval Leite
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	312	Perícia no novo CPC e o processo do trabalho	Sérgio Pinto Martins
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	312	Requisitos para a concessão do auxílio-reclusão e a interpretação jurisprudencial do conceito de segurado de baixa renda	Fabio Alessandro Fressato Lessnau
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	313	A Súmula nº 458 do colendo Tribunal Superior do Trabalho como instrumento de segurança jurídica e celeridade processual	Cláudio Jannotti da Rocha, Michelle Cristina Quaresma Andrade
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	313	Direitos da personalidade do trabalhador: assédio moral	Patrícia Oliveira Cipriano de Carvalho
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	313	O novo contrato de trabalho do empregado doméstico	Rúbia Zanotelli de Alvarenga,

e previdenciária					Lucas Raggi Tatagiba Cordeiro
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	313	Planos de demissão incentivada (PDIs): efeitos do entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a validade da cláusula de quitação geral		Ilse Marcelina Bernardi Lora
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	313	Planos de demissão incentivada na jurisprudência do STF: confusões conceituais e principiológicas		Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	313	Por uma interpretação finalística em matéria de execução fiscal previdenciário-trabalhista		Luciano Marinho de Barros e Souza Filho
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	313	Uma análise sobre os fatores de risco no ambiente de trabalho e seus efeitos deletérios na saúde bucal do trabalhador		Danielle Maria Badaró Barsante
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	314	Ainda a fórmula 95		Wladimir Novaes Martinez
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	314	Aposentadoria e fator previdenciário: mudanças legislativas		Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	314	Da TR como índice de correção monetária na justiça do trabalho		Daniel Barbosa Lima Faria Corrêa de Souza
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	314	Efetivação de direitos no estado de bem-estar social: direito ao salário-maternidade às indígenas menores de dezesseis anos		Fabio Alessandro Fressato Lessnau
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	314	Fator previdenciário		Aparecido Sebastião de Oliveira, James Bill Dantas, Heloisa do Rocio Ramos Toledo
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	314	Fundo de Amparo ao Trabalhador e Programa de Proteção ao Emprego da Lei nº 13.189/2015: parâmetros constitucionais e legais		Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	314	Neocorporativismo x neocorporativismo: um debate sindical contemporâneo		Tereza Aparecida Asta Gemignani
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	314	Novas regras do fator previdenciário		Manoel Hermes de Lima
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	314	Terceirização, uma nova classe de trabalhadores?: aspectos constitucionais da Súmula nº 331 do TST		Maria Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	315	A responsabilidade civil objetiva do empregador no acidente de trabalho		Aliny Felisbino

e previdenciária						
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	315	Atendimento prioritário de advogados nas agências do INSS: (análise da decisão do STF no RE 277.065)		Fabio Alessandro Fressato Lessnau	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	315	Atualização monetária dos créditos trabalhistas: novos parâmetros jurisprudenciais		Gustavo Filipe Barbosa Garcia	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	315	Contribuição previdenciária de cooperativas		Georgenor de Sousa Franco Filho, Georgenor de Sousa Franco Neto	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	315	O dumping social nas relações de trabalho: formas de combate		Enoque Ribeiro dos Santos	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	316	A abolição efetiva do trabalho infantil: Convenções n°s 138 e 182 da OIT		Rúbia Zanotelli de Alvarenga	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	316	A inconstitucionalidade do corte dos salários dos servidores públicos em greve		Marcus Orione Gonçalves Correia	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	316	A nova atualização dos créditos trabalhistas pelo IPCA-E		Ricardo Souza Calcini	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	316	Algumas considerações sobre a avaliação do benefício de prestação continuada realizada pelo Núcleo de Avaliação de Políticas da Universidade Federal Fluminense		Tatiana Sada Jordão	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	316	Atualização monetária dos créditos trabalhistas		Sérgio Pinto Martins	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	316	O novo CPC e a preservação ontológica do processo do trabalho		Carlos Eduardo Oliveira Dias	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	317	A radicalidade do art. 769 da CLT como salvaguarda da justiça do trabalho		Jorge Luiz Souto Maior	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	317	Aplicabilidade da arbitragem nas lides individuais de trabalho		Enoque Ribeiro dos Santos	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	317	Direito de propriedade intelectual: indenizações pelas criações e inventos dos empregados		José Affonso Dallegre Neto	
Revista Síntese trabalhista	2015	317	Intervalo mínimo de descanso entrepartidas a ser concedido ao atleta		Ricardo Araújo Cozer	



e previdenciária			profissional de futebol	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	317	Reforma na lei de arbitragem e contrato individual do trabalho	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	317	Uma breve análise sobre a Súmula nº 453, do colendo Tribunal Superior do Trabalho, como forma de efetivar o princípio da proteção	Cláudio Jannotti da Rocha, Flávia Maria da Silva da Costa
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	318	A responsabilidade civil e as implicações jurídico-penais referentes ao assédio moral nas relações trabalhistas	Ionete de Magalhães Souza, Washington Navarro Souza Júnior
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	318	As novas regras para a retirada de patrocínio nas entidades fechadas de previdência complementar: aspectos econômico-financeiros e atuariais	Christian Aggensteiner Catunda
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	318	Atualização monetária de débitos trabalhistas: possibilidades e limites de atuação da Justiça do trabalho após a decisão do STF na Rcl 22.012	Flávio da Costa Higa, Izidoro Oliveira Paniago
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	318	Atualização monetária dos créditos trabalhistas	Sérgio Pinto Martins
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	318	Dano existencial por jornada de trabalho excessiva: critérios objetivos (horizontais e verticais) de configuração	André Araújo Molina
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	318	O dano morte: a existência jurídica do "pretium mortis"	Amaury Rodrigues Pinto Junior
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2015	318	Reparação de danos extrapatrimoniais decorrentes da relação de emprego e o reconhecimento da modalidade de dano existencial	Rafael Niebuhr Maia de Oliveira, Andrea D'Onófrío Paz
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	319	A ética na magistratura: ponderações sobre normas e circunstâncias que interferem na prestação jurisdicional	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	319	A nova regulamentação do seguro-desemprego do empregado doméstico: Lei complementar nº 150/2015 e Resolução nº 754/2015 do Codefat	Evair de Jesus Zago
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	319	Direitos da personalidade na relação de trabalho: meios eletrônicos no ambiente trabalho : monitoramento de e-mails e instrumentos visuais no ambiente de trabalho	Patrícia Oliveira Cipriano de Carvalho
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	319	Governança corporativa em fundos de pensão	Danilo Ribeiro Miranda Martins
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	319	O trabalho das pessoas com deficiência e a Lei nº 13.146/2015	Adalberto Martins, Helena Silveira

e previdenciária					Armando Waitman
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	319	Pleno do TST altera critério de cálculo da contribuição ao INSS		Ricardo Calcini
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	319	Previdência e processo: a pessoa com deficiência e os desafios de reconhecimento judicial dos seus novos direitos		Fernando Rubim
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	320	Desconsideração da personalidade jurídica: um estudo doutrinário, normativo e jurisprudencial atualizado (incluindo o novo Código de processo civil)		Carlos da Fonseca Nadais
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	320	O novo prazo prescricional do FGTS: mutação jurisprudencial		Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	320	O novo regime jurídico do auxílio-reclusão em face da Lei nº 13.135/2015		Fabio Alessandro Fressato Lessnau
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	320	Os reflexos da Lei Maria da Penha no direito do trabalho		Claudete Carvalho Canezin, Fernanda Shimomura
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	320	Poder diretivo do empregador: da legalidade e limitações das revistas pessoais nos empregados		Livia Garcia Vasconcelos
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	321	A desconsideração da personalidade jurídica na seara trabalhista à luz do novo Código de processo civil		Josué Guimarães Soares, Juliete Garcia Netto, Cássia Bertassone Silva
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	321	A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório: Convenções nºs 29 e 105 da OIT		Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	321	Convenção coletiva e contrato de trabalho: súmula e poder de legislar		Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	321	Desconsideração da personalidade jurídica da empresa		Sérgio Pinto Martins
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	321	Direito do trabalho e a nova hermenêutica		Arion Sayão Romita
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	321	O papel do movimento LGBTT e do poder judiciário no reconhecimento de direitos previdenciários aos homossexuais		Tatiana Sada Jordão
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	321	Velhas e novas ameaças do neoliberalismo aos direitos trabalhistas		Jorge Luiz Souto Maior



e previdenciária									
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	A colibção da intermediação de mão de obra pela nova lei da terceirização					Ricardo Souza Calcini	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	A inconstitucionalidade das alterações no regime de previdência complementar dos servidores federais					Bruno Sá Freire Martins	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	A nova pensão por morte introduzida pela Lei nº 13.135/2015					Érica Paula Barcha Correia	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	A nova pensão por morte previdenciária					Sérgio Henrique Salvador	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	A terceirização e a função social do contrato					Maria do Perpétuo Socorro Wanderley de Castro	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	A terceirização na Organização Internacional do Trabalho e nos estados-partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul): atualizado com o Projeto de lei da Câmara nº 30/2015 no caso brasileiro : consequências sociais e econômicas					Bruno Milano Centa, Marco Antônio Cesar Villatore	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	A terceirização no Brasil e a Medida provisória nº 680/2015 inserida na modernidade econômica e social					Marcelo Tolomei Teixeira	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	A terceirização no direito do trabalho e o Projeto de lei nº 4.330/2004					Ilse Marcelina Bernardi Lora	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	A verdadeira fórmula 95					Wladimir Novaes Martinez	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	Apontamentos sobre a terceirização e o poder do término desmotivado da relação de emprego por iniciativa patronal: rotatividade da força de trabalho					Victor Emanuel Bertoldo Teixeira	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	As alterações na legislação previdenciária promovidas pela Medida provisória nº 676/2015					Alexandre Schumacher Triches, Aline Ortiz Vieira	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	As novas regras da pensão por morte: comentários às alterações da MP 664/2014 e da Lei nº 13.135/2015					Oscar Valente Cardoso, Adir José da Silva Júnior	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	As novidades do PPE: desde a MP 680 até a recente Lei 13.189/2015					Ricardo Souza Calcini	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	Cessação da pensão por morte no caso de simulação de casamento ou união					Marco Aurélio Serau Junior	

e previdenciária			estável: artigo 74, § 2º, da Lei de benefícios (redação dada pela Lei nº 13.135/2015)		
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	Considerações sobre o Programa de Proteção ao Emprego	Luiz Marcelo Góis	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	Contrato de facção e responsabilidade por terceirização de serviços	Gustavo Filipe Barbosa Garcia	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	Da terceirização da relação de trabalho	Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	É, de fato, inconstitucional a terceirização de serviços?	Rafael da Silva Marques	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	Fundo de Amparo ao Trabalhador e Programa de Proteção ao Emprego da Lei nº 13.189/2015: parâmetros constitucionais e legais	Gustavo Filipe Barbosa Garcia	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	Juridicamente , a terceirização já era: acabou !	Jorge Luiz Souto Maior	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	Notas críticas sobre terceirização	Cláudio Armando Couce de Menezes	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	O fenômeno jurídico da terceirização: aspectos atuais e relevantes no Brasil	Luiz Eduardo Gunther	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	O novo regime de pensão por morte no INSS e o conflito com a jurisprudência do STF e STJ	Vinícius Pacheco Fluminhan, Murilo Rezende dos Santos	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	Programa de Proteção ao Emprego: solução?	Georgenor de Sousa Franco Filho	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	Revisão dos benefícios de pensão por morte concedidos na vigência da Medida provisória nº 664/2014: uma análise à luz da judicialização	Tatiana Sada Jordão	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	Terceirização da perícia médica previdenciária: MP 664/2014 e Lei nº 13.335/2015	Dirce Namie Kosugi	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	Terceirização e direito do trabalho	Rúbia Zanotelli de Alvarenga	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	Terceirização interna e redundâncias	Amauri Cesar Alves	

e previdenciária								
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	Terceirização: lei versus jurisprudência				Gustavo Filipe Barbosa Garcia	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	Terceirização: o perverso discurso do mal menor				Valdete Souto Severo	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	322	Trabalho intermediado e precarização				José Claudio Monteiro de Brito Filho	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	323	A fase de cumprimento da sentença no processo do trabalho e o novo CPC				Paulo Sérgio Jakutis	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	323	A legalização da classe trabalhadora como uma introdução à crítica marxista do direito				Marcus Orione Gonçalves Correia, Jorge Luiz Souto Maior, Flávio Roberto Batista, Pablo Biondi	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	323	Desconstruindo o princípio da subordinação objetiva ou estrutural				Ricardo Araújo Cozer	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	323	O CPC 2015 e o direito processual do trabalho: reflexões acerca da aplicação do NCP/15 ao processo do trabalho				Ben-Hur Silveira Claus	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	323	Reflexões acerca da diferença de tempo de serviço como critério excludente da equiparação salarial				Polyanna Silva Guimarães	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	324	Contratos internacionais de trabalho e conflito entre normas no espaço				Felipe Toledo Martins Baccetto	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	324	Desmistificando o benefício de auxílio-reclusão				Albert Caravaca	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	324	Impactos do novo Código de processo civil no processo do trabalho				Ilse Marcelina Bernardi Lora	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	324	O novo processo do trabalho à luz do NCP/15: a controvérsia em torno das novas regras processuais trazidas pela IN 39/2016				Ricardo Souza Calcini	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	324	Os direitos trabalhistas sob o fogo cruzado da crise política				Jorge Luiz Souto Maior	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	324	Prorrogação da licença-paternidade e novas hipóteses de ausência justificada				Gustavo Filipe Barbosa Garcia	

e previdenciária		no trabalho: Lei 13.257/2016	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	325	A interminável discussão do salário-maternidade
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	325	A proibição de revista íntima e a Lei nº 13.271/2016
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	325	Acidente do trabalho e concausa: a responsabilidade civil do empregador e a mensuração da indenização
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	325	Breves comentários sobre a Lei de revistas íntimas invasivas: proteção à dignidade da pessoa humana e supremacia do interesse público
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	325	Cargo em comissão sem vínculo a regime próprio: acidente do trabalho, estabilidade e natureza da relação frente ao segurado empregado
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	325	Contribuição assistencial: possibilidade de exigência dos trabalhadores não sindicalizados
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	325	Trabalho penoso e direito do trabalho
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	326	A preservação da memória social e a justiça do trabalho no Brasil: da menoridade à emancipação
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	326	A relação entre o processo administrativo previdenciário e o processo judicial
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	326	A suspensão do contrato de trabalho no inquérito judicial para apuração de falta grave e a sua (não) recepção pela Constituição Federal de 1988
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	326	As novas reformas da previdência social e seus reflexos sobre as aposentadorias, o auxílio-doença e a Medida provisória nº 739/2016
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	326	Limite de idade e direito adquirido na reforma da previdência social
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	326	Possibilidade de extensão do benefício da habilitação fiscal à habilitação trabalhista em processos licitatórios
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	327	A previdência social não é deficitária

Kiyoshi Harada

Gustavo Filipe Barbosa Garcia

Cristiane Ribeiro da Silva Nogueira

Jeferson Botelho Pereira

Daisson Portanova

Ricardo Araújo Cozer

Rúbia Zanotelli de Alvarenga

Tereza Aparecida Asta Gemignani

Felipe Camilo Dall'Alba

Laura Machado de Oliveira, Sísmano Leiria Junior

Oscar Valente Cardoso, Adir José da Silva Júnior

Wladimir Novaes Martinez

Carlos Eduardo Araujo de Assis

Érica Paula Barcha Correia

Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	327	Aposentadoria por invalidez e sua compatibilidade com o exercício de mandato eletivo	José Aldízio Pereira Júnior
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	327	Aposentadoria por invalidez e termo inicial do benefício previdenciário	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	327	Do trabalhador doméstico: direitos sociais constituídos pela Emenda constitucional 72	Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	327	Nova Medida provisória e seus perversos efeitos previdenciários	Sérgio Henrique Salvador, Theodoro Vicente Agostinho
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	327	Observações sobre a Súmula nº 576 do STJ: data de início de benefício (DIB) da aposentadoria por invalidez	Marco Aurélio Serau Junior
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	327	Uma crítica imanente à Súmula n. 576 do Superior Tribunal de Justiça	Marcus Orione Gonçalves Correia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	328	A aplicabilidade da multa do artigo 523, §1º, do NCPC (artigo 475-J do CPC/1973) ao processo do trabalho	Enoque Ribeiro dos Santos, Melina Silva Pinto
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	328	Arbitragem no direito individual do trabalho	Adalberto Jacob Ferreira
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	328	Instruções normativas nºs 39 e 40 do TST: aplicação do novo CPC no processo do trabalho	Marco Aurélio Serau Junior
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	328	O prestígio da negociação coletiva e o princípio da adequação setorial negociada	Evellyn Thiciane Macêdo Coêlho
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	328	O processo administrativo previdenciário na Instrução normativa nº 77/2015: trâmite e importância para a concretização dos direitos previdenciários e prevenção de demandas judiciais	Sadi Medeiros Júnior
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	328	Possibilidades legítimas de flexibilização de jornadas de trabalho	Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	329	A nova jurisprudência do TST de acordo com o NCPC/2015	Ricardo Souza Calcini
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	329	A prevalência do negociado sobre o legislado na reforma trabalhista	Ilse Marcelina Bernardi Lora

Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	329	A quem interessa o modelo negociado sobre o legislado no Brasil ?	Carlos Henrique Bezerra Leite
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	329	Breves considerações sobre as situações de cumulatividade entre auxílio-acidente ou auxílio-suplementar e aposentadoria	Luciano Marinho de Barros e Souza Filho
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	329	Ministro do trabalho: amador ou mal-intencionado?	Jorge Luiz Souto Maior
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	329	O pedido de reparação por danos morais e o valor da causa em causas cíveis e trabalhistas segundo o CPC de 2015	Marcelo Muritiba Dias Ruas
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	329	Reforma trabalhista	Sérgio Pinto Martins
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	329	Tendências da reforma trabalhista na lógica inerente ao capitalismo	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	330	A proteção ao direito da personalidade e da dignidade da pessoa humana em detrimento da aplicação da indenização por dumping social	Lincoln Zub Dutra, Aparecido Sebastião de Oliveira
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	330	Contrato de facção	Sérgio Pinto Martins
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	330	Da impossibilidade jurídica do instituto da desaposentação à luz da administração pública e da recente decisão do Supremo Tribunal Federal	Ruy Garcez Moura Júnior
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	330	Da repercussão dos direitos trabalhistas nos contratos temporários da administração pública	Cristina Alves da Silva Braga, Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	330	Desaposentação: julgamento como sinônimo de justiça social	Marco Aurélio Serau Junior
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	330	TST admite sistemática do novo CPC para agilizar os processos trabalhistas, mas cria custos sem precedentes para as empresas	Ricardo Souza Calcini
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2016	330	TST atualiza sua jurisprudência: penhora em dinheiro na execução provisória	Ben-Hur Silveira Claus
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	331	A distribuição do ônus da prova no novo Código de processo civil brasileiro e a sua (in)aplicabilidade ao processo do trabalho	Rafael Camparra Pinheiro



Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	331	Como funciona a Lei de cotas para pessoas com deficiência na empresa?: a que os empregadores e empresários devem se atentar e quais erros devem evitar na estruturação de projetos de implantação da Lei de cotas	Luís Rodolfo Cruz e Creuz
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	331	Compliance trabalhista: compreendendo a prevenção de risco trabalhista por meio do programa de integridade	Flávio Carvalho Monteiro de Andrade, Isadora Costa Ferreira
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	331	Da proceduralização do incidente da desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código de processo civil de 2015 no processo do trabalho	Claudio Jannotti da Rocha, Yuri de Jesus Cantarino
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	331	Os reflexos da atual Súmula nº 277 do TST na negociação coletiva trabalhista: as (des)vantagens da incidência da ultratividade nos contratos de trabalho	Léo Simões dos Santos Pilau
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	331	Ultratividade das normas coletivas e a recente decisão do STF em um contexto de segurança jurídica, crise dos direitos sociais, crise econômica, judicialização crescente e ideologia neoliberal	Adriano Jannuzzi Moreira
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	332	Aposentadoria da pessoa com deficiência: a busca pela efetiva tutela administrativa	João Marcelino Soares
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	332	Direitos sociais como exigência para a dignidade da pessoa humana no estado democrático	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	332	Discussão e análise do acúmulo e do desvio de função e sua importância para a redefinição salarial	Alexandre dos Santos Silva
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	332	Intensificação do trabalho e acumulação de funções	Claudio Armando Couce de Menezes
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	332	O STF em matéria trabalhista e o curioso caso de Benjamin Button	Jorge Luiz Souto Maior
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	332	Reforma previdenciária	Kiyoshi Harada
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	333	Auxílio-doença parental: sobre a inviabilidade de concessão do benefício sem a observância de critérios constitucionais	Igor Ajouz, Kamila Costa Luz
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	333	Medida provisória nº 767/2017: restrições indevidas nos benefícios previdenciários por incapacidade	Marco Aurélio Serau Junior, Luciana V. F. da Costa
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	333	Na busca dos direitos trabalhistas dos professores	Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson

Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	333	Tendências da reforma trabalhista na lógica inerente ao sistema capitalista	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	333	Trabalho decente doméstico: a nova Lei complementar 150/2015	Renata de Assis Calsing, Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	334	A contribuição sindical no Brasil	Marcel Cordeiro
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	334	Exigência da contribuição assistencial de não associados	Sérgio Pinto Martins
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	334	Imposição de revisão da jurisprudência sobre a fundamentação decisória seletiva em virtude do novo Código de processo civil: a recuperação da necrose parcial do cabimento dos embargos declaratórios para suprir omissão do julgado	Ricardo Araújo Cozer
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	334	O soerguimento da economia e a volta do pleno emprego	Manoel Hermes de Lima
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	334	Princípios do direito internacional do trabalho	Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	334	Trabalho intermitente e golpismo constante	Jorge Luiz Souto Maior
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	335	A eficácia horizontal dos direitos fundamentais às relações privadas	Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas, Uelton David do Nascimento
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	335	A prevenção da perda auditiva no meio ambiente laboral como um direito humano fundamental do trabalhador	Ana Carolina Soria Vulcano
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	335	Da regulação da figura das cooperativas de trabalho por meio da lei nº 12.690/2012	Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	335	O processo administrativo previdenciário na Instrução normativa nº 77/2015: trâmite e importância para a concretização dos direitos previdenciários e prevenção de demandas judiciais	Sadi Medeiros Júnior
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	335	Relações contratuais paralelas	Amauri Cesar Alves



Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	335	Terceirização: principais destaques da Lei nº 13.429/2017	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	336	A greve nas atividades essenciais: necessidade de atualização da Lei nº 7.783/1989	Camila Pitanga Barreto
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	336	Da prescrição aplicável aos trabalhadores portuários avulsos	Maxweel Sullivan Durigon Meneghini
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	336	Direito comparado	François Taquet
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	336	O enquadramento da previdência complementar na ordem econômica e social	Danilo Ribeiro Miranda Martins
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	336	Perda do cargo público e efeitos previdenciários	Bruno Sá Freire Martins
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	336	Reforma trabalhista sob um novo prisma	Maurício de Figueiredo Corrêa da Veiga
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	336	Vedação do regresso em face da PEC 287/2016	Wladimir Novaes Martinez
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	337	A OIT e os instrumentos internacionais de proteção ao trabalhador	Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	337	A proteção internacional aos direitos humanos dos trabalhadores: a declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho de 1988	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	337	Ensaio sobre a regra exceptiva da execução menos gravosa do CPC de 2015 e a execução trabalhista	Ben-Hur Silveira Claus
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	337	Los derechos humanos y la base factica normativa contra la ultraconvencionalidad	Carlos D. Luque
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	337	O trabalho decente na perspectiva do direito internacional do trabalho	Luiz Eduardo Gunther
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	337	Programas de compliance, poder diretivo do empregador e os limites constitucionais à regulação da relação de emprego na perspectiva do Estado democrático de direito	Felipe Gondim Brandão

Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	337	Responsabilidade civil por acidentes do trabalho nas terceirizações e no trabalho temporário	Raimundo Simão de Melo
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	338	A desnaturação do direito do trabalho sob o véu da "reforma trabalhista"	Cláudio Jannotti da Rocha, Ailana Ribeiro
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	338	A dispensa coletiva na Lei n. 13.467/2017 da reforma trabalhista	Enoque Ribeiro dos Santos
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	338	A reforma trabalhista à luz dos direitos fundamentais: análise da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017	Ilse Marcelina Bernardi Lora
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	338	A reforma trabalhista e sua aplicação nos contratos em vigor	Luís Rodolfo Cruz e Creuz, Daniela Wagner
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	338	Contribuição sindical e a reforma trabalhista	Sérgio Pinto Martins
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	338	Da flexibilização das relações de trabalho	Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	338	Os limites das negociações coletivas contemporâneas frente à reforma trabalhista	Márcia Regina Lobato
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	338	Provas periciais, inspeção judicial, honorários periciais e assistentes técnicos	Jorge da Silva Wagner
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	338	Reconhecimento do tempo de serviço para fins previdenciários: a sentença trabalhista e a exigência normativa de início de prova material	George Resende Rumiatto de Lima Santos
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	338	Reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017): modificações quanto ao regime das férias na relação de emprego	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	338	Reforma trabalhista e o novo "direito do capital"	Amauri Cesar Alves, Roberto das Graças Alves
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	338	Reforma trabalhista: o princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva : realidade ou engodo?	Patricia Oliveira Lima Pessanha
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	338	Sem uma seção especial de justiça para a "reforma trabalhista"	Jorge Luiz Souto Maior
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	339	Análise sobre a jornada de trabalho dos bancários: discussão sobre o exercício	Marco Aurélio Aguiar Barreto

e previdenciária			de cargos de confiança : horas extraordinárias			
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	339	Da construção normativa do assédio moral no ambiente laboral no ordenamento jurídico brasileiro		Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson, Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	339	Impossibilidade da aposentadoria por idade híbrida para o trabalhador urbano		Sadi Medeiros Junior	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	339	O acesso à justiça sob a mira da reforma trabalhista: ou como garantir o acesso à justiça diante da reforma trabalhista		Jorge Luiz Souto Maior, Valdete Souto Severo	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	339	O assédio moral laboral como fator de adoecimento no trabalho		Rúbia Zanotelli de Alvarenga	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	340	Acidente de trabalho, estabilidade do trabalhador e a reforma trabalhista (PEC 287 e a Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017)		Lorena Grangeiro de Lucena Tôrres	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	340	Breves considerações sobre a devolutividade de benefícios acidentários recebidos em sede de tutela antecipada revogada por segurados da Previdência social		Luciano Marinho de Barros e Souza Filho, Fernando Augusto Fernandez Holanda Cavalcanti	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	340	Direitos fundamentais e a reforma trabalhista: a escolha constitucional pelo modelo legislado das relações de trabalho		Flávio Carvalho Monteiro de Andrade, Gustavo Mathheus Dias de Souza	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	340	Execução de obrigação de fazer e não fazer nas relações trabalhistas		Jorge da Silva Wagner	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	340	Impactos do golpe trabalhista: (a Lei n. 13.467/2017)		Jorge Luiz Souto Maior	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	340	Meio ambiente de trabalho e doenças ocupacionais: Síndrome de Burnout		Daniele Domingos Monteiro	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	340	O controle jurídico e civilizatório da terceirização no Brasil à luz da Lei n. 13.429, de 31 de março de 2017		Márcia Regina Lobato	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	340	Reforma do Código do trabalho francês		Juliano Sarmento Barra	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	340	Reforma trabalhista: alterações na jurisprudência dos Tribunais do trabalho		Gustavo Filipe Barbosa Garcia	

Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	341	A mediação e a arbitragem como meios extrajudiciais de resolução de conflitos trabalhistas na vigência da Lei n. 13.467/2017: reforma trabalhista	Adriano Jannuzzi Moreira
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	341	Consequências jurídicas do recebimento indevido de benefícios previdenciários	Sadi Medeiros Junior
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	341	O acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho: uma análise da eficácia do siste firma de cotas	Miguel Horvath Júnior
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2017	341	O impacto das redes sociais nas relações de trabalho e sua força probante	Laura Machado de Oliveira, Luciano Mallmann Cardoso
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	343	A proteção da saúde da mão que produz o fruto envenenado	Leomar Daroncho
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	343	Alguns aspectos de direito intertemporal processual na reforma trabalhista	Sérgio Pinto Martins
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	343	Aspectos previdenciários na reforma trabalhista	Wladimir Novaes Martinez
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	343	Considerações sobre a Portaria nº 1.129 do Ministério do Trabalho e do Emprego sobre o trabalho escravo	Antonio Baptista Gonçalves
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	343	Jurisdição voluntária na justiça do trabalho: a hipótese de homologação de acordo extrajudicial	Maurício de Carvalho Salviano
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	343	Navegar é preciso: o artigo 2º da Medida provisória nº 808, de 14 de novembro de 2017, os contratos vigentes e a extensão da interpretação e julgamento dos magistrados	Luís Rodolfo Cruz e Creuz
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	343	Os professores, a PEC 286/2016 [i.e. 287/2016] e o futuro do benefício previdenciário	Sérgio Henrique Salvador
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	343	Prática processual trabalhista: possíveis efeitos da Lei nº 13.467/17	Jorge Luiz Souto Maior
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	344	Abuso do direito de greve	Sérgio Pinto Martins
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	344	Do dano extrapatrimonial: a questão do arbitramento dos danos	Débora Ferraz da Costa

Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	344	Introdução histórica aos direitos fundamentais: processo de internacionalização dos direitos fundamentais	Aline Oliveira Mendes de Medeiros
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	344	Litigância de má-fé por desrespeito aos precedentes	André Araújo Molina
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	344	O dano extrapatrimonial na Lei nº 13.467/2007, da reforma trabalhista, após o advento da Medida provisória nº 808/2017	Enoque Ribeiro dos Santos
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	344	Trabalho offshore: principais desafios jurídicos na era do pré-sal	Patricia Oliveira Lima Pessanha
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	345	A aplicação do regime jurídico especial da fraude à execução fiscal no processo do trabalho	Ben-Hur Silveira Claus, Júlio César Beber
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	345	A suspensão da eficácia da Portaria nº 1.129/2017 e a publicação da Portaria nº 1.293/2017: análise comparativa das normas que versam sobre o combate ao trabalho escravo contemporâneo	Luiz Fernando Calegari
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	345	Competição interprofissional: breve estudo de caso envolvendo a concessão judicial de benefício previdenciário	Tatiana Sada Jordão
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	345	Do trabalho em condições análogas à de escravo e a nova Portaria nº 1.293/2017 do Ministério do Trabalho	Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson, Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson, Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	345	Identificação da deficiência para fins de aposentadoria diferenciada no Regime Geral de Previdência Social brasileira	João Marcelino Soares
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	345	Mecanismos de prevenção acidentária: a proteção ao ambiente de trabalho bancário	Fernando Rubim, Guilherme Ribeiro Venturim
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	345	Trabalho em condições análogas à de escravo e nova Portaria nº 1.293/2017: retorno à legalidade	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	346	Assédio moral na administração pública: procedimentos legais diante do problema e responsabilização do estado	Camila Pitanga Barreto
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	346	Licença-maternidade x licença-paternidade: uma reflexão acerca da aplicação igualitária	Laura Machado de Oliveira, Carolina Ferrugem
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	346	O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e o valor social do	Raimundo Simão de Melo

e previdenciária		trabalho	
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	Subordinação e trabalho intermitente: quebra de paradigma	Paulo Sérgio João
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	Trabalho intermitente e os desafios da conceitualização jurídica	Amauri Cesar Alves
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	Vínculo trabalhista dos médicos	Wladimir Novaes Martinez
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	A contribuição sindical e o seu recolhimento facultativo	Ricardo Souza Calcini
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	A reificação do ser humano no ambiente de trabalho pelos contratos de terceirização	Ana Paula Fernandes da Silva
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	As pensões das filhas solteiras de funcionários públicos federais da Lei nº 3.373/1958 e o direito adquirido	Érica Paula Barcha Correia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	Breves considerações sobre reforma previdenciária no Brasil	Luciano Marinho de Barros e Souza Filho
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	Paralelismo contratual doméstico: estratégias interpretativas para o reconhecimento de direitos trabalhistas	Luciana Gonçalves Amorim de Oliveira
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	Prestação de serviços por rede credenciada, gerida por empresa quarteirizada: evolução na gestão pública	Jessé Torres Pereira Júnior, Marinês Restelatto Dotti
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	A MP 808 caducou e levou com ela o seu assunto	Jorge Luiz Souto Maior
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	Da responsabilidade civil do empregador decorrente de doença ocupacional	Kamilla Rafealy Rocha de Sena, Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	Hermenêutica e interpretação constitucional das normas jurídicas trabalhistas: a aplicação dos princípios constitucionais do trabalho	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	O conceito de deficiência para fins de concessão de benefício de prestação continuada	Frederico Klein
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	Prevalência do negociado em norma coletiva sobre o legislado	Ricardo Souza Calcini



e previdenciária						
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	348	Supremacia do negociado em face ao legislado: a natureza bifronte ou as duas faces da CLT			Enoque Ribeiro dos Santos
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	348	Terceirização e poder público: e agora			Thereza Christina Nahas
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	349	A reforma trabalhista e a contribuição sindical			Sérgio Pinto Martins
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	349	Breves considerações acerca do regime jurídico aplicável aos descontos nos benefícios previdenciários recebidos indevidamente			Alan Pereira de Araújo
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	349	Contribuição sindical compulsória: constitucionalidade de sua extinção			Nelson Mannrich, Breno Ferreira Martins Vasconcelos
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	349	Correção monetária nas condenações impostas à fazenda pública: divergências entre tribunais superiores			Gustavo Filipe Barbosa Garcia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	349	Das terceirizações na administração pública			Cristina Alves da Silva Braga, Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	349	O contrato de trabalho no Brasil: análises legais contemporâneas			Cláudio Jannotti da Rocha, Lorena Vasconcelos Porto
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	349	Reforma trabalhista e OIT			Georgenor de Sousa Franco Filho
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	350	A alteração do contrato de trabalho e a supressão da gratificação de função pelo exercício de cargo de confiança sob a égide da reforma trabalhista			Rafael Oliveira Santos
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	350	A nova petição inicial trabalhista			André Araújo Molina
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	350	Algumas linhas sobre a capacidade de ser parte e de estar em juízo			Thereza Christina Nahas
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	350	Comentários à Instrução normativa nº 41 do TST			Ricardo Souza Calcini
Revista Síntese trabalhista	2018	350	Honorários periciais e a nova sistemática trazida pela Lei nº 13.467/2017			Juliana do Monte Maia, Kamilla

e previdenciária						Rafaely Rocha de Sena, Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	350	Julgamento do STF de 29.06.2018: constitucionalidade da contribuição sindical			Henrique Correia
Revista Síntese trabalhista e previdenciária	2018	350	Reforma trabalhista: algumas curiosidades técnicas			Ivan Barbosa Rigolin
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	49	A aplicação do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário e do Fator Acidentário de Prevenção à responsabilidade civil por acidente de trabalho			Cristine Helena Cunha
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	49	A atuação executiva dos direitos: perfis comparados			Michele Taruffo
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	49	A colisão entre normas coletivas e direitos fundamentais			Maurício Matsushima Teixeira
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	49	A função revisora dos tribunais: quid juris?			Fábio Rodrigues Gomes, Roberta Ferme Sivolella
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	49	A terceirização e o descompasso com a higidez, saúde e segurança no meio ambiental laboral - responsabilidade solidária do tomador do serviço a partir das normas de saúde e segurança no trabalho			Francisco Milton Araújo Júnior
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	49	Deveres resultantes do princípio da cooperação processual: um debate com a doutrina portuguesa			Eduardo Augusto Madruga de Figueiredo Filho, Sérgio Cabral dos Reis
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	49	Economia de mercado e a promoção do bem de todos no estado democrático de direito			Dinaura Godinho Pimentel Gomes
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	49	Interdito proibitório na Justiça do Trabalho			Humberto d'Ávila Rufino
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	49	Justiça social e princípio da fraternidade na Constituição Federal de 1988			Thania Maria Bastos Lima Ferro
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	49	O processo eletrônico da perspectiva do juiz			S. Tavares Pereira
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	49	O trabalhador na sociedade técnica			Eduardo Souza Braga, João Bosco Penna



Revista Trabalhista: direito e processo	2014	49	O trabalho análogo ao de escravo e os esforços para sua erradicação no Brasil	Gustavo Carvalho Chehab
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	49	Os danos sociais e a postura do juiz	André Eduardo Dorster Araujo
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	50	A conciliação judicial nos dissídios individuais trabalhistas e sua compatibilização com o princípio da indisponibilidade	Flávia Pacheco
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	50	A função revisora dos tribunais - a questão da valorização das decisões de primeiro grau - uma proposta de lege ferenda: a sentença como primeiro voto no colegiado	Ben-Hur Silveira Claus, Ari Pedro Lorenzetti, Ricardo Fioreze, Francisco Rossal de Araújo, Ricardo Martins Costa, Márcio Lima do Amaral
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	50	A negociação coletiva como pressuposto da dispensa em massa de trabalhadores: uma perspectiva luhmanniana do procedimento como mecanismo de legitimidade e controle	Caroline Ferreira Ferrari
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	50	Alguns problemas da execução. Pensão decorrente de acidente de trabalho ou doença profissional. Constituição de capital	Luiz Alberto de Vargas, Vania Cunha Mattos
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	50	Comparativo entre o projeto do Novo Código de Processo Civil como forma de garantia fundamental ao procedimento e o processo do trabalho	Paulo Fernando Santos Pacheco
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	50	Da (in)constitucionalidade da nova base de cálculo do adicional de periculosidade dos empregados eletricitários estabelecida pela Lei n. 12.740/2012: uma análise a partir da proibição do retrocesso	Neuber Teixeira dos Reis Júnior
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	50	Estabilidade decenal ainda vigente	Edilton Meireles de Oliveira Santos
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	50	Igualdade e não discriminação no ambiente de trabalho: uma questão constitucional de inclusão (e de proteção) do trabalhador portador de VIH/SIDA	Camila Rodrigues Neves de Almeida Lima
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	50	Proteção: o princípio do Direito do Trabalho	Valdete Souto Severo
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	50	Um espectro ronda o princípio da continuidade...	Geovane de Assis Batista
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	51	A função revisora dos tribunais - a questão do método no julgamento dos	Ben-Hur Silveira Claus, Ari Pedro

e processo			recursos de natureza ordinária	Lorenzetti, Ricardo Fioreze, Francisco Rossal de Araújo, Ricardo Martins Costa, Márcio Lima do Amaral
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	51	A função revisora dos tribunais diante da sentença razoável	Ben-Hur Silveira Claus
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	51	Art. 384 da CLT e seu aspecto constitucional	Gianini Rocha Gois Prado
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	51	Crise econômica, direito do trabalho e concorrência internacional: o caso da Itália	Fabio Petrucci
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	51	Isonomia sob enfoques constitucional e internacional: por uma releitura do art. 461 da CLT	Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	51	O silêncio de um olhar para dentro: as novas relações sociais no contexto de um novo mundo do trabalho	Moacyr Araújo Côrtes
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	51	Peça Processual	Henrique Cavalcante
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	51	Recrutamento de profissionais para execução do programa da saúde na família: necessidade de concurso público ou simples contratação temporária?	João Benjamim Delgado Neto
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	51	Terceirização nos serviços públicos	Patrícia Pinheiro Silva
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	52	A competência executória das sentenças coletivas envolvendo direitos individuais homogêneos trabalhistas	Fausto Siqueira Gaia
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	52	A possibilidade da cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade à luz do direito do trabalho constitucionalizado	Claudio Jannotti da Rocha, Ailana Santos Ribeiro
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	52	Crítica ao contrato de aprendizagem como forma de promoção do trabalho decente do adolescente	Patrícia Maeda
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	52	Discriminação racial e assédio moral no trabalho	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	52	Estudo comparativo de cláusulas especiais do contrato de trabalho desportivo do praticante profissional de futebol sob a luz do Direito Português e do Direito	Glener Pimenta Stroppa

				Brasileiro		
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	52	O desmanche do Direito do Trabalho e a recente decisão do STF sobre a prescrição		Valdete Souto Severo	
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	52	Políticas públicas de combate ao trabalho infantil e o papel da Justiça do Trabalho		Jonas Pablo de Araújo Costa	
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	52	Processo eletrônico e o princípio da extraoperabilidade: a conexão a serviço da causalidade (informação), da estrutura (operação) e da juridicidade		S. Tavares Pereira	
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	52	Relação de emprego: da estrutura à função		Almiro Eduardo de Almeida	
Revista Trabalhista: direito e processo	2014	52	Uniformização de jurisprudência no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho: breves considerações sobre a Lei n. 13.015, de 21 de julho de 2014		Érico Vinícius Prado Casagrande	
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	53	A distribuição dinâmica do ônus da prova no processo do trabalho		Tales Ricardo Migliorini Tavares Pereira	
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	53	A importância da coletivização do acesso à Justiça do Trabalho nas despedidas em massa		Fausto Siqueira Gaia, Carlos Henrique Bezerra Leite	
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	53	A terceirização trabalhista como forma de subverter a lógica protetiva do Direito do Trabalho		Samir Alves Daura	
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	53	Adicional de periculosidade e armazenamento de infl amáveis (óleo diesel) para geradores. Por uma necessária releitura da Orientação Jurisprudencial n. 385 da SDI-I do Tribunal Superior do Trabalho		Walter Rosati Vegas Junior	
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	53	Apontamentos sobre a redução de direitos previdenciários (MP n. 664/14) e ao seguro-desemprego (MP n. 665/14) - ou: nunca uma vaca tossiu tão alto e de forma tão inconstitucional		José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva, Sandro Eduardo Sardá	
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	53	Da impossibilidade da cessão de crédito na Justiça do Trabalho: aspectos processuais e materiais		Thiago Henrique Ament	
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	53	Férias (de advogado) e recesso forense		Georgenor de Sousa Franco Filho	
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	53	Ministério Público do Trabalho (MTP) no combate à exploração sexual infantojuvenil: perspectivas atuais no Estado da Paraíba		Raphaella Viana Silva Asfora, Robson Antão de Medeiros	

Revista Trabalhista: direito e processo	2015	53	O direito a um meio ambiente do trabalho equilibrado e a ineficácia dos instrumentos protetivos atualmente adotados	Tereza Margarida Costa de Figueiredo, Kilma Maísa de Lima Gondim
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	53	O processo do trabalho e o novo Código de Processo Civil: critérios para uma leitura dialogada dos arts. 769 da CLT e 15 do CPC/2015	João Humberto Cesário
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	53	Os trabalhadores imigrantes no Brasil: a condição de ilegalidade como fator de superexploração	Alyane Almeida de Araújo
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	53	Reflexões sobre decisão judicial no Código de Processo Civil de 2015	Lorena de Mello Rezende Colnago
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	54	A desvinculação de conceitos previdenciários e civis como pressuposto para a efetiva reparação dos acidentes de trabalho	Elysa Tomazi
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	54	A dispensa de empregados nas empresas estatais	Guilherme Bohrer Lopes Cunha
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	54	A renúncia à continuidade do mandato do Cipeiro significaria perda da garantia provisória no emprego?	Alexandre Pimenta Batista Pereira
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	54	A restrição da rescisão contratual do trabalhador vítima de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional a partir de um novo viés interpretativo do art. 7º, inciso I, da Constituição Federal (diálogo)	Rosita de Nazaré Sidrim Nassar, Francisco Milton Araújo Júnior
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	54	Acidente do trabalho doméstico: repercussões jurídicas à luz da tutela constitucional introduzida com a EC n. 72/2013	Fernando Maciel
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	54	As verbas recebidas pelos atletas profissionais de futebol e suas repercussões no contrato de trabalho	Felipe da Silveira Azadinho Piacenti, Victor Hugo de Almeida
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	54	Assédio moral por metas abusivas e direito fundamental ao trabalho digno	Rodrigo Goldschmidt, Andressa Zanco
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	54	Execução efetiva: fraude à execução trabalhista e fraude à execução fiscal - A interpretação sistemática como ponte hermenêutica à assimilação produtiva à execução trabalhista do regime jurídico espec	Ben-Hur Silveira Claus, Júlio César Beber
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	54	Horas extras pela supressão dos intervalos e pausas: por um olhar sistêmico diante dos reflexos na saúde do trabalhador	José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva
Revista Trabalhista: direito	2015	54	Programa MPT na Escola, cidadania e direitos humanos: a realidade do	Raphaella Viana Silva Asfora,

e processo			trabalho infantil no Estado da Paraíba	Robson Antão de Medeiros
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	54	Terceirização: o perverso discurso do mal menor	Valdete Souto Severo
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	55	A audiência pública como instrumento de efetividade dos direitos coletivos e individuais homogêneos trabalhistas - uma abordagem sob a ótica do novo Código de Processo Civil	Neiva Marcelle Hiller
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	55	A estrutura da sentença trabalhista no novo Código de Processo Civil - uma análise constitucional da fundamentação das decisões	Fausto Siqueira Gaia
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	55	Breve ensaio em defesa da "fundamentação exauriente"	Patrícia V. de Medeiros Ribeiro
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	55	Da recepção do sistema de precedentes do CPC/2015 ao fortalecimento das ações coletivas rumo a uma tutela jurisdicional eficaz - encontros e desencontros dos sistemas de resolução de litigância de mas	Sérgio Cabral dos Reis
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	55	Dilemas do direito processual do trabalho com o advento do novo CPC	Murilo C. S. Oliveira
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	55	Do incidente de descon sideração da personalidade jurídica previsto no novo CPC e suas implicações no processo do trabalho	Sandro Gill Brites
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	55	Entre a CLT e o CPC: reformulando o problema da segurança jurídica	Ricardo Lourenço Filho
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	55	Fundamentação exauriente x fundamentação analítica: aplicação ao processo do trabalho	Cláudio Mascarenhas Brandão
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	55	Nova regra de contagem de prazos no novo Código de Processo Civil - não aplicabilidade na sistemática dos prazos do processo do trabalho	Wilker Jeymisson Gomes da Silva
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	55	O incidente de descon sideração da personalidade jurídica e o processo do trabalho	Adalberto Martins
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	55	O incidente de descon sideração da personalidade jurídica e sua aplicabilidade no âmbito da processualística do trabalho - uma breve incursão a respeito das teorias subjetiva e objetiva	Fernanda Antunes Marques Junqueira, Leonardo de Moura Landulfo Jorge
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	55	O novo Código de Processo Civil e os recursos trabalhistas	Ricardo José Macedo de Brito Pereira

Revista Trabalhista: direito e processo	2015	55	O novo CPC e a independência judicial	Hugo Cavalcanti Melo Filho
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	55	O novo CPC e o processo do trabalho: falsas novidades e parâmetros de aplicação	Valdete Souto Severo
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	55	Princípio da subsidiariedade e a cláusula de contenção no processo do trabalho - angústias e esperanças a partir de uma primeira leitura do art. 15 do novo Código de Processo Civil	Alexandre Pimenta Batista Pereira
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	55	Prova emprestada e o novo CPC - repercussões no processo trabalhista e na qualidade da prestação jurisdicional	Amanda Barbosa, Jair Aparecido Cardoso
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	55	Temas polêmicos do novo CPC e sua aplicação no processo do trabalho	José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva
Revista Trabalhista: direito e processo	2015	55	Via de mão dupla - precedentes vinculantes e o respeito às decisões de primeiro grau como faces da mesma moeda sob o novo CPC - uma visão de direito comparado	Cesar Zucatti Pritsch
Revista Trabalhista: direito e processo	2016	56	A Constituição, as normas fundamentais do processo civil e o processo do trabalho	João Humberto Cesário
Revista Trabalhista: direito e processo	2016	56	A importância do art. 489 do novo Código de Processo Civil na consolidação de um processo do trabalho verdadeiramente democrático e alinhado aos valores constitucionais	Vladimir Andrei Ferreira Lima
Revista Trabalhista: direito e processo	2016	56	As "decisões surpresa" e sua repercussão nas ações de natureza trabalhista	Ana Maria Aparecida de Freitas, Carolina de Freitas Silva
Revista Trabalhista: direito e processo	2016	56	Da força legal das instruções normativas do Tribunal Superior do Trabalho: Uma análise acerca da (in)constitucionalidade da IN n. 39/2016 - entre erros e acertos	Tainá Angeiras
Revista Trabalhista: direito e processo	2016	56	Embargos de declaração: apontamentos em face do novo Código de Processo Civil e do Direito Processual do Trabalho	Denise Alves Horta
Revista Trabalhista: direito e processo	2016	56	O "calar" dos trabalhadores: uma análise da política de conciliação na Justiça do Trabalho frente ao "dumping social"	Fernanda Barcellos Mathiasi
Revista Trabalhista: direito e processo	2016	56	O litisconsórcio no CPC/2015 e seus reflexos no processo trabalhista	Marcelo Rodrigues Prata



Revista Trabalhista: direito e processo	2016	56	O novo Código de Processo Civil e as prerrogativas da magistratura nacional: reflexões de um juiz	Guilherme Guimarães Feliciano
Revista Trabalhista: direito e processo	2016	56	O ônus da prova no processo do trabalho e o novo CPC: desafios e perspectivas	Irau Oliveira de Souza Neto, Narbal Antônio de Mendonça Fileti
Revista Trabalhista: direito e processo	2016	56	Teoria dinâmica da distribuição do ônus da prova no novo Código de Processo Civil e a sua aplicação ao processo do trabalho	Wilker Jeymisson Gomes da Silva
Revista Trabalhista: direito e processo	2016	56	Tradição e tradução do novo CPC no sistema trabalhista	Francisco Meton Marques de Lima, Francisco Pérciles Rodrigues Marques de Lima
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	57	A "reforma" trabalhista e a violação do direito fundamental de acesso à tutela jurídica justa do cidadão trabalhador	Juliane Caravieri Martins
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	57	A imprecisa interpretação da Súmula n. 294 do TST	José Linhares Prado Neto
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	57	A inconstitucionalidade da despedida coletiva imotivada	Silvia Isabelle Ribeiro Teixeira do Vale
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	57	A proposta de emenda à Constituição n. 287/2016 e o risco de desproteção social	Carlos Alberto Pereira de Castro
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	57	A proteção do Whistleblower	Roberto Wakahara
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	57	Agoniza o social no estado que seria social de direito	Francisco Meton Marques de Lima, Francisco Pérciles Rodrigues Marques de Lima
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	57	Direito fundamental à limitação da jornada: a disciplina do teletrabalho à luz dos princípios constitucionais	Ricardo Lourenço Filho, Pedro Robério de Souza Filho
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	57	Lei n. 13.429 de 2017 e a intermediação de trabalho no Brasil: perspectivas políticas e hermenêuticas	Rodrigo Trindade de Souza
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	57	O princípio da vedação do retrocesso e a judiciabilidade de medidas regressivas em matéria de direitos sociais	Laísa Lacerda
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	57	Reforma trabalhista e desenvolvimento humano: uma análise legislativa à luz do fenômeno da "pejotização"	Vinícius Pinagé Alves de Lima, Jailton Macena de Araújo

Revista Trabalhista: direito e processo	2017	57	Reforma trabalhista e o incidente de desconsideração da personalidade jurídica	Luna Provázio Lara de Almeida
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	57	Vamos falar séria e honestamente sobre a Reforma Trabalhista?	Jorge Luiz Souto Maior
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	58	"Equiparação" entre empregados de cooperativas de crédito e bancos: (re)exame da orientação jurisprudencial n. 379 da SDI I do TST	Oscar Krost
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	58	A "reforma trabalhista" e a desnaturação do Direito do Trabalho	Fábio Túlio Barroso, Cláudio Jannotti da Rocha, Ailana Ribeiro
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	58	A (in)viabilidade da utilização de holding como mecanismo de blindagem patrimonial contra créditos trabalhistas	Milena Macalós Sasso
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	58	A persistência da cultura escravocrata nas relações de trabalho do Brasil	Kátia Magalhães Arruda
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	58	A prevalência do negociado sobre o legislado e direitos humanos: a supralegalidade das normas internacionais do trabalho	Roseniura Santos
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	58	A reforma processual trabalhista de 2017: um retorno ao estado liberal clássico	Camila Sailer Rafanhim de Borba, Marina Brisolara Koloszwa
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	58	A reforma trabalhista e o novo regime jurídico do teletrabalho no Brasil	Raphael Miziera
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	58	A representação dos empregados na empresa: um novo instituto do direito coletivo brasileiro	Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho, Guilherme Levien Grillo
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	58	Amianto, meio ambiente do trabalho e responsabilidade civil do empregador	Guilherme Guimarães Feliciano, Olívia Pasqualetto
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	58	Aspectos da reforma trabalhista quanto à duração do trabalho - avançando perigosamente para o passado?	Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	58	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica no processo do trabalho após a reforma	Roberto Dala Barba Filho
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	58	O trabalho autônomo na reforma trabalhista e a fórmula política da Constituição Federal de 1988	Paulo Roberto Lemgruber Ebert
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	58	Reflexões sobre a reforma trabalhista: a (im)possibilidade de mitigação de	Vanessa Cristina Gavião Bastos



e processo			princípios pela perspectiva da integridade do Direito	
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	58	Reforma trabalhista e o conceito de sistema jurídico	Camila Miranda de Moraes, Fausto Siqueira Gaia
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	58	Reforma trabalhista e o conceito de sistema jurídico	Camila Miranda de Moraes, Fausto Siqueira Gaia
Revista Trabalhista: direito e processo	2017	58	Termo de quitação anual trabalhista e sua eficácia liberatória	Filipe Cordeiro Kinsky, Gustavo Marcel Filgueiras Lacerda
Revista Trabalhista: direito e processo	2018	59	A Justiça do Trabalho na rede nacional de proteção à saúde do trabalhador	Gianfalo Germani
Revista Trabalhista: direito e processo	2018	59	A mitigação de direitos fundamentais decorrente da prevalência do negociado sobre o legislado, confirmada pela teoria de Robert Alexy	Marília Costa Barbosa Fernandes
Revista Trabalhista: direito e processo	2018	59	A prescrição intercorrente no processo do trabalho à luz da Lei n. 13.467/2017 (Reforma trabalhista)	Theanna de Alencar Borges
Revista Trabalhista: direito e processo	2018	59	A reforma trabalhista e a liberdade contratual: o direito ao trabalho construído sob a perspectiva puramente econômica	Lourival José Oliveira, Mayra Freire Figueiredo
Revista Trabalhista: direito e processo	2018	59	A Reforma Trabalhista e o Direito Intertemporal: questões de direito processual	José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva
Revista Trabalhista: direito e processo	2018	59	A uniformização da jurisprudência trabalhista diante da reforma: uma crítica aos discursos da modernização e da segurança jurídica	Almiro Eduardo de Almeida, Simbard Jones Ferreira Lima
Revista Trabalhista: direito e processo	2018	59	Capitalismo monopolístico e ruptura com o Estado de Direito Social: análise da atual crise do Estado de Direito Social no Brasil, por meio do resgate da crítica de Neumann e Kirchner ao capitalismo	Bruno Alves Rodrigues
Revista Trabalhista: direito e processo	2018	59	Estudo da permissão de contratação do autônomo com exclusividade prevista na Lei n. 13.467/17 e seus reflexos no fenômeno da pejotização	Joel Sousa do Carmo
Revista Trabalhista: direito e processo	2018	59	Honorários de sucumbência trabalhista: em busca de uma interpretação conforme a Constituição	Marcelo Wanderley Guimarães
Revista Trabalhista: direito e processo	2018	59	La "Reforma Macron" del Código del Trabajo Francés	Antoine Jeammaud
Revista Trabalhista: direito e processo	2018	59	O controle de convencionalidade como mecanismo efetivador do direito humano	Rodolfo Mário Veiga Pamplona

e processo			fundamental ao trabalho: a sua aplicação no âmbito da reforma trabalhista	Filho, Matheus Lins Rocha
Revista Trabalhista: direito e processo	2018	59	O desequilíbrio processual decorrente da inexigibilidade da qualidade de empregado do preposto do reclamado	Gustavo Carvalho Machado
Revista Trabalhista: direito e processo	2018	59	O fim da universalidade e da compulsoriedade da contribuição sindical como oportunidade de renascimento dos sindicatos	Alcir Kenupp Cunha
Revista Trabalhista: direito e processo	2018	59	Os acordos extrajudiciais na Justiça do Trabalho e a Lei n. 13.467/2017: jurisdição voluntária? Validade formal ou material? Competência?	Ana Paula Tauceda Branco
Revista Trabalhista: direito e processo	2018	59	Reforma trabalhista de 2017 no âmbito da audiência de julgamento. Representação das partes em audiência e os efeitos da ausência de qualquer dos litigantes	Denise Alves Horta